

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



ANNAIS  
DO  
**MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**

VOL. X

1949



1959.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



ANNAIS  
DO  
**MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**

VOL. X

1949



1959.

44/1992

BIBLIOTECA DO M. H. N.  
EXEMPLAR-RESERVA

## S U M Á R I O

GUSTAVO BÁRROSO — O álbum das lágrimas de ouro	5
SIGRID PORTO DE BARROS — Armas que documentam a guerra holandesa .....	11
ECYLA CASTANHEIRA BRANDÃO — Um desenho de Parreiras .....	61
GERARDO DE CARVALHO — Dez estatuetas baianas	69
ANTONIO PIMENTEL WINZ — Iconografia do Rio de Janeiro segundo a coleção fiduciária existente no Museu Histórico Nacional .....	81
NAIR DE MORAES CARVALHO — As comemorações do setuagésimo aniversário do fundador do M.H.N.	263

## O ÁLBUM DAS LÁGRIMAS DE OURO

GUSTAVO BARROSO

(Da Academia Brasileira de Letras — Diretor do Museu Histórico)

Em 1867, a fim de prestigiar o ditador Francisco Solano Lopez no prosseguimento da guerra travada contra o Império do Brasil, decidiram os seus turiferários oferecer-lhe um álbum de ouro, confeccionado com as jóias das mulheres paraguaias. Encontrado pela cavalaria brasileira nas suas bagagens, depois do combate de Cêrro-Corá, e trazido para o Rio de Janeiro, tiveram os Ministros de Estado a intenção de oferecê-lo a D. Pedro II como lembrança da memorável campanha. O Imperador, porém, recusou terminantemente a oferta e a peça de valor inestimável, tanto intrínseco, como histórico, guardada no Ministério da Guerra, foi posteriormente transferida para o Museu Histórico Nacional.

Nas dimensões de  $0,305 \times 0,250 \times 0,050$ , compõe-se de duas capas, unidas por uma lombada, encerrando 110 fôlhas de pergaminho não numeradas, das quais a de rosto apresenta o título do Memorial, as dez seguintes contêm êsse documento e as demais 56 assinaturas de comissões e representantes das várias províncias do país, as atas de cada província e a ata final explicativa da finalidade da homenagem, firmada pela Comissão Diretora. Forma cada capa uma lâmina de ouro sôbre madeira, coberta internamente de pergaminho, rematadas as capas e a lombada por cercaduras de fôlhas de hera em relêvo. O título é todo ornamentado de flores e reza assim: *Al Salvador de la Patria ofrenda y Pronunciamento Nacional de las Ciudadanas Paraguayas*. Na capa anterior do álbum, sob um vaso com lírios, dois querubins sustentam um listel com a legenda: *Viva la Republica del Paraguay. Al Benemerito Mariscal Lopez*; em baixo, num pedestal entre esfinges e leões alados, emoldurada por elementos decorativos vegetais, a inscri-

ção: *Las hijas de la Patria — 24 de Julio de 1867*. Sobre o pedestal, duas figuras de mulher, sentadas, despojam-se de suas jóias e preciosidades, enquanto uma terceira, empunhando uma pena, a oferece à Pátria. Na capa posterior, vê-se magnífico florão, rodeado de volutas e decorações fitomórficas. Cerram o álbum dois fechos em rosácea, de bronze dourado. Está guardado numa caixa de prata com cantos e florões dourados.

Nesse mês de julho de 1867, dois dias antes da data gravada nesse famoso álbum de ouro, o então Marquês de Caxias iniciara a sua primeira marcha de flanco, de Tuiuti por S. Solano e Tuiu-cuê, a qual levaria o Exército Imperial ao pôrto fluvial do Taii, forçando o Ditador paraguaio a evacuar suas posições do chamado Quadrilátero, cuja base era a fortaleza de Humaitá. Portanto, quando lhe deram pessoalmente o mimo, estava de mau humor, enfurecido mesmo com a difícil situação militar em que os aliados o estavam colocando. Entre êles e suas tropas, estendia uma nova linha defensiva, de Ita Ivaté a Angostura. Talvez já estivesse compreendendo que sua derrota total era simples questão de tempo. Sòmente isso explica a maneira como procedeu com os que lhe levaram o régio presente e participaram da excepcional homenagem.

Conta o historiador paraguaio Découd, em seu livro *La Masacre de Concepción: Para la entrega al mariscal Lopez de la famosa espada, y el album que el pueblo paraguayo le ofrendaba fué nombrada una comisión entre los más respectables caballeros de la Asunción, figurando entre ellos Saturnino Bedoya, como presidente, José del Carmen Urbieta, Juan José Loizaga, Carmelo Talavera y el padre Francisco Espinosa*. O ditador estabelecera seu quartel general em Passo Pocú, onde a referida comissão foi por êle recebida e Saturnino Bedoya pronunciou um patriótico discurso de oferta. No dia seguinte, com surprêsa geral, *El Supremo* mandou alistar o orador num batalhão de Infantaria, permitindo sòmente que Juan José Loizaga e Carmelo Talavera regressassem a Assunção. Contudo êste último morreu envenenado antes de chegar ao seu destino.

Na sua obra *Siete años de aventuras en el Paraguay*, narra o boticário Mastermann o seguinte: "...se arrancó a las mujeres

*las pocas joyas que todavia les quedaban, para hacer tapas de oro maciso a un album que contenia las firmas de los adheridos á las páginas del "Semanario".* Era êsse o órgão official do Governo de Solano Lopez, que só noticiava vitórias esmagadoras dêle sôbre os brasileiros. Mastermann, que vivia no Paraguai durante a guerra, acrescenta ter sido tristíssimo o fim da comissão que levou o álbum de ouro a Solano Lopez em Passo Pocú. Êle mandou prender Saturnino Bedoya, assentar praça em outros e fuzilar os demais. Do grupo, segundo lhe constava, um único escapara. Assim, êsse movimento de adulação ao tirano redundou na desgraça dos aduladores.

Ao findar êsse mês de julho marcado no álbum de ouro, no dia 31, a vanguarda do exército comandado pelo marechal Caxias acampava em Tuiu-cuê e, entre os laranjais de Guaiaivi, pela manhã os soldados do General Osório, cavalarianos de Andrade Neves e infantes de José Luís Mena Barreto, dispersavam duas colunas inimigas, tomando-lhes armas, montarias e prisioneiros.

Parece que o álbum de ouro deu azar tanto aos promotores quanto ao alvo da homenagem. O seu metal representava lágrimas femininas, lágrimas do mais fino ouro dêste mundo.



Capa do álbum de ouro oferecido pelas mulheres paraguaias ao  
Marechal Francisco Solano Lopez.



## ARMAS QUE DOCUMENTAM A GUERRA HOLANDESA.

*SIGRID PORTO DE BARROS*  
Conservador, Cl. I do M. H. N.

... "Soe no monte erguido e vale ameno  
o vigor de seu braço, e sua espada" ... (\*)

A pesquisa das fontes históricas ou documentos públicos e privados, preconizada pela Heurística, é parte da vida dinâmica do Museu Histórico Nacional, e ainda que num trabalho de divulgação fôsse abandonada qualquer pretensão crítica, para limitar-se a uma simples enumeração de documentos, ainda assim seria prestado algum serviço à ciência histórica, pois estudiosos de tôda a parte, ficariam sabendo com que material contariam para as suas pesquisas e exatamente em que local, o encontrariam

Possui o M.H.N. em sua coleção de armas, peças interessantíssimas, inúmeras de grande raridade. Entre as de maior projeção histórica, como documentos que são de uma página econômico-militar, estão as armas do século XVII, contemporâneas do Domínio Holandês no Brasil, quando a História Militar brasileira ganha as suas côres características, ao lutarem os naturais, aliados aos portugueses e espanhóis, pela manutenção da soberania nacional.

Os ensinamentos do passado são preciosos até mesmo no campo da estratégia militar e naval. A evolução das armas, e em consequência da maneira de lutar, não invalida o estudo das experiências passadas e muitas vêzes levam à formulação de preceitos fundamentais da arte da guerra. Já Tucídides, a par da

---

(\*) — Fr. Manuel Calado.

valorização dos aspectos sociais e econômicos, fêz ressaltar a estratégia da guerra, como um fenômeno da História.

O Brasil nasceu quando a economia se internacionalizava, sendo assim a vida econômica o aspecto fundamental da nossa formação histórica.

Em princípios do século XVII, eram os próprios portugueses, os arautos, em suas mercâncias através dos portos europeus, da prosperidade das suas possessões ultramarinas. O açúcar, as madeiras, o tabaco, os couros, as resinas, as curiosidades locais, logo despertaram a cobiça dos estrangeiros sobre essas colônias.

Em plena fase de perturbação política européia, os choques e ambições cresciam. Holanda, Espanha e Portugal vêem os seus interesses intercruzarem-se. É neste momento exato, que Willem Usselinx colige os relatórios que lhe chegam das terras do Brasil, contando nos mínimos detalhes o sistema de vida das Capitanias do Nordeste, sua situação geopolítica, os hábitos dos seus moradores, o número dos seus engenhos, a sua situação e produtividade, a posição das fortificações, a quantidade das suas peças e respectiva potencialidade.

Dêste estudo, resulta o plano do famoso teórico da conquista, que preconizava, de imediato, a posse da cabeça do Estado do Brasil — a Bahia — o que uma vez consumada, asseguraria o apresamento e conseqüente distribuição no mercado europeu de cerca de 60 000 caixas de açúcar (cada uma com 20 arrôbas), e simultaneamente a introdução no mercado conquistado dos produtos manufaturados, sendo prevista como certa uma futura incursão e conseqüente domínio do restante do Brasil.

Dai, é claro, resultaria a prosperidade para a *Geoctroyerd Westindische Companie* à qual se destinaria o saque geral, mais do que suficiente para saldar as despesas do financiamento da empresa guerreira, fornecendo desde logo um superavit, restando, oficialmente, a pilhagem para os soldados.

A G.W.C. resultou da fusão de pequenas associações, que logo totalizaram um capital de 18 milhões de florins. A sua esfera de ação abrangia a África e a América, e, embora administrada por um Conselho de 19 membros, era abertamente protegida pelos Estados Gerais. A companhia devia prestar contas das suas

atividades apenas ao fim de cada seis anos, em face do monopólio que lhe era concedido, pelo espaço de vinte e quatro anos, na carta de incorporação e regulamento.

As tropas invasoras foram constituídas, em sua maioria, de mercenários, homens que pela sua turbulência seria perigoso conservar nos diferentes países de origem. Foram arregimentados indiferentemente: alemães, suíços, escoceses, franceses, belgas, irlandeses e polacos, todos obviamente, sem objetivos patrióticos ou finalidades ideais.

A tentativa de iniciar a posse, pela própria cabeça do Estado do Brasil, em 1624, resultou numa permanência dos holandeses na Bahia apenas por um ano, fase marcada por assédios, canhoneios, escaramuças e intensos saques que acabaram pela capitulação dos invasores, assinada a 1º de maio de 1625 e que estipulava que os vencidos deixassem a cidade com tóda a sua artilharia, armas, bandeiras, munições, petrechos e com os navios que estivessem no pôrto, sob sua bandeira. Seriam devolvidos, também, os produtos do saque, como: dinheiro, ouro, prata, jóias, mercadorias, escravaria etc., recebendo, em troca, refens a contento.

As riquezas do Brasil, vistas de perto, na Bahia, pelas tropas invasoras, acenderam mais a cobiça dos senhores da G.W.C., que em 1630, com nova expedição guerreira, se apoderaram de Pernambuco, considerada a mais rica possessão ultramarina dos luso-espanhóis.

Duarte Coelho conta que eram 60 léguas, só da costa, tendo mais de 100 engenhos, canaviais, pau-brasil, especiarias etc. Do luxo em que viviam seus habitantes, Fr. Manuel Calado, diz que as mulheres vestiam finos tecidos e se adornavam com as mais custosas jóias, os homens iam constantemente a banquetes, onde seria considerado miserável o que não possuísse o seu serviço de prata. À faustosa indumentária masculina era sempre acrescentado um jôgo de espada e adaga, ricamente adornadas.

Embora dentro desta prosperidade e luxo, tinha a Capitania como ponto fraco, a pequena guarnição militar, como o próprio Marquês de Basto reconhece e lamenta. Disto se aproveitam os holandeses, que investindo sôbre Olinda, ràpidamente, tomam-na e avançam sôbre o Recife, mas a vitória inicial vai deixá-los por

algum tempo isolados, no litoral, sem que pudessem intentar novas sortidas para o interior, para o norte ou para o sul porquanto, os moradores embora pouco armados, mas bastante conhecedores do terreno, entrincheiraram-se em estâncias vizinhas do Recife e, em emboscadas permanentes, traziam as tropas em constantes sobresaltos.

Com o tempo, entretanto, vários fatores vão mudar a face dos acontecimentos: a defeção de Calabar, a chegada de grandes reforços e a vinda do hábil e culto Príncipe de Nassau, tudo concorrendo para que a geografia da Nova Holanda estendesse os seus limites, da margem esquerda do Rio São Francisco, através do Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, durante o período de apogeu do Domínio. Contudo, após os oito anos de governo de Nassau, o descontentamento geral vai servir aos nossos para fomentar o espírito da insurreição, que, começada em ações isoladas, vai culminar com os grandes embates das Tabocas, Casa Forte, os dois combates de Guararapes, que trouxeram finalmente, como consequência, a capitulação assinada a 26 de janeiro de 1654, na Campina de Taborda e ratificada em Haia, a 6 de agosto de 1661.

Socialmente, desde logo se evidencia que os objetivos e métodos empregados pelos holandeses, durante os 24 anos de permanência no Brasil, em tudo diferem dos que até então foram usados pelos portugueses. Assim, uma vez assegurada a posse da terra, não pretenderam os novos senhores criar engenhos, mas, tão somente, extrair dos existentes o máximo de rendimento, através do braço escravo, comandado pelo antigo senhor, aos quais se associavam os conquistadores, participando depois largamente dos lucros. Também, não tentaram reproduzir aqui, a experiência da colonização das possessões da América do Norte, para onde foram transplantadas famílias completas, com o seu gado e os seus haveres. No Brasil a vida dos engenhos não os fascinou, antes pelo contrário, foi no litoral que criaram a sua civilização de caráter eminentemente burguês. Recife com o seu pôrto, que na época podia receber navios até de 300 toneladas, foi transformada num amplo entreposto por mercadores experientes, falando indiferentemente o português e o flamengo, de tal forma que compravam e vendiam na praça local e na européia, vindo a acumular grandes riquezas

que ostentavam nas suas moradas assobradadas, já então característica arquitetônica dos centros superpovoados. Diz-se que, nesta época, a riqueza em ouro, prata e dinheiro, foi tanta no Recife, que até em mãos de escravos andavam dobrões de ouro.

A G.W.C. colheu sem semear e baseou a sua conquista e domínio na fôrça dos argumentos das armas. Êste *referendum* guerreiro foi, indubitavelmente, regido pelos princípios vigentes na estratégia militar da Europa, no século XVII, quando os objetivos geopolítico-econômicos tudo superavam. A grande importância era das regiões ricas, das praças fortes e das cidades.

As batalhas campais eram evitadas ao máximo, pelas extraordinárias perdas materiais e humanas que acarretavam.

A infantaria holandesa estava, então, organizada em Regimentos e Batalhões, com forte densidade de armas de fogo, na proporção de três ou quatro, para cada arma de haste. As suas tropas, juntamente com as da França e Suécia, eram consideradas das melhores da Europa. Os seus princípios táticos foram assimilados da experiência de Gustavo Adolfo. (1)

Por sua vez os portugueses levavam muito a sério o adestramento militar das suas tropas; a sua disciplina e a resistência à fadiga só se igualavam às dos infantess suíços, segundo os cronistas militares da época. O serviço militar tinha caráter obrigatório, para todos os homens entre 18 e 60 anos, sendo que da nobreza saíam os oficiais, os elementos para a cavalaria, Marinha e possessões ultramarinas. Nos domingos e dias santificados os Capitães-mores, a quem competia recensear os homens nos seus respectivos distritos, davam instrução e treinamento, organizavam concursos de tiro, havendo prêmios em dinheiro para as armas melhor conservadas e limpas.

---

(1) — O Rei Gustavo Adolfo subiu ao trono da Suécia em 1611 e, já em 1626, intervinha na Guerra dos Trinta Anos. Prêviamente, introduzira grandes melhoramentos no seu Exército, que, em vez de arregimentar bandos de mercenários, sem disciplina nem moralidade, timbrou por disciplinar as suas tropas de maneira admirável e trajando-as uniformemente. Adotou o mosquete de roda e a patrona, com cartuchos já feitos, o que tornava mais fácil o carregamento dos mosquetes; fêz, assim, a arma de fogo preponderar, o que dava ao seu Exército, uma superioridade incontestável.

A infantaria estava organizada em Terços (Regimentos) sob o comando de um Mestre-de-campo. A unidade orgânica era composta de 10 ou mais companhias, cada uma com 100 ou 200 soldados, com partes iguais de piqueiros e arcabuzeiros ou mosqueteiros.

Houve também a ação de pequenos contingentes montados, de real valia no desenvolvimento da peleja, sem que contudo possamos denominá-los (dentro do conceito moderno) de forças de cavalaria, sendo conhecidos na época, como Companhias de cavalos. Conforme se pode observar nas obras de F. Post, em ação, somente o Comandante da tropa e seu auxiliar imediato vinham montados a cavalo. Era o destaque necessário do oficial em relação ao restante da tropa.

As lutas iniciavam-se no meio de um grande alarido onde se misturava o som das charamelas com os pífanos, os toques de caixas e trombetas. Os negros tocavam as suas businas, flautas e atabaques e os índios eram aprestados pelo silvo dos apitos. Ruídos que se iriam repetir para sublinhar as vitórias.

A ação fazia-se pelo fogo, pelo movimento e pelo choque, ficando ao centro de cada esquadrão, os piqueiros, as bandeiras e alguns oficiais, e, em fileiras laterais, chamadas mangas, formavam os arcabuzeiros, mosqueteiros ou espingardeiros.

Após a ação dos canhões, em tempo curto e obedecendo ao plano de batalha, começava um tiroteio rápido, quando uma das duas tropas inimigas marchava sobre a outra (Foto 1), passando os espingardeiros para o interior do quadrado e os piqueiros tomavam o seu lugar, chocando-se com os oponentes e devendo avançar combatendo, até aniquilar ou desbaratar os contrários.

Donde se conclui que, na época, o fogo era somente acessório. Sendo os dois adversários, morosos no tiro, não importava a sua precisão, desde que o inimigo se apresentasse num alvo largo e profundo.

Só em formação rigorosa podia o soldado manter-se em combate, e os que primeiro se desorganizassem estavam perdidos, ou deviam refazer-se na retaguarda.

Subsistindo a instituição secular do mercenariado, que assegurava ao contratado — o *condottiere* — além de uma recompensa



Foto 1 — "A BATALHA DE PÓRTO CALVO", grav. de Franz Post para a obra de Barleus. (Da Biblioteca do M. H. N.)

sa em dinheiro, o direito de pilhagem, ficava claro que, para alcançar êstes dois objetivos, era necessário sobreviver; daí refletir-se a ação em combates inacabados, com enorme movimentação, a fim de prolongar a contenda e desgastar o adversário, com cercos às praças fortes e ameaças permanentes às suas linhas de comunicações, tudo acrescido da precariedade do armamento de que dispunham os Exércitos regulares. Assim resultavam longas guerras com duas ou três batalhas apenas.

As tropas portuguesas no Brasil, devido à permanência sob o domínio espanhol (2), não desenvolveram, logo com os novos princípios táticos de Gustavo Adolfo, devendo a estratégia resumir-se em emboscadas e em lutas corpo a corpo, pondo em ação, simultâneamente, a arma de fogo e a arma branca. Foi, aliás, esta solução tática, a razão da vitória dos nossos, porquanto, se os holandeses esperavam grandes frentes para lutar, encontravam, em realidade, escaramuças e guerras de recursos, lentas, mas eficazes nos seus efeitos. Durante as lutas da insurreição, os terços vão sendo subdivididos em pequenos grupos de 20 e 30 homens que se internavam no mato, sustentando-se, por vêzes apenas de milho e de carne de cavalo.

A sede de guerrilhas era a casa grande dos engenhos que, polivalente em suas funções, foi refúgio, depósito de munições, concentração militar, esconderijo de escravos-espias, hospital e escritório. No seu complexo-social, de pequena cidadela medieval, trabalhavam os artífices, de diferentes misteres, a serviço dos interesses dos senhores; armeiros improvisavam armas, transformando foices de roçar em armas de haste, afiando paus tostados, adaptando pontas de ferro e facões a lanças e dardos, ou a varas grossas cortadas nos matos, ou mesmo aguçando velhas espadas enferrujadas. Os flamengos, ao sentirem as resultantes destas iniciativas, tentaram reprimir, violentamente, os moradores que hospedassem ou escondessem os soldados da Bahia, que sornateiramente se iam infiltrando, durante a trégua, no domínio holandês, para incendiar engenhos e canaviais, para a matança de bois, depredar propriedades e ataques a patrulhas isoladas. A pena im-

---

(2) — O *Tercio*, regimento espanhol, tinha três mil homens e dividia-se em 15 companhias de 200 homens, cada.

posta aos que abrigassem os guerrilheiros, era a morte, como aconteceu a D. Jerônima de Almeida, espôsa de Rodrigo de Barros Pimentel, que sòmente escapou à pena capital, por terem intercedido por ela, junto a Nassau, muitas senhoras da alta nobreza local.

A experiência das guerras de recursos foi tão proveitosa que, mesmo na fase final da campanha, quando os nossos já podiam manter, abertamente, redutos, foi preferida a tática de organizar estâncias, ao redor do Recife e da cidade Mauricéia, em lugar de encurralar a infantaria num arraial, muito mais vulnerável à ação do inimigo. E, mesmo nos grandes embates, como o das Tabocas, após cuidadoso levantamento topográfico, foram levadas a cabo, batidas, seguidas de emboscadas armadas por uns quatro corpos, em setores onde o campo era estreito, áspero e rodeado de matos; só então, ocorreram as grandes lutas onde os holandeses se desesperavam diante da impossibilidade de empregar peças de artilharia contra um inimigo dissimulado em árvores, barrancos e moitas, e nunca disposto nas grandes linhas clássicas. ■

O problema dos abastecimentos é sempre vital no panorama das lutas, sabendo-se que, em campanha, os nossos levavam bois, farinha, peixe, sal e aguardente; os holandeses recorreram, sempre e preferencialmente, aos alimentos típicos do seu povo, sem compreender a necessidade de aclimação — a carne defumada, os peixes salgados, chamados pelos cronistas peixe-pau, e o biscoito duro brote, também usado como alimento básico pelos marinheiros, nas longas viagens (havendo nos portos, estabelecimentos especializados em fabricar e vender os biscoitos) — também levavam, em boa quantidade, aguardente e cerveja. O transporte dèste material era feito pelos escravos e por mulheres, na retaguarda das colunas, como está documentado numa gravura de F. Post, referente ao Rio Grande do Norte e Paraíba, na obra de Barleus.

Além das tropas regulares, holandeses e portugueses arregimentaram, indiferentemente, índios e escravos negros.

Com os indígenas, os holandeses, traquejados em lidar com tropas assalariadas, usaram da indispensável compreensão, mantendo um sistema de escravização branda e legalmente regulada no tempo de Nassau e posteriormente, de excessivo rigor. Sub-

jugando os índios brandamente, era exigida dêles apenas a adesão guerreira e não trabalho sistemático, escravizado, conseguindo assim batedores experimentados, para refôrço dos contingentes trazidos da Europa. Inimigos irreconciliáveis, entre si, como os Cariris e os Tupis, foram milagrosamente mantidos nas tropas e lançados como verdadeiros algozes dos portuguezes. Além do seu arco e flecha, usavam os indígenas cortantes espadas de pau, de dois finos gumes. Entretanto, os nossos arregimentavam os indígenas fiéis, em Terços Índios, dando-lhes, como Capitão-mor, Antônio Filipe Camarão, mais tarde Cavaleiro da Ordem de Cristo e agraciado com fôro de fidalgo. Não davam contudo, quartel aos indígenas aprisionados. Eram todos julgados tropa de Portugal e, ao crime de deserção e ajuda militar ao inimigo, juntava-se o pecado social de apostasia e abandono da comunhão católica.

Para a escravaria negra, esta fase foi a grande oportunidade de evasão. Coagidos por dois senhores que oprimiam e exigiam trabalho, optaram, sempre que foi possível, pela terceira solução, que era a fuga e o refúgio nos quilombos, solução ideal para êles.

Os senhores, normalmente, levavam os seus escravos para as lutas, sendo muito úteis na distribuição de munições, na guarda dos mantimentos e no transporte das rêdes dos feridos. Os negros libertos foram também recrutados nos mocambos de Camaragibe, do Borralho e de outras regiões, pelo próprio Fernandes Vieira, que lhes acenava com a paga de justo preço, se o acompanhassem na empresa guerreira. Uma vez reunidos, passavam a constituir o famoso Têrço negro de Henrique Dias, que chegou a contar com maior efetivo do que o dos soldados brancos, cêrca de 24.000 homens, como informa Fr. Manuel Calado. Ao citado Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil, concedeu D. Filipe III. de Portugal o fôro de fidalgo e o titulo de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Os holandeses também os incorporaram largamente às tropas, e dêles lançaram mão em estratagemas contra os senhores, prometendo-lhes a alforria, mediante a delação de possíveis esconderijos de armas, ou atividades subversivas dos portuguezes, o que no mínimo acarretava a prisão e a confiscação dos bens dos incriminados.

Nas atividades guerreiras, pròpriamente ditas, os negros com o torso nu e vestidos com simples tangas, ou calças justas, transportavam os arcabuzes e portavam as bandoleiras. Lutavam à espada, tendo facões como armas de mão esquerda, empunhavam piques ou arremetiam zagunchos — espécie de azagaia — muito citada pelos cronistas coevos.

Ainda no tocante à formação de corpos, não podemos deixar de assinalar um curioso fato ocorrido quando da rendição da Fortaleza de Pontal: o seu comandante, Teodoro von Hoogstraten, pôs-se com os seus homens, mediante paga dos soldos em atraso e garantia de boa alimentação, ao serviço de D. João IV. Contudo, se o comandante se conservou fiel ao ajustado naquela ocasião, não procederam da mesma maneira os soldados, que na primeira oportunidade, começaram a vender informes sôbre a posição e atividades dos nossos, aos flamengos, sendo êles em 1646 expulsos das nossas tropas e enviados presos para a Bahia.

Antes de encerrarmos êste estudo da constituição das tropas, convém fazer uma rápida alusão à indumentária característica dos que, de alguma maneira, participaram das lutas. O traje usado era o comum, pois o uniforme militar só veio a ser consagrado, definitivamente, a partir do terceiro quartel do século XVII.

Os soldados holandeses combatiam de calções amplos, camisa, gibão de pano ou couro, meias e sapatos, às vêzes botas, morriões e algumas peças de armadura. Os nossos, muitas vêzes improvisados em soldados, aprestavam-se para o combate, usando roupa simples de algodão, casaco curto, chapéu, pés descalços, suas armas comuns e bandoleira com cartuchos.

Os oficiais, também sem grande uniformidade, traziam como insígnia a faixa e o bastão característicos. Uma ou outra peça de armadura, como o morrião, o gorjal e escarcelas nos homens a cavalo. Era de uso na época o chapéu de fêltro ou castor, de aba larga, copa alta, ornado com uma vistosa pluma vermelha ou branco, ou mesmo com uma simples pena. As capas pendiam dos ombros e caíam sôbre a espada. As pessoas de categoria usavam sapatos de entrada baixa e bico quadrado, com tacão alto, ou botas moles com grandes canhões em funil e esporas de grandes rosetas.

Em resumo, os cronistas são unânimes em afirmar que os homens, nas lutas, vêem melhor armados que vestidos.

\* \* \*

No primeiro têrço do século XVII não se pode falar de armas regulamentares, mas tão sòmente, de armas que eram de uso naquela época, e que são citadas a cada passo pelos cronistas dos fatos guerreiros, em prosa e em verso, como o faz, Fr. Manuel Calado, no "O valeroso Lucideno" (Vol. II, pág. 70):

... " Qual toma o morrão e o cossolete (\*)  
Êste toma o chuço, aquêle a alabarda,  
Aquêle a bandoleira e o mosquete,  
Qual prepara a clavina e a espingarda;  
Êste as balas enramadas mete  
na bôlsa, e aos nossos animoso aguarda  
entre brio e orgulho perturbado,  
Em tropa unida e esquadrão formado." ...

Podemos relacionar assim:

### 1) *ARMAS OFENSIVAS*

#### *ARMAS DE FOGO:*

O arcabuz, o mosquete, a clavina, a escopeta,  
a pistola, o bacamarte e as  
peças de artilharia,  
e respectivas munições.

#### *ARMAS DE HASTE:*

Piques e Meios-Piques.  
Alabardas e Partazanas.

#### *ARMAS DE CHOQUE*

Acha de armas e  
pequenos machados.

#### *ARMAS BRANCAS*

Espadas, adagas, punhais, facões.

---

(\*) — *Cossolete*, caçoleta:

Depósito da escorva inflamável nas armas de serpentina, roda ou pederneira.

## 2) *ARMAS DEFENSIVAS*

Do homem.

Do cavalo.

### O *ARCABUZ*

Foi a primeira arma de fogo portátil, usada em combate (Batalha de Moret — 1476). A partir do século XVI apresentava melhoramentos, como a coronha de madeira, aparelho rudimentar de pontaria. Porém, era ainda muito pesado e muito longo, exigindo uma forquilha para apoiá-lo durante o tiro. Os primeiros receberam fechos de mecha, de manejo longo e perigoso, devendo o atirador usar movimentos calculados e prudentes. Posteriormente, foi inventado o dispositivo que suprimia o morrão fumegante, adaptando-se ao fecho, a roda de ferro conjugada a uma pedra de sílex (a chamada pedra de fogo dos portugueses) que criou novas condições de combate.

Ambos os sistemas (mecha e rodete) tinham sérios inconvenientes:

- 1º) Execução do tiro assaz lenta;
- 2º) Os dias úmidos ou chuvosos apagavam o morrão ou inutilizavam a pólvora;
- 3º) O cheiro característico do morrão muitas vezes traiu a presença dos atiradores nas emboscadas.
- 4º) O arcabuzeiro deveria sempre trazer consigo uma enorme manivela de ferro ou uma chave, não menor, para dar corda ao mecanismo; estas peças, uma vez perdidas, tornavam impossível o uso da arma (3).
- 5º) O recuo violento da arma, em geral, derrubava o atirador, e foi preciso adaptar um gancho (croc) que por sua vez se apoiava num obstáculo fixo. Era, assim, uma arma mais útil como peça de posição, em barcos ou em fortificações.

---

(3) — O dar corda ao mecanismo, retardava de tal forma a execução do tiro que, em 1638, os mosqueteiros do Duque de Saxe-Weimar, na Batalha de Wittenmergen, sômente conseguiram disparar sete tiros cada um, numa luta que se prolongou por nove horas.

6º) Por outro lado, os terrenos, excessivamente duros ou alagadiços, não ofereciam a necessária firmeza à forquilha. E no caso, por exemplo, dos grandes combates de Guararapes, os arcabuzeiros flamengos restringiram o uso das suas armas aos pontos onde o terreno fôsse mais consistente, como as pontas de terra firme penetrantes nos brejos, que se estendiam do Ibura, pelo leste, até Jangada, contornando os montes.

Os nossos arcabuzes foram muitas vêzes adaptados nos matos, em suportes eventuais, como forquilhas de árvores, secções de troncos derrubados ou mesmo barrancos, pela impossibilidade de fincá-los em terra firme, como aparece nas citações das crônicas.

O arcabuzeiro, além da bandoleira, deveria ter consigo um polvarinho para a carga e outro para o polvorim (pólvora fina que deveria ser colocada no ouvido da arma), um isqueiro e a mecha; da bandoleira pendiam dez a doze cartuchos de madeira e couro, cada um com uma carga de pólvora.

O arcabuz foi ainda usado nas execuções, ficando os condenados, atados a estacas de pau. Citam os cronistas, da época, dois fatos em que os acusados acabaram por ser arcabuzados; o primeiro quando três soldados flamengos, saindo do quartel, roubaram um boi de carro a João Velho Braga, na localidade de Varadouro, próxima de Pôrto Calvo. Tendo a vítima apresentado queixa documentada, incorreram os faltosos na penalidade prevista pelo Bando expedido pelo gen. Lichthardt. O outro fato, também como o primeiro narrado por Fr. Manuel Calado, ocorreu quando sete soldados do Têrço de Teodoro von Hoogstraten, já então a sôldo dos portugueses, na Ilha de Itamaracá, em lugar de combater os flamengos, largaram as armas e entregaram-se ao saque dos bens locais. Julgados, foram sumariamente condenados a serem arcabuzados. Contudo, face aos apelos feitos em favor dos condenados, pelos companheiros de armas, o Capitão ordenou que os sete jogassem a sorte com os dados, devendo ser arcabuzado, apenas, o que menos pontos tirasse.

\* \* \*

Possui o M.H.N., nas suas coleções de armas, um arcabuz de roda ou rodete, do século XVII (Foto II).

“Peça rara e em perfeito estado de conservação, com indicação clara do armeiro que a fabricou (F. Werz in Wurzach). Falta, sòmente, pequena parte do fuste. Encontrada no Pará. Cano octogonal. Mede 1,20 m de comprimento. Calibre 21 m/m. Foi adquirido pelo Museu ao Sr. J. Washt Rodrigues, a cuja coleção particular pertencia. Sendo Wurzach, uma localidade da Boêmia e Werz um armeiro conhecido no século XVI, é provável ter sido este arcabuz parte da famosa encomenda de D. João III, em 1549, de três mil arcabuzes de roda aos melhores armeiros da Boêmia, segundo conta Frei Luís de Sousa nos *Anais de D. João III* (Gustavo Barroso — *Introdução à Técnica de Museus*, Vol. II; págs. 146/7/8. Rio de Janeiro, 1947).

### O MOSQUETE

Era um arcabuz aligeirado. Possuía as mesmas fecharias, já citadas. Eram mais leves e mais curtos que os arcabuzes, possuíam coronha quase reta, maior calibre e dispensavam a forquilha de descanso, podendo ser apontado amparado no ombro.

Serviam aos mosqueteiros para a proteção dos Infantes, ericados de piques, chuços e alabardas, ficando os atiradores dispostos em três linhas. Inicialmente, faziam fogo, os da primeira linha, e passavam à retaguarda para recarregar, enquanto a segunda tomava o primeiro pôsto e assim sucessivamente. Houve combates em que foram usadas duas ou três balas em cada carga, e dizem as crônicas que, em face desta sobrecarga no potencial do tiro, as armas muito aquecidas davam tremendo coice no peito dos atiradores, fazendo-os cair ao chão, o que os salvava, pela queda, das balas atiradas no contra ataque dos inimigos.

Os mosquetes eram também chamados pelos portugueses de espingarda, denominação antiga e amplamente difundida em Portugal; assim, nas páginas militares vemos, indiferentemente, citados *mosquetes e espingardas*:

... “a retirada da tropa holandesa, foi cortada por 60 *espingardeiros* de uma Companhia de seis capitães e dois ajudantes, para a primeira e segunda cargas”... ou, ainda,

... “os nossos, armados de *espingardas*, lutaram cinco horas, sem que nenhuma arrebetasse nem falhasse ou quebrasse as pedras nos fechos, atirando algumas delas, mais de 50 tiros”... e

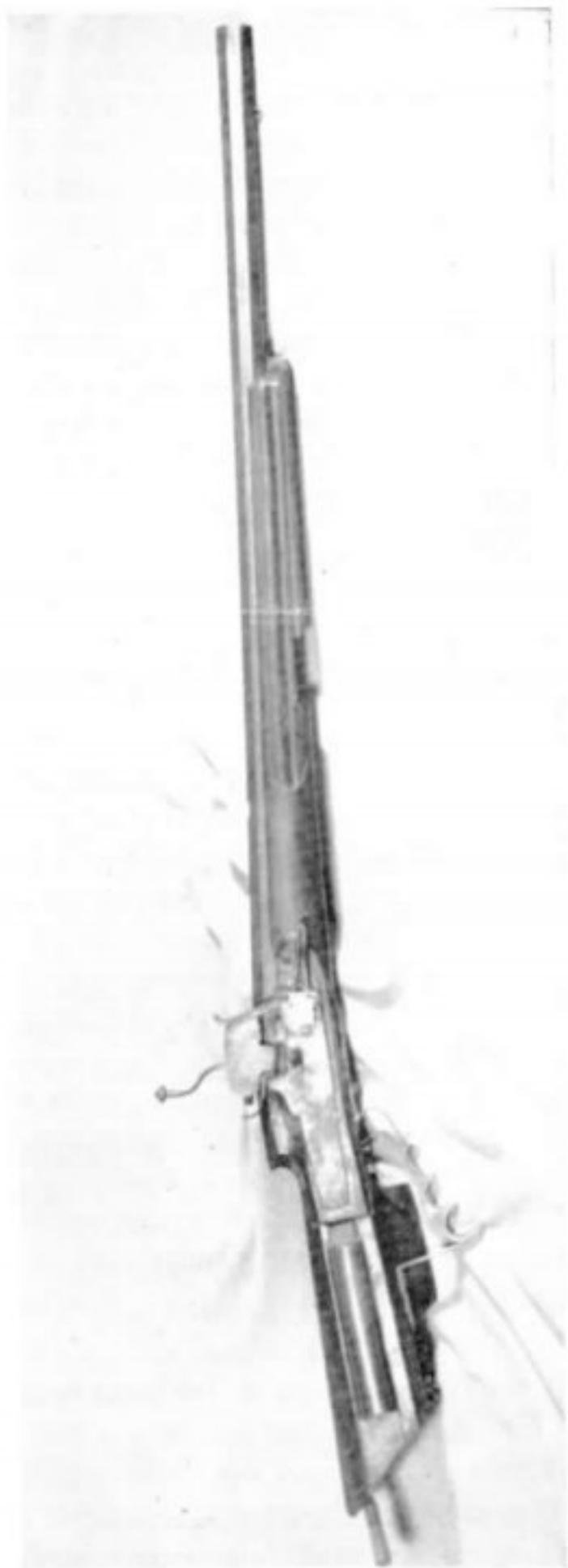


Foto 2 — Arcabuz de roda ou rodete.  
Século XVII.

... “e como eram os nossos *mosquetes biscainhos* e reforçados, tôda a parede da casa iam fazendo como crivo, em buracos...”

As detonações conjuntas eram denominadas “surriadas” da mosquetaria e, isoladas, eram usadas como sinal convencionado entre as tropas, para início de ação, ou como medida de distância, ... “no mato a *um tiro de mosquete* do caminho...”

As tropas trocavam cumprimentos, com o estrondo das armas, em salvas festivas ou fúnebres, como no sepultamento dos restos mortais de Calabar, em Pôrto Calvo, ordenado por Sigismundo von Schkoppe, quando da chegada dos reforços holandeses àquela praça.

O Museu possui um mosquete de roda, peça magnífica, mas que não é, contudo, documento da Guerra holandesa, pois foi integrante das coleções trazidas por D. João VI, quando da transmigração da família real Portuguêsa, para o Brasil.

## CLAVINA

Também era chamada, na época, pelos portugueses: CRAVINA.

Era um mosquete de roda, com cêrca de um metro de comprimento, espécie de espingarda curta. Foi usada pela cavalaria francesa com o nome de *carabin*. Além do seu uso normal, vê-se, em citações, que as tropas invasoras, em 1630, as usaram como meio de tortura, colocando os dedos da vítima nos fechos das clavinas, para obter informes sôbre o local de possíveis esconderijos de jóias e de dinheiro ou confissões de crimes políticos.

E já, durante a insurreição, quando João Blar, resolve prender o Capitão-mor Fernandes Vieira e matar todos os que com êle estivessem nos mocambos do Borralho, reúne para a empreitada noturna cêrca de 200 negros e índios, e mais 300 soldados armados de *clavinas* e de *espingardas*, para que não fôssem presentidos, pelo cheiro do morrão.

## A ESCOPETA

Mosquete curto, leve, de pequeno calibre, que podia ser transportado em bandoleira ou na sela dos cavaleiros. Já em 1634, os holandeses apareceram portando *escopetas de roda*.

## A PISTOLA

Arma de fogo curta, redução da escopeta, que aparece relacionada no Inventário das armas deixadas pelos holandeses no Recife, e também nas crônicas. É arma típica da cavalaria. Antes das invasões holandesas, o uso do pistolete de bôlso, foi terminantemente proibido pelas Cartas Régias de 7 de abril de 1614 e de 6 de setembro de 1616, a não ser que o portador estivesse a cavalo e que a arma estivesse nos coldres.

Os primeiros modelos surgidos, ainda necessitavam do apoio na couraça ou no corpete de couro, para a execução do tiro. Depois, porém, aparecem modelos que permitiam a sua utilização somente com uma das mãos. Durante a Guerra holandesa, foram empregadas pistolas de roda, pistolas francesas e pistolas francesas de cavalgar, como eram, então, denominadas.

Dentro da ética militar, numa rendição, o oficial deveria entregar-se com as suas armas, que lhe eram conservadas juntamente com as insígnias. Quando Henrique Hus, no cêrco da Casa Forte de D. Ana Pais, é vencido pelos homens de Fernandes Vieira, o oficial flamengo entregou-se com *suas duas pistolas* nas mãos, com as bôcas voltadas para a terra, sendo-lhe concedido que saísse com as armas e insignias, o que não foi permitido aos seus comandados.

## BACAMARTE

Também citado no inventário. É variante do arcabuz. Espécie de canhão portátil, com coronha. Arma pesada, que era carregada de metralha; cano alargando para a bôca. Arma essencialmente de Marinha. O bacamarte de maiores proporções e maior pêso, era denominado TRABUCO, que atirava firmado sôbre uma forquilha.

## A ARTILHARIA

A artilharia de fortalezas e barcos do século XVII era de bronze e de ferro, atirando projetis esféricos de 2 a 36, e a artilharia de campo era de pequeno calibre, de 2 a 18, e ainda de ferro e bronze. As peças tinham por aparelho, a lanada, a colher, o soquete, o saca-trapos, e eram montadas em carrêtas com reparos em falcas.

Após a Restauração, quando foi processado o levantamento das armas e petrechos bélicos deixados em 1654 pelos flamengos, verificou-se a diversidade da procedência do material empregado nas lutas no Brasil. Assim, nas peças de artilharia, surgem ora os braços de Portugal e Espanha, ora os das Províncias Unidas, Marcas da Irlanda, dos Príncipes de Orange e de Nassau, das Câmaras de Amsterdam, Delft, Frísia, da grande cidade fortificada, Groninga, de Enckhuisen (que no século XVI, possuía um bellissimo pôrto e um grande arsenal) e da Zelândia, e ainda símbolos como o leão, a flor-de-lis, a lagosta, um navio, figuras que achamos que devessem estar representadas nos originais do documento que ora citamos, mas que, contudo, não aparecem na cópia impressa. Apenas, na página 52, surgem os desenhos que reproduzem as marcas das Câmaras de Amsterdam, Groninga e Zelândia. (4).

Esta última é a que mais de perto nos interessa por surgir num dos canhões do M.H.N., exposto na ala esquerda do Pátio Epitácio Pessoa (Foto 3). As peças com a marca de Zelândia, foram encontradas no Recife, em 1654, sabendo-se que uma estava numa bateria de terra, ao longo da porta de acesso à vila, outra numa bateria junto à casa de João Vaci e, finalmente, outra no Forte de Brum.



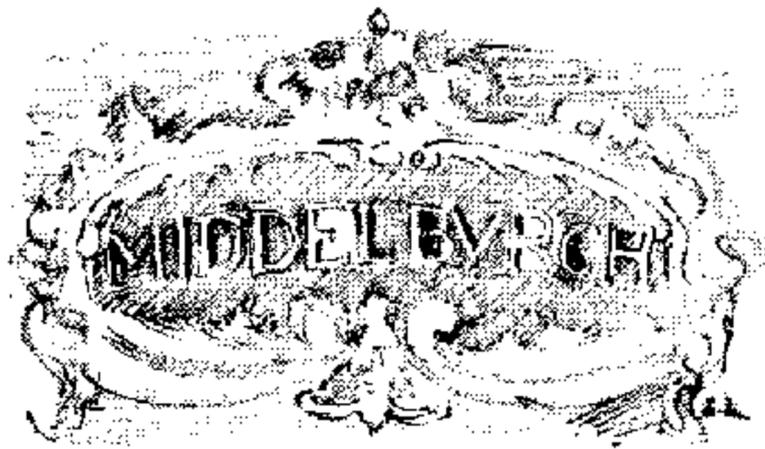
A peça do Museu é de bronze, tem duas faixas com motivos florais e carrancas limitam a bolada. As asas são formadas pelos corpos de golfinhos. No segundo refôrço, a sigla da G.W.C., en-

(4) — Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco etc... 1654.

cimada pela Letra Z, da Câmara de Zelândia, tudo dentro de uma cartela redonda com ornatos fantasistas,

logo abaixo, numa cercadura oval, ornamentada, aparece em letras capitais:

M I D D E L B V R C H (localidade da Zelândia) e na faixa da culatra, em capitais, o nome do armeiro, seguido da data da fabricação da peça:



M I C H A E L B V R G E R H V Y S M E F. 1629., a cascavel lisa prende-se à culatra ornamentada em relêvo. A data da fabricação e a sigla da G.W.C. referendada pela Câmara da Zelândia, uma das Províncias mais ativas, ao tempo das lutas (tendo fornecido homens do valor de Gedeon Morris, natural de Middelburgo, e que comandou as tropas batavas no Ceará), identificam o canhão, como parte dos que devem ter sido forjados intencionalmente, para o apresto das tropas invasoras, enviadas pela Companhia em 1630.

Outro canhão holandês existente no Museu, está exposto na ala direita, do mesmo Pátio. É de bronze e de menores dimensões que o já descrito. As faixas dos reforços são ornamentadas com palmetas e guirlandas; asas serradas. No segundo refôrço, escudo, liso à balona, com elmo de cavaleiro e paquife; inscrição em relêvo, em português:

A DEUS PESSO SEU FAVOR NAS BATALHAS QUE TIVER PERA SAIR VENSEDOR; ANO 1631. M. CLAWES. AM. DAM.

“A inscrição em português (5) parece indicar que pertenceu a um navio dos armadores judeus-portuguêses que, de 1631 a 1654,

(5) — Gustavo Barroso, Cat. Coment. da Exposição do MHN: nos Pavilhões do “Mundo Português” e do “Brasil Independente”. (1940), pág. 30.



Foto 3 — Grande canhão holandês — Século XVII,  
(Com a sigla da G.W.C., encimada pela marca da  
Câmara da Zelândia)

fizeram o comércio do Brasil à sombra da bandeira da Cia. das Índias Ocidentais, armados em guerra contra os piratas europeus e barbarescos.”

Ainda, quanto à artilharia de grosso calibre da época, podemos citar o emprêgo dos *canhões pedreiros*, que atiravam *pelouros* ou balas de pedra de 18 a 40 libras, sendo a descarga denominada comumente de *pelourada*. Projetis de pedra, também eram atirados pelas *Roqueiras*, peças de artilharia, de ferro ou de bronze, usualmente empregadas pelos holandeses nas suas lanchas, e, finalmente, citam-se as *Colubrinas*, peças de carregar pela bôca, que podiam ser miúdas, médias ou graúdas, atirando respectivamente, balas de ferro de 5 a 7 libras, 8 a 12 e 15 a 24.

Quanto à tropa especializada nos serviços de artilharia, sabe-se que os artilheiros constituíam um corpo à parte, privilegiado, e que, quando do assédio a uma posição, eram enviados os “gastadores” para cortar faxina (muitas vêzes, sob intenso fogo do inimigo) e cavar a terra para assentar as plataformas, de onde atirariam os canhões sôbre as posições dos adversários.

Para uma rápida idéia do tipo de fortaleza, que os holandeses encontraram no Brasil, basta a descrição contida nos relatórios que orientaram os estudos da G.W.C., do Forte dos Reis Magos (reconstruído em pedra pelos portugueses, entre 1614 e 1619, e tomado pelos holandeses, a 12 de dezembro de 1633); o Forte situado no Rio Grande do Norte, era considerado o melhor e o mais belo da costa, sólido e bem armado, com onze canhões de bronze, muitas colubrinas e doze a treze canhões de ferro, e mais duas peças na entrada que dava acesso ao paiol.

Muralhas de nove a dez palmos de espessura, duplas, sendo cheio de barro o intervalo entre elas. Sabiam os holandeses estar o forte com poucos víveres, algumas peças de ferro imprestáveis, e guarnecido por apenas sessenta soldados pagos e que também com a maré cheia, o forte ficava cercado de água, não podendo nêle, ninguém entrar ou sair. Acrescentavam que os portugueses, o haviam construído para enfrentar os saques periódicos dos corsários ingleses e franceses, naquele ponto do litoral, cuja riqueza maior eram as extensas salinas existentes a 60 milhas para o norte.

## A MUNIÇÃO

Além das balas ôcas ou maciças de ferro, e das de pedra, já citadas, foram empregadas *balas incendiárias* (que continham substâncias destinadas a produzir incêndios); assim, em 1632, no célebre combate naval em que se defrontaram as capitânicas de Pater e Oquendo, diz a crônica: “e brigando a nossa capitania com a sua, vendo que era uma nau mui forte, alterosa e bem fornecida de muitos mosqueteiros, tendo-lhe já derrubado o mastro grande, *meteram sôbre a bala de uma peça reforçada um envoltório de um pano breado*, e fazendo-lhe tiro lh’o meteram dentro no bojo da sua nau junto ao paiol das munições; começou-se a atear fogo na nau, a sair dela fumo...” (6)

Também Southey ao descrever as operações para a expulsão dos holandeses da Bahia, assinala “e o Forte Novo atirava balas incendiárias”.

Tiveram uso comum as *palanquetas* ou *balas de cadeia*, que eram duas balas ligadas por uma haste de ferro ou corrente leve, pesando 10, 12 ou 24 libras. As mais pesadas foram largamente empregadas nos combates navais, (visando destruir a mastreação dos barcos) e as de menor calibre, nos embates de terra. Assim no cêrco da Casa Forte de D. Ana Pais, foi a montaria de Vidal de Negreiros morta por uma bala enramada, e uma palanqueta fêz em pedaços uma caixa, onde o Capitão-mor, carregava duas pistolas. Pelo inventário de 1654, calcula-se que pelo menos 4 800 palanquetas foram deixadas no Recife.

As balas *enramadas*, citadas linhas acima, eram preparadas pelos soldados na época, com toucinho e sebo, para dificultar a cura dos ferimentos causados pelas balas dos mosquetes. Henrique Dias, ao ser ferido na mão esquerda no combate do rio Comendaituba, optou bravamente pela amputação da mão ferida, por saber que a bala sendo eivada, lhe acarretaria meses sem conta de inatividade, durante a longa cicatrização, que seria por outro lado mais rápida, se o veneno fôsse totalmente isolado.

Houve ainda a munição de recurso, surgida nos momentos em que a tropa de artilharia, vendo-se desmuniçada, teve de lançar

---

(6) — Fr. M. Calado, *O Valeroso Lucideno*, Vol. I pág. 30.

mão de algum expediente. Nas lutas contra os homens de Nassau, no rio Comendaituba, por exemplo, acabadas as balas usaram os nossos como munição, sacos cheios de pregos e de balas de chumbo de mosquete.

Sabe-se, por outro lado, que em meio às lutas eram os soldados remuniçados por um companheiro que, levando um cabacinho de pólvora, abastecia aquêles que se viam faltos de material.

Para que se tenha uma idéia do volume de material bélico necessário à defesa das Capitánias atacadas, basta citar parte da relação apresentada por Southey, quando fala dos reforços enviados pela côrte, quando do ataque à Bahia. Assim, entre provisões fartas, vieram de Lisboa 310 *peças de artilharia*, 2 504 libras de *balas redondas e de cadeia*, 2 710 *mosquetes e arcabuzes*, 209 quintais de *chumbo e balas*, 1 355 *piques e meios piques*, 202 quintais de *mechas*, 500 quintais de *pólvora*, fora 300 quintais que deveriam ser trazidos pela Armada espanhola.

Além dêste material, o já existente na terra foi rapidamente, escondido pelos nossos, ao sentirem as primeiras vitórias dos holandeses. Foi um estratagema que possibilitou, mais tarde, o municiamento dos guerrilheiros durante a resistênciã e na posterior insurreiçãõ.

E para finalizar a apreciação da munição empregada nas célebres lutas do século XVII, resta fazer ligeira alusão às *mechas* (morrão), pedaço de corda, de linho ou de embira, que se acendia numa extremidade para comunicar fogo às peças de artilharia, aos arcabuzes, mosquetes etc. . . E a título de illustração, acrescentamos a notícia vinda nas páginas dos coevos, de que na Freguesia de São Lourenço, Diogo Lopes Ferreira, proveu os nossos soldados com cêrca de oito mil braças de *morrão*, que escondera antes, habilidosamente, para o momento do levante.

## ARMAS DE HASTE

### O PIQUE

Também denominado, Espontão ou Chuço. . .

Já nos referimos às formações maciças dos piqueiros e alabardeiros e à importância do adestramento dêstes infantes nas lutas do século XVII O soldado piqueiro recebia instruções sô-

bre o manejo do pique e da espada, em conjunto, ministradas pelos sargentos, adquirindo assim a agilidade e a firmeza necessárias para lutar desenvoltamente, com uma arma tão comprida e incômoda.

Nas lutas os soldados uniam-se qual ouriços, pelos ombros, curvados para a frente, em atitude de espera, mantendo em riste a arma, cujo conto ficava firmado no pé esquerdo do combatente, enquanto a mão direita mantinha a espada desembainhada.

No corpo a corpo, o pique passava a ser arrastado, seguro pela haste, junto à choupa, enquanto tinha lugar a luta à arma branca.

Reputado como arma de categoria, foi o pique empunhado mesmo por oficiais, como o Mestre de campo, Dom Fernando de Ribaguero, nas lutas em Pôrto Calvo, em companhia da gente de Bagnuolo, quando o valoroso espanhol forçou a passagem através das tropas inimigas, armado apenas com o seu *pique*.

Nas tropas européias, media o pique, comumente de 4,30 m a 4,50 m, com haste de madeira endurecida e revestida por pontas de ferro, nas extremidades. Porém, o tamanho do pique era um tormento para os soldados que, em geral, acabavam por cortar parte da haste, o que veio a ser objeto de proibição formal, como se pode observar do Art. VI, das Instruções de 10-5-1634, "que os piques se não cortem e sejam todos da mesma grandeza que devem ser, e tereis particular cuidado, quando a gente se juntar, de olhar por isso; e vereis se os soldados os trazem cortados e fareis executar nêles as penas em que incorrerem os que cortam piques".

E o Regimento das Flonteiras de 29-8-1645, em seu capítulo LXVII, recomenda em especial a conservação das hastes, evitando que elas bichassem ou se deformassem.

Os dois exemplares que o M.H.N. expõe na Sala Conde de Pôrto Alegre, têm choupa espatulada e pequena cruzeta; tendo apenas 2,03 m de altura, e sendo que sômente a choupa mede 0,50 m, o que os filia flagrantemente ao grupo dos piques que foram cortados, ainda que debaixo de tôdas as proibições legais. (Foto 4)

Na gravura de Franz Post, que reproduz o combate de Pôrto Calvo, (Foto 1) e em tôdas as outras que reproduzem cenas mili-

tares da época, aparecem sempre soldados empunhando altíssimos piques, mas que, pelo visto, foram aos poucos cedendo lugar aos de menor haste.

## A ALABARDA

Arma de haste que se destinava à execução de ações particularizadas no combate. Além do ferro central, destinada o ferir de ponta, como o pique, apresenta duas lâminas laterais, uma usada pelo infante como cutelo ou machado para o golpe contra o capacete do inimigo, e outra semelhante a um gancho ou bico de falcão, que facilitava puxar os cavaleiros pelas juntas dos arnêses, e desmontá-los para a luta corpo a corpo.

Os holandeses empregaram os alabardeiros no Brasil, para contrabalançar a vantagem do adestramento dos portugueses, no manejo da espada.

As alabardas foram usadas também em execuções, como no caso ocorrido durante a fase preparatória das lutas das Tabocas, quando um grupo de soldados se recusou a atravessar um rio para entrar em ação, sendo então justicados, sumariamente, pelos sargentos com *alabardas*.

Nas grandes solenidades da época eram trazidas como insígnias pelos homens que flanqueavam as autoridades, como no caso das pompas fúnebres celebradas no Recife, por ocasião da morte do irmão do Príncipe de Nassau:

“Detrás da tumba foi o Príncipe vestido de veludo negro... junto ao qual ia o seu capitão da Guarda com doze alabardeiros, seis de cada parte (7).”

O M.H.N. possui quatro exemplares (Foto 4), medindo dois deles 2,10 m de comprimento e tendo a choupa 0,34 m nos exemplares de maiores proporções, e nos outros dois menores 1,90 m de comprimento e apenas 0,18 m de choupa.

Estas alabardas e os piques antes mencionados pertenceram à coleção reunida por Vítor Meireles, quando dos estudos para a execução da grande tela “Batalha de Guararapes” (das coleções do Museu Nacional de Belas Artes). O laureado mestre teve a

---

(7) — Fr. M. Calado, *O Valeroso Lucideno*, Vol. I, pág. 165.



Foto 4 — Ao centro: "Meia — armadura".  
lateralmente: alabardas e piques.

preocupação de documentar, com a maior autenticidade possível, o grande óleo, indo recolher o material no Nordeste, sobretudo na Paraíba. Esta documentação, que posteriormente doou à Escola de Belas Artes e veio integrar o acervo do Museu Nacional de Belas Artes, foi mais tarde transferida para o M.H.N.

## A PARTAZANA

São também citadas, tanto pelos cronistas da Guerra Holandesa, como estão relacionadas no já citado Inventário de 1654. As partazanas eram alabardas aligeiradas, com cerca de 1,80 m de comprimento na haste. Algumas vêzes apresentavam riquíssimos rendilhados nas lâminas.

## ARMAS DE CHOQUE

### A ACHA DE ARMAS

ou Machado de Guerra, no século XVII tem a forma de um grande e pesado machado. Inicialmente, apresentavam duas lâminas, porém, depois foi-lhe acrescentado ao alto uma ponta de lança, passando a ser utilizado como arma de choque e como arma de haste. Os menores eram trazidos pelos cavaleiros pendurados ao arção da sela. O exemplar do M.H.N. (Foto 5) apresenta um cutelo e um gancho para desmonte do cavaleiro inimigo, e ao alto uma ponta de ferro, à semelhança de uma choupa de pique.

A palavra *acha* vem do baixo alemão *Hache* — *machado*.

## ARMAS BRANCAS

Em Portugal, as Ordenações Afonsinas e as leis de 29-10-1609 e 9-7-1643, as chamadas leis da Suntuária ou da Pragmática, procuravam restringir o luxo, controlar as despesas excessivas e *delimitar e proibir o uso indevido de armas*.

No Brasil colonial, o porte da espada era permitido aos senhores, aos fidalgos, funcionários de categoria, pessoas de classe elevada, indivíduos privilegiados, e obviamente aos militares. Aos demais e seus criados e escravos, o uso de armas era permitido por lei, quando em viagem, para segurança individual.



Foto 5 — Acha de armas ou machado de guerra.

## A ESPADA

Durante 'muitos séculos, foi a espada, a arma branca por excelência. No século XVII, malgrado as proibições estatuídas nas leis citadas, o desenvolvimento da indústria, em notáveis centros como Toledo e Sevilha (Espanha) e Solingen (Alemanha Central), produz peças excelentes, que vão ser manejadas tanto por nobres como por burgueses.

E na Guerra holandesa, é sabido o empenho que tinham os flamengos em neutralisar o magnífico adestramento no manejo da espada que caracterizava os soldados portuguêses, tornando-os terríveis oponentes na luta corpo a corpo.

Nessa época, a espada característica tem a lâmina delgada e o copo ornamentado. A fôlha é reta tendo sempre dois gumes, com extremidade aguda. Pendia de um largo talabarte de couro liso ou lavrado, alguns forrados de veludo, às vêzes finamente bordado. O cinto era raramente usado.

Havia um tipo de arma mais ornamentada, que era conhecida como *espada de passeio ou de cidade* e que apresentava guarnições de ouro ou de prata e bainha de couro.

Já as *espadas de guerra*, pertenciam a três diferentes tipos:

1) — *Estocada*,

Espadas finas e compridas, como as rapieiras e os estoques.

2) — *de Pranchada*

Espadas largas e retas, mais curtas que as primeiras. Eram também chamadas de espadas pretas (de *koenigsmark*) favoritas nos duelos do século XVII. Tinham as lâminas largas afinando nas pontas, disposição que equilibrava o pêso, pondo o centro de gravidade na empunhadura, o que as tornava de manejo cômodo e ligeiro.

3) — *Sabres e terçados*,

largos e curtos. No Inventário de 1654, surgem várias vêzes enumerados, os então chamados *traçados*, ora constando como *traçados flamengos*, ora aparecendo as guarnições e as ponteiras de *traçados*. (Página 9 e 10, do citado documento)

E ainda outros tipos de *lâminas de fantasia*, de perfil ondulado ou *flamejante*, ou muito curvas, como alfanjes.

Nas três salas que expõem a coleção de armas do M.H.N. (Salas Conde de Pôrto Alegre, General Sampaio e Barão do Triunfo), existe variadíssima cópia de espadas do século XVII, que documentam a Guerra holandesa.

Dentro do primeiro tipo das chamadas espadas de guerra, ou seja, as de ESTOCADA, temos expostas numa das paredes da Sala Conde de Pôrto Alegre, duas *Rapieiras holandesas*, com a marca de Solingen.

Doação do Dr. Arnaldo Guinle, medindo cada uma, no comprimento total, 1,18 m e 0,24 m somente no punho.

As lâminas são finas e longas. Os punhos têm as guardas formadas por três hastes finas e recurvas para a proteção do dorso da mão. Um dos quartões volta-se para cima e o outro para baixo. Sob êles a contra guarda é formada por hastes enoveladas. (Foto 6)

Ainda na mesma sala, estão expostas mais duas espadas com a Marca de Solingen,

#### *Espadas holandesas,*

(Foto) 7, medindo 1,20 m de comprimento total, e o punho 0,20 m. As lâminas são longas e finas, os copos em tigela, as cruzetas são de grandes proporções.

Dentro do tipo das espadas de *PRANCHADA*, possuímos:

#### *Espada Flamenga*

(Foto 6), medindo 1,10 m de comprimento total e 0,17 m de punho; lâmina reta e larga, copo em tigela, grande cruzeta, guarda-mão liso e curvo. Punho de prata, 1 tendo gravada uma pequena concha inclusa num losango. O emprêgo da prata para a confecção do ornato do punho transforma esta espada numa peça de qualidade, destinada ao uso de um oficial superior.

#### *Esclavônia*

(Do italiano *schiaivona*)

Duas, na Sala General Sampaio. (Foto 8)

Medindo: 1,05 m de comprimento total e 0,20 m de punho.

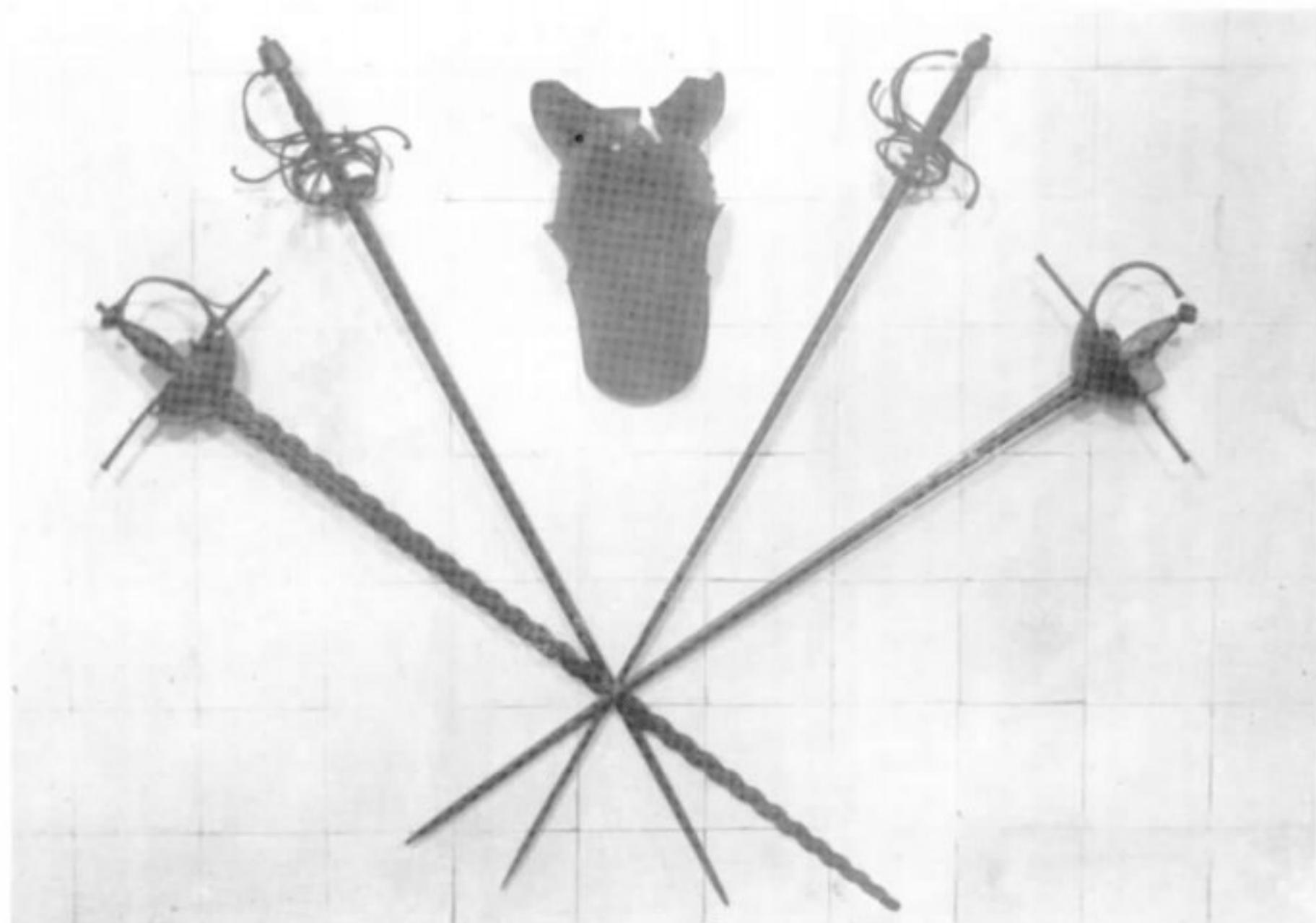


Foto 6 — Ao centro: Testeira rostrada, e I — Flamberge, II e III — Rapieiras holandesas,  
IV — Espada Flamenga, punho de prata.

Larga fôlha com apenas um gume. O guarda-mão tem as guardas e contraguardas reunidas numa só peça rendilhada e recortada, em linhas que lembram pequenos galhos estilizados. Punho largo e rematado por vistosa maçã. Foi muito usada pelos homens de cavalaria.

### *Claymores*

O M.H.N. possui duas espadas dêste tipo, na Sala General Sampaio. (Foto 8)

"A palavra *Claymore* vem do celta *claid-heamh-mor*, que significa espada grande. Foi dada, primitivamente, no século XII, aos montantes ou grandes espadas de duas mãos usadas pelos guerreiros escoceses." (8) Do Século XVI em diante, passou as armas do tipo Estramação e esclavônia trazidas pelos soldados originários da Escócia.

Os *claymores* foram muito usados pela cavalaria, e distinguem-se pelas guardas fechadas, cobrindo tôda a mão, ou melhor, fenestradas em varetas perpendiculares à base do punho.

Evidencia-se que o emprêgo dêste tipo de espada escocesa, na Guerra holandesa, é devido ao fato de terem sido muitos os soldados daquelas terras engajados como mercenários nas tropas invasoras e de ocupação. Assim, é João Francisco Lisboa que nos conta, que foram muitos os oficiais e soldados escoceses aprisionados no Maranhão, quando da reconquista daquela Capitania.

Os dois exemplares do Museu, medem 0,98 m de comprimento total, tendo sômente no punho 0,18 m de comprimento.

### *Estramação*

Espada pertencente à mesma família das duas acima citadas. O seu uso perdurou da Idade Média ao século XVIII.

O exemplar das coleções do Museu, (Foto 8) está exposto também na Sala Gen. Sampaio, e mede 0,88 m de comprimento total e 0,20 m no punho. Tem a lâmina larga, guarda-mão formado por duas hastes voltadas para a maçã do punho (achatada). A contraguarda descreve duas voltas por baixo do quartão, na direção da fôlha.

---

(8) — G. Barroso, Cat. da Exposição Comemorativa do M.H.M. no Tricentenário da Restauração Pernambucana.

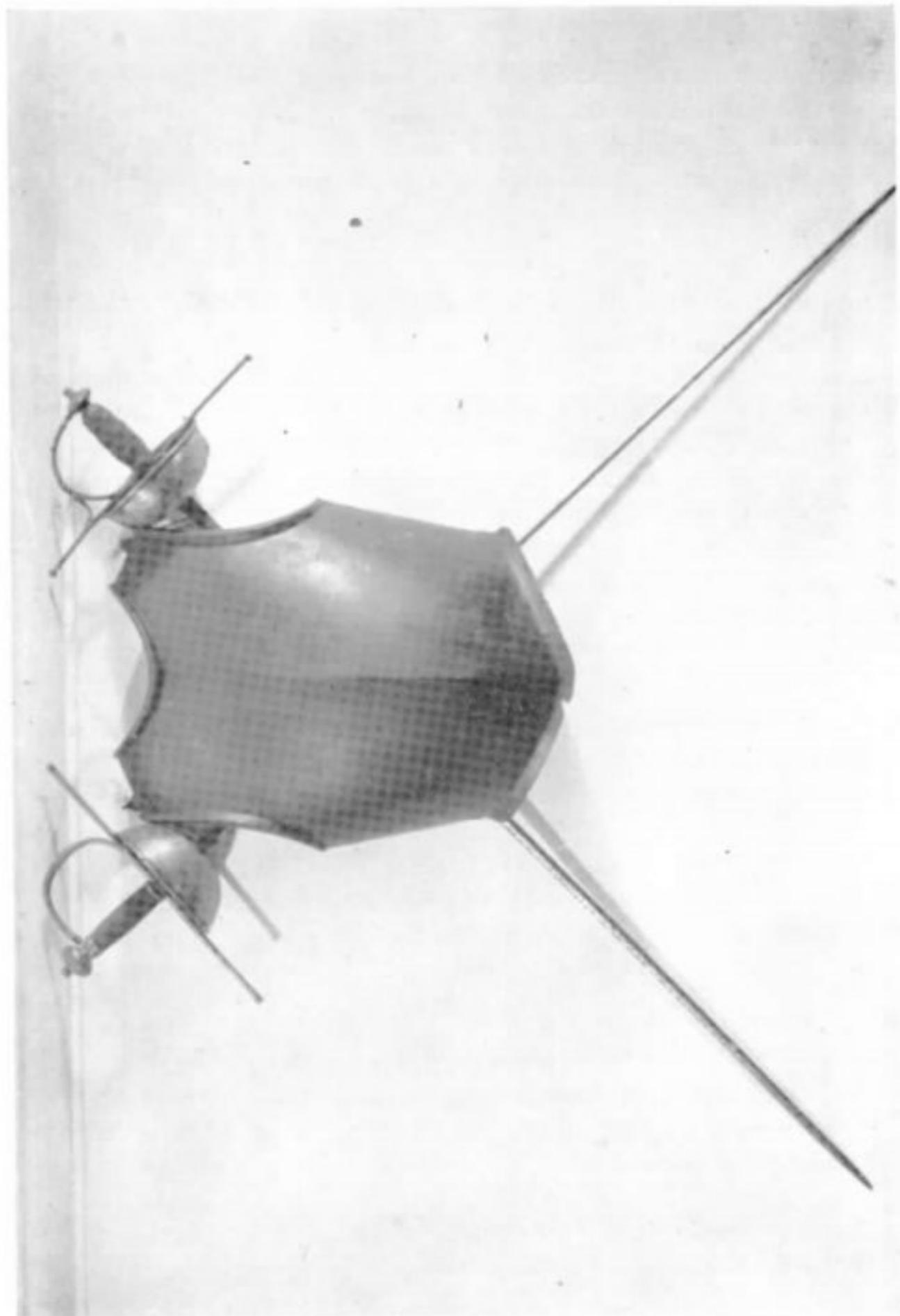


Foto 7 — Couraça (de peito) e Espadas Holandesas (do tipo de estocada).

Considerando ainda as espadas de guerra, do tipo de Pranchada, temos exposta uma:

*Espada portuguesa, século XVII.*

Proveniente de Pernambuco, lâmina larga, copo em tigela, guarda-mão liso, com pequeno engrossamento no seu ponto central, pequena cruzeta. Punho de latão, rematado por maçã esférica; e mais

*Espada Portuguesa, séc. XVII.*

Medindo; 0,90 de comprimento total, sendo 0,20 m somente no punho, que é de madeira e rematado por uma maçã achatada. Grande cruzeta, por sobre larga tigela. Na lâmina lê-se em português, M. ENRIQUE. COL. ESPADEIRO EM ALAMANIA. Trata-se de conhecido armeiro de Colônia — M. Heinrich. O fato de estar a marca em lingua portuguesa, evidencia que foi a arma intencionalmente fabricada para as tropas de Portugal, naquela época.

No acervo das armas do M.H.N., dentro das características acima citadas, existem outras espadas portuguesas, também do século XVII e que documentam a Guerra holandesa, apenas conservando pequenas variantes, que as distinguem umas das outras, como sejam: o comprimento da lâmina (que nunca excede 1,20 m de comprimento total), a ornamentação do punho (que ora é de madeira lisa ou canelada, e por vêzes até formado pelo enrodilhamento de fios metálicos), e as tigelas (umas pequenas e lisas, outras largas e baixas com bordos rebatidos) sempre características da fase que ora estudamos, quando a par ainda de espadas quinhentistas, surgem espadas com empunhadura simplificada com quartões exageradamente compridos; sofrendo estas tigelas variações ornamentais, como sucede em três exemplares exibidos nos cabides da Sala Gen. Sampaio:

— No primeiro, a tijela como que se abre numa concha bivalva por sob quartões que se voltam, um para cima e outro para baixo. Tem o guarda-mão liso e o punho de madeira rematado por uma maçã esférica. A lâmina é larga e mede 1,00 m de comprimento total.

— No segundo exemplar, proveniente das coleções do antigo Museu Naval, a tigela é fendida e um dos bordos ergue-se formando

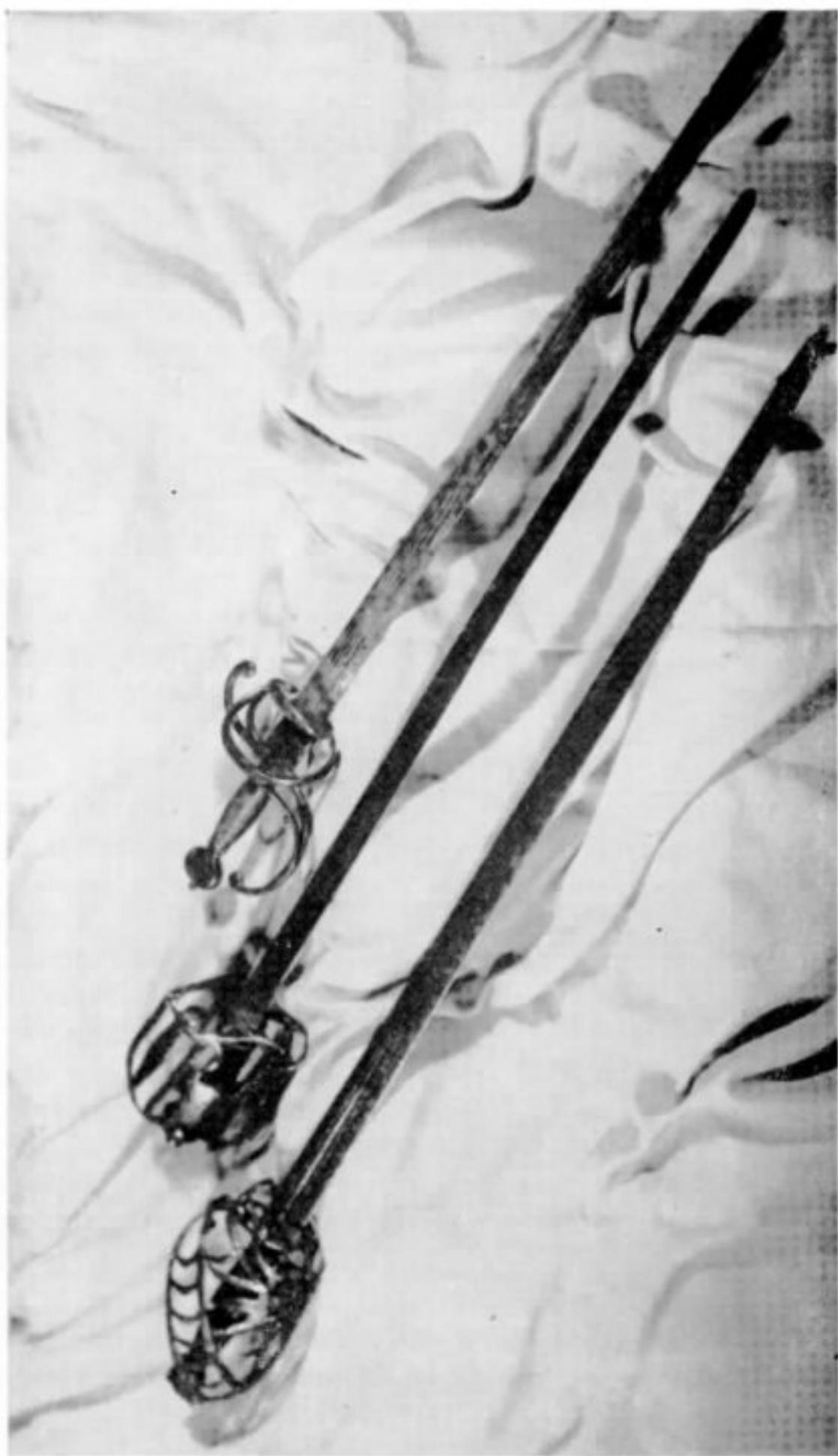


Foto 8 — Espadas do tipo de pranchada,  
I — Esclavônia, II — Claymore, e  
III — Estramação.

A espada, com seu simbolismo de nobreza, servia também de presente em ocasiões especialíssimas; assim o fêz o Príncipe de Nassau, quando ofereceu ao General Pedro Correia da Gama, uma rica espada de grande formato e de vistoso talim bordado a fio de ouro, que era de seu uso em dias festivos. A oferta foi feita pelo Príncipe ao General, por ser êste um enviado do Governador da Bahia para reivindicar a desocupação da Capitania do Maranhão pelos holandeses, que a atacaram em plena vigência de uma trégua.

### ARMAS BRANCAS MIÚDAS

As armas brancas miúdas originam-se das graúdas e copiam as suas formas, em proporções reduzidas. Pertencem a dois grupos distintos: as que se originam das espadas, que são os *Punhais*, e as que derivam dos sabres, que são as *Facas*.

Na possibilidade de, em meio às lutas, ter o soldado perdida ou quebrada a sua espada, ou arma de mão direita, poderia servir-se da de *mão esquerda*, que durante o Renascimento e até ao fim do século XVII, serviu nos duelos para aparar certos golpes da espada.

Vejamos alguns exemplares de armas brancas miúdas, que o Museu expõe nas vitrinas da Sala General Sampaio:

#### *Do Tipo Punhal*

(arma curta, de ponta e dois gumes, variando muito de forma, sendo por vêzes longa e fina e outras de fôlha larga e reforçada).

O M.H.N., possui dois punhais do tipo denominado MISERICÓRDIA de lâmina fina, que os cavaleiros traziam à cinta, do lado oposto àquele em que penduravam a espada. Serviam para dar o último golpe no inimigo ferido, "golpe de misericórdia"; ou para que ultimassem os que "não pedissem misericórdia"; um (Foto 9), mede 0,33 m de comprimento e tem vistoso punho metálico ornamentado; os braços da cruzeta transformam-se em dois anéis laterais ao punho; a lâmina é triangular. O outro exemplar, mede apenas 0,25 m; tem lâmina triangular, punho trabalhado em ornatos espiralados e é rematado por uma vistosa oliva.

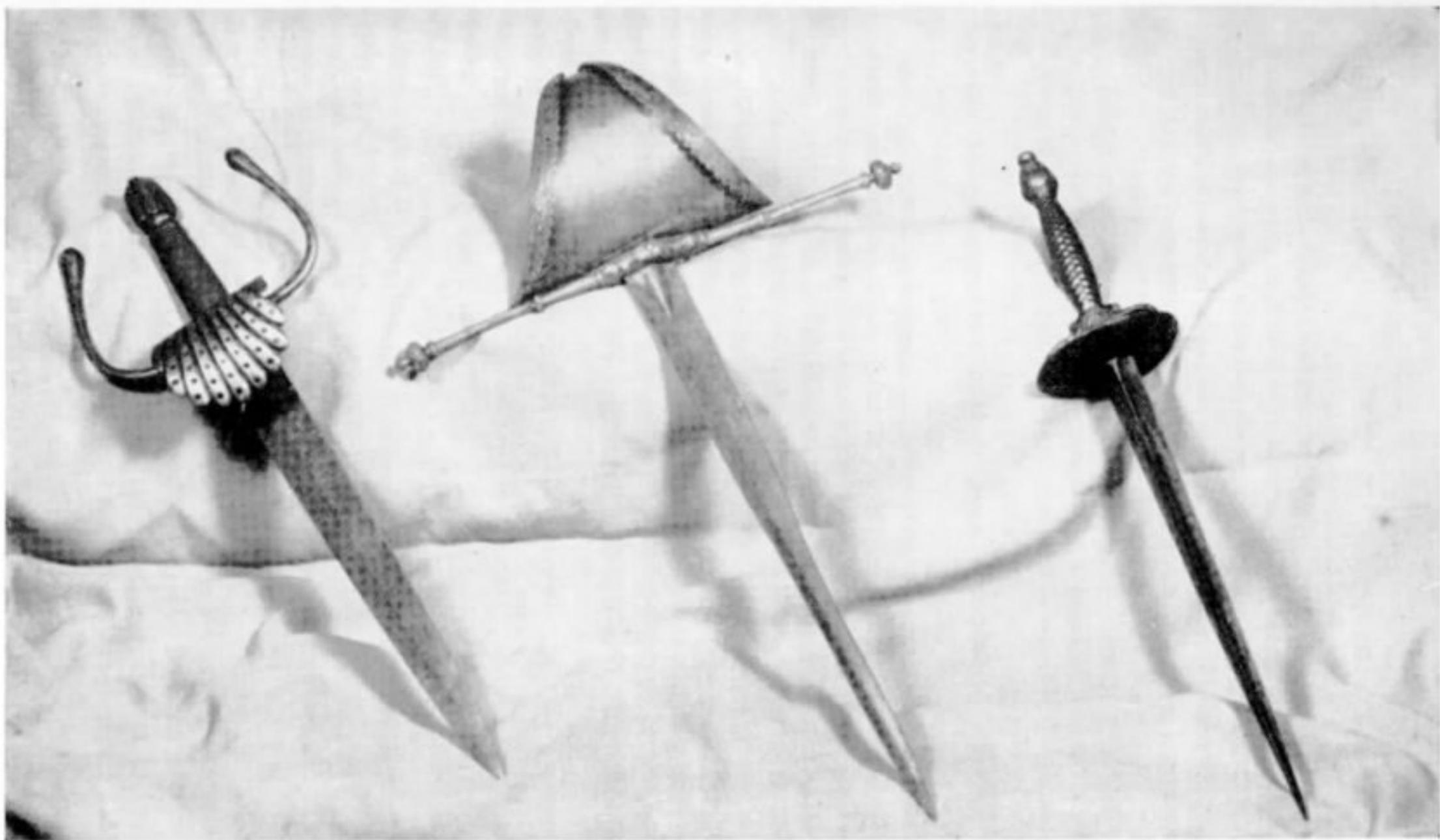


Foto 9 — "Armas de mão esquerda", I e II — Adagas, III — Misericórdia.

E há ainda, um *punhal*, pròpriamente dito, de lâmina larga e curta, pequena cruzeta, punho revestido por uma fina camada de couro de peixe, enovelado num fio metálico.

Ainda do século XVII, documentando a Guerra holandesa, temos:

### *A Adaga*

Punhal de copos guarnecidos, lâmina larga e aguda, que pertence também ao chamado grupo de armas de *mão esquerda*. Apresenta guardas variadas.

O M.H.N. possui duas, vistosas e finamente trabalhadas. (Foto 9)

A primeira, mede 0,31 m de comprimento, e tem o punho recoberto por filamentos de metal sendo rematado por uma maçã canelada. A cruzeta curva-se para cima e é rematada por olivas. Uma concha ornamentada cai sôbre a fôlha da adaga, à guisa de anel.

A segunda, mede 0,33 m de comprimento e tem uma larga fôlha triangular, uma grande cruzeta com ornatos gravados em motivos florais e o punho termina em maçã com a forma espiralada. Recobrando o punho, vistosa guarda de forma triangular com os bordos rebatidos e terminados em festão.

## ARMAS DEFENSIVAS

Até aqui ocupamo-nos dos meios ofensivos empregados pelos guerreiros do século XVII. Agora, apreciaremos as armas defensivas, tanto do homem como do animal.

### *DO HOMEM*

Das armas defensivas, o *escudo* é, por certo, a mais antiga; foi encontrado tanto entre os povos selvagens, como entre os guerreiros civilizados.

Nos séculos XVI e XVII eram os oficiais obrigados a trazer, penduradas à cinta, a espada e a *rodela* (que era um pequeno escudo redondo, em geral recoberto por uma lâmina de metal).

O uso da rodela é constantemente assinalado nas páginas dos cronistas das nossas lutas com os flamengos: no combate das

Tabocas, Fernandes Vieira lança-se à ação, arrancando da espada e *embracegando sua rodela*, para, com o testemunho da sua bravura pessoal, estimular os seus comandados. (9)

E' evidente, que os guerreiros logo perceberam que só o escudo não bastava à defesa do homem, e assim, aos poucos, vão acrescentando novas peças à indumentária comum, para, recobrando o corpo, se tornarem menos vulneráveis. A princípio empregaram peças de couro, depois metais como o bronze, o ferro e o aço. Como o próprio nome indica a primeira couraça (para a defesa do tórax) foi feita de couro, depois de linho curtido, a seguir de couro com placas de metal e, finalmente, inteiriças de bronze, ferro ou aço.

Do uso da couraça surgiram tôdas as outras peças defensivas do corpo, que originaram a chamada *armadura completa*, a qual, ainda em princípios do século XVI, conserva grande parte de seu caráter gótico, adaptando-se com certa elegância (pelô emprêgo ainda na sua confecção — de fôlhas metálicas bem delgadas), às formas do corpo humano. Muitas vêzes, a sua superficie era coberta com ornatos gravados, tauchiados e rebatidos, que faziam com que o trabalho do armeiro se eclipsasse, diante da obra do gravador e do ourives. À medida, porém, que as armas de fogo vão sendo aperfeiçoadas, também os arnêses vão aumentando de espessura, até quase se tornar insuportável o seu uso, no último quartel do século XVI. Em plena fase de decadência surge, no principio do século XVII, um tipo sóbrio de arnês — de uso muito difundido — que é o *Corselete* ou a *Meia-armadura*, muito usado pela cavalaria portugêsa, na defesa do Reino, na fase posterior à Restauração de 1640.

O Museu Histórico Nacional possui duas *Meias armaduras*, do século XVII, encontradas, em 1922, no próprio edificio do Museu (Foto 4); constam de *couraça completa* de peito e dorso (*peitoral, dorso, espaldeiras, bufaneiras, cotoveleiras, braçais e guantes*) para a proteção do tronco e dos braços. Para proteger os quadris e as coxas tem as *faldras* e *escarcelas* ligadas numa

(9) — O M.H.N., possui uma *rodela*, magnífica peça da época do Descobrimento do Brasil, cuja superficie metálica é totalmente recoberta por finos ornatos renascentistas. (Sala Conde de Pôrto Alegre).

só peça. *Botas* altas, de couro de gamo, resguardando as pernas e os pés. Na cabeça, um *elmo redondo* tendo na face anterior um varão de ferro suspenso verticalmente num aro circular, que se levanta ou abaixa, para a defesa do rosto do cavaleiro. Uma das meias armaduras do Museu (Sala Barão do Triunfo) apresenta um *alpartaz*, ou *saio de malhas*, para a proteção do ventre do soldado.

Na tropa do século XVII, os piqueiros, além do pique e da espada, usavam também armaduras, constituindo os então chamados "*Piqueiros armados*", e os que traziam somente o morrião e uma gola de ferro — a gorjeira ou gorjal — eram conhecidos como "*Piqueiros desarmados*".

Por sua vez os arcabuzeiros e mosqueteiros, além das armas brancas que portavam ordinariamente, levavam também para a sua defesa pessoal um morrião, como cobertura, e um corpete de couro estofado.

Um ponto, contudo, é pacífico: o uso da armadura e, por conseqüência, o de certas armas brancas, inventadas para lhes neutralizar a eficácia da defesa, nunca se generalizou tanto nas nações da Europa meridional, como entre os povos do Norte.

Portugal pelejou sempre em climas ardentes, o que fêz com que seus soldados, cedo abrissem mão dos aparatos bélicos característicos dos povos setentrionais europeus. As peças que chegaram ao Brasil devem ter sido, obviamente, trazidas pelos invasores flamengos, que aqui as usaram mais por ostentação e intimidação, do que por necessidade das lutas. Uso que, convenhamos, lhes deve ter sido, por vêzes, quase insuportável!

Com a evolução e cada vez maior utilização das armas de fogo, vemos que a defesa do soldado, no século XVII, vai quase restringir-se ao uso dos *capacetes* e das *couraças*. Estas, obviamente, foram-se tornando de grande espessura, para maior resistência às balas, até que vieram a ser totalmente substituídas pelos coletes acolchoados.

O M.H.N. possui vários jogos de couraças, de peito e dorso, que foram encontrados no edificio, em 1922, quando da criação do Museu. (Foto 7).

### Os capacetes

A experiência da guerra fêz com que as mais antigas civilizações dedicassem maior cuidado à defesa do guerreiro. Primeiro adotando o escudo, de grande forma, para a defesa do corpo, o que logo ficou provado ser insuficiente, evidenciando a necessidade de criar novas modalidades de defesa. A cabeça, por exemplo, foi protegida primeiro por cascos de couro e mais tarde de metais, como o bronze, o ferro e o aço. Os modelos iniciais restringiam a sua proteção ao crânio do soldado, porém, aos poucos, foram acrescentadas outras peças protetoras para a face, a nuca, as orelhas e até mesmo para o queixo. Assim, vamos acompanhá-los, a partir da fase quinhentista, que é a que mais de perto nos interessa.

Em Portugal, cêrca do século XVI, começou a ser usado para a defesa da cabeça, o *chapéu de ferro* ou *chapéu de armas*. De forma variada, ora apresentando copa baixa com aba caída em larga faixa horizontal, ora de aspecto de cone truncado e aba suspensa verticalmente, em relação à copa, e, outras vêzes, lembrando um zimbório ogival. Estêve em uso até meados do século XVII, sendo, por assim dizer, o precursor de todos os morriões ou capacetes. A invenção do capacete, pròpriamente dito, é atribuída pelos povos do norte europeu aos italianos ou aos espanhóis, mas os italianos confundem-no com o morrião. Em Portugal, a aparição do CABACETE coincide com a generalização do vocábulo CAPACETE, aplicado às defesas da cabeça.

O chapéu de armas veio a ser totalmente substituído pela  
CELADA,

surgida nos fins do século XV, na Itália, com as hordas de mercenários. (Celada, do italiano — CELATA — que significa tapada).

Lembrava um boné com uma pala para a proteção da nuca, ficando enterrada na cabeça até à linha das sobrancelhas e permitindo a visão através de uma abertura horizontal, na altura dos olhos.

A esta cobertura, aos poucos, vão sendo acrescentadas peças, para a proteção do queixo (o *barbote*), e ora recebe o *gorgelim*

espécie de colar que rodeava o pescoço e se espraiava num cabeção curto, assentando sôbre o peito, costas e parte dos ombros e ora se simplificava numa peça articulada para a proteção única da nuca, o guarda-nuca, espécie de enorme aba, peças que unidas formaram o chamado: *Elmete* ou *elmo de viseira*, que só deixou de ser usado no séc. XVII.

Nos fins do século XVII, com o delírio das armas de luxo, era de bom-tom, os potentados trocarem presentes de armas, o que permitia que os artistas dessem largas à sua fôrça criadora. Esta, num horror ao vazio, recobriu totalmente as superfícies dos capacetes, decorando-os "à antiga", ou seja ao estilo greco-romano, com assuntos mitológicos e com figuras clássicas esculpidas nas cimeiras.

Finalmente, a total mudança no uso dos capacetes opera-se em meados do século XVI, quando parte dos oficiais e soldados, nos combates a pé, adotam uma espécie de celada de transição, a "*Borgonhesa*, ou *Borquinhona*".

Caindo em desuso o elmo, surge uma celada à moda de Borgonha, de copa, ou timbre, oval, encimada por uma crista que a acompanha em todo o diâmetro. (Foto 10).

Os infantas usavam o morrião de timbre oval muito elevado, encimado por uma crista vertical, com mais de uma polegada de elevação e seguindo todo o diâmetro. Rodeado na base por duas virolas ou abas, que se incurvavam sôbre as orelhas, como duas talhadas de melão e se erguiam na frente (para facilitar a visibilidade), e na nuca (para aligeirar o movimento da cabeça), era o morrião usado pelos alabardeiros, mosqueteiros e arcabuzeiros.

Outra variedade é a denominada *Cabasset pear-helm* pelos ingleses e *cabacete* pelos espanhóis, que tem o timbre oval, ou antes, ogival, com uma aresta muito pronunciada, desde a face até à nuca e terminado em bico, no tópo. Não tem crista, nem cimeira. Na base, é arrematado por uma aba ou virola horizontal estreita e foi o tipo usado pelos piqueiros e chuceiros.

Outras vêzes, surgem tipos mistos, ou seja morriões a que foram adaptados tapa-nuca e protetores para as orelhas. É o tipo correspondente a um dos nove exemplares, do século XVII, Guerra Holandesa, que o Museu possui. Êste tipo misto, procedente da já citada coleção de Vítor Meireles, é o chamado *Capacete Flamengo*.

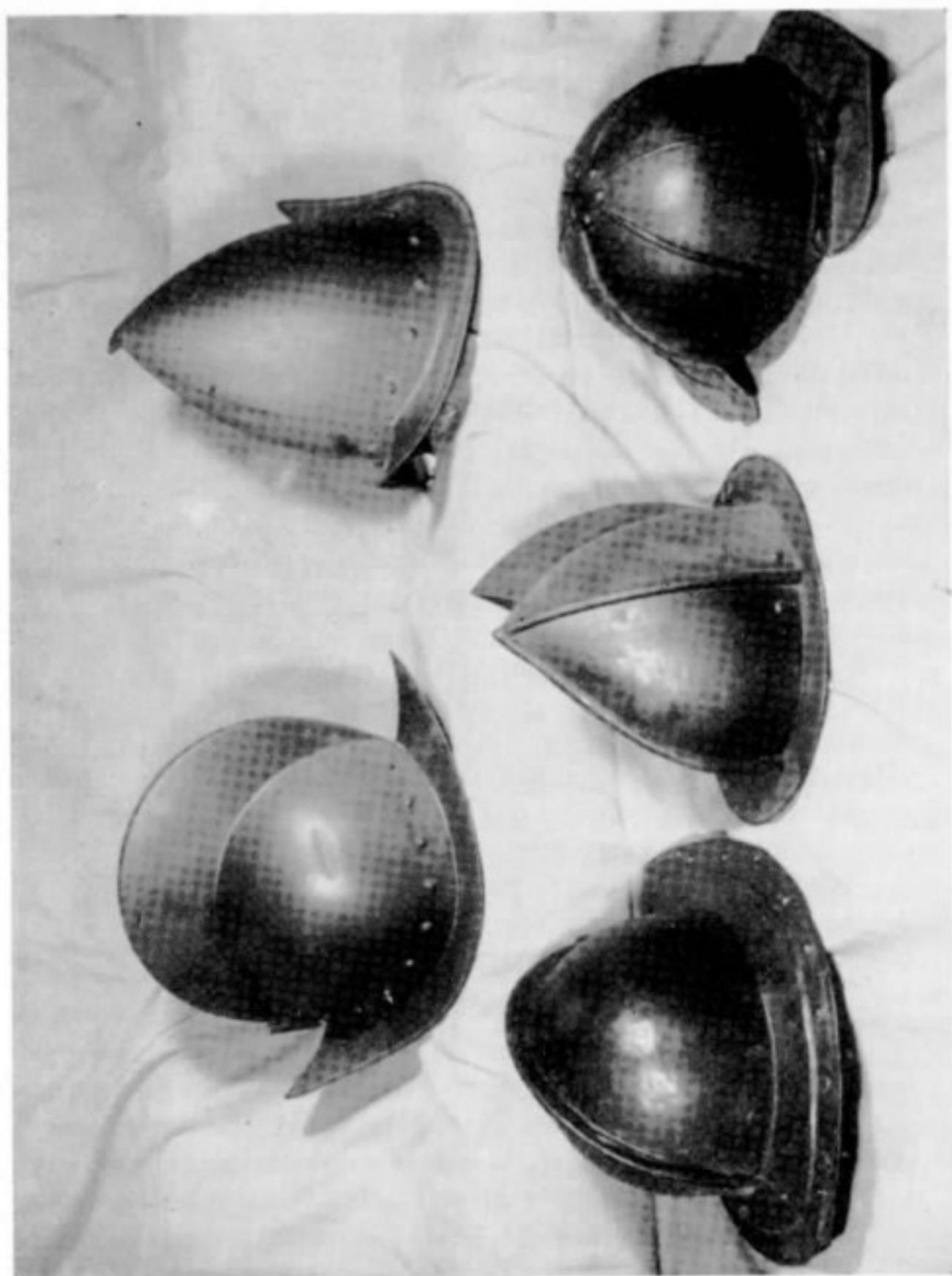


Foto 10 — Morriões, Século XVII.

- I — Borgonhesa, II — Morrião usado pelos Infantes, III — Morrião espanhol,  
IV — Cabacete (dos espanhóis) ou "Cabasset-pear-helm" (dos ingleses),  
V — Bacinete.

Constam da Foto 10, além da Borgonhesa e dos capacetes de feição mitrada, um *morrião*, de origem espanhola, usado pelos soldados de infantaria, e um *bacinete*, (que quer dizer pequena bacia) de pequena pala com abertura ao centro para o ajustamento do nasei. Para refôrço do timbre, seis vincos longitudinais que são unidos no alto da copa, num refôrço afetando a forma de uma rosácea singela. Tem 0,36 m na sua maior dimensão; na parte posterior, um tapa-nuca articulado em duas lâminas.

O Museu guarda outro bacinete, que difere dêsse, apenas no arremate da copa, que se resume num pequeno vinco, ou crista reduzida. Tem, ainda, na Sala Gen. Sampaio, uma Celada de Infantaria, de copa oval, com duas pequenas palas, uma na parte anterior, e outra na posterior.

A cavalaria foi durante a Idade Média, a arma mais importante da Europa. Sendo a unidade formada pelo cavaleiro e pela montada, também o animal, como o guerreiro, era revestido e protegido por brilhante e rica armadura. Com o advento da pólvora, esta carapaça foi diminuindo de tal forma, que no século XVII, só eram usadas nas montarias de guerra um *caparazão de couro* (cobrindo todo o corpo do animal), *pescoceiras* e *testeiras* (Foto 6) que podiam ser lisas ou armadas com um *rostrum* ou espigão de aço que permitia que o animal, armado desta maneira, cabeceando ferisse o oponente.

No Brasil, o uso destas peças deve ter sido mais para efeito decorativo. A *testeira* das coleções do M.H.N. mede 0,34 m de comprimento e 0,20 m de largura máxima.

\* \* \*

Enfim, conclui-se que o século XVII, que fôra decisivo na evolução da armaria, foi também decisivo na formação do espírito nativista do brasileiro, dentro do amálgama das suas etnias constituintes, que unidas num só alento, puseram fim ao *domínio estrangeiro, iniciado, mantido e perdido pela fôrça das armas*.

\* \* \*

Os estudiosos do Domínio Holandês encontrarão no Museu Histórico Nacional, além das armas acima relacionadas, integrantes tôdas do acervo da 2ª Secção de História, outros objetos que documentam êste período histórico, como sejam:

Na Seção de Numismática estão expostas as medalhas comemorativas da Tomada da Bahia (1624), da Retirada da Bahia (1626), da Morte de Pieter Heyn (1629), da Tomada de Pernambuco (1630), da Vitória do Almirante Oquendo sobre a frota holandesa nas costas do Brasil (1631), da Tomada do Arraial de Bom Jesus (1637) e ainda vários exemplares, em ouro, das moedas de *necessidade* (1645), *obsidionais* (1646), peças de grande raridade, por serem as primeiras cunhadas no Brasil. E, de 1654, um exemplar de XXXX soldos, em prata. Tôdas cunhadas em nome da G.W.C., cujas iniciais aparecem na placa rombóide, entre o valor da peça e a data da emissão.

No arquivo, podem ser vistos vários mapas e gravuras da época; na Biblioteca, um raríssimo exemplar da obra de Barleus e, finalmente, nas duas secções de História, quatro óleos ilustrativos dos fatos guerreiros:

O primeiro, um óleo do século XVIII, de autor desconhecido, representando a *Batalha de Guararapes* (a de 1649). Excelente documento histórico, notável pela exatidão dos pormenores que encerra (10) está exposto na Sala D. João VI (1ª Secção de História) onde também se encontra um estudo de Vítor Meireles, *Cabeça de Flamengo* para a sua famosa tela *Batalha de Guararapes* (atualmente no Museu Nacional de Belas Artes). Na Sala Conde de Pôrto Alegre (da 2ª Secção de História), dois óleos de Cadmo Fausto, pintados em 1940, e de pequeno tamanho, representando um *O Bispo da Bahia lutando contra os holandeses, em 1624*, e o outro interpreta também a segunda "*Batalha de Guararapes*".

---

(10) — Vide estudo contido no Vol. I dos *Anais do M.H.N.*, Página 253, da autoria do Dr. Gustavo Barroso.

## BIBLIOGRAFIA

- BORGES dos Reis, Antônio Alexandre — *História do Brasil*, 2ª edição — Bahia — 1915.
- BARLEUS, Gaspar — *Rerum per octennium in Brasilia Historia*. Amsterdam — 1647.
- BARROSO, Gustavo — *Introdução à Técnica de Museus*. II Vol. Rio de Janeiro 1947.
- CALADO, Fr. Manuel — *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. 2 vols. Recife, 1942.
- CASCUDO, Luís da Câmara — *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro 1956.
- COELHO, Duarte de Albuquerque (Marquês de Basto) — *Memórias Diárias da Guerra do Brasil — 1630 — 1638*. Recife — 1944.
- FREIRE, Gilberto — *Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mocambos*.
- GONÇALVES DE MELO, José Antônio — *Henrique Dias, Antônio Dias Cardoso e D. Antônio Filipe Camarão* (Três publicações da Universidade do Recife — 1954.)
- Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654* — Recife — 1940.
- MELO, D. Francisco Manuel de — *Restauração de Pernambuco*, Recife. 1944.
- NETSCHER, P. M. — *Les hollandais au Brésil*. 1853.
- OLIVEIRA CASTRO, Américo Mendes de — *Maurício de Nassau* — Rio de Janeiro 1943.
- RODRIGUES, José Honório — *Teoria da História do Brasil* — São Paulo — 1949.
- Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro 1949.
- Civilização holandesa no Brasil* (em colaboração com Joaquim Ribeiro). São Paulo — 1940.
- ROMERO, Edgar Araújo — *O Meio circulante no Brasil holandês* — in *Anais do M.H.N.* Vol. I. (Págs. 25 a 30).
- SOUTHEY, Robert — *História do Brasil* Vol. II. Rio de Janeiro — 1862.

TAVARES de Lira, *Domínio holandês no Brasil*. — Rio de Janeiro — 1914.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de

*História Geral do Brasil* Tomo I.

Rio de Janeiro. 1854. e

*Os holandeses no Brasil* (Desde 1624 a 1654)

Lisboa — 1872.

*Revista do Arquivo Público*, Ano IV — N° VI

Recife. 1949. *Aspectos militares da primeira Batalha de Guararapes*, artigo do Tte. Cel. Sousa Júnior.

*Trajes civis e militares em Pernambuco durante o Domínio holandês* artigo do Prof. J. Washt Rodrigues.

*A Guerra, expressão de validades culturais*, artigo do Major Lauro Alves Pinto.

*Catálogos*,

"da Exposição do M.H.N., comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana", Recife — 1954

"do Museu Militar" 10ª edição.

Lisboa — 1930.

"descritivo e comentado do Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil independente, em Portugal".

da autoria de Gustavo Barroso.

Rio de Janeiro 1940.

## UM DESENHO DE PARREIRAS

ECYLA CASTANHEIRA BRANDÃO

(Conservador Interino classe I do M.H.N.)

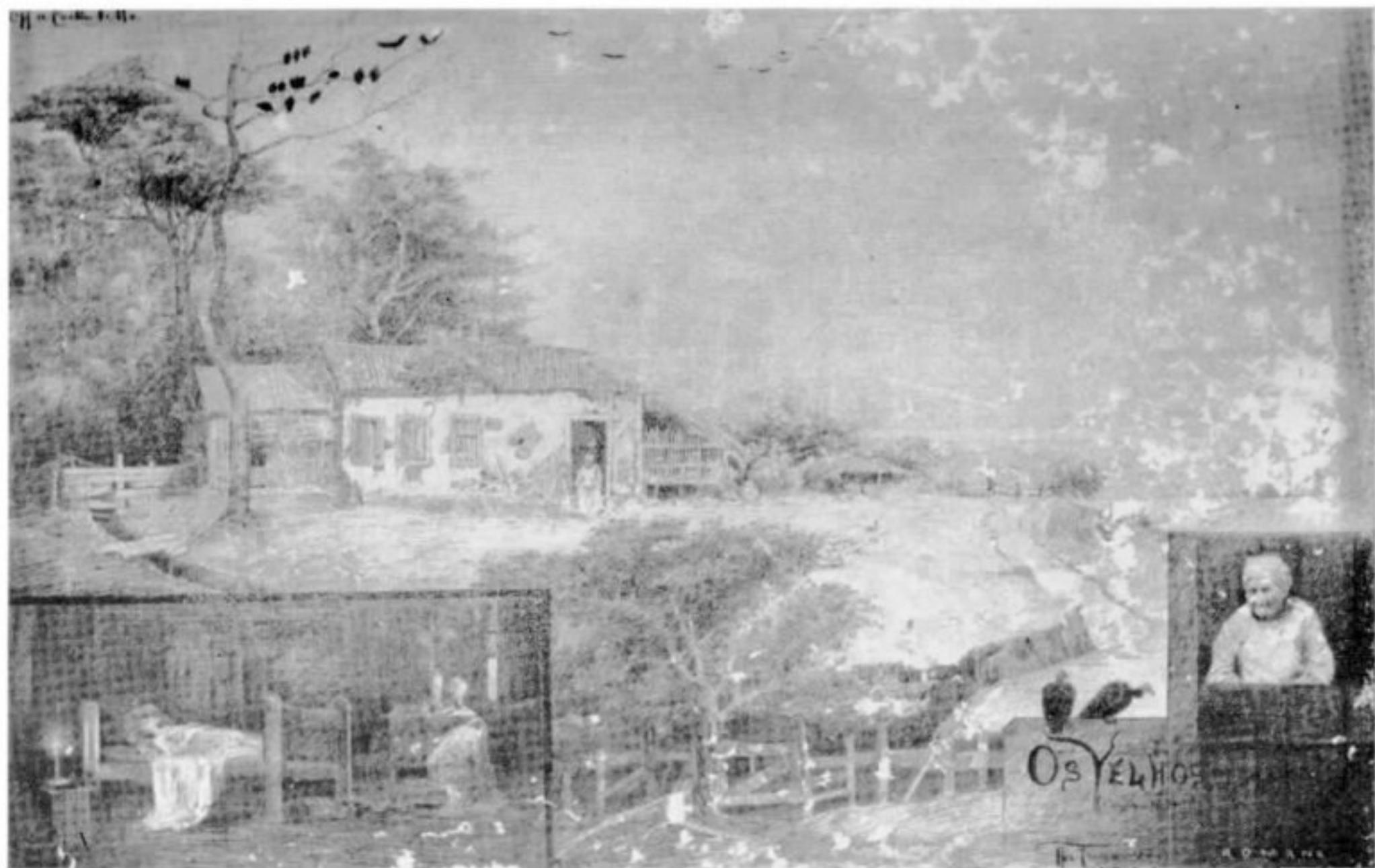
O arquivo do Museu Histórico Nacional, além da sua rica e variada coleção de documentos, magníficas gravuras, autógrafos, fotografias etc., possui também um pequeno mas importante conjunto de aquarelas e desenhos originais. São trabalhos de diversos artistas, muitos de renome, em variadas técnicas, que apresentam grande interêsse, não sòmente documental mas também artistico.

Para acentuar o que dissemos, basta citar o conjunto de desenhos de Rugendas, os desenhos aquarelados de Debret, alguns trabalhos de Boulanger, uma aquarela preparatória para a Batalha de Guararapes de Vítor Meireles e um magnífico retrato de Quintino Bocaiúva, executado a *crayon* por Rodolfo Amoedo.

Muitas daquelas peças já foram estudadas e suficientemente divulgadas em publicações diversas, por técnicos dêste Museu ou por outros estudiosos. Focalizaremos aqui, apenas, um magnífico trabalho do grande pintor fluminense Antônio Parreiras, pois, como seu centenário de nascimento foi comemorado a 20 de janeiro de 1960, achamos interessante divulgá-lo neste rápido esbôço.

Trata-se de um primoroso desenho a bico de pena (fot. 1), assinado, sem data, que não se encontra em bom estado de conservação, como se pode verificar pela fotografia, e que possui as seguintes dimensões: 65 cm × 41 cm.

No canto inferior direito do trabalho, o artista colocou o título "Os Velhos", trazendo abaixo entre parênteses e em letras bem menores "Coelho Netto", o que o relaciona logo à primeira vista com uma peça literária do escritor. Com efeito, verificamos que o desenho é uma ilustração de um conhecido conto sertanejo do Príncipe dos Prosadores Brasileiros, que foi oferecida pelo artista,



Fot. 1 — Os velhos — 65 cm × 41 cm.

como atesta a dedicatória que se encontra no seu canto superior esquerdo: "Off a Coelho Netto". Não conseguimos apurar, porém tivesse ela sido utilizada para publicação.

O conto em questão foi publicado primeiramente na "Gazeta de Notícias" (1895-1896) e depois reunido a outros no livro intitulado *Sertão*, editado em 1896 no Rio de Janeiro, Coleção Alva — Tipografia. Leuzinger (1).

O trabalho de Parreiras, executado com primorosa técnica, interpreta na perfeição o ambiente em que se desenrola a narrativa e reflete o seu clima bastante tétrico. O desenho reproduz com exatidão a descrição da modesta moradia de Tomé Sahyra, cesteiro de profissão, e de sua companheira Romana:

"Em tórno da casa, sob sombras amenas, havia o chiqueiro, o aprisco, a palhoça para as galinhas e o alpendre onde, à noitinha, as vacas se abrigavam".

O motivo principal que ocupa a maior parte do desenho é sobreposto por dois aspectos complementares nos cantos inferiores. O da direita, junto ao título, mostra em detalhe Romana, uma das personagens. O da esquerda representa a fase final do conto em tãda a sua aparência fúnebre. Sahyra jaz morto em seu leito e Romana, julgando-o apenas acometido do ataque que já lhe ocorrera uma vez, reza diante da imagem da Virgem na esperança de que êle volte a si.

O escritor descreveu com minúcias o drama final do casal de velhos e o artista soube interpretar com fidelidade tãda a narrativa como samente um bom ilustrador pode fazer.

Achamos desnecessário reproduzir aqui aspectos da personalidade artistica do conhecido paisagista e pintor histórico, pois a sua biografia já foi magnificamente traçada pelo Dr. Jefferson Ávila Júnior (2).

Quer-nos parecer que Antônio Parreiras não se tenha dedicado muito aos desenhos a bico de pena, pois no rico e variado

---

1) Posteriormente êste livro teve mais seis edições, tãdas de Lello & Irmão — Pôrto, respectivamente nas seguintes datas: 1907, 1913, 1921, 1926, 1934 e 1945.

2) Anais do Museu Antônio Parreiras vol. 1 — 1952-53.

aceryo do museu, que tem o seu nome e reúne grande parte da sua obra, não está catalogado nenhum trabalho dêste tipo. Devia dar preferência ao *crayon* pois até os desenhos que ilustram as suas memórias foram executados nesta técnica.

O artista fluminense, além de escrever as suas memórias publicadas em 1926, teve o cuidado de colecionar numerosos documentos e cartas de literatos, artistas, historiadores e cientistas, que provam que êle era realmente uma figura de projeção entre os homens de espirito do seu tempo. Consultamos êste importante material, que hoje enriquece o arquivo do seu museu, mas na correspondência a êle endereçada pelo escritor Coelho Neto nada encontramos que se relacionasse com o desenho em questão. São cinco preciosas cartas datadas de 1901, 1907, 1918 e 1926, em têrmos elogiosos.

Além da peça acima tratada, que devido ao seu estado de conservação se encontra no arquivo, o Museu Histórico possui em exposição, na Sala Coelho Neto, um outro desenho seu a bico de pena (3). Trata-se de um trabalho intitulado Serra da Bocaina (fot. 2), assinado, datado de 1898 e com a seguinte dedicatória: "A Exma. Sta. Maria Coelho Netto, com estima e admiração — 25 de julho de 1900".

Pela sua biografia, sabe-se que em 1897 Antônio Parreiras seguiu, numa das suas costumeiras viagens de paisagista, para a fazenda do Sr. Aschoff, na serra da Bocaina, e que datam daquele período seus primeiros estudos de animais. O aspecto típico representado no desenho e a data confirmam o seu título.

O escritor maranhense Henrique Coelho Neto (1864-1934), depois de ter alcançado as culminâncias a que pode chegar um

---

3) Nesta mesma sala estão mais dois trabalhos de Parreiras: *Nonchalance* — croqui a óleo que faz parte da coleção Coelho Neto e o quadro a óleo *A Ventania*. Êste último foi executado na baía Cabrália em 1900, quando o artista fazia estudos para os seus murais históricos *A Chegada* e *A Partida*, relacionados com o descobrimento do Brasil e encomendados para a antiga sede do Supremo Tribunal Federal. Exposto no Rio de Janeiro, foi adquirido pela Marinha e fêz parte do Museu Naval, sendo transferido em 1932 para o Museu Histórico.



Fot. 2 — Serra da Bocaina — 41 cm × 17 cm.

homem de letras entre nós (4), passou a ser dos mais negados. O movimento modernista, promovido pela famosa Semana de Arte Moderna de 1922, provocou uma forte campanha de descrédito, tendo sido propositadamente ignorado por alguns historiadores da nossa literatura. Atualmente há uma grande tendência para a sua revalorização, procedendo-se a um trabalho de seleção e a novas edições da sua obra. Como diz muito bem Paulo Coelho Neto no prefácio da Bibliografia de seu pai: “Não se pode honestamente contestar que Coelho Neto deu à literatura da língua portuguesa um grande e maravilhoso exemplo de fecundidade, amor ao trabalho e dignidade intelectual”.

Não nos cabe aqui entrar em pormenores biográficos ou em considerações a respeito do escritor, pois queremos apenas ressaltar alguns pontos que se relacionam com o desenho em estudo.

Coelho Neto foi um escritor de muita imaginação e múltiplas manifestações, tendo abordado quase todos os gêneros literários. Sente-se, entretanto, na sua obra a preferência pelos temas sertanejos. Os seus vários contos, deste tipo, revelam a constante preocupação com a natureza e o homem dos campos. Essa predileção talvez proviesse de sua ascendência materna, pois era filho de um negociante português e de uma índia civilizada.

Mesmo para os que não apreciam o seu estilo rebuscado e tão oposto ao gosto literário de nossa época, não deixa de causar admiração o poder descritivo de páginas como *A floresta*.

Este deve ter sido um dos motivos da afinidade que se manifestou entre êle e o pintor Antônio Parreiras que foi considerado como “o revelador da selva aos seus patricios”. Em carta dirigida ao artista fluminense, assim escreveu Coelho Neto, como consta de original de 1917 com a sua caligrafia apurada e característica:

“Que hei de te dizer das telas de tão viçoso colorido, em que retratas a nossa natureza, tu que a conheces de íntimo convívio, porque foi nela que fizeste o melhor aprendizado, ora na sombra das florestas, ora na largueza dos campos luminosos, nos litorais

---

4) Eleito presidente da Academia de Letras em 1926, foi consagrado Príncipe dos Prosadores Brasileiros por aclamação em 1928 e no ano de 1933 o seu nome foi apresentado para o Prêmio Nobre de Literatura.

adunados, nas serras, à beira das lagoas orladas d'açucenas, em todos os recantos da terra que percorres, desde os vinte anos, recolhendo belezas como os garimpeiros faiscavam piscas?"

Coelho Neto era também grande conhecedor de artes plásticas e amigo de muitos pintores como provam os quadros que lhe foram oferecidos e se encontram no Museu Histórico, reunidos a outros objetos da sua coleção na sala que tem o seu nome. (5)

Além disso regeu a cadeira de História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes em 1894 (6). Escreveu "Belas Artes", memória sôbre arte publicada no volume II do livro do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil (7); retratou Batista da Costa num dos seus Perfis e publicou inúmeros artigos nos jornais sôbre o momento artístico.

E, assim, diante de uma peça dos nossos arquivos, pudemos fazer ligeiras considerações a respeito de dois vultos representativos da nossa vida cultural, do primeiro quartel dêste século.

#### BIBLIOGRAFIA

- GALVÃO, Alfredo — *Subsídios para a história da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes* — Rio de Janeiro 1954.
- NETO, Henrique Coelho — *Sertão* — 4ª edição — Pôrto, Lello & Irmão 1921.
- NETO, Paulo Coelho — *Bibliografia de Coelho Neto*.
- NETO, Paulo Coelho — *Henrique Maximiano Coelho Neto, páginas escolhidas*. Rio de Janeiro — Livr. S. José
- PARREIRAS, Antônio — *Vida de um pintor*  
*Anais do Museu Antônio Parreiras*. Vol. 1 — 1952-53.  
*Guia do Museu Antônio Parreiras* — 1950.

---

5) A coleção Coelho Neto foi adquirida em 1937.

7) Rio de Janeiro, 1901 — 77 págs.

6) Pela Portaria de 29 de junho, ocupou a cadeira em substituição a Medeiros e Albuquerque que se afastara para ocupar uma cadeira na Câmara Federal. Foi dispensado a 21 de dezembro de 1894.

## DEZ ESTATUETAS BAIANAS

GERARDO DE CARVALHO

Prof. do Curso de Museus

Um admirável conjunto de dez estatuetas de madeira, em exposição numa das salas da Coleção Miguel Calmon, atrai desde logo a atenção do visitante, não só pela sua primorosa execução e pela quase completa harmonia de colorido, como também pela natureza do assunto tratado que, de maneira especial, reaviva no coração dos velhos a saudade de remotas figuras da sua meninice e desperta no espírito dos moços um pouco de curiosidade por aquêles tipos populares hoje em vias de completa extinção.

De fato, naqueles dez palmos de madeira ficaram retratados, para a posteridade, algumas das mais curiosas figuras que, no século XIX, animaram as nossas ruas, enchendo-as com os seus pregões, alegres ou monótonos, e fazendo brilhar ao sol os seus robustos corpos suarentos no esforço de ganhar, não só para si como para seus donos, pois muitos dêles eram escravos, o precioso pão de cada dia. Dessas figuras, quatro são masculinas e seis são femininas.

As figuras masculinas representam negros com a sua singela indumentária de trabalho e no desempenho da sua atividade. Descalços, vestem camisa curta, sem gola, de mangas pelo cotovêlo, abotoadas ao peito por um dos dois botões, a que os pescadores deram o nome de "camisu", e as calças, pouco acima dos tornozelos, não têm bainha. Ao ombro, trazem também uma toalha de pano grosso que, além de servir para enxugar o suor, lhes permitia muitas vêzes suspender com mais facilidade o objeto conduzido, protegê-lo quando necessário e, ainda, podia ser usada como abrigo, em caso de chuva. É curioso anotar que todos os quatro homens têm, em ambas as faces, três cicatrizes paralelas, representando

esquemáticamente a marca tribal muito comum entre os africanos. Muitas foram as “nações” africanas que usaram tais marcas e, entre nós, basta correr os olhos pela obra de Rugendas, Debret etc., para ver com que freqüência os escravos apresentavam em suas faces terríveis cicatrizes que lhes valeram a denominação de “caras-queimadas”.

A primeira dessas estatuetas, a de nº 269 (175), representa um africano já de alguma idade, com barbicha no queixo, vendedor de louça. Traz à cabeça um grande cêsto de forma mais ou menos oval, contendo panelas, cuias, vasos, tigelas etc., e, ao ombro direito, a indefectível toalha. Percorrendo as ruas da cidade e dos arrabaldes com a sua pesada carga, vendia, por sua conta ou por conta dos seus senhores, quando escravo, louça barata adquirida nos depósitos dos importadores, ou na olaria dos fabricantes, quando de barro. Mede 0,195 m.

A segunda estatueta, que tem o nº 270 (176), mostra-nos um “ganhador”, têrmo que se empregava para designar o negro empregado no transporte de mercadorias, fazendo carrêto de objetos para o seu dono ou por conta de terceiros. Representa um homem de barba cerrada, tendo passada ao pescoço a toalha cujas pontas segura e que num cêsto elíptico leva à cabeça grande cópia de queijos, garrafas e embrulhos para entrega a domicílio. Mede 0,195 m.

A terceira peça, com o número 272 (178), representa um aguadeiro levando à cabeça um grande pote bastante bojudo, de bôca e fundo relativamente estreitos, popularmente denominado “porrão”. A inexistência de canalização de água para cada residência fêz com que nascesse êsse tipo popular de aguadeiro, encarregado de suprir o precioso líquido às copas e cozinhas, indo buscá-las aos chafarizes, em tórno dos quais faziam ponto. A água dos chafarizes, estimada pela sua pureza e frescor, destinava-se principalmente a beber e cozinhar, enquanto para os demais serviços domésticos era empregada aquela que se retirava dos poços nos pátios internos ou no fundo dos quintais. O negro retratado na referida estatueta usa uma espécie de boné redondo, apresenta curiosa barba em ponta e segura a sua toalha ao ombro esquerdo.

A quarta figura, registrada sob o nº 275 (180 A), retrata um negro carregador tendo à cabeça uma grande mala de mão, de fecho articulado e cerrada com o auxílio de duas correias, e ao ombro esquerdo a toalha. Não usa barba e, comparado aos outros três tipos, parece-nos mais moço. Mede 0,195 m.

Das figuras femininas, cinco nos mostram negras vendendo a sua mercadoria, enquanto uma única nos apresenta uma negra com traje domingueiro que se popularizou como traje de negra baiana, ou simplesmente, traje de baiana. As cinco primeiras apresentam indumentária bastante simples, constituindo numa modesta bata ou vestido amarrado à cintura, de gola larga às vezes enfeitada caindo sob um dos ombros. À cabeça trazem um torço sobre o qual usam uma rodilha que atenua o peso da mercadoria levada na gamela, de madeira ou de barro. Exceção feita à de nº 271 (177), que está descalça, as outras calçam chinelas fechadas.

Na ordem do catálogo, a primeira delas, que tem o nº 268 (174), é das menores, medindo 0,170 m. Representa uma negra ainda moça tendo ao ombro direito o xale de "pano da Costa" que prende sob o antebraço direito e arrepanha à esquerda apertando-o entre a cintura e o cotovêlo. Sua veste está amarrada à cintura e deixa descoberto o ombro esquerdo. No punho, dêsse mesmo lado, traz pulseiras de metal com a forma de argolas finas chamadas "pulseiras de escrava". À cabeça carrega uma gamela com mamões de tamanhos diversos, em número de oito.

A segunda estatueta feminina tem o nº 271 (177), mede 0,200 m e representa uma negra peixeira, já de alguma idade. Leva a sua mercadoria à cabeça, arrumada em disposição radial, ultrapassando as cabeças dos peixes a borda da gamela. Leva ainda, em cima desta, uma cestinha de vime, onde provavelmente conduziria o camarão, as ostras etc. e, para proteger o peixe, cobriu-o com um grande chapéu de palha. Sua indumentária também é simples. A blusa, de gola ampla com bainha larga, deixa-lhe a descoberto o ombro direito. Xale de pano da Costa passado à cintura e seguro às extremidades pela mão esquerda ao nível do ombro e pela direita à altura da coxa. É a única das figuras de mulher que se apresenta descalça.

A terceira vendedora ambulante é a de nº 274 (180) e mede 0,180 m. Representa uma vendedora de bananas com a sua gamela repleta de pencas e junto delas um cestinho de vime. A bata amarrada à cintura cai do ombro direito. O xale de "pano da Costa" recobre a mão direita colocada ao peito e, dando volta à cintura, passa por cima do ombro esquerdo e cai para a frente sob o antebraço até à altura do joelho. No punho esquerdo leva uma pulseira.

A quarta estatueta de ambulante está registrada sob o nº 276 — (180-B) e mede 0,190 m. Retrata uma vendedora de frutas, negra ainda jovem, com a sua gamela cheia de frutos variados entre os quais se distinguem bem as "pinhas" ou "frutas-de-conde". Usa vestido decotado e amarrado à cintura e traz sobre o ombro esquerdo o xale de "pano da Costa". Usa pulseiras duplas em ambos os lados.

A quinta e última estatueta de vendedora tem o nº 277 (180-C). Conforme esclarece o Prof. Gustavo Barroso no Catálogo Descritivo e Comentado, não pertence à Coleção Miguel Calmon, tendo sido adquirida pelo Museu Histórico Nacional para completá-la quando foi vendida a coleção Djalma da Fonseca Hermes. Distingue-se das demais pelo fato de não ser envernizada, estando ainda "em osso", para empregar a giria dos toreutas e marceneiros. Excede também em altura às demais, medindo 0,210 m e sua fatura, embora não desminta a origem comum, é bastante mais rica e caprichada nos pormenores. Representa uma mulher jovem, de rosto expressivo, trazendo à cabeça uma gamela repleta de peixes, coberta com o chapéu de palha e tendo na parte posterior uma cestinha. Os peixes são relativamente maiores do que os da estatueta nº 271 (177). Traz brincos, colares e pulseiras em ambos os lados. O seu vestido, de gola bem larga e ornada com galão de renda, cai-lhe à esquerda, deixando a descoberto o ombro. O xale de "pano da Costa", jogado ao ombro direito, está seguro ao nível da cintura pelos dedos da mão esquerda. O panejamento mais caprichoso e bem tratado e a anatomia mais perfeita levam à conclusão de que se trata de obra realizada posteriormente às já descritas.

A sexta estatueta feminina nada tem a ver com a profissão de ambulante. Tem o nº 273 (179), mede 0,170 m. e retrata uma "baiana endomingada". Talvez se objete que freqüentemente en-



272 (178)



269 (175)



270 (176)



275 (100 A)

contramos nas ruas negras e mulatas com essa indumentária, sentadas por detrás de tabuleiros e caixas de doces e guloseimas de origem afro-baianas mas, na verdade, isso representa um artifício de propaganda para o seu pequeno negócio já que também nas festas tradicionais da Bahia e especialmente nos "candomblés" elas comparecem vestidas da mesma maneira sem nenhum intuito de comércio, evidentemente. Vemos que nesta obra o Autor, embora usando a mesma técnica das outras estudadas de início, procurou pormenorizar com bastante carinho a bizarra indumentária que, apesar de nada ter de brasileira, constitui hoje um ponto alto nos recursos de propaganda do nosso País, no tocante à indumentária. Descrever as vestes da "baiana" seria evidentemente supérfluo, tão conhecidas elas são dos nossos olhos.

O exemplar que estudamos apresenta-nos o torço em forma de coroa, brincos, colares de guia e corrente ao pescoço, terminando esta por uma grande cruz romana. A blusa de cabeção bordado tem também largo decote; as mangas curtas mostram braceletes e pulseiras. A saia, de larga bainha bordada, apresenta-nos motivos vegetais espiralados. Traz à cintura, do lado direito, uma grande penca de balangandãs representando os mais variados objetos. Os pés, perdidos sob a saia rodada, foram toscamente trabalhados; nêles não reconhecemos as clássicas chinelinhas que são o indispensável complemento do traje.

O estudo detalhado dos balangandãs já foi feito, anteriormente, no volume II dos Anais do Museu Histórico Nacional pelo Prof. Menezes de Oliva que a seu respeito elaborou uma interessante classificação. No volume IX dos mesmos Anais, Sigríd Pôrto de Barros, fazendo um estudo sôbre a condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia, descreveu cuidadosamente o traje da negra baiana, originário do predomínio que sem dúvida teve sôbre os demais o grupo guineano-sudanês islamizado que tão grande contingente de escravos forneceu à Bahia.

Do traje masculino do negro escravo ou livre nada restou, já que aqui êle adotou as peças da indumentária do europeu, vestindo as usadas que lhe eram dadas pelo branco e adquirindo para o seu uso roupas novas para os dias de festa. No máximo, compulsando os autores que os descreveram e os artistas que lhes reprodu-



274 (177)



277 (180c)



276 (180B)

ziram a figura e os costumes, podemos constatar uma certa tendência ao colorido forte e aos padrões um tanto bizarros, especialmente os "panos riscados" tão ao gosto dos povos africanos.

\* \* \*

Vejamos agora a matéria-prima utilizada pelo artista para realizar as dez estatuetas. A cajazeira, ou taperibá (*Spondias lutea*, L.) foi o vegetal que deu ao artista baiano a madeira para tão interessante conjunto. Pertencente à família das Anacardiáceas, é uma árvore de grande porte, bastante frondosa e cujo caule reto pode atingir até mesmo vinte e cinco metros de altura. A casca, exteriormente, é brancacenta ou acinzentada, segundo nos ensina M. Pio Corrêa e, embora espessa, é bastante fendida. A sua madeira é branca, fácil de trabalhar, tendo emprêgo na marchetaria, e na carpintaria, servindo, ainda para a construção naval. Encontra-se esse vegetal em extensa área do nosso País, desde a Amazônia até São Paulo, e mais comumente na Bahia, sendo cultivada em muitos lugares. É também conhecida por acaíba, acajá, acajaíba ou acajazeira, formas antigas e obsoletas, e como acaiá-mirim ou cajá-mirim, nos Estados do Sul, cajá-pequeno, cajazeiro-pequeno, imbuzeiro, taperibá, corruptela de "taper-ybá" — pau ou árvore da tapera. Na Índia Portuguesa dão-lhe o nome de "ambaló"; em Angola chamam-na "manguengue" e em Cuba o seu nome é "jobo". De tronco retilíneo presta-se à construção de canoas mas, apesar de tanta utilidade, pouco emprêgo tem entre nós.

Diz o A. do Dicionário das Plantas Úteis do Brasil, de onde tiramos estas notas, que, segundo parece, a madeira dessa árvore foi empregada por algumas das nossas tribos para a confecção de seus "botoques" e daí o nome de Ibametara ou Ybâmetara que alguns traduzem como "pau de fazer enfeite de beijo". Teodoro Sampaio, em *O Tupi na Geografia Nacional* não registra propriamente o verbete por extenso, mas mostra-nos que "yba" se traduz como sendo "o que se colhe da árvore: o fruto", e que "metara", corruptela de "mbetara", vale por "o queorna, aformoseia ou faz bonito" — objeto de ornato para o selvagem", justificando a tradução veiculada por Pio Corrêa.

A casca da cajazeira é aromática, adstringente e emética e, nas árvores adultas torna-se tão grossa que dela se podem fazer



273 (179)



274 (180)



268 (174)

objetos pequenos como sejam amuletos, imagens e boquilhas para cigarro; "registra-se mesmo o facto de existirem (Santo Amaro, Bahia) imagens e ornatos de capela feitos com esta madeira". Vemos por aí que a cajazeira foi madeira freqüentemente empregada pelos toreutas e imaginários na confecção das suas obras.

A respeito da cajazeira Pio Correa registra duas superstições, uma ameríndia e outra africana. A primeira é constituída pelo facto de várias tribos selvagens "submeterem os enfermos de feridas ou úlceras à ação da fumaça que se desprende dos caroços do fruto quando lançados sôbre brazas e das quais suportam o mais intenso calor"; e a segunda vem dos indígenas do Congo "que acreditam poder curar os paralíticos deitando-os sobre espêssas camadas de folhas prèviamente maceradas em água". No primeiro caso trata-se de uma técnica de tratamento muito comum entre os nossos indígenas, referida pela maioria dos "clássicos" como a fumigação e a "cura ígnea", ou seja a exposição à fumaça e o aproveitamento da benéfica ação do calor. Com referênciã à técnica africana ainda não encontramos procedimento semelhante referido em nossos autores e é bem possível que o seu conhecimento tenha sido trazido pelos escravos africanos da região do Congo.

O autor dêsse admirável conjunto de estatuetas foi Erotides Américo d'Araújo Lopes, escultor baiano do século passado, nascido na Cidade do Salvador em 17 de dezembro de 1847, segundo nos informa Manuel Raymundo Querino na sua admirável obra *Artistas Bahianos*. Ao que nos informa o notável cronista da Bahia Erotides foi aluno do português Beirão, que de simples tamanqueiro conseguiu após perseverantes esforços tornar-se santeiro afamado, especializando-se na feitura de imagens de N. S. da Piedade. "Estudou desenho com o prof. José Rodrigues Nunes, na aula pública desta cidade, quando o ensino desta disciplina já estava decadente", diz-nos Manuel Querino. Talvez por influênciã do mestre Beirão, Erotides trabalhou primeiramente em madeira e a seguir começou a empregar a pedra jaspe e a casca de cajazeira. Manuel Querino refere que outros artistas trabalharam também em casca de cajazeira, e entre êles Manuel Ignácio da Costa, autor do *Caboclo* que figura na procissão de "2 de Julho".

Ao tempo de Manuel Querino, Erotides d'Araújo Lopes era o único escultor especializado em miniaturas, na Bahia, e o autor

considerava-o inexcelsível, informando-nos que as suas obras se acham espalhadas em Portugal, na França e na Inglaterra. Cremos que para aí foram levadas pelos viajantes que passavam por Salvador compreensivelmente admirados não só da perfeição do escultor baiano como também curiosos dos personagens retratados com grande naturalidade de atitude e correta expressão aliadas a um perfeito equilíbrio de forma e boa técnica de execução. A reprodução dos trabalhos de Erotides na obra de Manuel Querino serve para identificar a autoria das peças que o Museu Histórico Nacional possui.

E' ainda Manuel Querino quem nos diz que "seus trabalhos mais conhecidos são tipos de ruas — ganhadeiras com gamelas, contendo fructos, peixes etc., domesticos com samburás de compras, africanos carregando agua em barris, ditos com cestos, garrações, artefactos, animaes amarrados em cestos de conducção, negociantes ambulantes e tudo o mais que tem relação neste gênero. Todos estes trabalhos são feitos de cascas de cajazeira". (*Artistas Bahianos*, pág. 31 e seguintes).

Parece-nos que o escritor baiano, ao escrever estas linhas da sua afamada e hoje já bastante rara obra, tinha diante de si o conjunto dessas curiosas estatuetas, tal como nós as vemos hoje, enfileiradas no mostruário de cristal da Coleção Miguel Calmon. Ao escrevermos estas modestas notas não temos outro intuito senão o de chamar a atenção dos estudiosos para um dos mais interessantes e homogêneos conjuntos da ergologia baiana.

#### B I B L I O G R A F I A

- BARROSO, Gustavo — *A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional*.
- BARROS, Sigrid Pôrto de — *A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia*.
- DEBRET, J. B. — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*.
- EDMUNDO, Luiz — *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*.
- QUERINO, Manuel — *Artistas Bahianos*.
- OLIVA, Menezes de — *Tentativa de classificação dos balangandans*.
- NINA RODRIGUES, R. — *Os africanos no Brasil*.
- PIO CORRÊA, M. — *Dicionário das Plantas Úteis do Brasil*.
- RAMOS, Arthur — *Introdução à Antropologia Brasileira*.
- RUGENDAS, J. M. — *Viagem Pitoresca através do Brasil*.
- SAMPAIO, Teodoro — *O Tupi na Geografia Nacional*.

# ICONOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO A COLEÇÃO FIDUCIÁRIA EXISTENTE NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

*ANTONIO PIMENTEL WINZ*  
(Conservador Classe I do M.H.N.)

## SUMÁRIO

- 1 — ASPECTOS PAISAGÍSTICOS NATURAIS.
- 2 — PANORAMAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.
- 3 — ANCORADOURO DO RIO DE JANEIRO.
- 4 — DIFERENTES ASPECTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.
- 5 — EDIFÍCIOS PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO.
- 6 — MONUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

A Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional, querendo colaborar para o brilhantismo das comemorações alusivas ao IV Centenário da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cuja efeméride culminará no dia 1º de Março de 1965, procurou elaborar com as peças de moeda fiduciária existentes no seu acervo um retrospecto do Rio antigo com as belíssimas paisagens na sua magnificência agreste e urbana.

Através dessas cédulas, como num caleidoscópio, desfila todo um passado que já vai longe: uns exemplares nos colocam diante de interessantes vinhetas, onde descortinamos as belas praias cariocas, com o seu aspecto ainda selvagem; ao longe completando a perspectiva desses horizontes rasgados — o casario do Rio colonial e imperial com suas igrejas, edifícios públicos e ermidas.

Noutras, diversos aspectos do Pôrto do Rio de Janeiro, com os veleiros da época imperial, as tôrres das suas igrejas, seus muros desflorestados etc. As ruas e caminhos onde outrora rodavam carruagens, caleças, tilburis, bondes à muares, nas quais se movimentava um populacho ralo e pacato, transformaram-se nas



FIG. I — O Pão de Açúcar  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

grandes artérias atuais, trepidantes de movimento, vertiginosas, por onde transitam multidões apressadas, ululantes: a grande metrópole desenvolve-se para o alto, em busca de um gigantismo inexpressivo e inestético.

Porém, muitas testemunhas daquelas passadas eras, ainda permanecem: o Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, a Casa da Moeda, a Ilha Fiscal, as estátuas de Cabral, D. Pedro I, Osório etc. que nos fazem recordar fatos gloriosos da história carioca e do Brasil.

Procuramos neste singelo trabalho, centralizar os diversos assuntos em grupos mais ou menos afins, tentando manter a cronologia das cédulas com o objetivo de analisar tanto quanto possível a sua evolução paisagística e urbanística.

#### I — ASPECTOS PAISAGÍSTICOS NATURAIS.

*O Pão de Açúcar* — Marco tradicional da cidade, divulgado e conhecido em todos os quadrantes da terra, através de inúmeras publicações científicas ou propagandistas.

Esse penedo rochoso e polido que desce abruptamente sobre o mar, acompanhou em todos os momentos a vida da cidade, à sua frente, quatro séculos da história carioca transitaram: a descoberta pela frota comandada por Gaspar de Lemos ou André Gonçalves à 1º de Janeiro de 1502; a expedição de Martim Afonso em 1531; assistiu à fundação da cidade no seu sopé, na Vila Velha à 1º de Março de 1565; a derrota dos franceses por Estácio de Sá em 1567; a frustrada tentativa de desembarque de Oliver van Noort em 1599; a malograda incursão de Duclerc em 1710; o saque de 1711 por du Guay Trouin; a vinda da côrte de D. João VI em 1808 à 7 de Março para o Rio; a Revolta da Esquadra em 1893 etc.

Esta é a história por todos nós conhecida, porém a dêsse penhasco, como a de tôdas as escarpas que se encontram nesta bela cidade, é muito mais antiga. Ela é contemporânea dos primeiros albores do nosso planêta, diz Affonso Varzea:

“O Pão de Açúcar, o Corcovado, a Pedra da Gávea, no Distrito Federal, são imponentes amostras das primeiras rochas



FIG. II — Pão de Açúcar  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

— granito e gnaisse — que constituíram a crosta sólida da Terra, enquanto que a planície que se amplia em roda de Santa Cruz, atravessada pelo Ramal de Mangaratiba, da Estrada de Ferro Central do Brasil, vale como modelo de terreno mais moderno de sedimentação — para só citar casos cariocas.”

Portanto, essas escarpas polidas, são constituídas pelos terrenos mais antigos do globo, remontando ao Arqueano. Qual a causa dessas formas bizarras denominadas “Pães de Açúcar” mais numerosos do lado oriental da Guanabara? Quais os agentes que influíram no brunimento e polimento dêsses penedos redondos e paredões verticais, que se elevam por centenas de metros das planícies ou do seio das águas guanabarinhas?

Lamego considera três, as causas dêsse polimento:

*esfoliação térmica* — o calor é o principal agente, as variações térmicas desintegram a camada superficial, fendilhando-a em pequenas fraturas por onde penetram os ácidos carbônico e nítrico, depositados pelas águas pluviais que passam a atacar os minerais. As quinas tendem a desaparecer, por aí se fazerem sentir com maior energia os efeitos da ação solar.

*clivagem tectônica* — terminologia empregada por êsse geólogo sôbre a tendência de certas rochas clivarem em planos paralelos à escarpa, principalmente nos gnais de grã mais uniforme como os leptinitos que são empregados para parelelepipedos e meios fios, devido à facilidade de talhar os mesmos.

*ação bioquímica do líquen* — é um dos agentes mais responsáveis pelo polimento das escarpas cariocas; observamos em tôdas as superfícies polidas dos nossos morros uma cobertura cinzenta-escura que se alastra rãpidamente. Êsses fungos e algas, associam-se pela simbiose, formando um manto úmido, cujos ácidos orgânicos corroem os paredões uniformemente digerindo as suas partículas desagregadas, sendo as inassimiladas transportadas pelo vento para outros locais.

O Pão de Açúcar tem 385 m de altura, serve-lhe ao Sul de contraforte o morro da Urca com 224 m. Em 1817, falam os cronistas da cidade, que um súdito inglês escalou o penhasco pela primeira vez, colocando no cimo uma bandeira de sua pátria. Dias de-



FIG. III — Cara de Cão, Pão de Açúcar e Urca  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

pois foi retirada por um soldado que atingiu igualmente êsse cume, ganhando como prêmio a sua baixa das fileiras conforme lhe haviam prometido. Mais tarde, tornou-se esta ascensão um fato corriqueiro, principalmente pelos alunos da Escola Militar, quando êsse estabelecimento de ensino encontrava-se na Praia Vermelha.

Sòmente em 1912 foi organizada uma emprêsa que construiu o caminho aéreo, franqueando-o ao público à partir de Janeiro de 1913.

A estação inicial do funicular parte da base do morro da Babilônia na Praia Vermelha, e atinge o dorso da Urca, após um percurso de 600 m — é a primeira seção. Do morro da Urca, até ao cimo da escarpa, existe um trajeto de 800 m — é a segunda seção.

O Pão de Açúcar significa para o Rio de Janeiro o que a estatua da Liberdade é para New York e a Tôrre Eiffel para Paris — símbolos inseparáveis dessas cidades.

Essa famosa escarpa mereceu de inúmeros poetas, navegadores, cientistas que aqui estiveram em diversas épocas, inúmeras alusões em prosa e verso. Citemos algumas colhidas ao acaso:

Jean de Lery no século XVI a denominava: "*pot de beurre, à cause de sa rondeur et qu'il est fort semblable à une tour.*"

O inconfidente e poeta Ignacio José de Alvarenga Peixoto refere-se ao penhasco, na sua célebre ode "A Rainha D. Maria I":

O Principe sagrado  
Do Pão de pedra, que domina a barra,  
Em colossal estatua levantado,  
Veja a triforme garra  
Quebrar-lhe aos pés Netuno furioso,  
Que o irritado sudoeste esbarra;  
E veja glorioso  
Vastíssima extensão de imensos mares,  
Que cerca o seu Imperio magestoso.

Francisco Adolfo de Varnhagen Visconde de Porto Seguro, historiador e diplomata, diz o seguinte na sua História Geral: "o



FIG. IV — Pão de Açúcar  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

cônico pedregulho posto pela mão de Deus, de atalaia à entrada da melhor barra e do melhor porto do mundo.”

Manceel Araujo Porto Alegre, Barão de Santo Angelo, pintor e poeta, deixou-nos as seguintes quadras:

Salve, nobre penhasco, emblema eterno,  
Do Rio de Janeiro monumento  
Que do mar devassando os horizontes  
Vais, benigno ostensor, ao lasso nauta

N'esses plainos remotos, n'esses longes,  
As portas franquear do rico emporio  
Que em seu seio oceanico, seguro,  
Póde do mundo acobertar as frotas!

Nicolau Fagundes Varella, o talentoso e infeliz poeta, o exalta no 10º canto do seu imortal poema “Anchieta ou o Evangelho das Selvas”:

Lá na entrada do soberbo emporio  
O Adamastor da America repousa  
À luz do sol brilhante que lhe aquece  
A cabeça medonha, escaveirada,  
E o dorso horrendo onde resvala o raio,  
Nos dias de tormenta; audaz colosso  
Robusto velador que ao longe assombra  
Os Genios do Oceano, e brada ao mundo:  
— “Em nome do direito e da justiça,  
Podeis entrar no templo do futuro,  
Sacrificar ao Deus da liberdade!

A coleção do Museu Histórico Nacional possui muitas cédulas, onde encontramos gravuras com paisagens tendo como motivo principal o Pão de Açúcar.

Foram selecionados apenas cinco exemplares impressos em épocas distintas e que ilustram bastante esta descrição. Aliás, na maioria dos exemplares apresentados neste trabalho, que atingem a casa dos cinqüenta e três em dezenove figura êsse famoso penhasco, ora isolado, ou então associado a um conjunto paisagístico qualquer da Guanabara.

*O Pão de Açúcar (Fig. I)*

10\$ — Tesouro Nacional (Império) — 6ª Estampa — Série 33 — Letra A — N° 12217 — Impresso pela Companhia Americana de Bilhetes de Banco Nueva York Emitida à 9 de Julho de 1869.

Estampa preta e verde. No centro as Armas imperiais (20 estrelas), ladeadas pela Justiça e Lavoura; à esquerda o busto de D. Pedro II ainda moço, fardado e condecorado. À direita uma vinheta aparecendo um caduceu, bromeliáceas e uma palmácea no primeiro plano; ao fundo destaca-se a silhueta do Pão de Açúcar.

A coleção do Museu possui outros exemplares idênticos onde êstes motivos aparecem:

10\$ — Tesouro Nacional (Império) — 6ª Estampa — Série 34 — Letra A — N° 27760 — (Com carimbo: FALSA).

10\$ — Tesouro Nacional (Império) — 6ª Estampa — Série 34 — Letra A — N° 27847 — (Manuscrito: FALSA).

*Pão de Açúcar (Fig. II)*

20\$ — Tesouro Nacional (Império) — 7ª Estampa — Série 5ª — Letra B — N° 13866 — Impresso pelo American Bank Note Co. em New York. Emitida à 29 de Julho de 1880.

Estampa com o anverso prêto, laranja e verde; o reverso Havana.

No anverso destacamos à esquerda o busto do Imperador D. Pedro II em trajés civis, com a barba totalmente encanecida; à direita uma mulher reclinada num fardo amarrado, no centro outra figura de mulher apoiada sôbre uma base de coluna que tem na face frontal as Armas imperiais; à esquerda da mulher uma paisagem com um caduceu, uma palmeira e o Pão de Açúcar ao longe.

*Cara de Cão, Pão de Açúcar e Urca (Fig. III)*

5\$ — Tesouro Nacional (República) — IIª Estampa — Série 2ª — Letra E — N° 000,872 — Impresso em Paris e desenhado por Georges Duval. Também chamada Série Francesa.



FIG. V — Cara de Cão e Pão de Açúcar  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Estampa havana e verde claro. No anverso à esquerda, vemos em cima as Armas da República e embaixo uma figura de mulher simbolizando o Comércio com uma vara na mão direita e uma cornucópia aos pés, de onde saem produtos da terra. Volutas e ornatos diversos completam e decoram toda a cédula. Embaixo, no centro, o grupo constituído dos morros Cara de Cão, Pão de Açúcar e Urca, simbolizando os marcos da fundação da cidade.

Outros exemplares da Coleção Oficial reproduzem o panorama idêntico, embora a coloração varie:

5\$ — Tesouro Nacional (República) — 10<sup>a</sup> Estampa — 1<sup>a</sup> Série F — N<sup>o</sup> 091,391 — Série Francesa.

5\$ — Tesouro Nacional (República) — 12<sup>a</sup> Estampa — 8<sup>a</sup> Série Q — N<sup>o</sup> 015,267 — Série Francesa.

5\$ — Tesouro Nacional (República) — Ilegível — Ilegível — N<sup>o</sup> 097,115 — Série Francesa — (Com carimbo: FALSA).

5\$ — Tesouro Nacional (República) — Ilegível — Ilegível — N<sup>o</sup> 097,397 — Série Francesa — (Com carimbo: FALSA).

5\$ — Tesouro Nacional (República) 11<sup>a</sup> Estampa — 5<sup>a</sup> Série R — N<sup>o</sup> 097,115 — Série Francesa — (Manuscrito: FALSA).

5\$ — Tesouro Nacional (República) 11<sup>a</sup> Estampa — 5<sup>a</sup> Série R — N<sup>o</sup> 097,397 — Série Francesa — (Manuscrito: FALSA).

#### *Pão de Açúcar (Fig. IV)*

100\$ — Tesouro Nacional (República) — Ensaio efetuado nas Oficinas de Gravura da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

Estampa só com o anverso de cor lilás. No centro um medallão, ladeado por duas crianças desnudas, com a efígie do insigne Patriarca da Independência, tendo sobre o peito a Cruz da Ordem de Cristo no grau de Comendador; à direita, numa moldura de volutas formada com ornatos e folhagens, uma locomotiva a vapor saindo de um túnel e a esquerda repetindo a mesma moldura aparece o cabeço do Pão de Açúcar emergindo das águas guanabari-  
nas, sulcadas por um navio a vapor e um veleiro.



Fig. VI — Vista tomada da Praia das Flechas — Niteroi  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

*Cara de Cão e Pão de Açúcar (Fig. V)*

50 cruzeiros — Tesouro Nacional (República) — 2ª Estampa — 6ª Série — Nº 043621 — Impresso por Thomas de la Rue e Company Limited — London

Estampa no anverso lilás com as côres: verde, azul, vermelho e amarelo claro; no reverso lilás. O anverso apresenta no centro um medalhão com a efígie da Princesa Imperial D. Isabel, ladeado pelos números indicativos do valor da célula; no reverso, vemos uma figura de mulher simbolizando a Lei Áurea, à sua direita uma paisagem e à esquerda uma vista do Pão de Açúcar e do morro Cara de Cão tomada na entrada da Guanabara.

Cédula idêntica mudando apenas a côr, reproduz êste motivo:

50 cruzeiros — Tesouro Nacional (República) — 1ª Estampa (embora não conste essa indicação) — 169ª Série — Nº 015248 — Impresso pelo American Bank Note Co. New York.

*Vista tomada da Praia das Flechas — Niterói (Fig. VI)*

200\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — 2ª Série — Nº 097599 — Fabricadas na Inglaterra, não consta a casa impressora — Emitida nos anos de 1856 e 1857.

Estampa só com o anverso, côres verde e prêto. No centro, encima, uma bela gravura tirada do litoral fluminense, pertencente à praia das Flechas (Meili dá como vista de Icarai), aparecendo destacada no primeiro plano a *Pedra da Itapuca*, totalmente fora d'água. Próximo à mesma, várias pessoas e uma embarcação ao largo; à direita diversas eminências, destacando-se a ilha da Boa Viagem no alto da qual avista-se uma pequena capela (I).

Completando o conjunto na linha do horizonte, aparecem ao fundo as silhuetas dos testemunhos geológicos que balizam a con-

---

(1) Na fachada desta modesta capela vê-se a seguinte inscrição: "Principiou esta obra em 1734, sendo mestre Amaro da Silva, engenheiro decorador J. de Farias, reverendo padre Manuel Gomes de Carvalho, e mais 173 devotos." Era dedicada ao culto de N. Senhora Protetora dos Viajantes.

Foi essa capela reedificada em 1860, após ter sofrido violento incêndio (a gravura nos mostra ainda a primitiva ermida), sendo restaurada totalmente em 1909. Fundou-a o provedor da Real Fazenda Diogo de Carvalho Fontoura ou Diogo Carneiro da Fontoura, em meados do século XVII.

cha guanabarina como: o Pão de Açúcar, morro da Urca, da Babilônia etc.

Um exemplar similar a este e da Coleção, reproduz esta vista:

200§ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — 2ª Série — Nº 098396 — (Manuscrito: FALSA).

A praia das Flechas era também conhecida como da Itapuca, devido, à pedra dêsse nome que tinha outrora uma gruta, a qual nas marés baixas comunicava-se com a praia vizinha; daí a denominação indígena significando *pedra furada* —.

A respeito dêsse tradicional testemunho geológico escrevia o Dr. José Carlos Rodrigues no *Éco Americano* de 6 de Janeiro de 1872 o seguinte —

“As bellezas da inspiradora e poetica Itapuca acordam n'alma a illusão mais doce, a sisma mais vaporosa. O rochedo denominado a *Pedra da Itapuca* deu motivo á creação de formosas lendas que a longo tempo passam pela tradição; uma dellas, *A Somnambula de Itapuca*, foi já revestida da mais elegante fórmula pelo Sr. Leonel de Alencar, conhecido litterato e jornalista”.

Fausto de Souza, em 1881 ao referir-se à ilha da Boa Viagem, considera como um promontório êsse acidente geográfico, no seguinte trecho: —

“Deixando a praia das Flechas, onde já se notam muitas e elegantes habitações, vê-se para sudoeste o promontorio da *Bôa-Viagem*, coroado pela capella, velho forte (2) e quartel, promontorio que figura nas cartas antigas como uma ilha, mas presentemente é ligada ao continente por uma lingua de arêa que em certas occasiões permite a passagem a pé”.

Possuimos um livro sôbre as “Memoires de Monsieur du Guay-Trouin” o qual apresenta um mapa na pg. 160 com o ti-

---

(2) Esta ilha foi artilhada durante o govêrno de Sebastião de Castro Caldas (1695-1697). Durante a invasão franceza de 1711 possuía 10 bôças de fogo; foi várias vêzes desarmada e reartilhada, na Revolta de 1893 foram suas baterias arrazadas e ainda hoje se vêem à meia altura do monte as antigas esplanadas dessa fortificação.



FIG. VII — Pedra da Itapuca  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

tulo — Plan de la Baye et de la Ville de Rio Janeiro —. Esta carta, contemporânea do ataque de 1711 representa êsse promontório da Boa Viagem como sendo uma ilha com a denominação de: Fort de bon voyage.

Alberto Lamago no trabalho inserto no Boletim nº 115 da Divisão de Geologia e Mineralogia do Minst. da Agric. (3) refere-se à mesma como sendo a ilha da Boa Viagem. Diz êle o seguinte:

“Note-se que a ilha, conforme a seção que apresentamos, é composta de biotita-gnaïsse em sua parte mais elevada, estando a rocha em plena decomposição e muito friável. E é esta justamente a extremidade da Boa Viagem, exposta aos vagalhões que entram pela barra, devendo portanto ser a mais desmoronável.

O fenômeno explica-se porém de maneira simples. A ilha é ali protegida por um veio de quartzo interestratificado entre as camadas, o qual na face emersa encobre as camadas friáveis com um paredão que, ao receber o impacto das vagas, é mais vagarosamente demolido que as escarpas de gnaïsse lenticular, ao mesmo tempo que os destroços do veio se acumulam na base do morro formando um enrocamento natural.”

Como podemos constatar, não existe ainda êsse enrocamento e portanto o promontório e sim uma inicial construção natural do mesmo, pois, a passagem a pé por êsse local, só é possível com a maré muito baixa. Devido ao lento trabalho de construção e deposição marinha, sòmente após terem decorrido alguns séculos, êsse enrocamento natural terá emergido das águas, ligando definitivamente essa ilha ao continente.

### *Pedra da Itapuca (Fig. VII)*

200§ — Tesouro Nacional (República) — Ensaio efetuado nas Oficinas de Gravura da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

---

(3) A Geologia de Niterói na Tectônica da Guanabara — 1945. Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional da Produção Mineral.



FIG. VIII — Entrada da Guanabara  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Estampa tendo o anverso azul e amarelo claro e o reverso azul.

No anverso, num medalhão central, o busto do Patriarca da República — general Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ladeado pelos valores indicativos da cédula.

No reverso a mesma paisagem da cédula anterior, tirada da praia das Flechas no litoral fluminense, aparecendo a *Pedra da Itapuca* totalmente coberta pelas águas da Guanabara nas marés altas, aflorando apenas a eminência dêsse curioso testemunho geológico. Uma simples análise de ambas as cédulas, nos faz admitir ter havido um fenômeno de regressão marinha como prova atualmente a observação feita no local, provavelmente em função de um tectonismo no fundo da baía.

No horizonte aparecem os recortes e anfrantuosidades das silhuetas dos morros cariocas: Pão de Açúcar, morros da Urca, da Babilônia, Pasmado, São João, Corcovado.

#### *Entrada da Guanabara (Fig. VIII)*

50\$ — Tesouro Nacional (República) — Ensaio efetuado nas Oficinas de Gravura da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

Estampa marron e azul claro. No anverso, no centro, dois círculos: um vazio, o outro com as Armas da República; em duas cartelas laterais um trem e um navio simbolizando respectivamente os transportes terrestres e marítimos. No reverso as Armas da República à esquerda num pequeno círculo; ocupando a parte central e direita da cédula, uma gravura representando a entrada da baía da Guanabara. Podemos observar que esta vista foi obtida dentro da barra do lado oriental; a esquerda aparece parte da casamata de uma das atalaias do Rio de Janeiro — fortaleza de Santa Cruz.

Num segundo plano, o Pão de Açúcar, morro da Urca, enseada da Praia Vermelha, morro da Babilônia, Ponta do Leme.

\* \* \*

“Tirai à Guanabara os seus polidos paredões a prumo, as suas escarpas nuas e roliças, as abóbadas que emergem do oceano como carapaças, os cônes monolíticos que apon-

tam de massiços florestais, as ilhotas de penedos esféricos empilhados entre tufos de verdura sôbre águas espe-lhantes, as serrilhas de agulhas gnaissicas picando o azul na cordilheira, e toda a magnificência da mais bela baia do mundo desaparece."

Êste período, com o qual Lamego inicia o Prefácio do seu trabalho — Escarpas do Rio de Janeiro — diz bem da espetacu-losidade dêsse cenário grandioso que despertou a admiração e a atenção dos viajantes de tôdas as épocas que tiveram a ventura de singrar as suas águas em várias direções.

Esta estreita entrada passaria despercebida se não fossem: o pico de Santa Cruz, na margem oriental e o Pão de Açúcar na ocidental que, como dois pilares elevados, servem de guia para as embarcações que demandam o seu pôrto.

Essa entrada tem apenas 1.500 m de largura e acha-se divi-dida em duas partes desiguais: o canal maior com cêrca de 900 m situa-se entre a ilha da Lage e Santa Cruz, o menor com 600 m entre a Lage e São João.

Só a passagem entre a Lage e Santa Cruz é praticável, de-vido à sua profundidade que é de 52 m e à ausência de bancos de areia, parcéis ou rochedos. Já a outra passagem é perigosa e di-fícil, devido à inúmeros recifes que afloram nessas paragens e à forte arrebentação que aí se processa constantemente, tendo o mar cavado nessa rocha de gnaiss lenticular, bastante decomposta, inúmeras grutas, sendo as mais notáveis: o Buraco de Andorinha e o Buraco do Mero, este entre o forte São João e as ruínas da ve-lhíssima bateria de São Teodósio.

A entrada da Guanabara é consequência de uma grande *falha* produzida pelo escorregamento de uma parte da escarpa Leste do Pão de Açúcar sôbre outra camada subjacente, paralelamente à direção dos estratos e acompanhando-lhes o mergulho — é o fe-nômeno que os americanos denominam *bedding fault*. A escarpa lisa do paredão mergulha e continua sob as águas, mantendo a mesma inclinação para êsse profundo canal aí existente.

Aliás a baía de Guanabara é uma resultante em parte de um intenso tectonismo como assevera Lamego: "Podemos assim com-preender porque todo êsse litoral é tão rugoso, ao contemplarmos

seus contornos paleográficos, omitindo os aterros quaternários. Trata-se de uma *costa de ruptura* conseqüente a desabamentos internos na baía.”

A Guanabara tem o aspecto de um triângulo irregular; o seu perímetro acompanhando o contorno das praias é de 140 quilômetros da Ponta de S. João à foz do rio Magé e a largura máxima atinge a 28 quilômetros entre as embocaduras dos rios Meriti e Macacú.

Grande número de viajantes, escritores, poetas, cientistas, geógrafos nacionais e estrangeiros deixaram-se extasiar pelas belíssimas paisagens apresentadas por êste majestoso anfiteatro e no calor da emoção legaram-nos belas páginas sôbre a esplêndida natureza guanabarina.

Padre Fernão Cardim (Carta escrita em 1590)

“Dentro da barra tem uma bahia, que bem parece que a pintou o Supremo Pintor e Architecto do mundo, Deus Nosso Senhor; e assim é famosissima e a mais aprazível que ha em todo o Brasil, nem lhe chega a vista do Mondego e Tejo; é tão capaz que terá 20 leguas em roda, cheia pelo meio de muitas ilhas frescas, de grandes arvo-redos, e não impedem a vista umas ás outras.”

Bougainville autor da — Voyage autour du monde, 1767 — escrevia:

“A vista desta baía causará sempre o mais vivo prazer aos viajantes. Nada é mais rico do que o aspecto das paisagens que se apresentam de todos os lados; e nós teríamos a maior satisfação se pudessemos gozar por algum tempo desses encantos.”

Rocha Pita, Saint Hilaire, Rugendas, Cook, Arago, Martius, Cunha Barbósa, Varnhagen, Mawe, Wied Neuwied, Luccock e várias dezenas de nacionais e estrangeiros nos legaram soberbas descrições dessa inigualável baía.

Interessante é a apreciação feita pelo padre Perereca quando da chegada da família real portugüesa no Rio de Janeiro à 7 de Março de 1808:

“Eram duas para as três horas da tarde, a qual estava muito fresca, bela, e aprazível neste para sempre memo-



FIG. IX — Barra do Rio de Janeiro — Fortaleza de Santa Cruz  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

rável dia 7 de Março, que desde a aurora o sol nos havia anunciado como o mais ditoso para o Brasil: uma só nuvem não ofuscava os seus resplendores, e cujos ardores eram mitigados pela frescura de uma forte e constante viração.... e já pela barra vinha entrando com majestosa ufania a nau Príncipe Real, seguida de todas as outras;....”

*Barra do Rio de Janeiro — Fortaleza de Santa Cruz (Fig. IX)*

200\$ — Tesouro Nacional (República) — 12ª Estampa — 6ª Série — Nº 65437 — Impresso pelo American Bank Note Company New York, Estampa picotada com a expressão: SEM VALOR.

Estampa com o anverso prêto, lilás e verde claro; no reverso havana. Apresenta no anverso, à esquerda, o valor da cédula; à direita duas figuras femininas; no centro um pequeno trecho da barra do Rio de Janeiro, parte fluminense com a fortaleza de Santa Cruz, sendo ultrapassada ao largo por um navio à vapor.

Outro exemplar idêntico a êste encontra-se na Coleção Oficial:

200\$ — Tesouro Nacional (República) — 12ª Estampa — 4ª Série — Nº 02061 — Impresso pelo American Bank Note Company New York.

\* \* \*

A fortaleza de Santa Cruz data de 1555, quando Nicolau Durand de Villegaignon instalou nêsse local as primeiras peças de artilharia, organizando obras singelas de fortificação na entrada da barra.

Foram ocupadas por Mem de Sá em 1567 e melhoradas. Salvador Corrêa de Sá denominou a êsse reduto — *Bateria de Nossa Senhora da Guia*.

Em Fevereiro de 1599 seus canhões foram utilizados para evitar que o almirante batavo Oliver Van North penetrasse na Guanabara, tendo bombardeado o navio dêsse corsário que foi rechaçado, tomando rumo para o Espírito Santo e sendo igualmente repellido.

À partir de 1632 passou a denominar-se — *Fortaleza de Santa Cruz da Barra*.

GRANDE SUCESSO

# BIJOU THEATRE

COMPANHIA CINEMATOGRAFICA BRAZILEIRA

**HOJE - HOJE**

EXCLUSIVIDADE DA

## 1400 SONTOS

O CASO DOS CAIXOTES

1.200 METROS - 3 PARTES

Reconstituição admirável do celebre crime - Grandiosas e sublimes  
 paisagens naturais - Szenários reais, onde as investigações policiais  
 trouxeram luz sobre o audacioso crime.

!!! Sono de ouro \* Perceível despertar!!!

1400

Fig. X — Entrada da Barra — Margens oriental e ocidental  
 (Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Em 18 de Agosto de 1710 os navios de Duclerc, trazendo hasteada a bandeira inglesa, apresentaram-se diante da barra do Rio de Janeiro. Como não atendessem ao sinal feito, foi o capitânea atingido pelo fogo dessa fortaleza; desistiram os gauleses do seu intento de forçar as defesas da região.

Tendo sido desguarnecida por ordem do governador Castro Morais, não poudé hostilizar a esquadra de du Guay Trouin, sendo então ocupada pelos franceses; sôbre seu armamento fala o famoso corsário nas suas Memórias:

“A droite est le Fort de Sainte-Croix, garni de quarante-huit gros canons, depuis dix-huit jusqu'à quarante-huit livres de balle, e une outre batterie de huit piéces, qui est un peu en dehors de ce Fort.”

Em 1730 foi rearmada com 135 peças, incluindo-se as do Pico e as Baterias da Praia de Fora, num total de 24. Durante a Regência, seu armamento foi reduzido; porém em 1863 devido ao conflito provocado pelo ministro inglês Christie, mais conhecida como Questão Christie tratou-se de dotar a fortaleza com casamatas e poderosa artilharia.

Em 1874 foi guarnecida pelo 1º Batalhão de Artilharia a Pé.

Em 1877 possuía 146 canhões de grosso calibre, sendo 41 em fortes casamatas, 1 de 400 Armstrong que atirava á barbete, 80 em canhoneiras e 24 da Bateria da Praia de Fora. Era nessa época considerada a primeira fortaleza do Império. Atualmente é guarnecida pelo 1º Grupo de Artilharia de Costa organizado em 1917 e artilhada com canhões Krupp de 150 mms.

Prêsos políticos de nomeada civis e militares estiveram aí recolhidos como: o marquês de Loulé que servira nos exércitos napoleônicos; o caudilho uruguaio André Artigas que aí faleceu em 1820; general Frutuoso Rivera presidente do Uruguai; coronel Bento Gonçalves; o cônego Januário da Cunha Barbôsa detido por 2 dias.

*Entrada da Barra — Margens oriental e ocidental*

(Fig. X)

Reclamo do Bijou Theatre — Impresso nas duas faces, na Litografia Motta Carvalho rua Evaristo da Veiga 136 — Rio.



FIG. XI — Enseada e Praia do Flamengo  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

No anverso, côr marron com caracteres prêtos e vermelhos; no reverso côr marron e verde. Essa parte apresenta uma reprodução do edifício da Caixa de Amortização situado no cruzamento da então Avenida Central (hoje Av. Rio Branco) com a rua Visconde de Inhaúma. Já o anverso apresenta à esquerda uma mulher simbolizando a Justiça e à direita um navio mixto: a vapor e a vela.

Num retângulo central, embaixo, a entrada da Guanabara com ambas as margens: a carioca com a fortaleza de São João, o morro Cara de Cão, o Pão de Açúcar e o morro da Urca e a fluminense com a fortaleza de Santa Cruz, os morros do Pico e do Macaco.

\* \* \*

*Fortaleza de São João* — Durante o govêrno de Salvador Corrêa de Sá foi edificada essa fortaleza situada a nordeste da Ponta de São Teodósio no morro Cara de Cão. No início de 1600 era constituída de quatro Redutos ou Baterias: São Teodósio — São Martinho — São Tiago — São João, todas com a denominação de São João.

A bateria de São Teodósio hostilizou bastante Oliver Van Noort quando da sua frustrada tentativa de ataque em 1599, no Rio de Janeiro.

Desguarnecida no govêrno de Castro Morais foi prêsa fácil de du Guay Trouin em 1711; em fins de 1700 foi edificada uma linha abaluartada na praia, entre o Pão de Açúcar e a fortaleza.

Durante o govêrno do padre Diogo Antonio Feijó possuía 55 peças e 770 soldados.

Em 1862 foram suas muralhas reforçadas e 17 casamatas edificadas; já dispunha em 1868 de 34 peças e em 1881 possuía 41 canhões de grosso calibre que podiam cruzar seus fogos com os da Lage e de Santa Cruz, defendendo dêsse modo poderosamente a entrada guanabarina.

Durante a administração do general Mallet, como Ministro da Guerra, foi armada com canhões Krupp e Armstrong de diversos calibres.

Atualmente acha-se guarnecida pelo 2º Grupo de Artilharia de Costa e artilhada com canhões Krupp de 150 mms, cujas ba-

terias estão localizadas no cimo do morro Cara de Cão, ao passo que o velho forte se situa ainda hoje no sopé dêsse mesmo morro.

*Enseada e Praia do Flamengo* (Fig. XI)

500\$ — Caixa de Conversão (República) — Lei 1575 de 6 de Dezembro de 1906 — 1ª Estampa — 066ª Série — Nº 0652961 — Impresso por Joh. Enschede e Zonen — Haarlem.

Estampa no anverso de côr verde e algarismos vermelhos; no reverso côr verde e rosa claro com a reprodução do prédio da Caixa de Amortização.

No anverso, à esquerda uma figura humana em pé, tendo na mão direita um compasso e na mão esquerda um rôlo de papel; nêste lado também se encontra uma roda dentiada. Sob seu braço direito um tórno, uma serra e um martelo. À direita as Armas da República e a efígie do presidente Afonso Augusto Moreira Pena. Abaixo, numa cartela central, um panorama do Rio de Janeiro focalizando a Praia do Flamengo, parte do bairro do mesmo nome e as montanhas circundantes, notando-se os morros: da Viúva, da Urca, Pão de Açúcar, Cara de Cão e mais além outros testemunhos geológicos que balizam a face oriental.

\* \* \*

*Praia do Flamengo* — No século XVI era conhecida como *Praia de Uruçumirim*, por existir nêsse local uma aldeia indígena com a mesma denominação. Durante a efêmera ocupação da Guanabara pelos franceses, foi a mesma fortificada por ordem de Villegagnon, pois os tamoios, habitantes das plagas cariocas eram seus aliados. Esta aldeia fortificada, depois de vencida, foi destruída pelos portugueses de Estácio de Sá, após o memorável combate de 20 de Janeiro de 1567.

Segundo Mello Moraes, foi mandada construir pelo próprio Villegagnon nêsse local a primeira casa de pedra e cal do Rio de Janeiro, tendo se estabelecido aí perto a famosa "*briquetterie*" (4).

---

(4) Sobre essa "*briquetterie*" publicou Everardo Backheuser um artigo no *Jornal do Brasil* com o título: "Olaria, industria tradicional"; diz o autor em certo trecho: "Plantas historicas, dos primeiros tempos coloniais, assinalam duas ocorrencias antropogeograficas ("A Casa de Pedra" e a "Briquetterie") que refletem os dois aspectos geologicos capitais de Sebastianopolis.

Durante algum tempo, a casa foi habitada por Villegagnon e Jean de Lery. Mais tarde foi ocupada pelo primeiro juiz ordinário da cidade — Pedro Martins Namorado — nomeado em 9 de Setembro de 1566 e era conhecida nessa época como *Casa de Pedra*. Estava registrada no primeiro livro de registro de aforamentos de sesmarias como servindo de marco no limite sul da sesmaria pertencente ao patrimônio da Câmara (essa Casa de Pedra situava-se na travessa Umbelina, próximo a avenida Oswaldo Cruz; foi colocado ali, em 12 de Dezembro de 1938, um marco por iniciativa de Gastão Penalva). Era conhecida nessa época como *Praia do juiz Pedro Martins Namorado*.

Por desembocar nesse local o rio Carioca (5) numa espécie de delta cercado de lagunas, passou a chamar-se *Praia do Carioca*.

Devido à fama da água do rio Carioca, os navios que demandavam a Guanabara, costumavam fazer aguada nessa praia, próximo ao local onde existiu a Casa de Pedra; daí ser conhecida também como — *Praia da Aguada dos Marinheiros*. O navegador e cronista francês Lerype residiu no atual morro da Viúva (conhecido como morro do Lerype) (6). Até 1610, passou a denominar-se — *Praia do Lerype*.

A partir de 26 de Agosto de 1612, o terreno atrás do então morro do Lerype (Viúva atual) foi doado à Sebastião Gonçalves

---

Pela primeira "A Casa de Pedra" conclue-se, primeiro, existir rocha viva na circunvizinhança do Flamengo (Morro do Léripe), segundo não ter a pedra, então, emprego generalizado tanto que chamava a atenção haver um edifício "A Casa" no qual teve ela aplicação. O segundo índice — a Briquetterie, ao contrario, evidencia o uso frequente do barro ainda que na grosseira cerâmica da construção civil da época. A existencia de uma olaria (briquetterie) revela uma industria nascente."

(5) O rio Carioca ou das Cabôclas nascia no Corcovado e deslisava pelas Laranjeiras, na altura do largo do Machado bifurcava-se — um dos braços seguia pelas atuais: rua Conde de Baependi, praça José de Alencar, ruas Barão do Flamengo e Paissandú onde em frente das duas desaguava na praia do Flamengo. O outro braço vinha pelo Catete e lançava-se na praia da Glória. Atualmente acha-se totalmente canalizado.

(6) Vieira Fazenda considera o morro do Lery ou Lerype ou Leri ou Leriipe, como sendo o outeiro da Glória.

Para ele Leriipe é a denominação dada pelos tamoios para os locais onde existem ôstras prêsas nas pedras; do mesmo modo Serigipe.

Porém essa denominação podia aplicar-se a outros locais guanabarinós onde houvesse mariscos prêsos às rochas, daí as controvérsias existentes.



FIG. XII — Enseada de Botafogo  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

por Salvador Corrêa de Sá; era uma sesmaria tendo 100 braças de terra que seria utilizada para morada e lavoura; a casa ficava bem visível da praia e esse trecho litorâneo ficou conhecido então como: *Praia do Sapateiro Sebastião Gonçalves ou Praia do Sapateiro*.

Ferreira da Rosa no seu livro — O Rio de Janeiro — nas Notas, diz o seguinte sobre a praia do Flamengo:

“...tomou esse trecho beira-mar o nome de Praia do Sapateiro até 1698. Neste ano ali desembarcou o holandês ou flamengo, Olivier Van Noord (7) que estava viajando à roda do mundo, e desde então é conhecida por “*Praia do Flamengo*”.

Antes de 1826, foi construído um cais particular por Antonio da Cunha; em 1845 foi edificado outro cais por José Dias da Cruz Lima com extensa rampa, porém foi destruído por uma ressaca violenta em Maio de 1853.

Nessa época já era utilizável um cais público que foi reconstruído em 1863. A partir de 1869 foi iniciado o alargamento da praia do Flamengo, começando pelo trecho da praia do Russell, que passou a ter esse nome como homenagem ao encarregado desses trabalhos João Frederico Russell.

Os grandes aterros feitos no mar durante a República, transformaram totalmente a perspectiva dessa praia, cujas pistas para a circulação dos veículos prolongaram-se até o atual morro da Viúva, contornado pela administração Carlos Sampaio (1921-1922) com uma artéria de 759 metros de extensão.

---

(7) Parece haver confusão quanto ao nome desse navegante flamengo e a época de sua vinda à Guanabara.

Em 1599, o almirante flamengo ou holandês Oliver Van North, que fazia também uma viagem de circumnavegação, foi impedido de entrar na baía de Guanabara pelo fogo dos canhões da Bateria da Nossa Senhora da Guia (atual Santa Cruz).

Embora houvesse pequena diferença nos nomes, era muito comum erros de grafia nessa época, as vezes uma mesma personagem usava duas ou mais formas de assinar; por exemplo: du Guay (edição de 1746 de Amsterdam) atualmente Duguay.

Lerype corruptela de Léry; Villegaignon — Villegagnon — Vilegagnon etc.



Fig. XIII — Trecho da Guanabara em principios do século XIX  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

*Enseada de Botafogo* (Fig. XII)

1:000\$ — Caixa de Conversão (República) — Lei 1575 de 6 de Dezembro de 1906) — 1ª Estampa — 002ª Série — Nº 0019080 — Impressa por Joh. Enschede e Zonen — Haaren.

Estampa no anverso de côr marron com algarismos vermelhos; no reverso côr marron e verde com a reprodução do prédio da Caixa de Amortização.

No anverso, à esquerda uma figura humana em pé, com o corpo envólto num manto deixando-o desnudo em parte, na cabeça traz um capacete alado, na mão esquerda um caduceu e nos pés asas, simbolizando Mercúrio (o mensageiro dos deuses do Olimpo) — o Comércio em suma. À direita, as Armas republicanas e a efígie do presidente Afonso Augusto Moreira Pena.

A gravura localizada no centro embaixo, nos mostra a enseada de Botafogo, vista do morro da Viúva e parte dêsse bairro com as montanhas que circundam a sua orla marítima. Embora pequena a vista apresentada, podemos observar os principais acidentes geográficos e urbanísticos do bairro: a Avenida Beira Mar, os jardins ao gôsto francês, as pistas para carros que circundam a sua orla marítima. Ao fundo: o morro da Dona Martha e o Corcovado; mais além a Pedra da Gávea com os seus 842 m de altitude; os Dois Irmãos; fechando a enseada botafoguense — o morro do Pasmado e mais adiante o morro da Babilônia.

2 — PANORAMAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

*Trecho da Guanabara em princípios do século XIX* (Fig. XIII)

500\$ — Tesouro Nacional (Império) — 1ª Estampa — Nº 4394 (manuscrito) — Impresso por Perkins, Bacon e Petch em Londres. Emitida em 24 de Dezembro de 1835 e 22 de Agosto de 1836.

Estampa só com o anverso, côr prêta. À esquerda, num medalhão oval, as Armas imperiais; à direita outro medalhão oval tendo encima uma corôa imperial e um ramo de louros contendo no seu interior a seguinte inscrição: "Decreto de 1 de Junho de 1833".

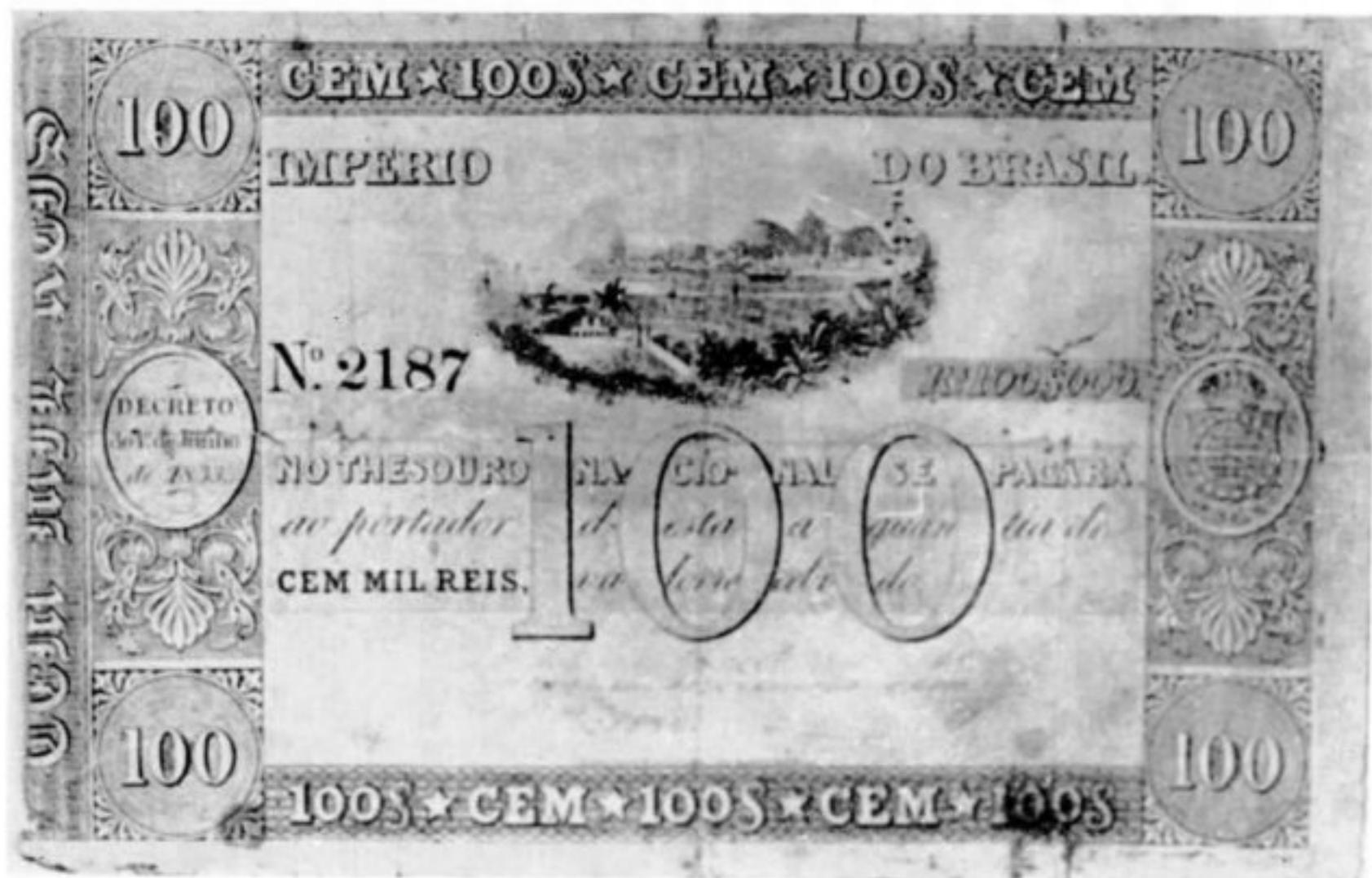


FIG. XIV — Trecho da Guanabara em principios do século XIX  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Na parte superior central uma interessante vinheta reproduzindo um aspecto do Rio de Janeiro em princípios do século XIX. Mais abaixo legendas e o valor da cédula.

Este exemplar é cronologicamente o primeiro da coleção fiduciária do Museu Histórico Nacional a apresentar uma vista do Rio, sendo também a primeira cédula do Tesouro Nacional com um aspecto dessa cidade; embora nessa primeira estampa existam valores com outros panoramas brasileiros, como:

100\$ — Vista do Recife — Emitida em 24 de Dezembro de 1835.

200\$ — Vista da Bahia — Emitida em 24 de Dezembro de 1835.

*Trecho da Guanabara em princípios do século XIX (Fig. XIV)*

100\$ — Tesouro Nacional (Império) 2ª Estampa — N° 2187 — Impresso por Perkins, Bacon e Petch em Londres. Emitida em 24 de Outubro de 1844.

Estampa só com o anverso, côr verde. À esquerda um medalhão oval com os dizeres: "Decreto do 1º de Junho de 1833"; à direita outro medalhão com as Armas imperiais; no centro, na parte superior, uma gravura idêntica à da cédula anterior, em perfeito estado.

Vista tirada provavelmente da ilha das Cobras — vendo-se do lado fluminense à esquerda os morros do Pico e do Macaco, a entrada da barra do Rio de Janeiro, a Lage, o Cara de Cão, o Pão de Açúcar, mais próximo; a Ponta do Calabouço, a Casa do Trem, Largo do Moura e outros edifícios, a então Praia Velha do Peixe (antg. D. Manuel). O morro do Castelo com a Igreja de S. Sebastião e o Mosteiro dos Capuchinhos, a Igreja e Convento dos Jesuítas; o morro de Santo Antonio, o Corcovado e outros morros da Serra da Carioca, aparecem muito perto do litoral, quando deviam estar mais afastados.

Continuando pelo litoral avistamos o então Largo do Paço, vendo-se adiante as torres da Igreja do Rosário, a Praia do Peixe, a Alfândega; mais além as torres da Candelária, a Praia dos Mineiros e o Arsenal de Marinha.

*Ponta do Calabouço* — Nesse local que tinha o nome de *Ponta de S. Tiago* foi construída em 1603 por Martim Corrêa de Sá uma Bateria sob a invocação desse santo, com o fim de impedir desembarques na praia de Santa Luzia. Êste baluarte ligava-se ao de S. Sebastião (no morro do Castelo) por uma muralha mandada edificar por Mem de Sá.

Em 1696 foi construído no local dessa antiga obra de fortificação um forte, que em 1711 possuía apenas um canhão. No ano de 1885 estava artilhado com 7 peças. Foi abandonado e em 1939 foram demolidas suas velhas muralhas em ruínas.

O Alvará Régio de 16 de Novembro de 1693 mandou edificar nessa fortaleza um calabouço ou casa pública igual à do morro do Castelo onde os escravos sofriam castigos corporais. No tempo de D. João VI, segundo Debret, diàriamente pela manhã numerosas filas de negros cativos eram conduzidos ao Calabouço. Por cem chibatadas o carrasco recebia o *direito de pataca*.

Essa vergonhosa e infamante pena de açoites, só foi extinta pela Lei nº 3310 de 15 de Outubro de 1886 assinada por D. Pedro II — Imperador com rúbrica e guarda e pela Chancelaria-mór do Império — Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

*Arsenal de Guerra* — Êsse edificio foi mandado levantar por Gomes Freire de Andrade (8) Conde de Bobadela em 1762. Sua construção foi iniciada segundo Ferreira da Rósa durante o go-

---

(8) Em trabalhos de inúmeros historiadores brasileiros, cronistas e pesquisadores da história da cidade do Rio de Janeiro encontramos o nome do Conde de Bobadela com duas grafias.

Usam a forma — *Gomes Freire de Andrade* os seguintes historiadores como Vieira Fazenda, Moreira de Azevedo, Luiz Gonçalves dos Santos (padre Perereca), Gustavo Barroso etc.

Usam a forma — *Gomes Freire de Andrada* os seguintes historiadores: Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), Noronha Santos, Ferreira da Rósa, Helio Vianna etc.

A inscrição dos Arcos da Carioca no princípio da rua do Riachuelo traz o nome *Gomes Freire de Andrada*. Já a Carta Régia de D. João V datada de 2 de Maio de 1747 autorizando o Conde de Bobadela a mandar erigir um chafariz no centro da então Praça do Carmo, trata-o por *Gomes Freire de Andrade*. Do mesmo modo existem inúmeros documentos na Seção de Manuscritos da B.iblioteca Nacional que utilizam as duas grafias.

Essa controvérsia só poderá ser resolvida através à certidão de batismo ou de óbito ou várias assinaturas do próprio punho de Gomes Freire quando ainda não rubricava como Conde de Bobadela.

vêrno do 1º vice-rei Conde da Cunha (D. Antonio Alvaro da Cunha — 1763 à 1767) e ultimada no ano de 1767 pelo Conde de Azambuja.

Foi conhecido primeiramente por *Casa do Trem* e depois *Casa da Ordem*. Luiz Gonçalves dos Santos, o famoso padre Perereca nos descreve êste edificio em princípios do século XIX:

“Na ponta do sul da cidade está o Arsenal Real do Exército conhecido pelo nome de Trem, o qual é murado como fortaleza, que foi antigamente com o nome de Santiago; aqui estão os armazéns e oficinas de petrechos de guerra; é fechado pela frente com um muro, e nele um portão; segue-se um pátio exterior, em cujo lado esquerdo está o aquartelamento do esquadrão da guarda do vice-rei, e as cavaliariças; êste pátio é também fechado com outro muro, e portão”.

Diz o mesmo autor na nota 8 das suas Memórias:

“O esquadrão da cavalaria serviu de casco de um regimento da mesma arma, que se levantou para a guarda das pessoas reais, e passou a aquartelar-se na praça do Rossio, e os cavalos se accomodaram no jôgo da bola de Bento Esteves, na rua detrás do Hospicio. O quartel do Trem se destinou para as cavaliariças reais, e morada dos empregados nesta repartição do serviço da Casa Real.”

Vemos numa cartela de granito no estilo barroco, sôbre a porta principal da antiga Casa do Trem a seguinte inscrição latina (segundo o trabalho de Adolfo Dumans) — A idéia da Criação do Museu Histórico Nacional — à pg. 19

LUSIADVM PRIMO JOSEPHO  
SCETRA TENENTE  
QVI REGNVN EXEMPLVM  
EST MAXIMVS ORBIS HONOR  
ET BOBADELLA COMITE  
IMPERITANTE SVB AVRAS  
HAE EST MILITIBVS CONFABRICATA  
DOMVS  
ANNO DNI MDCCLXVII

LYSIADVM PRIMO JOSEPHO SCEPTA TENENTE,  
QVI REGVM EXEMPLVM EST MAXIMVS ORBIS HONOR;  
ET BOBADELLA COMITE IMPERITANE SVB AVRAS  
HÆ EST MILITIBVS CONFABRICATA DOMVS.  
ANNO DÑI. M DCC LXII.

Fig. XV — Inscricão da cartela da Casa do Trem

A mesma inscrição dessa cartela inserta no trabalho — O Rio de Janeiro, de Moreira de Azevedo, pg. 420:

LUSIADVM PRIMO JOSEPHO SCEPTRA TENENTE  
QVI REGVM EXEMPLVM EST MAXIMVS ORBIS HONOR  
ET BOBADELLA COMITI IMPERITANTE SVB AVRAS  
HOEC EST MILITIBVS CONFABRICATA DOMVS  
ANNO DNI MDCCLXII

Confrontando ambas as inscrições vemos que as mesmas diferem não só no texto como também na data:

*Adolfo Dumans*

SCETRA  
REGNVM  
COMITE  
HAE  
MDCCLXVII

*Moreira de Azevedo*

SCEPTRA  
REGVM  
COMITI  
HCEC  
MDCCLXII

Com o fim de sanar dúvidas porventura existentes, resolvemos fotografar essa cartela tendo por objetivo a inscrição lapidar inserta na mesma e que aparece com todos os seus detalhes como nos mostra a figura n.º XV.

Ao padre Diogo Emery atual Capelão e diretor espiritual da Igreja e do Colégio da Imaculada Conceição devemos a tradução da inscrição contida nessa cartela que é a seguinte:

“Sendo rei dos Portuguezes D. José Primeiro, que é exemplar dos reis e grandissima honra do mundo. Esta Casa foi construida para os soldados, no ano do Senhor de 1762 pelo Conde de Bobadella que a mandou erguer.”

Nesse estabelecimento, desde fins do século XVIII foram fabricadas armas, munições e outros artigos bélicos; foi aí fundida a primeira estátua de bronze feita no Brasil, da autoria do Mestre Valentim e que se encontra numa aléa do Jardim Botânico.

O Conde de Linhares inaugurou nesse prédio a *Real Academia Militar* em 4 de Dezembro de 1810.

Em 1822 foi acrescido com o corpo do verdadeiro *Arsenal de Guerra*, sendo o *Anexo* levantado em 1835. Foram então instaladas diferentes oficinas especializadas de ferreiros, funileiros, carpinteiros, serralheiros etc; a secretaria (ocupava a Casa do Trem), almoxarifado, um cás com guindaste, nesse lado ficava a capela da Conceição fronteira ao mar.

Próximo ao Portão da Minerva no seu lado direito na calçada, existem dois marcos de granito lavrado ladeando uma placa de bronze indicativa do assassinato do Ministro da Guerra do Presidente Prudente José de Moraes Barros — o Marechal Carlos Machado Bittencourt pelo anspeçada Marcelino Bispo.

Foi utilizado para *Palácio das Indústrias* na Exposição do Centenário em 1922.

Neste mesmo ano, pelo Decreto N° 15596 de 2 de Agôsto foi criado pelo Presidente Dr. Epitácio da Silva Pessoa o *Museu Histórico Nacional*.

Atualmente, além de outras salas de exposição no andar térreo, encontramos na Casa do Trem as exposições de Numismática ocupando o segundo pavimento; os gabinetes de trabalho dessa especialidade e as salas da Coleção Miguel Calmon se encontram no terceiro pavimento.

*Largo do Moura* — Tomou essa denominação, após ter sido instalado no quartel para êsse fim construído, o regimento de primeira linha, chamado de Moura, vindo de Portugal em 1767 que antes esteve alojado em barracas perto da Casa do Trem. Durante o govêrno do Conde de Rezende em 1794 foi erigido nesse largo um chafariz para o serviço da tropa ali aquartelada, foi mais tarde demolido. A fôrca esteve levantada diante do quartel até principios do Segundo Reinado.

*Porto dos Padres da Companhia* — Em principios de 1600 teve êsse nome em virtude da utilização dessa praia para desembarques pelos padres Jesuítas. Em memória de Manuel Lobo 34º governador do Rio de Janeiro, que sendo capturado pelos espanhóis no Rio da Prata veio a falecer no cativoiro, passou a denominar-se *Dom Manuel*.

À partir de 1835 foi nivelada e demarcada por ato da Câmara Municipal passando a ser então conhecida como *Praia Velha do Peixe*.

A construção do atual Mercado Municipal em 1903 acabou com essa praia.

*Morros do Castelo e Santo Antonio* — Marcos perenes da cidade. Persistirão para sempre, embora se achem reduzidos a duas imensas esplanadas eriçadas de arranhacéus e riscadas por largas avenidas. As suas ladeiras acidentadas, semeadas de casas, templos, conventos etc. jamais se apagarão das nossas retinas; embora séculos nos separem, podemos atualmente, através a leitura dos escritos dos cronistas, viajantes estrangeiros, artistas, historiadores da cidade etc. reconstituir cada um dos seus aspectos mais originaes tal o número de fontes existentes sôbre os mesmos.

*Praia do Peixe* — Estendia-se da esquina do solar dos Teles até a praia do Braz de Pina (atual Cais dos M.eiros) seu nome provém das bancas que vendiam peixe aí instaladas e muito concorridas. No século XVIII, no seu comêço, era conhecida como *Ribeira do Peixe* devido ao comércio do pescado, principalmente o salgado vendido nos telheiros então existentes.

Desapareceu com as construções feitas na segunda metade do século XIX e princípios do XX.

*Paisagem guanabarina em meados do século XIX* (Fig. XVI)

20\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — 2ª Série — Nº 0. .8497 Emitida em Outubro de 1856.

Estampa só com o anverso, côr preta. A gravura acima apresenta um trecho da baía guanabarina, tirado da Ilha das Cobras, desde a entrada da barra do Rio de Janeiro até o morro de São Bento, onde vemos a Igreja e o Mosteiro do mesmo nome.

\* \* \*

No ano de 1589 o governador Salvador Corrêa de Sá — o Velho, estabeleceu o local para residirem os monges beneditinos frei João Porcalho e frei Pedro Ferraz localizado na pequena ermida da Senhora do Ó então pertencente aos carmelitas.

Preferiram os monges um morro que ficava no fim dessa extensa praia, que juntamente com a terra circunvizinha até ao mor-



Fig. XVI — Paisagem guanabarina em meados do século XIX  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

ro da Conceição e as praias fronteiras, tinham sido dadas por sesmaria a Manuel de Britto e seu filho Diogo de Britto Lacerda em 14 de Setembro de 1573. No alto desse morro tinha sido edificada uma capela à Nossa Senhora da Conceição por Aleixo Manuel.

Os sesmeiros cederam aos frades os terrenos em 25 de Março de 1590 e a ermida de Aleixo Manuel foi cedida no dia 13 de Maio de 1596 por escritura pública.

Em 1602 essa ermida da Conceição passou a ser sob a invocação de N. S. do Monserrate como uma homenagem ao governador D. Francisco de Souza, grande amigo dos frades e devoto dessa santa. A *Igreja Monacal* teve sua construção iniciada no ano de 1633 e ultimada em 1641 ou 1642.

A fachada externa não condiz com o aspecto interior dir-se-ia um modesto e feio escrínio, guardando uma maravilhosa e preciosa jóia.

Um corpo central compreendendo três portas de ferro fundido em 1880 em arco e três janelas indicativas do côro, coroando essa parte um frontão triangular encimado por uma cruz. Duas torres laterais com cúpulas de forma piramidal. Atinge-se a nave através de três grossas portas de madeira lavrada, datadas de 1671.

O interior é totalmente de talha dourada, trabalho concluído em 1736 pelos toreutas José da Conceição e Simão da Cunha tendo a douração sido executada por Caetano da Costa em 1743.

Os quadros e painéis que decoram o templo, bem como o Senhor dos Passos, existente na sacristia são lavra dos pincéis de frei Ricardo do Pilar — o Fra Angelico brasileiro. Do côro podemos observar em ambos os lados da igreja inúmeros tubos pertencentes ao órgão elétrico considerado um dos melhores do Brasil e talvez da América.

O *Mosteiro*, cuja construção foi iniciada em 1652, tem um aspecto pesado, maciço com profundos e largos alicerces cavados na rocha, paredes largas, pé direito baixo, pequenas janelas com peitoril, outras com grossas grades de ferro, escadas de cantaria e longos corredores dão ao conjunto o aspecto de uma fortaleza.

Possue três pavimentos, no térreo se encontram as catacumbas. As três faces desse vetusto casarão se acham voltadas res-



FIG. XVII — Fortalezas da Guanabara  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

pectivamente para o fundo da baía, a ilha das Cobras e para a atual Esplanada do Castelo.

O claustro do mosteiro é do século XVII, possuindo corredores formados por pesadas arcadas apoiadas em largas colunas de granito lavrado. No centro do claustro um belo chafariz de pedra (construído há meio século) circundado por um bem cuidado jardim.

O amplo refeitório data de 1742. Os andares superiores contêm os alojamentos dos monjes e a valiosa biblioteca da Ordem que contém preciosos incunábulos e documentos de várias épocas.

Sofreu o mosteiro duramente o bombardeio das baterias de du Guay Trouin, instaladas na ilha das Cobras que causaram avarias de monta nas paredes principalmente o lado voltado para a baía guanabarina, sendo necessário construir-se um enorme contraforte para sustentá-la.

O incêndio de 23 de Março de 1732, devido a um descuido de frei Salvador da Trindade, grandes prejuízos causou a êsse prédio, destruindo-o em grande parte; foi porém reconstruído logo depois.

Para a construção da igreja e do mosteiro foram as pedras retiradas da pedreira do atual morro da Viúva obtendo ali os frades uma sesmaria de vinte braças em 29 de Dezembro de 1618 para efetuarem êsse serviço.

### *Fortalezas da Guanabara (Fig. XVII)*

2\$000 — Loterias Extraordinárias da Provincia do Rio de Janeiro (Império) — 1º Décimo — 1ª Série — Nº 00540 — Impresso na Litografia a vapor de Pereira Braga e Cia. Emitida no ano de 1882.

Estampa com anverso rosa, algarismos e caracteres prêtos; reverso prêto. No centro do bilhete, um medalhão oval, representando um trecho da baía de Guanabara. No primeiro plano destaca-se a fortaleza de Villegagnon; mais adiante a da Lage; no lado fluminense vemos Santa Cruz e no morro Cara de Cão a de São João.

*Fortaleza da Lage* — Esse rochêdo, medindo 110 m de extensão por 55 m de largura, divide o canal de acesso da barra do Rio de Janeiro em duas seções desiguais.

Foi o primeiro ponto fortificado por Villegagnon em 1555 que aí colocou duas peças de artilharia denominando-a *Bateria Ratier*; porém os fortes vagalhões e procelas varriam esse local pondo em perigo o armamento e a guarnição. Abandonando esse local, transferiram-se para a ilha de Serigipe (atual Villegagnon) onde erigiram um fortim.

Em 1584, 1644 e 1690 foram feitas tentativas no sentido de erigir nesse local uma fortificação, mas as obras não foram levadas ao seu término.

Só em 1710 é que foi edificada, porém não estando ainda artilhada, não pôde oferecer combate aos navios de du Guay Trouin quando forçaram a barra do Rio. No govêrno de D. Francisco de Távora, em 1715, foi essa fortaleza melhorada; sômente durante a gestão do Marquês do Lavradio, em 1770, foi esse baluarte carioca concluído.

Em 1838 seu armamento constava de 20 peças, em 1881 possuía 28 canhões. A partir de 1896 tiveram início grandes obras em tôda a fortaleza; até 1903 já tinha sido dispendida uma importância superior a 2.500.000,00 cruzeiros. Nesse ano foram colocadas uma tôrre de 2 canhões de 240 mms; uma de 2 canhões de 150 mms e duas de 2 canhões de 75 mms.

Por Decreto Nº 34152 de Dezembro de 1953 passou a denominar-se Forte Tamandaré — em homenagem ao Patrono da Marinha de Guerra do Brasil, o Almirante Joaquim Marques Lisboa — Marquês de Tamandaré.

Atualmente acha-se guarnecida pela 1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa. Grandes reformas que se fizeram na mesma foram ultimadas em 1958.

Na sua prisão esteve encarcerado o Major Miguel de Frias e Vasconcellos em consequência do conflito de Setembro de 1831 denominado: "Tiros no teatro". A 19 de Abril de 1851 evadiu-se da mesma o Capitão Pedro Ivo chefe da Revolta Pernambucana de 1848 e que foi imortalizado em belas poesias por Fagundes Varela e Castro Alves.

*Vista tirada da Praia de Santa Luzia em meados do século XIX*

(Fig. XVIII)

20\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — 3ª Série — Nº 396852 Fabricadas na Inglaterra, não consta o nome do fabricante — Emitidas no ano de 1857.

Estampa só com o anverso de cor preta. Gravura representando o trecho da baía de Guanabara compreendendo as antigas praias: de Santa Luzia, da Ajuda, do Boqueirão do Passeio e da Glória. Vemos um saveiro acostado. Nesse trecho seria construída mais tarde a Avenida Beira Mar; em frente no fundo, a enseada da Glória aparecendo juntamente com outras construções a Igreja de N. S. da Glória do Outeiro; o Outeiro da Glória e num plano mais distante o morro da Urca, o Pão de Açúcar e o Cara de Cão.

A coleção do Museu possui outro exemplar semelhante:

20\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — 3ª Série — Nº 109644 (Manuscrito: FALSA).

\* \* \*

A *Praia de Santa Luzia* compreendia nos séculos XVI e XVII extensas sesmarias que tinham por limite a orla marítima e estendiam-se até o interior. Com o correr do tempo, foram essas áreas retalhadas em inúmeras chácaras que ainda existiam até o século XIX; esse assunto foi minuciosamente estudado por Mello Moraes na sua — *Cronica Geral e Minuciosa do Império de Brasil* — e por Vieira Fazenda quando tratou da — *Rua de Santa Luzia* —.

O padre Perereca ao descrever esse trecho litorâneo, o faz detalhadamente, fornecendo-nos um retrato vivo do mesmo como era há cento e cinquenta anos atrás:

“O mar também costeia pela banda do sul o monte do Castelo, e fazendo uma grande curva vai terminar no monte, onde se fundou o formoso santuário de Nossa Senhora da Glória, desde a capela de Santa Luzia até o dito santuário é esta praia bordada de casas, e edifícios, que fazem uma deliciosa vista, realçada pela ver-



FIG. XVIII — Vista tirada da Praia de Santa Luzia em meados do século XIX  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

dura dos outeiros, e montanhas, que por detrás dêles se elevam majestosamente. Não muito distante de Santa Luzia se vê junto do mar o matadouro do gado e logo um pequeno campo, que termina com o Passeio Publico...”

Porém o mar nessa época avançava muito terra a dentro nesse local, as ondas beijavam os contrafortes do outeiro da Glória, penetrando e espraiando-se pelo local onde hoje se acham os jardins do Russel e parte da Glória suas águas misturavam-se através dessa grande angra que se estendia até o Passeio Público com as da lagoa do Boqueirão.

As ressacas aí se faziam sentir com grande violência, de tal modo, que tinham carregado com grande parte do terreno arenoso fronteiro à capela de Santa Luzia. Foram executados então trabalhos nesse local para a preservação do templo. É ainda o padre Perereca quem fornece nas suas Notas esses serviços:

“Como o mar tem comido grande porção dêste terreno, fêz-se um grande dique na sua frente com enormes pedras, postas soltamente umas sôbre outras, onde vem rebater, e quebrar a sua fúria; aterrou-se o caminho desde o Matadouro até S. Luzia, abrindo-se em linha reta a estrada por entre as chácaras que ficam na baixa do monte, cujos muros se recolheram muito para dentro, e talvez serão em breve substituídos por casas, que vão ter retamente com outras, que de novo se fizeram pela frente do Matadouro”

Esse Matadouro achava-se aí instalado desde 1777 pelo Marquês do Lavradio, acrescentando-lhe os currais destinados à guarda das rêsas que iam ser abatidas. Foi transferido definitivamente para São Cristóvão em Julho de 1853.

O denominado Jôgo da Bola era praticado nessa praia, porém o mais famoso situava-se no morro da Conceição que adquiriu tal importância, transmitindo o seu nome a um logradouro aberto nos princípios do século XIX, ligando a ladeira João Homem à rua Pedra do Sal.

Durante longo tempo o acesso ao templo era feito pela rua da Ajuda que ia ter a uma estreita e sinuosa trilha denominada da Fôrca ou do Vintém que passava pela praia em terrenos inun-

dados pelo mar e em parte interceptados pelas barrancas do morro do Castelo. D. João VI em agradecimento a uma promessa feita a Santa Luzia mandou consolidar êsse caminho com o atêrro tirado da ponta do morro do Castelo que dava no mar, tornando-o transitável por pedestres e cavaleiros que se dirigiam à capela vindos da rua da Misericórdia.

Na administração do prefeito Carlos Sampaio foram iniciados à partir de Novembro de 1920 os trabalhos de arrazamento do morro do Castelo; até 31 de Julho de 1922 já haviam sido lançados ao mar no aterro de Santa Luzia mais de 900.000 m<sup>3</sup> de terra.

Em parte dêsse aterro de Santa Luzia foram construídos os pavilhões para a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922 que se estendiam até ao aterrado do Calabouço.

As *Praias da Ajuda e do Boqueirão do Passeio* eram muito frequentadas por famílias que iam tomar banho de mar de madrugada até as oito horas da manhã.

Próximo ao outeiro da Glória, na praia do mesmo nome, vemos várias habitações. Nesse local foi aberto em 1858 o *Largo da Glória* no nível, juntamente com a muralha e o cais dessa praia. Foi igualmente nesse ano erigido o Mercado da Glória que nunca foi mercado e sim uma suja habitação coletiva; na República, foi adquirido pelo govêrno por mil e cem contos que o demoliu em 1903 durante a administração Passos que ali ergueu um jardim.

No *Outeiro da Glória* foram escritas as primeiras páginas da história da cidade, quando a fortificação erigida nesse local por Villegagnon e que se denominava nessa época *Birauaçú-mirim* ruiu diante do avassalador ataque dos bravos lusitanos de Estácio de Sá (que foi ferido nessa ocasião) no memorável dia 20 de Janeiro de 1567.

O pequeno outeiro permaneceu após êsses sucessos imerso no seu denso arvoredado durante mais de um século, até que no distante ano de 1671 foi erigida pelo devoto Antonio Caminha uma rude ermida sob a invocação de N. S. da Glória, passando o outeiro a ter essa denominação; em 1699 o Dr. Gurgel do Amaral

que era proprietário do outeiro, doou-o à Irmandade que já estava organizada.

A capela atual, cuja construção é oitavada, data de 1714; várias modificações de pequena monta se processaram, porém tiveram como objetivo resguardar o aspecto externo do pequeno templo como era há mais de duzentos anos.

A família imperial brasileira dedicou-lhe especial atenção; vários de seus membros aí foram batizados.

Descrevendo a cidade do Rio de Janeiro, nos fornece o padre Perereca um aspecto desse trecho na época da vinda da côrte portugueza para o Brasil:

“Passada a igreja da Lapa, segue-se a rua, que vai ter à Senhora da Glória, com casas por um e outro lado até certa distância; mas aproximando-se o mar só dá lugar para a estrada com casas no lado direito até a ladeira, (*conforme vemos na gravura*) por onde se sobe para a capela da mesma Senhora assentada sôbre o cume de uma colina, que faz parte de um grande monte (9) que se eleva por detrás dela por grande distância e que é separado dos montes fronteiros pela estrada, que conduz ao Catete, e pela parte do mar corre a praia chamada do Flamengo.”

*Parte da enseada de Botafogo e o Corcovado (Fig. XIX)*

200S — Tesouro Nacional (República) — 10ª Estampa — 1ª Série C — Nº 20, 259 — Impresso em Paris e desenhada por Georges Duval e Emile Crosbie. Também chamada Série Francêsa.

Estampa cinzenta e amarelada. No anverso na parte central da cédula duas figuras femininas ladeando um navio e vários coqueiros. No reverso a gravura central estilizada está interrompida por um medalhão circular onde vemos uma cabeça de mulher voltada à direita; nesse lado distinguimos bem a silhueta do Corcovado, do morro de Dona Martha e do morro do Guanabara;

---

(9) Trata-se da escarpa de Nova Cintra, um espigão que destacando-se da Serra da Carioca entre o Corcovado e o Sumaré, dirige-se para Nordeste até a baía da Guanabara.



Fig. XIX — Parte da enseada de Botafogo e o Corcovado  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

mais à frente a Igreja denominada da Imaculada Conceição e parte da enseada de Botafogo. A esquerda outro trecho onde aparece ao longe o morro dos Dois Irmãos.

A coleção do Museu possui outros exemplares com essa paisagem:

200\$ — Tesouro Nacional (República) — 10<sup>a</sup> Estampa — 3<sup>a</sup> Série A — N<sup>o</sup> 70, 314 — (Com carimbo: INUTILIZADA).

Reclamo de VINHA imitando a 10<sup>a</sup> Estampa de 200\$ do Tesouro Nacional.

\* \* \*

O Corcovado é um dos pontos mais elevados da cidade, avistado do mar e de quase todos os bairros da mesma, principalmente pelos da parte antiga da metrópole carioca.

A região do Corcovado era freqüentada na época colonial até Paineiras, que formava um planalto; aí encontramos o largo do Aqueduto em plena mata. As águas do rio da Carioca corriam nesse local sobre um leito artificial mandado construir por João da Silva e Souza que governou a cidade de 1670 à 1675; foi o primeiro administrador que procurou trazer êsse rio até o centro da urbs colonial. Em 1673 foi iniciado o encanamento dêsse rio, porém em 1700, após costear o morro em calhas de telhas lançava-se a água num grande tanque que estava situado no começo da ladeira de Santa Thereza.

As invasões francesas interromperam as obras, só na administração de Ayres da Cunha pôde a água em 1723 atingir o Campo de Santo Antonio.

Finalmente em 1732 Gomes Freire de Andrade reformou totalmente o extenso aqueduto com oito quilômetros de comprimento no morro de Santa Thereza e lançou o rio sobre a possante arcaria do Viaduto da Carioca que mandara erigir ligando êsse morro ao de Santo Antonio. Êste Aqueduto tem quase 300 m de comprimento, 42 vãos e fica a 17,6 m acima do nível da rua.

As encostas do maciço do Corcovado foram sempre utilizadas desde a época colonial; os moradores que se estabeleceram no seu sopé fizeram grandes plantações que se estendiam pelos seus umbrosos vales; o de Laranjeiras é um exemplo cujo nome

proveio dos extensos laranjais que aí existiam. Inúmeras chácaras estavam disseminadas em tórno do sopé dêsse maciço, em locais que mais tarde seriam os bairros de Botafogo, Santa Thereza, Rio Comprido.

Maria Graham no seu — Diário de uma Viagem ao Brasil nos anos de 1821, 1822 e 1823 — nos dá uma idéia dessas chácaras e das plantações nas encostas do Corcovado:

“Contornam a planicie matizada por estas mulheres sêbes de acácia e mimosa, laranjeiras e outras arvores frutíferas limitando as chacaras. Para além das chacaras vêem-se os cafeeiros cobrindo os morros que limitam o cenario.”

Bunbury durante a viagem ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833 à 1835) dizia ao referir-se às plantações do Corcovado:

“Tenho visto cafeeiros crescendo exuberantemente no meio das matas do Corcovado, entre plantas silvestres, tanto que poderia facilmente ser tido como uma planta originariamente nativa, mas sabe-se bem que assim não é. Nesses casos indica o local onde havia plantações, que tendo sido abandonadas depois de poucos anos de cultura (como é costume no Brasil), dentro de breve tempo estava o local coberto de árvores e arbustos silvestres. Do mesmo modo, aquella especie de laranjeira, chamada laranja da terra, pode às vezes ser encontrada aparentemente silvestre, no mato, mas é muito duvidoso que seja mesmo planta indigena do Brazil.”

Inúmeros estrangeiros cantaram as belezas naturais e paisagisticas dêsse penhasco como Agassiz, Arago, Darwin, Sarmiento, Clemanceau, Roosevelt e muitos outros; porém nenhum teve a sua admiração despertada para o aproveitamento do cume nú dessa escarpa altaneira, que servisse de pedestal para uma gigantesca estátua do Redentor do Mundo.

Coube ao padre Boss, um missionário lazarista francês, a primazia dessa idéia genial, no momento em que transpunha a barra da Guanabara contagiado pelo cenário grandioso que se desenrolava. À sua frente erguia-se o Corcovado — “Que belo pedestal para uma estátua a Nosso Senhor”.

Durante muitos anos, foi capelão do Colégio da Imaculada Conceição em Botafogo e nunca mais abandonou essa idéia, deixando para os vindouros, um bellissimo apêlo, verdadeira prosa poética:

“O Corcovado!... Lá se ergue o gigante de pedra, alcantilado altaneiro e triste, como interrogando o horizonte imenso... quando virá?... Há tantos séculos espero?

Sim, aqui está o pedestal unico no mundo, quando vem a estatua, como eu colossal, imagem de Quem me fez!...

Ai, Brazil amado! Que deixaste passar a data magica do grande jubiléo, jubiléo duas vezes para ti, 1900!

Acorda de pressa, levanta n'aquelle cume sublime a imagem de JESUS SALVADOR.

Escreva tua mão, a tremer de arrependimento, de esperança e amor, no granito eterno:

CHRISTO REGI BRAZILIA POENITENS.

A Este Rei servir, reinar será. E clamarão as outras nações, irmãs no Evangelho; invejando-te o monumento sem par, sem rival:

“Na terra de SANTA CRUZ, tudo é grande, a natureza, os montes e o povo tambem!...”

— Lá vai meu humilde brado, Deus lhe proporcione echo em todo o Brazil, até realizar-se este voto que pezaroso até á campa levarei.

— E bem cabida aqui me parece a minha supplica: nem todos por causas diversas lerão o Livro; ao passo que em todas as linguas e linguagens, a imagem dirá ao grande e ao pequeno, ao sabio e ao analphabeto, a todos: *Ego Sum Via, Veritas et Vita*. Eu sou o caminho, a verdade e a vida

*Venite ad me omnes!*”

Desde 1884 tinha sido inaugurada a linha férrea com 3790 m de extensão cuja tração das máquinas era à vapor. Foi um grande feito da engenharia nacional; em 1912 já como propriedade da Light and Power C. Ltd. foi substituida pela tração elétrica.

Essa linha férrea desenvolvia-se da rua Senador Otaviano, passando pelo vale do Silvestre por um viaduto com três vãos de 25 m cada um; daí estendia-se pela encosta da escarpa até Paineiras na altura de 465 m, galgava então a lombada do Corcovado até a altitude de 670 m onde terminava.

O meio de transporte existia, faltava apenas a estátua que foi construída pela quantia de 1000 contos de réis; a arrecadação dessa importância foi feita por meio de esmolas e subscrições públicas, tendo pugnado e se esforçado bastante o então vigário da Igreja de N. S. da Glória do Largo do Machado, monsenhor Luiz Gonzaga do Carmo.

Essa monumental estátua da autoria do engenheiro arquiteto brasileiro Heitor da Silva Costa foi inaugurada no dia 12 de Outubro de 1931. Nessa ocasião foi cunhada uma medalha comemorativa de 40 mms de módulo sendo 3 exemplares em ouro, 200 em prata e 1000 em bronze.

A estrada de ferro foi prolongada até às proximidades do monumento com o fim de possibilitar o deslocamento dos visitantes que atingem há muitos milhares durante o ano,

À frente do morro do Guanabara situado antigamente em terrenos próximos da linha litorânea, ergue-se a *Igreja do Sagrado Coração de Jesus*, cuja construção foi iniciada em 1886 e inaugurada solenemente em 1892.

É um belo templo gótico que segundo a profecia da Irmã Saugère feita no dia do lançamento da pedra fundamental: "ce sera une des plus belles Eglises gothiques que possédera le Brésil".

Este santuário, na ocasião de sua inauguração em 1892, foi consagrado ao Sagrado Coração de Jesus.

A sua fachada é de cantaria, apresentando um pórtico de forma ogival com colunelos, acima do gablete desse pórtico uma resácea originando uma grande janela circular. Nas partes laterais dessa fachada duas pequenas torres onde vemos em dois nichos as estátuas de S. Vicente de Paulo e Nossa Senhora. As duas torres do corpo central iniciam-se na base e prosseguem além do entablamento em côr amarela, aliás tôda essa parte é amarela; notamos em ambas estreitas aberturas semelhantes às seteiras dos castelos medievais.

Nessas torres abaixo dos coruchéus em agulha, existem em pequenos nichos diversas imagens.

A torre sineira ergue-se sôbre a fachada e termina por uma grande e esguia agulha suplantada por uma cruz. Nessa torre um pouco abaixo do plano das estátuas das torres laterais, destaca-se a grande imagem do Sagrado Coração de Jesus ladeada por dois anjos.

No seu interior observamos logo, os pilares decompostos em colunelos verticais que se prolongando pelo teto da nave vão formar as nervuras das abóbadas tão peculiares no estilo gótico. Nas duas paredes laterais existem grandes janelas que iluminam a nave, formadas por belos vitrais multicores representando cenas da vida de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Três grandes vitrais coloridos se encontram na parte posterior do santuário derramando luz sôbre o altar mór onde vemos as cenas da Aparição do Sagrado Coração de Jesus à Santa Margarida Maria (no centro); à direita a Aparição de Nossa Senhora à Santa Bernardette e à esquerda a Aparição de Nossa Senhora para Santa Catharina Labourré.

Sôbre o altar mór num belo nicho encontra-se a imagem de N. S. das Graças. No altar à esquerda vemos a imagem de São José ladeada pela de São Sebastião trespassada por quatro setas e a imagem de Santa Rosa de Lima; sob o altar, protegida por um vidro encontra-se a imagem de Santa Filomena.

No altar da direita a imagem de São Vicente de Paulo, ladeada por Santa Catharina Labourré e o Beato Ghebre Michaël; abaixo de São Vicente um belo grupo de mármore representando Jesus Cristo no Horto das Oliveiras recebendo do anjo o Cálice da Amargura; sob êsse altar encontra-se numa redoma de vidro Santa Vitória e uma irmã. Santa Luiza de Marillac e o Beato João Gabriel Perboire se acham em duas piânias elevadas sôbre êsse altar.

Na parede lateral direita existe uma grande imagem do Sagrado Coração de Jesus, ladeada por Santa Thérèza de Jesus e Santa Margarida Maria.

Moisés e São Pedro são duas grandes estátuas que se encontram sôbre os dois portões laterais da igreja que dão acesso para o fundo da enorme chácara.

À frente desse templo, ladeando o seu pórtico, sôbre colunas artisticamente lavradas vemos dois querubins sustentando uma vara encimada por uma lanterna de iluminação elétrica.

Da pedreira existente nos fundos da chácara do comendador Soares Ribeiro na rua Marquês de Olinda cujos terrenos confinavam com os da Imaculada Conceição foi retirada a pedra necessária para a sua construção.

Sôbre êsses terrenos atualmente ocupados pela chácara do *Colégio da Imaculada Conceição* encontramos em Inocencio da Rocha Maciel valiosos informes. A primitiva Quinta de São Clemente compunha-se de uma imensa "área de terreno contida entre as duas serras que formão o valle que communica o littoral da praia de Botafogo com a lagôa de Rodrigo de Freitas".

"Sua testada era no mar do lago ou bacia de Botafogo: começava no (\*) corrego que hoje se encontra junto ao collegio da Caridade (10) e chegava até o rio Berquó (11) que desagua na dita praia junto a um outeiro, que ainda se denomina do Mathias (12), perto do angulo que a referida praia forma quando volta para o Hospicio de Pedro II. Seu fundo estendia-se até a primeira lagôa a entestar com terras que forão de Rodrigo de Freitas e hoje da Fazenda Nacional".

Devido ao incêndio do Senado da Câmara em 1790, cujos livros foram queimados, não é possível saber quais foram os primitivos foreiros dessa Quinta. Em 1675 ela já pertencia ao Dr. Clemente Martins de Mattos, Vigário Geral que edificou a capela dedicada a São Clemente, que existia ainda no século XIX no prédio nº 110 da atual rua São Clemente.

---

(\*) O córrego era provavelmente o sangradouro de uma lagoa existente no local onde foi aberta a rua de Olinda.

(10) Imaculada Conceição.

(11) Atual rua General Polidoro, antiga rua Berquó.

(12) Morro do Pasmado.

Os religiosos de São Bento eram senhores de tãda a extensão marítima que ia do riacho ou córrego (o prédio das Irmãs era o de nº 36 da praia de Botafogo ao lado desse corrego) até ao Caminho Velho de Botafogo (atual Senador Vergueiro) que eram subemfiteutas do Mosteiro de São Bento de acôrdo com a carta passada em 22 de Novembro de 1681.

Esses religiosos como vimos ocuparam também 20 braças de terras na pedreira do Lerype (morro da Viúva) fronteira a então praia do Sapateiro (atual do Flamengo) de acôrdo com a carta de afcramento de 29 de Dezembro de 1618.

Voltemos à Quinta de São Clemente. O primeiro desmembramento deu-se em 1675 pelo próprio Dr. Clemente Martins, a parte do lado impar da rua Berquó para as vertentes de Copacabana constituíam as terras que passaram a ser de José Fernandes Guimarães no século XIX inclusive o atual cemitério de São João Baptista e outros foreiros.

O trecho do lado par da rua Berquó para as vertentes das Laranjeiras, após a morte do Dr. Clemente em 1702, passou para Pedro Fernandes Braga e sua mulher D. Barbara Corrêa Xavier. Esta porção formou depois a Fazenda da Olaria a qual foi vendida a Francisco de Araujo Pereira; por morte dêste passou a D. Marcos de Noronha e Britto (Conde dos Arcos de Val de Vez). Seus herdeiros venderam-na a Joaquim Marques Batista Leão.

José Luiz da Motta adquiriu por compra ou herança, não se sabendo com certeza, a chácara que abrangia — *“uma testada desde as terras dos Religiosos de São Bento até a esquina da rua de S. Clemente, e fundos até as vertentes do morro.”* Portanto a chácara atual da Imaculada Conceição situava-se nesse imenso latifúndio.

Essas terras passaram dos herdeiros de José Luiz da Motta para a posse do Conselheiro José Bernardo de Figueiredo que pagou foros de 2\$500 até 1823, não sabemos se foi compra ou outra qualquer transação.

O Conselheiro Figueiredo passou a cobrar laudêmio das vendas que faziam os seus subemfiteutas (segundo o dizer de Innocencio) alegando à Câmara, que na sua chácara existiam terras livres e foreiras, sendo estas as que constituíam a maior parte da

chácara as outras uma pequena parte da Olaria que havia pertencido a Francisco Araújo Pereira, ao Conde dos Arcos, a Batista Leão e aos seus herdeiros.

Em fins de 1852 pediu á Câmara, remissão das terras que dizia foreiras com o fim de abrir ruas, podendo vender os terrenos à sua vontade. Remiu por três Apólices da Dívida Pública (um conto de réis cada uma) tãda a área cortada pelas ruas Olinda (atual Marquês de Olinda), São João e outras; ruas que custaram pouco depois à Câmara cerca de dezoito contos de réis.

Essas terras passaram a pertencer ao Marquês de Olinda, que foram remidas a seu sogro o Conselheiro José Bernardo de Figueiredo em 1854.

Segundo Innocência na pg. 211:

“Do n. 6A até 32B, isto é, desde o canto da rua do Senador Vergueiro até o collegio das irmãs de caridade, são tambem subemphyteutas do Mosteiro de S. Bento, em vista da carta passada em 22 de Novembro de 1681.”

“Do collegio das irmãs de caridade até o canto da rua de S. Clemente são os terrenos remidos pelo Conselheiro José Bernardo de Figueiredo e Marquês de Olinda, na forma descripta no historico desta rua.”

Chegamos assim à 1854 ano da fundação do Colégio da Imaculada Conceição; porém, o prédio onde o mesmo foi nessa época instalado, remonta à princípios do século XIX, conforme podemos constatar nos diferentes Livros de Arruação Predial:

Em 1821: Como Estrada Nova de Botafogo n° 58 em nome de Maria Joaquina Goulart.

Em 1823: Já como Praia de Botafogo n° 51, com o mesmo dono.

Em 1843: Sem nota de transferência passou para José Vidal Dias.

Em 1846: Igualmente sem nota de transferência passou para Joaquim Leite Ribeiro.

Em 1851: Com o n° 36, em nome de Joaquim Leite Ribeiro, passou para Leopoldina e Thereza, menores, herdeiros de

José Vidal e João Leite Ribeiro; não consta tabelião, onde foi passada a transferênciã e assim permaneceu até o ano de 1862.

No Livro de Arruação Predial — 2ª Seção — Ano 1862 a 1863 na fls. 159 nota 155 reza o seguinte:

“O predio N. 36 da praia de Botafogo pertencente aos Herd.s de Jose Vidal Dias, foi transferido por arrematação, para a Associação de S. Vicente de Paulo; conforme despacho de hoje. Rio, em 29 de Julho de 1863.”

José Antonio Machado dos Reis  
(lançador do Registro)

Se consultarmos o Almanaque Laemmert para o ano de 1857 veremos nas páginas 376 e 377 as primeiras referências sôbre a recém fundada Associação de São Vicente de Paulo, suas casas afins inclusive o Colégio.

Diz o seguinte sôbre essa obra de benemerência:

“Esta associação foi installada em 19 de Julho de 1854, pelo Exmo. Sr. Bispo conde Capellão Mór (13), seu presidente, e pelo seu relatorio se vê o grão de prosperidade em que diariamente cresce. O seu collegio, sito em Botafogo, conta 83 meninas, e pela exposição dos trabalhos que as meninas apresentãrão, no dia 14 de Dezembro, tendo assistido SS.MM.II e augustas Princezas, nota-se muito aproveitamento e excessiva dedicação das Irmãs de Caridade, suas mestras. A Associação soccorre a pobreza desvalida, e tem recolhido na casa de Providencia 70 meninas pobres que sustenta, calça e veste, e bem assim mais 50 crianças que frequentão diariamente o asylo.”

No Almanaque Laemmert para 1862 aparece pela primeira vez um anúncio desse educandário ocupando tôda a página 440 e a têrça parte da página 441.

Acima do mesmo uma interessante gravura reproduzindo o antigo prédio do colégio fronteiro à praia de Botafogo e o anexo

---

(13) Refere-se ao Bispo Conde de Irajá — D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo — Capellão Mór da Casa Imperial.

que segundo podemos apurar foi edificado em 1866. Nesse anúncio estão minuciosamente descritos as disciplinas lecionadas, o regimen do internato, horários de aulas, estudos, boletins, saídas etc. O preço da pensão anual de 400\$000 pagos em trimestres adiantados.

O colégio da Imaculada Conceição é muito mais antigo que a igreja; foi fundado com o fim de educar a mocidade feminina "baseada sobre a religião e a moral". D. Pedro II foi escolhido para Patrono da novel instituição; de comum acôrdo com o benemérito fundador da Associação de São Vicente de Paulo no Brasil — João Vicente Martins. Resolveram apelar para as Irmãs deste glorioso santo.

Em 1854 aportaram à Guanabara dez Irmãs sendo sete francesas e três portugêsas que deram início ao Pensionato na rua do Livramento. No ano seguinte instalaram-se no casarão da Praia de Botafogo n° 36, mais tarde 144 e atual 266.

Sua primeira Superiora foi a Irmã Saugère que exerceu o seu mandato até 1900 quando faleceu, sucederam-na as Irmãs: Herr (1900-1911); Ricard (1911-1927); França (1927-1930); Monteiro (1931-1933); Andrada (1934-1942); Duarte (1943-1952); De Biase (1952) e a atual Mattos (1956).

Capelães e Diretores espirituais ilustres assistiram à Igreja e ao Colégio como os padres: Maller; Bouchez; Bareil; Laurent; Langlade; Clavelin (autor do desenho da Igreja); Mare; Monsieur Boss notável pela cultura, traduziu o Goffiné e a Imitação de Cristo, autor do célebre brado pelo Cristo Redentor no Corcovado. Seguiram-se outros sacerdotes como os padres: Thaddei; Renault; Germe e o atual Diogo Emery.

Juntamente com o colégio outras instituições se desenvolveram nessa imensa chácara que se estende desde à praia de Botafogo até aos contrafortes do morro do Guanabara, limitada por um lado pela rua Marquês de Olinda e pelo outro por terrenos do prédio 252 da praia de Botafogo.

1) *Colégio da Imaculada Conceição* — fundado em 1854 — Curso primário, ginasial e colegial. Do ano da fundação até 1958 havia formado mais de 50.000 alunas. Ocupa a ala esquerda da chácara, fronteiro à praia de Botafogo (êste prédio foi de-

molido atualmente, achando-se o novo edifício erigido no mesmo local em fase de acabamento). Em 1866 foram as instalações do colégio aumentadas, ainda hoje se encontram no lado esquerdo da Igreja. No andar térreo dessa velha casa notamos à entrada, uma grande estátua de mármore branco de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, tendo acima uma fita larga de metal dourado com a seguinte inscrição: "J'AI ETÉ ETABLIE CARDIENNE" no pedestal outra legenda:

"O MARIE CONÇUE SANS PÉCHÉ PRIEZ POUR NOUS  
QUI AVONS RECOURS A VOUS"

Essa imagem será colocada num nicho localizado no prédio novo na altura do segundo pavimento.

2) *Educandário da Imaculada Conceição* (gratuito) — fundado em 1855 com o nome de Orfanato, destinado ao recolhimento, formação moral e intelectual das jovens menos favorecidas pela sorte.

3) *Externato Santa Filomena* (gratuito) — fundado em 1870 e destinado à educação das crianças pobres.

4) *Educandário Santa Maria* (gratuito) — fundado em 1876 com o nome de Orfanato e era destinado às filhas dos escravos.

5) *Casa Nossa Senhora das Dores* também de 1876 com o nome de Asilo e destinado às senhoras idosas que a trôco de uma módica pensão passam uma existência amena e sem as preocupações de encontrar um teto acolhedor. Esse prédio fica fronteiro a praia, do lado direito, formando com o colégio uma praça pavimentada com paralelepípedos e calçamento branco e preto.

6) *Pensionato* — data de 1913 destinado às moças das Universidades que ali residem a trôco de módica pensão. Este prédio tem a frente para a rua Marquês de Olinda.

7) *Dispensário dos Pobres da Imaculada Conceição* — fundado em 1928, socorre atualmente 200 famílias pobres.

Associações existentes no Colégio:

1) *das Filhas de Maria Imaculada* — fundada em 1856.

2) *do Amparo do Sagrado Coração de Jesus* — fundada em 1869 com o fim de proteger ocultamente a chamada pobreza en-

vergonhada, educando meninas pobres como se fossem alunas contribuintes.

3) *das Servas do Senhor* — fundada em 1878, prepara ornamentos para as igrejas pobres.

4) *das Senhoras de Caridade* — fundada em 1896, compõem-se atualmente de 32 Secções socorrendo 15.240 pobres.

5) *das Ex-alunas* — fundada em 1948.

6) *Luisa de Marillac* — socorre atualmente 18 velhinhas. Comemora o Dia do Ancião no Asilo dos Velhos Santa Maria.

7) *das Violetas de São Vicente* — prepara enxovais para recém-nascidos e de Primeira Comunhão para as crianças pobres.

Perccorrendo o enorme pátio com frondosas árvores, que se estende no fundo dessa piedosa Instituição, vemos várias estátuas em artisticos pedestais: do Patriarca São José em mármore branco; do Sagrado Coração de Jesus e Santa Catharina Labourré do mesmo material. No fundo da chácara na base do morro do Guanabara, uma bela gruta de N.S. de Lourdes vendo-se Bernardette ajoelhada e a legenda: "*Eu sou a Imaculada Conceição*". Esta imagem acha-se sôbre um altar de mármore onde são ditas missas freqüentemente. Foi essa gruta construída no ano de 1879, vinte e um anos após a Aparição que se deu no ano de 1858, é provàvelmente a primeira cronológicamente construída nas Américas.

Pena é que atualmente pense a Municipalidade em abrir uma artéria nos fundos dessa chácara ligando as ruas Marquês de Olinda e Farani; o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional devia intervir com o fim de sustar essa pretensão que viria quebrar não só a beleza da chácara como a tranquilidade de centenas de crianças que brincam à sombra das velhas e acolhedoras árvores ali existentes.

Fausto de Souza ao referir-se aos palacetes da praia de Botafogo, diz o seguinte: "...o do Barão de Alegrete; o que foi durante muito tempo collegio Hitchings e actualmente hotel de Inglaterra; o visconde de Tocantins; e o da família Duarte, na esquina da rua de Olinda".

Em pleno século XIX podemos ter uma idéia das vetustas mansões situadas nas proximidades desse educandário religioso.

No quarteirão desse colégio, no centro do mesmo, erguia-se o solar do Visconde de Tocantins (José Joaquim de Lima e Silva) irmão do Duque de Caxias; foi presidente da Associação Commercial e coronel da Guarda Nacional em vários combates. Foi depois adquirido por Carlos Guinle aos herdeiros do Visconde e mais tarde vendido por 7.000 contos de réis ao governo argentino que nele instalou a sua embaixada.

Na esquina desse quarteirão na então rua de Olinda (14) defronte ao chafariz construído em 1842 pelo Marquês de Sapucahy, erguia-se o solar do Marquês de São João Marcos (Pedro Dias Paes Leme), Grande do Imperador, Reposteiro mór de S.M. e Gentilhomem da Imperial Câmara.

Na esquina fronteira, do outro quarteirão (situado entre as ruas Marquês de Olinda e Visconde de Ouro Preto, antiga Dona Carlota) ficava o palacete da família Duarte (atualmente ergue-se o edifício Pimentel Duarte).

Segundo Brasil Gerson, existiu na esquina da rua Marquês de Olinda o Hotel Balneário com instalações para banhos de mar e privativo de famílias respeitáveis.

O Almanack Laemmert de 1862 nos indica que o colégio de Mrs. Hitchings situava-se no número 40 desse quarteirão e era destinado à educação feminina; tinha o extenso nome: Collegio de Instrucção e Educação de Meninas. Mais tarde esse colégio passou a ser o Hotel d'Angleterre ou Hotel de Inglaterra (segundo Fausto de Souza — 1881) onde se hospedavam os diplomatas estrangeiros que vinham para a então Côrte Imperial.

No quarteirão situado atualmente entre as ruas Farani e Marquês de Olinda, existia outrora o solar do segundo Barão de Alegrete. Consistia de um sobrado mandado edificar pelo primeiro Barão de Alegrete (João José de Araújo Gomes) veador e moço fidalgo da Casa Imperial, que faleceu em 1862. Esse prédio foi

---

(14) Esta rua foi aberta em terrenos onde até 1870 existia uma lagoa que se comunicava com o mar; teve as denominações: rua de Olinda, Visconde de Olinda e Marquês de Olinda em homenagem ao ex-regente Pedro de Araújo Lima, possuidor de terrenos nesse local.



FIG. XX — Bairros do Flamengo, Catete e Largo do Machado  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

residência do prefeito Carlos Sampaio, depois ocupado pelo Colégio Aldridge é atualmente propriedade da Fundação Getúlio Vargas.

*Bairros do Flamengo, Catete e Largo do Machado (Fig. XX)*

50\$ — Tesouro Nacional (República) 11ª Estampa — 6ª Série — Nº 12930 (Manuscrito: FALSA) — Fabricado pelo American Bank Note Company New York.

Estampa com o anverso preto, rosa e verde; reverso havana.

No anverso à esquerda um navio à vela e vapor em alto mar; à direita o valor indicativo da cédula. No reverso no centro, vista da Guanabara, abrangendo parte do bairro do Catete (onde vemos a Matriz de N.S. da Glória fronteira ao largo do Machado), parte do Flamengo e morro da Viúva; no fundo da enseada os morros da Urca, Pão de Açúcar e Cara de Cão.

*Bairros do Flamengo, Catete e Largo do Machado (Fig. XXI)*

100\$ — Tesouro Nacional (República) — 16ª Estampa — 1ª Série A — Modelo — Fabricado pelo American Bank Note Co. New York.

Os laboratórios de produtos farmacêuticos na época, faziam a propaganda dos seus medicamentos numa das faces do papel; na outra face reproduziam o anverso ou o reverso de cédulas que geralmente possuíssem aspectos locais ou de outros estados brasileiros. O Museu possui dois desses exemplares onde aparece o trecho acima referido:

100\$ — Reverso da 16ª Estampa do Tesouro Nacional (República), na outra face propaganda do produto — Rosalvina.

200\$ — Reverso da 1ª Estampa do Banco do Brasil (Lei 4635 de 8 de Janeiro de 1923), na outra face propaganda dos produtos Guaratonico e Alcatrol.

\* \* \*

A *Matriz de Nossa Senhora da Glória* originou-se do Decreto Imperial de 9 de Agosto de 1834 que criou a freguesia de Nossa Senhora da Glória, desmembrada, da de São José.



FIG. XXI — Bairros do Flamengo, Catete e Largo do Machado  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Existia uma capela na rua das Laranjeiras nº 9 que era frequentada pela Rainha Carlota Joaquina, a qual tinha residência de recreio na Chácara de Botafogo — mais tarde adquirida pelo Marquês de Abrantes (hoje ergue-se no local os edifícios São João Marcos e Paraopeba). Esse santuário, foi adquirido pela Irmandade de N.S. da Glória do Largo do Machado que utilizava-se do mesmo para os officios divinos. Não comportando o número avultado de fiéis, foi adquirido o terreno fronteiro ao Largo do Machado, situado entre a rua das Laranjeiras e atual Gago Coutinho.

A pedra fundamental foi lançada no dia 17 de Julho de 1842, sendo inaugurada solenemente em 1872.

Uma grande escadaria conduz ao templo, no vestibulo do qual se erguem oito altas e grossas colunas de granito da ordem jônica; acima um enorme frontão de forma triangular suplantado por uma cruz; nas duas extremidades as estátuas de São Pedro e São Paulo.

Atrás do frontão existe um terraço ladrilhado, contornado por uma balaústrada de mármore liós e em cada canto uma estátua do mesmo material, representando: a Fé, a Esperança, a Caridade e a Religião.

No centro desse terraço ergue-se a torre contendo cinco grandes sinos. No interior predomina o estilo barroco, o teto da igreja e dos corpos laterais são abobadados. Existem sete altares, cujas imagens foram feitas no Porto e em Braga. No teto há um grande lustre central de bronze dourado e cristal com 120 lâmpadas feito em Paris.

O *Largo do Machado*, situado à frente da Matriz, era no século XVIII um grande pântano que tinha o nome de *Lagoa do Carioca*. Após o aterro do local passou a ser conhecido como *Campo das Laranjeiras* e *Campo* ou *Largo do Machado*, pois, nesse tempo já existia um prédio e um açougue, cujo proprietário apelidado — Machado deu sua alcunha ao largo que também era denominado *do Açougue do Machado*.

Em 1810 foi marcado e alinhado o quadrilátero com uma superfície de 15269 m<sup>2</sup>. Em 1872 foi a praça ajardinada em 7050 m<sup>2</sup> e colocado um gradil, retirado em 1903.

Com a inauguração da estátua equestre de Luiz Alves de Lima e Silva (15), bronze da autoria do prof. Rodolfo Bernardelli, passou a praça a denominar-se *Duque de Caxias*.

Com a saída do monumento voltou o local a denominar-se *Largo do Machado*; nesse centro foi erigida no governo Café Filho uma estátua de N.S. da Conceição, feita em mármore, sôbre uma coluna circundada por um pequeno lago.

### *Enseada de Botafogo (Fig. XXII)*

20\$ — Tesouro Nacional (República) — 12ª Estampa — 1ª Série — Nº 93024 — Fabricado pelo American Bank Note Company New York.

Estampa no anverso preta, cinza e azul; reverso côr vinho.

No centro do anverso um medalhão circular com uma mulher sentada em frente a base de uma coluna, tendo um ramo na mão esquerda, e na direita sustentando um marco onde vemos um pequeno medalhão oval com uma efígie.

O reverso nos apresenta uma vista da bela enseada de Botafogo, obtida do alto do Corcovado; à partir da esquerda o morro da Viúva, parte da avenida Rui Barbosa, tôda a praia de Botafogo, trechos do bairro. Adiante o morro do Pasmado; mais além o bairro da Urca, a Praia Vermelha com a antiga Escola Militar. Completando o perímetro da baía de Botafogo, os morros da Urca, Pão de Açúcar e Cara de Cão; no fundo as escarpas orientais do Rio.

Conforme vimos antes, o então *morro do Lerype* esteve arrendado em 1618 pelos frades de S. Bento que tiraram pedra para a edificação da igreja e do convento; passou a denominar-se *morro da Viúva* por ter pertencido a viúva de Joaquim José Gomes de Barros. Em 1863 foi erigida uma Bateria com o objetivo de defender as praias de Botafogo e Flamengo, sendo desarmada em 1885. Existe atualmente um grande reservatório no alto para o abastecimento d'água para a zona circundante.

---

(15) Essa estátua equestre encontra-se atualmente em frente ao Palácio da Guerra, sôbre o Panteon que guarda os restos mortais do Duque e da Duquesa. Esse logradouro passou a denominar-se — Praça Duque de Caxias.



FIG. XXII — Enseada de Botafogo  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

O outro ponto extremo dessa enseada é a *Pedreira* ou *Morro do Pasmado* denominado antes: *Pedreira do Matias*; *Morro do Suzano*, que cortado na sua parte próxima à beira mar deu lugar a Avenida Pasteur e a numerosas construções do lado direito. Atualmente todo êsse trecho foi aterrado, aumentando a área sobre a baía e essa pedreira foi perfurada dando lugar a um belo e confortável túnel chamado *do Pasmado* que propicia uma comunicação mais rápida com os bairros da orla atlântica notadamente Copacabana.

A *Enseada de Botafogo*: Fausto de Souza em 1881 nos dava uma idéia dessa paisagem inigualável, no seguinte trecho:

“Logo que se vence o morro da Viúva, tem-se em frente a enseada de Botafogo, a risonha, a poetica, a aristocrática, aformoseada pela placidez e côr azul de suas aguas, pelas montanhas que circulam a bacia, pela graciosa curva de sua praia, pela alameda copada que a sombreia, pelos palacetes que bordam a sua face de terra, e ainda pela moldura que lhe formam as serras do fundo, sobresahindo o alteroso pico do Corcovado, coroado de alvas nuvens, concorrendo tudo para que seja esse sitio uma das vivendas mais apraziveis, o bairro favorito dos estrangeiros e dos abastados, e um dos mais estimados passeios do Rio de Janeiro.”

Esta bela enseada descrita por inúmeros estrangeiros que ai transitaram ou se fixaram, foi habitada desde os primórdios do século XVI. Era conhecida nessa recuada época por — *Saco* ou *Praia de Francisco Velho*, bravo companheiro de Estácio de Sá que veio de São Vicente para auxiliar na expulsão dos intrusos franceses da Guanabara; estabeleceu aí sua residência; fundou na capela de palha da Cidade Velha ou Vila Velha (acampamento de Estácio de Sá na várzea do Cara de Cão fundado a 1º de Março de 1565) a Irmandade de S. Sebastião da qual foi mordomo.

Em 1590 obteve grande sesmaria, que compreendia a praia e estendia-se até a Quinta de S. Clemente, João de Souza Botafogo, fidalgo português foragido do Reino devido a crimes perpetrados por membros de sua família; seu nome passou à enseada

primeiro como — *Praia de João de Souza* e mais tarde *Praia de Botafogo*.

Duas vias de acesso comunicavam êsse bairro com o resto da urbs colonial — o *Caminho Velho* atravessava terrenos que pertenceram a João Rodrigues em 1646, e era conhecido nessa época como *Estrada da Pedreira*, cuja denominação permaneceu até 1796 quando passou a ser designado como *Rua Velha de Botafogo* ou *Caminho Velho de Botafogo*. Por Decreto de 20 de Janeiro de 1866 recebeu o nome de *rua Senador Vergueiro*.

À partir de 1798 foi aberto uma via de acesso, comunicando a ponte do Catete com a praia de Botafogo, conhecida com o extenso nome — *Caminho da Ponte do Catete até a Praia de Botafogo*; passou depois a ser o *Caminho Novo* a fim de não confundir com o outro já existente. Em 1866 pelo mesmo decreto passou a denominar-se *rua Marquês de Abrantes*.

Após 1808 essas terras, em grande parte abandonadas, foram transformadas em grandes e aprazíveis chácaras que passaram a ser habitadas por fidalgos e diplomatas estrangeiros. Foi o bairro aristocrático do Primeiro e Segundo Reinado, pelos seus salões desfilaram tôdas as figuras de relêvo dessas épocas.

Inúmeras obras foram efetuadas na orla marítima com a construção de uma muralha e um cais que foi sempre melhorado e ampliado durante os anos de 1840, 1871, 1880 e 1893. Os aterros da enseada botafoguense começaram à partir de 1894. Só em 1906 foi construído, contornando essa enseada, o trecho da Avenida Beira Mar, obra do prefeito Passos.

No século XVIII, o transporte de cargas e passageiros para Botafogo era feito por via marítima. Botes veleiros e a remo ligavam o Valongo com essa enseada.

Em 1843, barcos a vapor, ligavam Botafogo ao Saco do Alfêres. Em 1844 êsse percurso estendeu-se até a Ponta do Cajú.

À partir de 1867 as barcas da Companhia "Ferry" passaram a servir êsse bairro.

Com a introdução dos bondes da Botanical Garden em 1868 o tráfego marítimo diminuiu rapidamente chegando mesmo a desaparecer. Embora o transporte terrestre existisse desde o início do século XIX, a má conservação dos caminhos tornava-o quase

impraticável principalmente durante os fortes aguaceiros que transformavam essas estradas em enormes atoleiros.

Vemos a seguir na gravura a *Praia Vermelha* com a fachada do prédio da Escola Militar que lá permaneceu até 1904. Este prédio foi edificado em 1858 e construído em tãda a extensão de 180 m entre os morros da Urca e da Babilônia. Em 1908, após uma reforma geral, serviu de sêde para o Palácio das Indústrias da Exposição Nacional dêsse mesmo ano. De 1913 a 1919 nêle funcionou a Escola do Estado Maior; passou depois a ser a sêde do 3º Regimento de Infantaria até a intentona comunista de 27 de Novembro de 1935; depois foi o quartel demolido. Êsse local atualmente é ocupado pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Escola Técnica do Exército, Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados e edificios de apartamentos para residência de oficiais.

(16) A Praia Vermelha era antes conhecida como *Porto* ou *Enseada de Martim Afonso*. Foi aí, segundo Ferreira da Rosa, que no dia 18 de Janeiro de 1567 se abrigaram os 11 barcos de Estácio de Sá preparados para o combate do dia 20 do mesmo mês e ano. Nesse curvo areal, o bravo capitão dirigiu-se aos seus comandados pela derradeira vez no célebre apêlo exortando-os a expulsar os intrusos definitivamente das terras guanabarinas, terminando sua oração com o famoso período a êle atribuído:

“Levantemos a cidade que ficará por memória do nosso heroísmo e do exemplo de valor às vindouras gerações, para ser a rainha das provincias e o empório das riquezas do mundo.”

A fortaleza que aí existiu, é anterior a 1710, pois nesse ano ela repeliu uma tentativa de assalto de uma coluna francesa vinda da estrada do Desterro (Santa Teresa atual). Em 1711 seu armamento compunha-se de 12 canhões.

Constava de um muro simples que circundava o seu recinto; no interior, existia um quartel e residências para os oficiais.

---

(16) Denominou-se Praia Vermelha pela composição das suas areias ricas de um gneiss muito ferruginoso, carregado de óxido de ferro misturados com ilmenito de ferro titanado que dão essa coloração vermelha.

Nos governos do Conde da Cunha e Marquês do Lavradio foram feitos grandes melhoramentos na mesma. Em 1885 constituia uma frente abaluartada ligando a' Urca à Babilônia e seu armamento compunha-se de 24 canhões. Foi mais tarde desarmada.

*Bairro da Glória e o Outeiro (Fig. XXIII)*

20\$ — Caixa de Estabilização (República) — Lei 5108 de 18 de Dezembro de 1926 — 1ª Estampa — 1ª Série — N° 000000 — Modêlo — Impressa pelo American Bank Note Company — Perfurações feitas na própria Caixa de Estabilização para evitar uma possível circulação na época, servindo apenas para modêlo sem valor.

Estampa no anverso com as côres: preto, rosa e verde claros; no centro, entre os valores uma bela figura feminina. Reverso côr de tijolo.

O trecho apresentado no reverso constitui um belo cartão de visitas do Rio. Vemos o final da avenida Augusto Severo, o Relógio da Glória, o largo do mesmo nome tendo no centro a estátua de Pedro Alvares Cabral (transferida mais tarde para o jardim da Glória onde se encontra atualmente), os jardins da Glória, jardins do Russel e à esquerda o prolongamento do Largo da Glória. Ao longe o outeiro onde no meio das construções ali existentes, avulta a Igreja de N. S. da Glória do Outeiro e as palmeiras reais que coroam essa tradicional eminência carioca.

\* \* \*

Notamos que a *rua da Glória* corre num plano superior ao da avenida Augusto Severo. O paredão que sustêm essa artéria achase guarnecido desde 1904 pela mesma balaustrada que circundava o jardim da praça Tiradentes desde 1862. No final da mesma e fronteiro ao largo da Glória vemos uma artística coluna de cantaria granítica com sete e meio metros de altura. No alto existe um *Relógio Krüssman* com quatro mostradores que atualmente ainda funciona. Na base da coluna, numa das faces, vê-se uma placa de bronze com as armas da Municipalidade; acima e abaixo dessas armas a legenda: CONSTRUIDO SOB A ADMINISTRAÇÃO DE FRANCISCO PEREIRA PASSOS. Próximo ao



FIG. XXIII — Bairro da Glória e o Outeiro  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

capitel da mesma existem quatro artisticos lampeões sustidos por apliques de bronze.

O *Largo da Glória* é o centro desse diminuto bairro, estendendo-se até a base nordeste do outeiro, tem uma área aproximada de 20.000 m<sup>2</sup>; nesse jardim existiam várias esculturas entre as quais sobressaiam: a estátua do Visconde do Rio Branco obra do artista francês Charpentier — o estadista em bronze acha-se sentado e usa o uniforme de Senador do Império, à frente do pedestal em pedra de Beloye (Jura) aparece uma figura feminina de bronze em pé simbolizando a História. O preço desse monumento foi em 1902, ano de sua inauguração orçado em 55 contos de réis. Essa estátua foi daí removida e acha-se hoje no jardim do Túnel Novo (atual Coelho Cintra), na face voltada para a praia de Copacabana, na avenida Princesa Isabel.

A Fonte Artística doada a cidade pelos industriais portugueses, Adriano Ramos Pinto e Irmão, decorava o jardim da Glória; êsse belo monumento de mármore branco italiano, talhado num só bloco e pesando 37 toneladas, foi removido para a entrada do Túnel Novo na face voltada para Botafogo, não muito distante da Matriz de Santa Theresinha.

No canto fronteiro ao largo da Glória, o início da *rua do Catete*.

É um dos mais antigos logradouros da cidade; estende-se do largo da Glória até à atual praça praça José de Alencar (antigo Largo do Catete).

O trânsito da Lapa para o Catete, constituiu um dos maiores entraves para as administrações municipais desde a época colonial. Várias sesmarias foram retalhadas nesse trecho em diferentes épocas; ao findar o século XVII muitas habitações se estendiam ao longo dessa estrada que ia até a Carioca. Franqueado para o povo havia um péssimo caminho à beira mar constantemente molhado impedindo o trânsito entre a cidade e os arrabaldes da Glória e Catete. Em 1794 o ouvidor interino, Dr. Baltazar da Silva Lisboa, pedia urgentes reparos nessa estrada costeira — “que está quasi fechada ao povo pelas grandes rachas no paredão ocasionadas por violentas marés”.

Foi uma obra tenaz e penosa o cordeamento dêsse caminho que em 1801 foi rebaixado e aplainado; com o desmonte do morro da chácara do Sisson (conhecido como morro do Sisson), na altura da rua Taylor atual, tornou-se então possível o trânsito regular.

Daí, por uma rampa fronteira à atual Escola Deodoro, atingia-se o mar. A amurada da atual rua da Glória seria o cais.

Em 1856 foi iniciada a construção de um cais corrido que ia do Passeio Público ao Mercado da Glória; em 1859 foi substituída a alvenaria por cantaria grossa com o fim de quebrar a fúria das ondas nesse local, em 1876 foi novamente ampliado o cais.

Próximo à atual praça José de Alencar, o *Caminho do Catete* atravessava um grande pântano e por aí corria um dos braços do rio Carioca (também conhecido como Catete, das Caboclas ou das Laranjeiras).

Existiu até 1850 nesse largo uma ponte construída por uma empresa que cobrava pedágio; foi denominado o lugar de *Ponte do Catete*.

Passou mais tarde a *Largo do Catete* após o nivelamento e aterro do local onde corria esse rio que foi canalizado; em 1897, com a inauguração da estátua de José de Alencar, passou a denominar-se *Praça José de Alencar* como um preito de gratidão ao grande escritor (17).

### 3 — ANCORADOURO DO RIO DE JANEIRO

*Um aspecto do ancoradouro no século XIX (Fig. XXIV)*

20\$ — Tesouro Nacional (Império) — 6<sup>a</sup> Estampa — 9<sup>a</sup> Série — N<sup>o</sup> 34099 — Impresso por Perkins Bacon e C<sup>o</sup> London — Patent Hardened Steel Plate — Emitida em Março de 1870.

Estampa só com o anverso verde e preto; à esquerda uma mulher sentada tendo na sinestra uma balança e na destra uma

---

(17) Nesse local a mando de D. Carlota Joaquina, tombou varada por um tiro de bacamarte, desfechado pelo criminoso alcunhado — *Orelhas* —, D. Gertrudes Pedra, esposa de Fernando Carneiro Leão, com o qual a princesa mantinha relações amorosas. O inquérito mandado abrir pelo então Príncipe Regente, foi arquivado quando ficou provada a culpabilidade da princesa, pois redundaria em enorme escândalo para a Casa Real.



FIG. XXIV — Um aspecto do ancoradouro no século XIX

(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

espada simbolizando a Justiça, à direita outra figura feminina sentada tendo na mão direita uma foice e na esquerda um feixe de feno: a Agricultura.

A estampa central focaliza um aspecto do pôrto do Rio de Janeiro há 88 anos passados, com a sua placidez e quietude de onde sobressaem florestas de mastros das suas embarcações a vela aí ancoradas.

A coleção do Museu possui ainda dois exemplares idênticos, porém, com coloração bastante apagada:

20\$ — Tesouro Nacional (Império) — 6ª Estampa — 6ª Série — N° 46460

20\$ — Tesouro Nacional (Império) — 6ª Estampa — 9ª Série — N° 1285 (Manuscrito: FALSA).

\* \* \*

O trecho conquistado ao mar, em virtude da construção do Cais do Pôrto (1903 à 1907) que se estende desde a atual Praça Mauá até São Cristóvão, foi utilizado em épocas passadas. Certos locais serviram de ancoradouros onde se desenvolvia um comércio bastante movimentado.

A linha litorânea primitiva nada se parece com a atual. À partir de Botafogo até São Cristóvão, a costa era totalmente recortada, as praias entravam muito terra a dentro, as lagoas e os boqueirões nada mais eram senão desenvolvimentos da linha costeira, através dos quais a maré se fazia sentir a longa distância. Tôda essa extensão era denominada: "o salgado".

Na atual praia do Flamengo desaguava o rio da Carioca, numa espécie de delta cercado de lagoas (com a construção da avenida Beira mar êsse rio foi canalizado). As ondas solapavam o outeiro da Glória e espraiavam-se pela angra que se desenvolvia até ao atual Passeio Público que era conhecido como Saco ou Lagoa do Boqueirão, vasto alagadiço estendendo-se até o largo da Lapa e ao local onde hoje ergue-se o Teatro Municipal (embora aterrado no tempo do vice-rei Luiz de Vasconcelos com terras do morro da Mangueira, — rua Maranguape atual — as ondas ainda batiam junto ao paredão do famoso terraço do jardim do Mestre Valentim até princípios do século XX). A cons-

trução da avenida Beira mar aterrou tóda essa zona litorânea, desde a praça Paris até Botafogo.

À partir de S. Bento até o morro da Conceição aparece a *Prainha* (hoje praça Mauá) que terminava no Valongo (hoje situa-se o bairro da Saúde).

*Valongo* — existia um desembarcadouro e um depósito de escravos estabelecido pelo vice-rei Marquês do Lavradio, que foi aumentado e melhorado no governo do Conde de Rezende.

*Saco do Alferes* — trecho do litoral entre o morro da Gamboa e a Bica dos Marinheiros, no local chamado no século XIX de Praia Formosa. Esse embarcadouro era muito procurado por moradores de São Cristóvão, Inhauma e Irajá, que utilizavam os botes ali atracados.

Esse cenário físico da era colonial, permaneceu mesmo durante o tempo do Império. Embora os alagadiços do interior tenham sido aterrados desde a colônia e prosseguido no Rio de Janeiro imperial, o aspecto do litoral pouco mudou no seu conjunto total, apesar de alguns pequenos trechos apresentarem sensíveis melhoras.

As grandes transformações operadas na orla marítima carioca só foram efetuadas à partir da presidência de Rodrigues Alves, durante a gestão do Dr. Lauro Muller então Ministro da Viação, tendo prosseguido nas administrações posteriores.

Antes da construção do cais acostável, a carga e a descarga dos navios era feita sôbre o mar.

Tóda a orla do litoral, no trecho compreendido entre a Saúde e a Gamboa, era ocupado por trapiches. A êsses armazéns ou depósitos vinham ter os saveiros (embarcações à vela de pequeno calado ainda hoje muito em uso no Recôncavo baiano) que para aí transportavam as mercadorias. A gravura apresenta as inúmeras embarcações que faziam êsse transporte.

Era um serviço moroso e dispendioso: primeiro transbordo sôbre a água, do navio para o saveiro; segundo transbordo, pelas longas pontes estendidas do trapiche até ao local lodoso onde houvesse calado para o saveiro; terceiro transbordo, do saveiro ao armazém na cabeça dos estivadores; quarto transbordo, do arma-

zém para as carroças e daí o último para os vagões das ferrovias. Atualmente a descarga se processa diretamente dos navios para os comboios ferroviários.

O mesmo se dava com os passageiros; os navios ancoravam no chamado *Poço* junto à ilha Fiscal, porém, o lugar elegante da época para a recepção dos viajantes era o Cais Pharoux (18). Os passageiros eram transportados dos navios em lanchas que faziam o percurso em 10 minutos e atracavam nesse cais.

Os imigrantes aí aportavam em botes à vela ou à remos que levavam, mais de uma hora para cobrir a mesma distância.

As denominadas "Barcas de Petrópolis" faziam diàriamente o trajeto entre a Prainha (hoje Praça Mauá) e a estação de Mauá, no fundo da baía onde se iniciava a estrada de ferro para a cidade serrana.

O primeiro projeto de aparelhar o pôrto do Rio, data de 1871, quando se construiu um cais entre o Arsenal de Marinha e o da Guerra (próximo ao atual local do aeroporto Santos Dumont). Nesse trecho de cais foi construída a Alfândega e a sua doca, que ainda se encontram. Outros projetos se sucederam, mas não foram executados. Sòmente em 1903 foi iniciada a construção de um cais acostável entre a Prainha e a Ponta do Cajú.

Foi contraído em Maio desse mesmo ano um empréstimo de 8.500.000 libras esterlinas e confiada à firma C. H. Walker e C. Limited de Londres a edificação do primeiro trecho entre a Prainha e o Canal do Mangue, com 3.500 m de extensão. Em 1910 estava ultimada essa obra. A seguir foi o cais, arrendado a um grupo, de acionistas franceses que organizou a "Compagnie du Port de Rio de Janeiro".

Em 1911 ficou concluído na sua total extensão de 3.500 m entre a embocadura do Canal do Mangue e o paredão norte do Arsenal de Marinha. Sòbre a área de 875.000 m<sup>2</sup> resultante das demolições e das superfícies aterradas, com o desmonte do morro

---

(18) Originou-se este nome de Luiz Adolfo Pharoux, que tendo um hotel na rua Fresca (atual rua Clapp), requereu licença à Câmara Municipal para fazer um cais e uma ponte destinados ao público em geral. Emigrou para o Brasil e aqui viveu após o desastre de Waterloo, retirando-se muito velho para França, onde faleceu em 1867.

de Pedro Dias (mais tarde morro do Senado), foi construída uma extensa avenida ao longo dos armazéns denominada posteriormente Rodrigues Alves. O largo da Prainha foi nivelado e passou a chamar-se praça Mauá. Foram construídos ao longo do cais 19 armazéns, tendo cada um 35 m × 100 m; foram montados 90 guindastes elétricos na linha do cais com capacidade para 1.500, 3.000 e 5.000 quilos de carga; os internos são 158, também elétricos, cada um para 1.500 quilos de carga e 3 a vapor para 10.000 e 20.000 quilos de carga cada um.

Em 1910 foram assentadas as linhas férreas para comunicação com as rêsdes da Central do Brasil e da Leopoldina Railway.

Foi arrendado em 1922 ao engenheiro Manuel Buarque de Macedo. À partir de 1933 a administração do pôrto passou a ser feita pelo Govêrno Federal.

*Antigas docas da Alfândega (Fig. XXV)*

30\$ — Banco do Brasil (Impêrio) — Caixa Matriz — 2ª Série — N° 159900 Fabricado na Inglaterra, não consta o nome do fabricante — Emitidas no ano de 1857.

Estampa só com o anverso, côr rosa e prêto.

A bela gravura apresenta outro aspecto do pôrto do Rio. No primeiro plano vemos três veleiros de três mastros ancorados ao largo; à direita uma larga esplanada onde avultam as torres da Candelária (ainda sem o zimbório), à esquerda dessa imponente construção — a Alfândega, construída por Grandjean de Montigny para a Primeira Praça do Comércio.

\* \* \*

A *Praça do Comércio* originou-se devido ao aumento do movimento comercial e o vulto das transações, havendo necessidade de um prédio onde os comerciantes se reunissem. A 11 de Junho de 1819 o arquiteto Grandjean de Montigny, deu início à construção da Praça do Comércio. Em menos de um ano concluiu-se o edifício que foi inaugurado no aniversário de D. João VI à 13 de Maio de 1820. Foi erigido do lado do mar, no extremo oriental da então rua do Sabão — depois rua do General Câmara (hoje desaparecida com a construção da Av. Presidente Vargas).



FIG. XXV — Antigas docas da Alfândega  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Era um edifício de um pavimento com um corpo central mais elevado que os dois laterais; a fachada voltada para a rua do Sabão tinha três portas e três janelas circulares e era igual a posterior fronteira ao mar. O grande patamar do prédio possuía quatro estátuas pedestres em tamanho natural representando: o Comércio, a Navegação, a Agricultura e a Indústria; na cornija tinha gravada a seguinte inscrição — *Joanne Sexto Regente Anno MDCCCXX* e no ático: *Praça do Comércio*.

O interior era um suntuoso salão em forma de cruz, cercado de colunas da ordem dórica, formando uma galeria em roda; este Salão Principal se acha ainda hoje da mesma maneira quando foi inaugurado há 138 anos passados.

A fachada porém que olha para a atual rua Visconde de Itaboraí foi muito alterada; aliás a própria gravura da cédula, impressa na Inglaterra e emitida em 1857, não reproduz fielmente esse edifício, apresentando-o com os três corpos na mesma altura. Mais tarde foi colocado acima da cobertura do vestibulo a palavra: *ALFÂNDEGA*. Últimamente acha-se esse edifício ocupado pelo 2º Tribunal do Júri.

Porém os graves acontecimentos desenrolados um ano depois no seu interior, por ocasião da eleição dos deputados brasileiros às Côrtes de Lisboa, tendo havido derramamento de sangue, trouxeram como consequência o abandono do edifício pelos comerciantes em sinal de protesto.

Em 1834 os comerciantes obtiveram da Regência um lugar para celebrarem as suas reuniões que passaram a ser realizadas no antigo *Armazém do Sêlo da Alfândega* na então rua Direita, fronteiro à rua da Alfândega (nesse mesmo local, ergue-se hoje o edifício da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos). Nesse prédio foi organizada a Sociedade dos Assinantes da Praça do Comércio. Resolveram construir uma séde condigna para ser *Praça do Comércio*.

O arquiteto Grandjean de Montigny foi solicitado para planejar essa *Segunda Praça do Comércio* que foi erguida sôbre a mesma área ocupada pelo Armazém do Sêlo, para esse fim demolido. Foi inaugurada à 2 de Dezembro de 1836, aniversário natalício de D. Pedro II.

Porém à partir de 1868 os assinantes dessa sociedade, já convertida em Associação Comercial, dado ao vulto sempre crescente do comércio da capital do império, acordaram que êsse prédio era insuficiente e mesquinho; procuraram arrecadar fundos para uma obra de vulto.

Lançada a pedra fundamental da *Terceira Praça do Comércio* à 26 de Junho de 1872, interveio o govêrno imperial com o fim de celebrar um contrato para a construção de um conjunto arquitetônico harmônico de três prédios na rua Primeiro de Março; (assunto desenvolvido na parte sôbre a rua Primeiro de Março — vide Fig. XXXII).

A *Igreja da Candelária* originou-se de uma humilde ermida que já existia antes de 1634; foi erigida por Antonio Martins Palma e sua espôsa Leonor Gonçalves em cumprimento de uma promessa que fizeram, caso se salvassem de uma tempestade e chegassem à salvo ao primeiro pôrto, que foi o do Rio de Janeiro.

Em 1634 foi criada a paróquia da Candelária e essa ermida que se estendia até a rua de S. Pedro passou a ser séde paroquial.

Na capela dedicada a S. Pedro, ao lado da epístola, foi sepultado Jean François Duclerc, assassinado por dois desconhecidos embuçados na noite de 18 de Março de 1711.

Nesse mesmo ano como aconteceu com outros templos, foi a Candelária saqueada pelos soldados de du Guay Trouin, sendo perdidos os arquivos da Irmandade.

Estando arruinada aquela casa de orações, por proposta da Irmandade do Santíssimo foi resolvida a ereção de um templo majestoso e de grandes proporções. A pedra fundamental foi lançada à 6 de Julho de 1775, na presença do vice-rei Marquês do Lavradio. As obras prosseguiram lentamente; concluido o corpo da igreja em 1811 foram trasladadas as imagens que se encontravam na sacristia da antiga igreja, no dia 18 de Setembro do mesmo ano.

Foi êsse templo edificado com pedra extraída de uma pedreira que teve o nome de Candelária — à sua frente passa hoje a rua Bento Lisbôa.

O vasto frontespício todo de cantaria de granito apresenta o corpo central mais saliente onde existem três grandes portas

coroadas por belas cornijas; acima às três janelas do côro segue-se o frontão reto suportando uma cruz.

As duas alas laterais sustentam as torres sineiras que possuem, cinco andares desiguais com os coruchéus de forma piramidal.

As três grandes portas do corpo central são de bronze: a do centro mede 6,60 m de altura e 2,90 m de largura; as laterais medem 4,22 m de altura e 1,88 m de largura. Foram desenhadas pelo escultor português A. Teixeira Lopes e modeladas pelo mesmo artista; foram fundidas nas oficinas de Capitain e Salin, de Haute Marne em França.

*Docas da Alfândega e Arsenal de Marinha (Fig. XXVI)*

500\$ — Banco da República dos EEUU do Brasil no Rio de Janeiro — Decreto 1154 de 7 de Dezembro de 1890 — 1ª Estampa — 1ª Série — Nº 76358 — Fabricado pelo American Bank Note Company New York —

Estampa FALSA onde vemos vários carimbos da Secretaria da Policia do Estado de Minas Gerais.

Estampa no anverso com as côres prêto, verde e amarelo claros, tendo no centro o emblema da Justiça.

O reverso de côr prêta e verde, vendo-se à esquerda o valor da cédula e a inscrição: "Decreto Nº 1154 de 7 de Dezembro de 1890"; à direita uma vista das Docas e do Arsenal do Rio com a legenda: *Les Docks et Arsenal Rio de Janeiro*. Podemos observar a Candelária já com o zimbório cuja construção iniciou-se à partir de 1865 e só foi ultimado em 1877. À esquerda, os dois prédios: da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos e o da Associação Comercial; à direita o edifício do Arsenal de Marinha.

Outro exemplar igual existe na coleção do Museu:

500\$ — Banco da República dos EEUU do Brasil no Rio de Janeiro — Decreto 1154 de 7 de Dezembro de 1890 — 1ª Estampa — 1ª Série — Nº 40918.

\* \* \*

A colocação dessa majestosa cúpula foi um dos trabalhos mais difíceis e exaustivos desse grandioso templo. Houve controvérsias

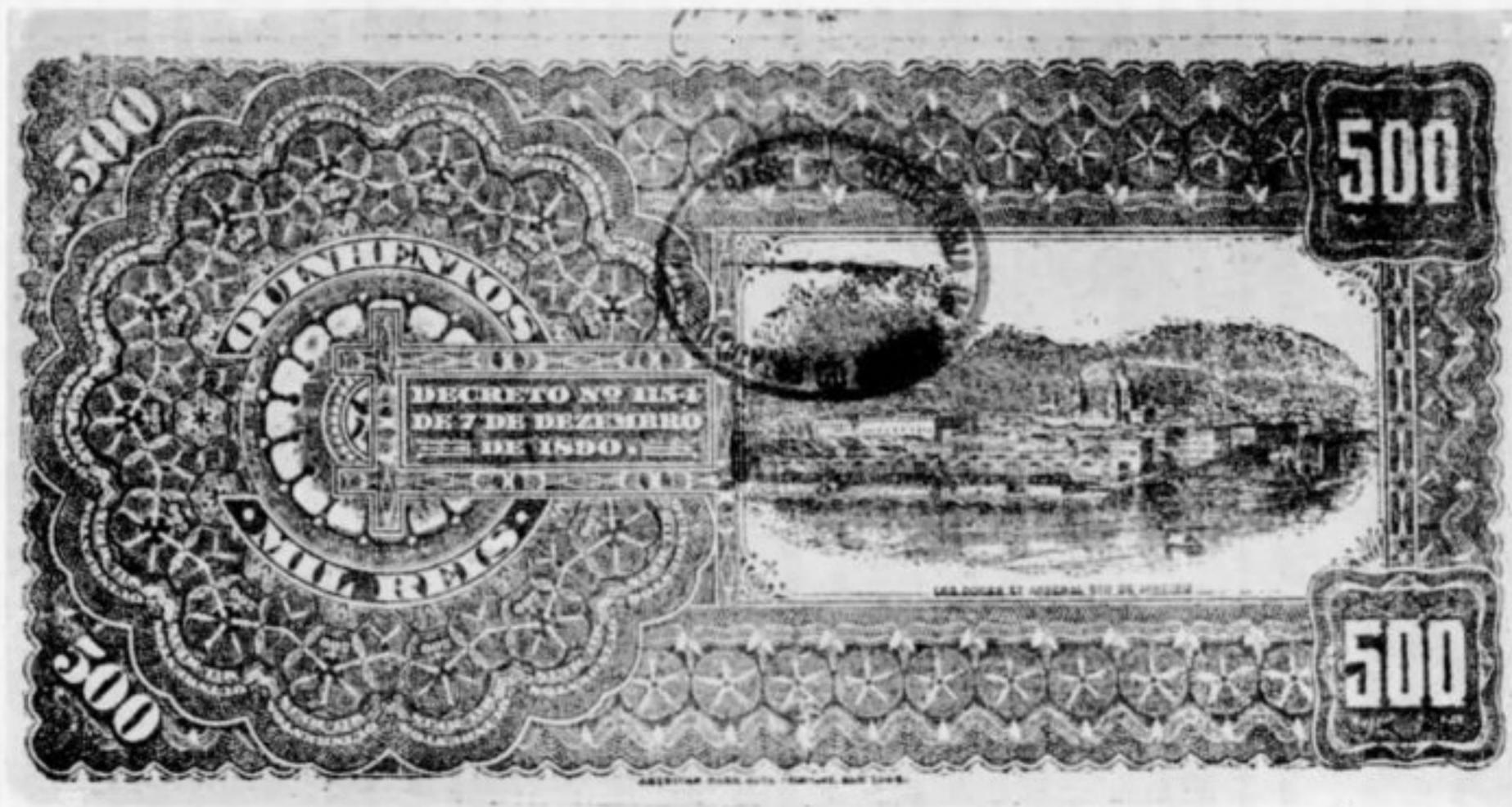


FIG. XXVI — Docas da Alfândega e Arsenal de Marinha  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

entre os diversos projetos; uns opinavam pela ereção de uma cúpula de madeira revestida de cobre externamente, outros defendiam a tése favorável sôbre um zimbório de tijolos ou de pedra.

O engenheiro Gustavo Waehnelde teve o seu projeto aprovado para a construção em tijolos; foi iniciada em 1865 e interrompida em 1868 por renúncia do mesmo, no qual alegava motivo de doença, tendo apenas ultimado a base do zimbório e a balaustrada de mármore.

Sob a direção do engenheiro Daniel Pedro Ferro Cardoso, de 6 de Junho à 9 de Julho de 1870, foram colocadas as oito grandes estátuas de mármore branco que circundam a cúpula. Essas estátuas com mais de 2 m de altura, foram executadas pelo artista português José Cesário de Sales e representam o Evangelista São Mateus; a Religião; o Evangelista São Marcos; a Caridade; o Evangelista São João; a Fé; o Evangelista São Lucas e a Esperança.

Coube ao engenheiro Evaristo Xavier da Veiga a tarefa de erguer a grande cúpula formada de 1422 pedras de mármore lioz, vindas de Lisbôa e com o pêso total de 630 toneladas; êsse serviço, iniciado em outubro de 1874 sômente em Dezembro de 1877 foi concluído.

Teve início a última fase: a decoração interna do templo. O seu interior é totalmente revestido de mármore, até a cimalha geral — as pilastras são de mármore branco de Carrara, os pedestais são de mármore prêto.

Os nove altares são totalmente de mármore de Carrara, sômente o altar mór possui incrustações de outros mármorees como: lapis-lazuli, verde malaquito, verde antigo, brocatélo e amarelo-Verona.

O corintio é o estilo dessa ornamentação. No teto do templo todo abobadado deparamos com seis painéis da autoria do grande pintor histórico brasileiro João Zeferino da Costa, que nos contam a história da fundação da Candelária.

Na cúpula existem oito grandes telas à óleo, da autoria do mesmo artista, representando a Virgem Maria, as virtudes teológicas e cardiais.

Os dois púlpitos e as escadas dos mesmos são de bronze, apenas os anjos que os sustentam são de mármore branco.

Com a execução das obras da Avenida Presidente Vargas, os velhos prédios existentes nas ruas General Câmara e São Pedro, que prejudicavam a fachada desse grandioso templo, foram removidos, dando lugar a uma larga esplanada, no centro da qual ergue-se majestoso esse magnífico testemunho lavrado em granito, digno marco de fé, tradição histórica e artística da grande metrópole carioca.

O *Banco do Brasil* desde a sua fundação em 1808 pelo então Príncipe D. João, esteve alojado em vários edifícios. Começou a funcionar no ano seguinte em um prédio da então rua Direita (atual Primeiro de Março) esquina da rua de São Pedro (desaparecida com a abertura da Avenida Presidente Vargas. Em 1815 com a transferência do Real Erário para um novo prédio na rua do Sacramento (era denominada também rua do Real Erário ou do Erário, é a atual Avenida Passos), passou o Banco do Brasil a ocupar a antiga casa do Erário Régio (ou Casa dos Contos) situada na então rua Direita. Uma parte desse prédio era ocupado para o expediente da Alfândega.

À partir de 23 de Junho de 1842 começou a funcionar no prédio Nº 32 da rua da Alfândega.

“Creado por decreto de 2 de julho de 1851 um Banco do Brazil” segundo Moreira de Azevedo (19) entrou em funciona-

---

(19) O mestre Moreira de Azevedo refere-se a “um Banco do Brazil o que pode gerar confusão aos menos avisados pensando tratar-se de diversos estabelecimentos bancários com essa denominação.

O Banco do Brasil foi sempre um só, durante a sua longa existência passou por inúmeras reformas e vicissitudes conforme podemos observar:

Foi estabelecido no Rio de Janeiro pelo Alvará de 12 de Outubro de 1808 que lhe outorgou faculdade de emitir. As suas emissões não foram limitadas e eram solicitadas para toda sorte de despesas. À partir de 1821, esse banco estava impossibilitado de trocar o seu papel em metal; em Abril de 1829 seus bilhetes baixaram a 40% contra o cobre, 110% contra a prata e 190% contra o ouro e no câmbio de Londres a 23 pence. Pela Lei de 23 de Setembro de 1829 foi extinto o primitivo Banco do Brasil após grande campanha parlamentar à favor dessa medida.

Julio Meili denomina-o 1º Banco do Brasil imprópriamente.

Pelo decreto de 2 de Julho de 1851 e por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza (Barão e Visconde de Mauá) foi estabelecido outro instituto similar com a faculdade de emitir Vales na Corte e Província do Rio de Janeiro de

mento no edifício N<sup>o</sup> 143 da rua da Quitanda. Após a sua fusão com o Banco Comercial em 1853 foi o Banco do Brasil ocupar um edifício próprio em 10 de Abril de 1854. Esse edifício era uma aspiração dos acionistas do Banco Comercial que haviam adquirido várias casas da rua da Alfândega, esquina com a rua da Candelária e pertencentes à Irmandade do Sacramento dessa freguesia (20).

Foi esse palacete bancário desenhado pelo grande artista Manoel de Araújo Porto Alegre (Barão de Santo Angelo).

Deixemos essa descrição à cargo de Moreira de Azevedo que nos fornece uma cópia fiel do edifício:

“Acha-se o palacete bancario na rua da Alfandega, esquina da Candelaria; tem tres pavimentos: a face prin-

---

valor não inferior a 200\$ e nas caixas filiais de S. Paulo e S. Pedro do Rio Grande do Sul com o valor não inferiora 100\$.

Meili denomina-o 2<sup>o</sup> Banco do Brasil. Não possui o Museu nenhum exemplar desta emissão. Este banco, é por muitos estudiosos do assunto considerado de iniciativa privada, particular; pois o governo imperial apenas sancionou o decreto. Estando o Banco Comercial do Rio de Janeiro, fundado em 1838 e o Banco do Brasil, ambos em próspera situação financeira, pôde o Ministro Rodrigues Torres (mais tarde Visconde de Itaboraí) aproveitando ainda os capitais que eram empregados para o tráfico negreiro então abolido há pouco tempo, conseguir a fusão desses dois estabelecimentos num banco nacional com o nome de — Banco do Brasil, que iniciou suas operações no dia 10 de Abril de 1854 com a faculdade de emitir.

Julio Meili denominou ao estabelecimento originado dessa fusão em 1853 de III<sup>o</sup> Banco do Brasil.

A Lei de 12 de Setembro de 1866 tirou ao Banco do Brasil a faculdade de emitir notas.

O Decreto de 17 de Dezembro de 1892 autorizou a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil sob a denominação de Banco da República do Brasil, conferindo-lhe o direito de emitir cédulas.

Em 1905 lhe foi restituído o nome tradicional de Banco do Brasil que permanece até os nossos dias.

(20) Moreira de Azevedo apenas situa o prédio do Banco do Brasil na rua da Alfândega esquina com a Candelária; porém atualmente a rua da Candelária compreende nesse trecho dois quarteirões — o primeiro situado entre as ruas Buenos Aires e Alfândega, o segundo entre Alfândega e Praça Pio X (local onde passava a antiga rua General Câmara). O prédio do Banco do Brasil em 1854 ocupava o primeiro quarteirão no lado impar. Após a permuta em 1922 com a Associação Comercial, já no governo do Presidente Getúlio Vargas foi esse correr de prédios, inclusive o do antigo Banco do Brasil, situados nesse quarteirão no lado impar em frente a rua da Candelária e esquinas de Buenos Aires e Alfândega, demolidos para no seu lugar ser erguido o imponente edifício da Associação Comercial do Rio de Janeiro (cronologicamente a Quarta Praça do Comércio).

cipal, voltada para aquella rua, apresenta no primeiro pavimento, revestido de cantaria, seis janellas de peitoril com varões de ferro e um portão central. Corôa esta parte do edificio uma renque de medalhões sustentando o segundo pavimento que com o terceiro formão um só corpo, cuja decoração é de ordem corinthia; abrem-se sete janellas nos dous pavimentos superiores, as do segundo com uma sacada corrida, ornando as tres do centro frontões de cantaria, e as do terceiro com grades de ferro no vão das portadas. Erguem-se no segundo pavimento, entre as janellas, pillastras caneladas de granito com capiteis corinthios de marmore; a cornija é pobre em relação á ordem architectonica, e rematão o frontespicio pequenos acroterios.”

Como veremos, quando tratarmos da rua Primeiro de Março (Fig. XXXII), nos referiremos ao edificio da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos, que nessa época também abrigava a *Caixa de Amortização*.

Após o término dêsse prédio seriam atacados os outros dois edificios o corpo central destinado exclusivamente para a Praça do Comércio e o lateral Norte para bancos e escritórios comerciais; êsses dois prédios ocupariam o trecho da rua Primeiro de Março compreendida entre a rua da Alfândega e a então rua do General Câmara (hoje aí passa a Avenida Presidente Vargas).

Porém em 1878 a Associação Comercial modificou o projeto primitivo reunindo os dois prédios num único, foi encarregado dessa edificação o grande arquiteto Bethencourt da Silva que iniciou a construção em 1880. Várias vêzes essas obras pararam e foram reiniciadas só sendo ultimadas em 1906, quando foi solenemente inaugurado no dia 8 de Novembro desse mesmo ano. Foram dispendidos 5.008:820\$800. Existiam em nichos à entrada do prédio os bustos de: D. João VI; Viscondes de Cayrú, Mauá e D. Pedro II inaugurados em 17 de Janeiro de 1911. Nesse edificio funcionavam além da Associação Comercial a Bolsa de Títulos e Valores, a Câmara de Comércio Internacional do Brasil, a Federação das Associações Comerciais, a Junta de Corretores de Mercadorias e Navios, a Junta Comercial e outros institutos afins.

Em 1922 houve uma permuta de prédios entre a Associação Comercial e o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil transferiu-se para o prédio da Associação Comercial na rua Primeiro de Março no dia 30 de Abril de 1926, após terem sido feitas obras de adaptação nesse edifício, acréscimo de andares (o primitivo apresentava entre o primeiro e o segundo, janelas circulares) à partir do terceiro andar nota-se que a arquitetura dos demais difere totalmente dos primeiros. O edifício foi revestido externamente, até uma certa altura, de mármore preto, inclusive as três grandes portas de acesso em tôda a altura.

As quatro colunas de granito que se achavam no grande salão térreo foram retiradas e adquiridas pelos padres jesuítas para a decoração do seu templo situado na rua São Clemente.

No local do antigo Banco do Brasil ergue-se atualmente o majestoso palácio da Associação Comercial do Rio de Janeiro, imponente edifício de treze pavimentos ocupando a sua fachada principal todo um quarteirão da rua da Candelária Nº 9 e com duas fachadas laterais para as ruas da Alfândega e Buenos Aires. Foi ultimada essa *Quarta Praça do Comércio* no ano de 1940.

No suntuoso salão de acesso do prédio, em cada uma das paredes laterais veêm-se quatro bustos e duas placas de bronze.

Na parede lateral direita uma grande placa de bronze ladeada pelos bustos de: José da Silva Lisboa — Visconde de Cayrú com a seguinte legenda:

AO VISCONDE DE CAYRU  
A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL  
17 - 1 - 1911

e de Irineu Evangelista de Souza — Barão e Visconde de Mauá com a inscrição:

AO VISCONDE DE MAUÁ  
A ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL  
17 - 1 - 1911

Na placa (Fig. XXVII) uma extensa legenda explicativa do lançamento da pedra fundamental do prédio em 9 de Setembro de 1937 e a inauguração do mesmo no dia 23 de Maio de 1940.



FIG. XXVII — Placa de bronze existente no edificio da Associação  
Comercial do Rio

A parede lateral esquerda apresenta uma grande placa de bronze idêntica à da parede oposta, contendo uma homenagem ao Dr. João Daut de Oliveira. Acha-se ladeada por dois bustos de bronze: D. João VI com a legenda:

A D<sup>m</sup> JOÃO VI  
A ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL  
17 - 1 - 1911

e D. Pedro II com a inscrição:

A D<sup>m</sup> PEDRO II  
A ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL  
17 - 1 - 1911

Êsses quatro bustos se encontravam no antigo prédio da Associação Comercial na rua Primeiro de Março sendo dali retirados em 1922 quando se deu a permuta de prédios com o Banco do Brasil.

*Arsenal de Marinha* — Se consultarmos os — Anais do Rio de Janeiro encontraremos detalhadas informações sôbre as marinhas que se estendiam desde a praia da Piaçava seguindo pela praia de Manuel de Britto e terminando na rua dos Pescadores e na Prainha. Todo êsse trecho e mais o morro de São Bento e parte do da Conceição pertenciam aos beneditinos.

Diz Baltazar da Silva Lisboa — “o Mosteiro aforou pera armazens terrenos, juncto á ladeira e do lado do mar, com a pensão de 12\$, por escriptura de 10 de Dezembro de 1656; mas, porque o administrador da Juncta e seus companheiros se levantaram contra o Mosteiro, fazendo queixas ao rei, não tendo o Mosteiro protecção e a Companhia toda do Conselho Ultramarino, resolveu o abbade fazer doação a Sua Magestade do terreno referido por escriptura de 26 de Abril de 1696, que lhe foi acceita, e é hoje o Arsenal de Marinha.”

Essa doação foi o início dos atuais terrenos onde se assentam o atual Ministério da Marinha e repartições afins no denominado *Cais dos Mineiros*. Durante todo o século XVIII essa praia foi ocupada. À princípio por Antonio Braz de Pina, rico comerciante, sesmeiro de terras em Irajá e primeiro contratador

da pesca da baleia e do azeite. Exerceu aí sua atividade construindo um cais de pedra para êsses serviços; ficou então a praia conhecida como *de Braz de Pina*. Antes era denominada *Praia de São Bento*. Passando o monopólio deste cetáceo para a Fazenda Real, foi êste cais utilizado, pelos mestres das embarcações que faziam o transporte de passageiros e mercadorias que demandavam o recôncavo fluminense, ficou conhecido o local como: *Praia* ou *Cais dos Mineiros* já em fins do século XVIII ou princípios do XIX.

O Arsenal de Marinha foi aí estabelecido com o nome de *Secreteria da Marinha* em 1764.

Contíguo a êsse prédio foram erigidas várias barracas ocupadas por intrusos que se estabeleceram por verbal autorização da Câmara, do Intendente da Policia e do então Príncipe Regente. Pelo Decreto de 27 de Julho de 1810 foram ordenadas desapropriações para o aumento dêsse edificio, ocupado nessa ocasião pelo *Arsenal Real da Marinha* conforme reza êsse documento.

Êsse documento real mandava desapropriar: "oito moradas de casas, sito no caes — chamado de Braz de Pina" que pertenciam a Thomaz Gonçalves.

Em 1825 foi novamente aumentado êsse prédio, após o governo ter adquirido diversos terrenos com o fim de alargar a área desse estabelecimento.

Moreira de Azevedo dá-nos uma idéia dessas edificações na segunda metade do século XIX — essa área do Arsenal era cercada por um gradil de ferro tanto do lado da terra como ao longo do cais de desembarque, nesse recinto existiam diversos edificios onde exerciam suas atividades construtores navais, tanoeiros, aparelhadores e veleiros, ferreiros, correeiros, calafates, pintores, cordoeiros, etc. Existiam ainda outras repartições da marinha, uma biblioteca com 26.179 volumes (atualmente existem para mais de 50.000 volumes, algumas obras bastante raras e antigas) e 45 manuscritos, a capela de São João Batista inaugurada à 13 de Maio de 1858, grandes estaleiros para construção naval e uma serraria a vapor.

Atualmente, nesse local acha-se o edificio do Ministério da Marinha, na frente um grande jardim ornamentado com velhos canhões; passando para a ilha das Cobras tôdas as oficinas es-

pecializadas, diques e quartel do Corpo de Infantaria da Marinha.

*Doca e edificio do Lloyd Brasileiro — Edificio da Associação Comercial (Fig. XXVIII)*

200\$ — Banco da República do Brasil no Rio de Janeiro — Nos termos da Lei N<sup>o</sup> 183 C de 23 de Setembro de 1893 — 1<sup>a</sup> Estampa — 1<sup>a</sup> Série — N<sup>o</sup> 11275 Laemmert e Co e dos fabricantes Giesecke e Devrient — Emissão à partir de 1893.

Estampa no anverso com as côres: prêto, vermelho, verde e cinza; à esquerda e centro notamos o emblema da República e a Abundância.

O reverso nas côres prêto e verde, apresenta um aspecto das Docas do Rio de Janeiro, vendo-se não mais a Candelária, porém o edificio da Associação Comercial mais próximo à direita, com as montanhas ao fundo; à esquerda junto ao cais o grande edificio do Lloyd Brasileiro. Atrás do mesmo, emergem as torres de várias igrejas, vendo-se à partir da esquerda a parte superior da fachada da Catedral, ainda sem a grande torre, as torres da Igreja de N.S. do Monte do Carmo, o zimbório da Igreja de N.S. da Lapa dos Mercadores e parte da torre da Igreja da Santa Cruz dos Militares.

\* \* \*

O extenso cais ocupado atualmente pelas *Docas da Alfândega*, que se estende desde a Travessa do Tinoco (antigo Beco dos Adelos) até ao Cais dos Mineiros (antiga Praia de Braz de Pina) foi em épocas passadas um dos pontos primordiais para os desembarques de passageiros e cargas que aportavam ao Rio de Janeiro. As referências sôbre a situação privilegiada desse trecho, são bem antigas: Se consultarmos o documento N<sup>o</sup> 906 do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, datado de 1668, constataremos que Salvador Corrêa de Sá e Benevides doava para o seu segundo filho João Corrêa de Sá entre outros bens... “o *armazem e o sitio E O AR da Balança e as terras que comprei a Francisco Monteiro Mendes detrás deste armazem athé o mar no qual sitio serão os successores deste morgado*



FIG. XXVIII — Doca e edifício do Lloyd Brasileiro — Edifício da  
Associação Comercial

(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

*obrigados a fazerem casas nobres, por ser o melhor que ha naquella cidade.*"

Paralelo a êsse trecho litorâneo, muito pouco afastada, situava-se a então rua Direita, a melhor e mais movimentada artéria do Rio seiscentista, conforme veremos em outros trechos dêste trabalho. Sômente à partir de meados do século XVII, foram sendo aterradas essas marinhas, o que ocasionou um recuo do mar, achando-se atualmente a rua Primeiro de Março bem distante da orla marítima.

Os trechos compreendidos pelos lados pares da atual Travessa Tinoco, ruas do Rosário e Primeiro de Março, bem como o lado impar da rua do Mercado, pertenciam à Salvador Corrêa de Sá e Benevides e seus sucessores.

Nesse local erguem-se hoje os edificios da Repartição Geral dos Correios e Telegrafos, Lloyd Brasileiro etc.

Em 1626 o ouvidor João de Souza de Cardenas determinou que fôsse erguido nesse local: "*um trapiche juncto da praia, onde mais proprio fosse, com seu caes, em o qual se podessem desembarcar das canôas e bateis...*"

Foi o denominado *Trapiche da Cidade* conhecido também por *Paço de Ver o Peso* ou *Paço de Ver*.

Nesse trapiche a 19 de Setembro de 1710, Duclerc ficou encurralado pelos defensores da cidade e foi obrigado a render-se. O govêrno adquiriu o terreno e êsse armazém nele edificado pela quantia de 500 contos de réis, pela Lei do Orçamento N<sup>o</sup> 585 de 15 de Junho de 1850, tendo sido incorporado à Alfândega em 1859.

Na parte marítima compreendida entre as atuais rua da Alfândega e General Câmara (antiga do Sabão) hoje desaparecida, erguia-se outróra a antiga *Casa dos Governadores* (21), que aí passaram a residir à partir de 1699.

---

21) *Casa dos Governadores* — foi a primeira denominação dada à êsse imóvel de propriedade do Provedor da Fazenda Real — Pedro de Souza Pereira, adquirido por 6.000 cruzados pela Metrópole conforme a Carta Régia de 10 de Novembro de 1698 (Vieira Fazenda dá a data de 3/11/1698), para servir de residência aos governadores da Capitania do Rio de Janeiro. Antes dessa determinação não tinham casa própria morando em casas alugadas conforme as posses de cada um.

Foi ela reformada por Francisco de Castro Moraes; incendiada durante a invasão francesa de 1710 foi reconstruída e serviu de residência dos Governadores até Gomes Freire de Andrade, quando transferiu-se em 1743 para o edificio do então Largo do Carmo (hoje Praça Quinze de Novembro).

Na parte posterior da antiga Casa dos Governadores existia um modesto cais de pedra que servia para o embarque e desembarque dos mesmos; em 1817 tendo sido aterrado em parte, foi construído um novo cais com 16 braças e 8 palmos de comprimento.

O Armazém da Alfândega estava situado defronte à atual rua da Alfândega (então rua dos Governadores), desde 1661. Esse prédio sofreu inúmeros acréscimos e modificações durante a gestão de vários governadores. Durante o govêrno de Gomes Freire, a Carta Régia de 4 de Novembro de 1735, determinava a compra de: "umas casas e chãos, pertencentes aos Jesuitas de Santos, para se alargarem as *novas casas de abertura, sêlo e balança.*"

Essas repartições faziam parte da Alfândega e eram conhecidas como *Armazém do Sêlo da Alfândega*; foi no local dêsse armazém que os negociantes construíram em 1834 a Segunda Pra-

---

Após a mudança da sêde do govêrno para a então Praça do Carmo em 1743, foi êsse prédio ocupado pela *Provedoria da Fazenda Real* pela Ordem de 12 de Abril de 1745 que para ali determinou passar a casa do despacho, armazéns, casa de armas e a residência dos Provedores. Como nessa casa se recolhiam os proventos da Corôa que atingiam a avultados contos de réis, ficou conhecida por isso como *Casa dos Contos*.

No dia 14 de Dezembro de 1803 segundo Noronha Santos (1805 é a data dada por Monsenhor Pizarro para êsse acontecimento), uma quadrilha de ladrões ateou fogo ao prédio cujo incêndio foi debelado por marinheiros da esquadra sob o comando do capitão de mar e guerra José Maria de Almeida.

A Casa dos Contos foi extinta pelo Alvará de 28 de Junho de 1808.

Passou então a servir à *Real Junta da Fazenda* depois substituída pelo *Real Erário* ou *Erário Régio* que ai permaneceu até 1814 quando foi transferido para o prédio da rua do Sacramento (atual Avenida Passos) no mesmo local onde fôra iniciada a construção da "Casa dos Pássaros" por iniciativa do Vice-rei D. Luiz de Vasconcelos e cujas arcarias serviram para a edificação do prédio do Real Erário em 1818 (data essa de Noronha Santos; Monsenhor Pizarro dá êsse prédio como ocupado pelo Erário Régio à partir do principio do ano de 1814). Foi então a antiga Casa dos Governadores ocupada pelo *Banco do Brasil* em 1815 que ai permaneceu até ser extinto em 1829.

Êsse edificio foi demolido em 1878, sendo erigido o *Palácio da Associação Commercial* que à partir de 1922 passou a ser ocupado definitivamente pelo *Banco do Brasil*.

ça do Comércio demolida em 1871. Hoje ergue-se aí o Banco do Brasil.

O Padre Perereca nos fala da existência de um cais nos fundos da antiga Alfândega.

O mesmo autor ao referir-se a Primeira Praça do Comércio (edifício da Alfândega construído em 1820 por Grandjean de Montigny) diz que o prédio

*"se erigiu no sitio que fica entre o mar e a boca da rua do Sabão, tendo pelo lado esquerdo a Alfândega e pelo direito várias barracas, as quaes pela frente do mar vão ter ao Trapiche do Trigo e foram arrasadas para formar-se desta parte uma praça e levantar-se um solido cais desde o mencionado trapiche até a Alfândega"* (Vieira Fazenda obra citada).

Podemos concluir que, pela exposição acima, todos os edificios importantes dessa orla litorânea eram contemplados imediatamente com um cais para os seus serviços particulares: o Trapiche da Cidade, a Casa dos Governadores, o Armazém da Alfândega, a Primeira Praça do Comércio. Êsses segmentos de cais foram paulatinamente conquistando a orla marítima à medida que se processavam os melhoramentos nos mesmos.

As *Docas da Alfândega* permaneceram assim até meados do século XIX quando foram levados a cabo grandes melhoramentos inaugurados com a presença do Imperador.

Três grandes trabalhos foram executados na segunda metade do século XIX: I) As obras hidráulicas em 1853 — Consistiam na construção de uma bacia em frente à Alfândega, circundada de um cais e ornada com guindastes; fóra da Alfândega um cais corrido até a Ponta do Trem no Arsenal de Guerra.

O molhe constitue a muralha exterior da bacia, estende-se desde a ponta meridional do Arsenal de Marinha até a rua do Rosário com a extensão de 300 m e com 16,94 m de largura.

A superficie de todo o terreno ocupado pela Alfândega compreendendo armazéns, bacia, caes etc. é de cinco hectares.

A 20 de Fevereiro de 1863 os pilares não resistindo ao pêso do atêrro aí lançado, tombaram juntamente com as cortinas que ti-

nam 4 m de largura na base. Foi necessário remover o molhe abatido e reconstruir um novo, sendo feito previamente a construção de duas grandes ensacadeiras: uma com 1750 m<sup>2</sup> e outra com 352 m<sup>2</sup>. Foi lançada a primeira pedra desse novo molhe em 2 de Julho de 1873, idêntico ao antigo, sendo que sobre cada metro quadrado da base o peso máximo suportável é de 30 toneladas.

Na entrada dessa extensa doca existia uma ponte de ferro *corrediça* com 66 m de comprimento e 4 m de largura, pesando o ferro nela empregado 110 toneladas. Na época em que foi construída (1869) não havia similar em toda a Europa. No centro dessa ponte via-se um medalhão elítico, coroado pelas armas imperiais, onde se lia: "D. P. II" circundado por 20 estrelas, simbolizando as Províncias do Império. Na fita que circundava o medalhão lia-se a seguinte legenda: "Ingenieur Matieu, Schneider e Creusot. Ministro da Fazenda Zacarias de Goes e Vasconcellos Engenheiros da doca Charles Neate e André Rebouças."

Essa doca da Alfândega constituía para o tempo, um estabelecimento completo dotado de todos os requisitos como podemos ver na gravura: o grande molhe ou doca externa onde vemos os guindastes e os armazéns; a doca interna igualmente com guindastes e armazéns, servindo também de abrigo para os navios a bacia formada por essas docas.

Após a construção do Cais do Pôrto os serviços de capatazias da Alfândega, passaram para os armazéns respectivos; esse antigo conjunto da Alfândega começou então a ser utilizado pelos serviços de cabotagem da linha do Lloyd Brasileiro.

2) Os armazéns em 1855 e 3) Os guindastes hidráulicos em 1874.

Este antigo armazém atualmente ocupado pela direção do Lloyd Brasileiro, teve sua construção iniciada em 1855, sobre o mesmo diz o Dr. Borja Castro o seguinte:

"Pelo novoplano, a Alfandega terá cinco grandes armazéns, incluindo o armazem grande de ferro quasi concluido e o telheiro da estiva, havendo entre elles ruas largas com trilhos de ferro para o movimento das mercadorias, e traçadas de modo que o movimento se fará com

ordem e promptidão dos cais para os armazens e d'ahi para as ruas publicas, sem que as frentes das portas de sahida fiquem embaraçadas, como succede presentemente, com algum prejuizo para o commercio e a administração. A frente do novo edificio se extenderá pela rua do Visconde de Itaborahy desde o cães dos Mineiros, como actualmente, até a rua do Rozario, que ficará mais larga, procedendo-se a desapropriação de algumas casas pequenas das ruas do Rozário, Mercado e becco dos Adélos. Assim a Alfandega ficará fronteira ao grande edificio que se projecta para a praça do commercio, correio, bancos e outros estabelecimentos."

Este edificio possui quatro pavimentos e abrange uma área de 18.960 m<sup>2</sup>; assenta sôbre 2335 estacas cravadas no fundo do mar podendo cada uma delas suportar segundo a fórmula de Waltmann 67 toneladas o que daria a tôdas conjugadas um pêso limite de 113.565 toneladas.

Sôbre o pêso do edificio diz o engenheiro Borja Castro o seguinte:

"O dos alicerces das 120 colunas de 2.900 toneladas, e como o peso dos materiais d'estas colunas, madres, vigas e soalhos do primeiro andar é de 800 toneladas, o do segundo de 630 e de 570 o do terceiro andar, e finalmente o da cobertura e do mais a ela pertencente de 200 toneladas, são pois 5.100 toneladas, e portanto o peso permanente do edificio será de 11300 toneladas."

Essas madres assentam sôbre os capitéis das colunas, sendo o seu objetivo sustentar as vigas também de ferro, sôbre as quais são pregadas as tábuas dos soalhos. Essas madres são tubulares com 5,50 m de comprimento constituídas por quatro chapas, sendo três de ferro batido e uma de ferro fundido. Quatro elevadores à vapor com as respectivas máquinas faziam os serviços de transporte das mercadorias nos diversos andares. Os três andares dêsse prédio não possuíam paredes divisórias no interior, suas paredes externas são de tijolos artisticamente arrançados o que oferece um aspecto interessante.

Todo o maquinismo, vigas de ferro, chapas e os vinte e dois guindastes hidráulicos segundo o autor: "foi preparado no Rio de Janeiro, nas officinas dos Srs. Maylor e Ca."

Na porta de acesso desse grande armazém que atualmente abriga a administração geral do Lloyd Brasileiro, veêm-se la-deando-a, duas grandes placas elíticas de bronze com os seguintes dizeres: LLOYD BRASILEIRO — PATRIMONIO NACIONAL.

A *Igreja de N. S. da Lapa dos Mercadores*, originou-se de um oratório público dedicado pelos mascates, numerosos naquelas redondezas e que à tarde rendiam graças a essa santa chamada *Senhora da Lapa dos Mascates*.

Em 1750 fronteiro ao oratório que achava-se na rua do Ouvidor, foi erigido um templo sob a mesma invocação, por comerciantes endinheirados, cujas obras foram ultimadas em 1755. Passaram a viver as turras os devotos de ambos, até que em 1812 os mascates concordaram em terminar com o oratório e recolher as imagens para o templo.

A fachada é singela, apresentando três portas com balcões na altura do côro; o frontão é simples, possui uma única torre central erigida sôbre essa fachada.

Sôbre o zimbório da torre existia uma estátua simbolizando a "Religião", esculpida em mármore liós; essa escultura por ocasião da Revolta da Armada em 1893 foi derrubada por ter sido a cúpula que a sustentava atingida por uma granada do couraçado Aquidaban. Encontra-se hoje na sacristia do santuário.

Decorando a fachada encontramos as estátuas de São Felix, São João da Mata, São Bernardo, e Santo Adriano, tôdas de mármore liós e procedentes de Lisbôa.

Tôda a obra de talha que decora internamente a igreja é da autoria de Antonio de Pádua e Castro e o trabalho de estuque pertence a Antonio Alves Meira.

A torre do templo só foi construída em 1870, época em que a igreja passou por grandes reformas, pois o padre Perereca ao referir-se ao mesmo em 1808 dizia: "... não tem torre, e somente um campanario no frontespício, o que lhe dá certo ar de gra-

ça, . . .” Essa torre derrubada em 1893 foi reconstruída totalmente em 1895.

4 — DIFERENTES ASPECTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*Aléa principal do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Fig. XXIX)*

2§ — Tesouro Nacional (Império) — 5ª Estampa — 53ª Série — Letra A — Nº 08437 — Fabricado pelo American Bank Note Company New York — Emitida à 6 de Julho de 1870.

Estampa preta e verde com números vermelhos; no reverso num círculo central, as palavras: Império do Brasil. O anverso apresenta no centro as Armas imperiais (20 estrêlas), ladeadas por um navio a vapor e a vela e uma locomotiva á vapor com vagões; à esquerda o busto de D. Pedro II, ainda moço, fardado e condecorado; à direita uma reprodução da entrada principal do Jardim Botânico do Rio de Janeiro com a majestosa aléa de palmeiras reais.

Encontramos na coleção do Museu outro exemplar semelhante:

2§ — Tesouro Nacional (Império) — 5ª Estampa — Ilegível — Letra A — Nº 36846 — (Com carimbo: SEM VALOR).

\* \* \*

Esta maravilhosa alameda de palmeiras, denominada “Aléa Barbosa Rodrigues”, única no mundo, tem seu início no portão principal e se estende por 740 metros de comprimento. É constituída por palmeiras com uma altura média de 25 metros, tendo na base do estipe 1 metro de diâmetro. Notemos que todos êsses exemplares e os outros da mesma espécie existentes no Rio de Janeiro, são provenientes da primitiva palmeira (*Oreodoxa Oleracea* de Martius) plantada pelo Príncipe D. João VI. Êsse primeiro exemplar foi denominado “Palma Mater”, e é também conhecido como *Palmeira Real* vulgarmente. Encontra-se resguardada por uma artística grade de ferro, tem de altura 37 metros, na base do estipe um diâmetro de 1,30 m; suas sementes foram trazidas da Guiana Francesa por Luiz de Abreu Vieira que as obteve no “Jardin Gabriëlle”. Aportando no Rio, presenteou-as ao então Príncipe Regente D. João VI. Êsse notável e venerando exemplar botânico foi três vêzes atacado na sua copa por lagartas (1914, 1925 e 1942);



FIG. XXIX — Aléa principal do Jardim Botânico do Rio de Janeiro  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

devido a altura foi necessário o auxílio do Corpo de Bombeiros para a aplicação dos fungicidas.

O *Jardim Botânico* com o nome de *Jardim de Aclimação* foi criado à 13 de Junho de 1808 por D. João VI, já nesse mesmo ano passou à categoria de *Real Horto* e depois a *Real Jardim Botânico* sendo aberto ao público em 1819.

Seu primeiro diretor foi o botânico Frei Leandro do Sacramento. Botânicos notáveis ali trabalharam, existindo bustos de bronze de vários deles, tais como: Martius, Urban e Eichler autores da monumental "Flora Brasiliensis"; Auguste de Saint Hilaire; Barbosa Rodrigues autor do "Sertum Palmarum" etc.

Atualmente sua área total atinge a 546.000 metros quadrados, em gramados, canteiros, estufas, bosques e aléas; são encontradas mais de: 80 famílias, 500 gêneros e 1000 espécies de plantas devidamente classificadas e etiquetadas pela moderna classificação de Engler.

Paralela à rua Jardim Botânico e separada da mesma por uma cêrca de murta, destaca-se outra alameda de palmeiras reais, denominada "Aléa Candido Batista" com a extensão de 550 metros.

No interior do jardim encontramos diversos monumentos além dos bustos de bronze citados: o de D. João VI; a Fonte monumental no centro da "Aléa Barbosa Rodrigues"; estátuas de Ninfas (uma delas foi a primeira fundida no Brasil em 1783) sendo seu autor o célebre toreuta Valentim da Fonseca e Silva; a Portada monumental da autoria de Grandjean de Montigny etc.

No início da majestosa "Aléa Barbosa Rodrigues" do lado esquerdo, prêsa numa lage granítica vemos uma grande placa de bronze com a legenda:

“EM 1842 O DIRETOR BERNARDO JOSÉ DA SERPA BRANDÃO, PLANTOU AS PALMEIRAS DESCENDENTES DA “PALMA MATER”, QUE CONSTITUEM AS ALÉAS BARBOSA RODRIGUES E CÂNDIDO BAPTISTA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1951, EM SOLENIDADE MEMORÁVEL, SENDO DIRETOR PAULO DE CAMPOS PÔRTO, NOS ESPAÇOS EXIS-

TENTES ENTRE AS CENTENARIAS. FORAM PLANTADAS OUTRAS TAMBEM DESCENDENTES DA "PALMA MATER" PARA SUBSTITUIR FUTURAMENTE AS PRIMITIVAS E CONSERVAR A CARACTERISTICA PRINCIPAL DO JARDIM BOTANICO"

*Rua Primeiro de Março em fins do século XIX (Fig. XXX)*

100\$ — Tesouro Nacional (República) — 6ª Estampa — 2ª Série — Letra C — Nº 25984 — Fabricado pelo American Bank Note Company New York — Emitida à 20 de outubro de 1890.

Estampa com o reverso prêto e verde, apresentando a reprodução do quadro de Vitor Meireles de Lima — Batalha dos Guararapes. O anverso com as côres preta, amarelo e havana. À direita, num medalhão oval, um navio sulca as águas; no centro uma efígie de mulher com o barrete frígio simboliza a República; á esquerda um belo trecho do princípio da rua Primeiro de Março; esquina da rua Sete de Setembro; Catedral Metropolitana (ainda sem a torre sineira) e a Igreja de N. S. do Monte do Carmo (notam-se os gradis na calçada e que foram retirados mais tarde em 1904). No lado direito vemos a fachada da Igreja da Santa Cruz dos Militares, coberta pelos arvoredos. Mais além as torres da Candelária. Observamos o antigo calçamento de paralelepípedos; os bondes de tração a muares e os quiosques.

Outros exemplares pertencentes à coleção do Museu apresentam êsse logradouro:

100\$ — Tesouro Nacional (República) — 6ª Estampa — 4ª Série — Nº 61098 — (Com carimbo: FALSA)

100\$ — Reclame da Lâmpada Mágica, imitando cédula de 100\$ da 6ª Estampa da República.

100\$ — Reclame de Grande Câmbio de Bilhetes Loteria, imitando cédula de 100\$ da 6ª Estampa da República.

\* \* \*

A *rua Primeiro de Março* recebeu êsse nome à 14 de Maio de 1870 em comemoração à data relativa ao término da Guerra do



FIG. XXX — Rua Primeiro de Março em fins do século XIX  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Paraguai. Antes teve o nome de *rua Direita*, embora fosse sinuosa à partir do prédio dos Correios e Telégrafos (Repartição Geral).

Desde princípios do século XVII, ao longo da restinga situada entre as eminências do Castelo e de São Bento, existiam varios caminhos que logo passaram a ser denominados de ruas: Direita do Carmo para São Bento; Direita para a Misericórdia etc.

Segundo Vieira Fazenda, a Santa Casa da Misericórdia comprou em 15 de Março de 1622, a Mateus Leão e sua mulher D. Jerônima Vareira, moradas de casas na rua Direita.

Na correição procedida pelo Ouvidor Manuel Amaro Pena de Mesquita Pinto, em Setembro de 1746, proveu esse magistrado sobre a reparação das calçadas da cidade, obrigando os moradores a fazerem esta obra, com exceção dos da rua Direita, *por ser esta demasiadamente larga*.

Diz Noronha Santos nas suas anotações sobre a obra do Padre Perereca — Memórias para servir à História do Reino do Brasil — na pg. 97:

“Foi sempre esse logradouro um dos mais animados da cidade e frequentado no período colonial até 1860, mais ou menos, do alvorecer às últimas horas da tarde, por mercadores e magotes de negros escravizados, que andavam a carregar pesados fardos, retirados da Alfândega, ou puxando veículos de carga, como se fôsem animais de tração. Nas estampas de Debret e Rugendas tem-se a impressão da vida trepidante da rua Direita em dias do governo de D. João VI e nos do primeiro reinado.”

A *rua Sete de Setembro*, já era transitável na segunda metade do século XVII; à 4 de Agosto de 1679, o Ouvidor João da Rocha Pita pedia aos oficiais do Conselho que fôsse construído um cano à partir da rua *De trás do Carmo* — ficou conhecida então como: *rua do Cano* ou *rua que chamam do Cano*.

As várias correições feitas pela Câmara nessa época: quer pelo estado intransitável, quer a favor da saúde dos moradores da mesma, etc mostraram que a atual artéria, já era bastante utilizada naquelas épocas remotas.

Com a chegada de D. João VI pensou-se em prolongar a rua do Cano que não ia além da do Carmo. Só a 7 de Setembro de 1856 foi inaugurado o prolongamento da então rua Sete de Setembro até ao Largo do Paço (atual Praça Quinze de Novembro).

Em 1857 foi ultimada a construção do passadiço fechado sobre essa artéria, ligando a Capela Imperial (atual Catedral Metropolitana) à dependências do Paço Imperial da cidade (antigo Convento do Carmo, atualmente Academia de Comércio). Esse passadiço foi demolido em 1890.

Na República, apareceu um projeto do engenheiro Tito Barreto Galvão, cogitando da abertura de uma avenida pela rua Sete de Setembro e ligando a Praça Quinze de Novembro até à Praça Tiradentes.

Só em 1904 a Prefeitura iniciou o alargamento do trecho compreendido entre a Praça Quinze e a rua Uruguaiana; em 1913 foi feito igual serviço no trecho de Uruguaiana até a Praça Tiradentes.

A atual *Catedral Metropolitana* teve a sua origem na matriz de S. Sebastião do morro do Castelo, quando em 1676, tendo sido criado o bispado do Rio de Janeiro, foi instituído o corpo capitular em 1685 pelo seu primeiro bispo D. José de Barros Alarcão.

A igreja de S. Sebastião passou a ser a Sé com a instalação aí do corpo capitular. Com o conseqüente povoamento das várzeas circunvizinhas da cidade, o morro de São Januário (mais tarde Castelo), despovou-se e eram poucas as pessoas que galgavam penosamente as íngremes ladeiras dessa eminência.

Pareceu ao bispo que a então capela da Cruz (mais tarde Santa Cruz dos Militares) era o templo apropriado para ser a Catedral provisória, enquanto não fosse erigida a definitiva, pois estava no centro da povoação (na rua Direita) e era de fácil acesso. Esta capela serviu de Sé de 14 de Dezembro de 1734 até 1737, durante três anos, cinco meses e oito dias, a contragosto da Irmandade composta de militares e comerciantes.

Transferida à seguir interinamente para a Igreja do Rosário que passou a ser Catedral durante setenta anos, tendo o cabido vivido constantemente as turras com a Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito dos Homens Prêtos.

Com o fim de evitar maiores dissabores, Gomes Freire de Andrade escolheu em 9 de Maio de 1747 o terreno onde deveria ser erigida a Catedral, numa praça que recebeu o nome de Largo da Sé Nova (mais tarde Largo de São Francisco de Paula). Deu-se início a construção, paredes foram levantadas, tendo-se gasto na obra mais de 200.000 cruzados. Daí em diante prosseguiu morosamente e jamais foi ultimada. Em 1810 resolveu o governo do Conde de Linhares aproveitar a construção da Sé abandonada, para nela erguer o palácio da Academia Militar (que mais tarde em 1842, denominou-se Escola Militar; em 1856 Escola Central; em 1874 sob o nome de Escola Politécnica e atualmente como Escola Nacional de Engenharia). Muitas das pedras dos alicerces da Sé foram arrancadas e empregadas nos alicerces do Real Teatro de São João (à partir de 1824 Imperial Teatro de S. Pedro de Alcântara).

Pelo Alvará de D. João VI de 15 de Junho de 1808 foi a Igreja dos frades carmelitas elevada à Capela Real e Catedral, tendo na tarde dêsse mesmo dia deixado o cabido a Igreja do Rosário.

O local onde se ergue atualmente a Catedral Metropolitana, já era antes de 1590 ocupado por uma ermida sob a invocação da Senhora do Ó. Nesse mesmo ano, vários frades carmelitas alcançaram a doação dessa capela e começaram a erguer ao lado da mesma um convento que denominou-se do Carmo (hoje Academia de Comércio).

Tendo desabado essa capela, foi em 1761 erigido um templo com pedras retiradas da Ilha das Enxadas; tinha três portas divididas por pilastras, seguia-se o primeiro entablamento, aparecem as três janelas do côro separadas por pilastras que sustentam o segundo entablamento. A fachada da igreja só foi completada muito mais tarde no reinado de D. Pedro I.

A grande tôrre só foi concluída na República, cuja construção foi iniciada em 1908 e consta de seis andares: o 1º na Ordem Toscana, o 2º na Ordem Dórica, o 3º na Ordem Jônica, o 4º na Ordem Coríntia, o 5º na Ordem Composta e o 6º no Estilo Barroco. Sobrepondo-se ao conjunto a estátua da Virgem, de bronze dourado, medindo com o globo que serve de pedestal seis metros;

essa escultura foi fundida em Antuerpia. A altura total da tórre atinge a sessenta metros e quarenta centímetros. Os últimos retoques da sua fachada foram mandados executar pelo cardeal D. Joaquim Arcoverde.

Internamente o templo conta com sete altares e duas capelas, é inteiramente decorado com talha dourada feita em 1785 pelo mestre Ignacio.

A fundação da *Ordem Terceira do Carmo* no Rio de Janeiro, data de 1648 após uma reunião efetuada no então Convento dos Carmelitas (atual Academia de Comércio). Em 1661 os Irmãos Terceiros, obtiveram dos frades, consentimento a fim de erigirem uma capela própria para a congregação em terrenos dêsse recolhimento, a qual foi edificada ao lado da igreja conventual (nesse local encontra-se hoje a Catedral Metropolitana).

A assembléia geral de 5 de Maio de 1754 resolveu erigir um templo, bastante espaçoso, com o fim de comportar todos os fiéis que ali acorriam por ocasião dos ofícios religiosos efetuados.

O terreno onde se encontra a igreja era nessa época occupado por prédios pertencentes à Ordem que os fêz demolir. Tempos depois de haver sido iniciada a construção, os carmelitas que não viam com bons olhos essa edificação, embargaram-na alegando motivos, entre os quais a altura do prédio escurecia o côro da igreja conventual. Essa celeuma durou cinco anos até que Gomes Freire de Andrade alvitrou à Ordem de oferecer uma quantia (3.000 cruzados foi o estipulado entre as partes) com a condição dos frades desistirem do embargo.

Em 1763, quase ultimada a construção, foi a vez dos frades carmelitas solicitarem permissão para officiar na igreja visto a conventual encontrar-se em ruínas; não obtiveram a acolhida desejada, porém a Ordem ofereceu 8.000 cruzados para a reedificação da igreja daquele recolhimento.

Em Julho de 1770 estava a igreja propriamente dita concluída e havia sido gasto com a mesma a importância de 91:088\$995, quantia considerável na época. As torres, foram concluídas somente em 1850 e acham-se os seus zimbórios revestidos de azulejos azuis. A planta dos mesmos é da autoria do engenheiro mili-

tar Domingos Monteiro e a cúpula do professor de desenho Côrte Real.

Este templo obedece ao estilo barroco, com a fachada tãda em cantaria de granito. O corpo central mais saliente apresenta duas pilastras da ordem jônica que sustentam o entablamento; o frontão é curvilíneo, tendo no vértice um cruzeiro. Acima no pórtico de mármore branco, existe um medalhão de esplêndida confecção, simbolizando N.S. do Monte do Carmo.

O interior do templo possui sete altares, cada um simbolizando um dos passos da Paixão de N.S. Jesus Cristo: no Horto das Oliveiras, na Prisão, na Flagelação, no Sudário, o Senhor da Cana-verde, Senhor dos Passos e o Senhor Crucificado. Essas imagens foram esculpidas pelo artista Pedro Luiz da Cunha. O frontal do altar principal é de prata maciça datando de 1738; a banqueta e demais objetos do culto são igualmente de prata e foram cinzelados em 1820 pelo ourives Antonio Gomes da Silva.

Os trabalhos de talha são atribuídos ao mestre Luiz da Fonseca Rosa e os das pilastras que separam os altares, obra de Antonio de Pádua Castro.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1940, após pesquisas efetuadas, deu como sendo da autoria de Valentim da Fonseca e Silva as obras de talha, porém Luiz da Fonseca Rosa ou Affonseca Rosa foi mestre do célebre toreuta carioca conforme consta de um opúsculo dado à luz pelo Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade intitulado — Artistas Coloniais.

É possível que ambos tenham trabalhado nesse templo, porém só estudos detalhados e comparativos sobre a técnica particular de cada um poderão elucidar a questão.

O transporte sobre trilhos era feito por quatro emprêsas de viação urbana; em 1878 fundem-se numa só organização: Companhia de Carris Urbanos com o privilégio de exploração por 33 anos (até 1911), um capital de cinco mil e quatrocentos contos de réis e 149 acionistas.

Êsses veículos, conhecidos como *bondes*, eram puxados por dois muares e percorriam a cidade em várias direções, desde o Cais Pharoux até a Praça Onze de Junho a Oeste e Saco do Alferees ao Norte.

Havia bondes de 1ª Classe para os passageiros corretamente vestidos e calçados; bondes abertos para fumantes. Os bondes fechados desapareceram logo, principalmente no verão. Embrulhos e volumes só eram permitidos nos bondes de 2ª Classe ou nos bagageiros.

Quanto aos *quiósques* damos a palavra a Ferreira da Rosa: “Erectos principalmente em esquinas de ruas, e em praças, há quiosques pertencentes a uma empresa concessionária que os constroi e arrenda, colocando-os de acôrdo com a preferência do arrendatário e a licença municipal. Têm a forma de prisma hexagonal; três a quatro metros de altura; menos de dois metros quadrados de chão; pintados de vermelho, verde, azul; envidraçados; cúpula de estilo chinês: Servem para bilhetes de loteria ou para café, aguardente e cigarros. Os de loterias, com títulos estapafurdios, embandeiram-se, freqüentemente, iluminam-se, dando sinais de alegria, como se tivessem, entre os bilhetes vendidos, vendido um premiado. Os de botequim às vêzes desejando asseio...”

*Praça D. Pedro II em fins do Segundo Reinado (Fig. XXXI)*

2\$ — Tesouro Nacional (Império) — 8ª Estampa — 8ª Série — Letra E — Nº 62237 — Impresso pelo American Bank Note Company New York —

Estampa com o anverso preto e havana; o reverso preto e azul.

No anverso, à esquerda, a efígie do imperador em trajes civis, totalmente encanecido; ao lado as Armas imperiais; a direita um trecho da Praça Quinze de Novembro, ainda com gradis, a Catedral (sem a torre), a Igreja de N.S. do Monte do Carmo e um correr de sobrados com abalcoados no segundo pavimento no trecho onde se erguia o solar dos Teles.

Outros exemplares iguais se acham nas coleções do Museu:

2\$ — Tesouro Nacional (República) 8ª Estampa — 119ª Série — Letra F — Nº 35766 — Neste exemplar a efígie do Imperador D. Pedro II foi substituída por uma alegoria à República e a expressão: Império do Brasil mudada para: República dos EEUU do Brasil.



Fig. XXXI — Praça D. Pedro II em fins do Segundo Reinado  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

2§ — Tesouro Nacional (República) 8ª Estampa — 104ª Série — Letra A — Nº 13649 — (Manuscrito: FALSA).

2§ — Tesouro Nacional (República) 8ª Estampa — 129ª Série — Letra D — Nº 697 — (Manuscrito: FALSA).

\* \* \*

A atual Praça *Quinze de Novembro*, é um dos logradouros mais antigos da cidade, é contemporâneo das suas primeiras edificações: *Rossio da Cidade* foi a sua primeira denominação, depois *Terreiro da Polé*, *Largo* ou *Praça do Carmo* até 1743, época da inauguração do palácio dos vice-reis, quando passou a chamar-se *Terreiro do Paço dos Governadores* ou *Largo do Paço*.

O Senado da Câmara a 18 de Março de 1870 outorgou-lhe o nome de *Praça D. Pedro II*; com a proclamação da República em 1889 a Câmara Municipal, mudou o nome para *Praça Quinze de Novembro* à 21 de Fevereiro de 1890.

No século I da nossa história já existiam nesse antigo quadrilátero alguns prédios, principalmente na denominada rua Direita que é o seu limite para o interior: o Convento do Carmo principiava a ser construído; ao lado do mesmo a ermida da Senhora do Ó construída antes de 1590; o resto, era campo vazio: o *Rossio da Cidade*.

No século XVII este aspecto muda totalmente: a rua Direita, bastante povoada de casas, o Convento do Carmo já estava ultimado, a sua capela continuava a servir aos fiéis; em 1661 iniciava-se a construção ao lado de uma ermida que seria mais tarde a Igreja de N.S. do Monte do Carmo; a rua do Cano começava a povoar-se; o Trapiche da Cidade ficava próximo, na rua do Rosário no lado que dava para a rua do Ouvidor; o Pelourinho fôra na praça levantado: o *Terreiro da Polé*.

O século XVIII assistiu no seu comêço a grandes acontecimentos que sacudiram a pacata urbs colonial: as duas invasões francesas — a primeira, mal sucedida para os comandados de Duclerc, porém du Guay Trouin assenhoreou-se da cidade, saqueando-a, nada foi poupado: igrejas, casas do govêrno, residências, tudo foi vasculhado. A *Praça do Carmo* sofreu igualmente essas pilhagens. Após êsses insucessos, a cidade criou alma nova, tratou-se de reconstruir o que fôra perdido, os edificios se-

riam de pedra, os aspectos de muitos locais mudariam bastante, o *Largo do Carmo* passaria por grandes transformações graças à dinâmica figura do Conde de Bobadela. O Palácio dos Vice-reis inaugurado em 1743; o Chafariz do *Largo do Palácio*; a velha ermida da Senhora do Ó ressurgia em pedra em 1761; em 1770 conclui-se a Igreja de N.S. do Monte do Carmo. Defronte ao palácio dos vice-reis, no outro lado do largo erguiam-se as Casas dos Teles. No cais do *Largo do Paço*, construído no governo do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos, acostavam os navios para receberem aguada do velho chafariz de Bobadela, que fôra reconstruído por Mestre Valentim naquele local com o fim de desafogar o centro do largo necessário para as evoluções militares em dias de gala.

Século XIX — pouca coisa mudou, surge na República a estátua equestre de Manoel Luiz Osório inaugurada em 1894; aterros ampliam a sua área, são construídos nesses novos locais: um pavilhão para música, o edifício sede do Ministério da Viação e Obras Públicas, o Cais Pharoux bordejando o lado oriental da *Praça Quinze de Novembro*. Um novo chafariz surge perto do mar, consta de uma bacia circular tendo cêrca de dez metros de diâmetro, no centro ergue-se uma coluna com uma segunda bacia menor e figuras alegóricas. Êsse monumento é inteiramente de ferro e a água sai em esguichos e em belos lençóis pelas diversas torneiras que é dotado.

No século XX em 1902, iniciou-se a colocação de uma balaustrada de cantaria em tôda a extensão do Cais Pharoux; o velho chafariz do Mestre Valentim ficou distante mais de 100 metros da linha do mar em consequência dos aterros ali efetuados.

No trecho onde hoje se encontram um edificio de apartamentos e um correr de sobrados, erguiam-se outrôra o *Solar* ou *Casas dos Teles*.

Essas casas já existiam desde meados do século XVIII, as quais se estendiam até a atual rua do Mercado. Em 1757 o Senado da Câmara transferiu-se para um desses sobrados, retirou-se daí em consequência do incêndio que irrompeu no pavimento térreo do prédio no dia 20 de Julho de 1790. Essas casas pertenciam em 1790 ao Dr. Francisco Teles Barreto de Menezes.

Sob um desses sobrados existia o denominado *Arco do Teles* que não foi atingido pelo incêndio de 1790, o qual comunicava o Beco do Peixe ou Travessa Nova do Peixe com o Largo do Paço; aquele logradouro passou à 1 de Setembro de 1863 a denominar-se Travessa do Comércio.

Os herdeiros de Teles de Menezes reconstruíram os prédios nesse mesmo local. No Segundo Império, nesse imóvel estava o célebre Hotel de France com 42 quartos (é o que a gravura focaliza). Foi demolido em Dezembro de 1928 sendo levantado o edifício Taquara inaugurado à 15 de Agosto de 1931.

O Arco do Teles foi construído em meados do século XVIII pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, um dos melhores auxiliares de Gomes Freire. Atualmente sobre o mesmo e ao lado (na travessa do Comércio) está sendo erigido um grande edifício de apartamentos, porém com a condição imposta pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de ser mantido e restaurado com todas as suas características primitivas esse já célebre arco.

#### *Rua Primeiro de Março em fins do Império (Fig. XXXII)*

O reverso dessa cédula (vide Fig. XXXI) nos apresenta outro trecho da rua Primeiro de Março; à esquerda o prédio da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos, adiante a Igreja da Santa Cruz dos Militares e mais além uma das torres da Igreja de São José; quase fronteira à da Santa Cruz dos Militares e do lado oposto, sobrepujando as frondes das árvores, as torres da Igreja de N.S. do Monte do Carmo. Na rua, além dos motivos já mencionados, inúmeros tilburis de aluguel para o transporte dos passageiros à diferentes pontos da cidade — os taxis da época. No fundo vemos o passadiço existente entre o Palácio dos Vice-reis (atualmente repartição dos Correios e Telégrafos) e o Convento do Carmo (atualmente Academia de Comércio) comunicando os dois edifícios.

\* \* \*

A 3 de Dezembro de 1873, a Associação Comercial do Rio de Janeiro celebrou um contrato com o governo imperial, pelo qual ficava obrigada a construir três palácios na rua Primeiro de Março. Entre outras haviam as seguintes cláusulas: esses edifícios fi-



FIG. XXXII — Rua Primeiro de Março em fins do Império  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

cariam situados entre as ruas Primeiro de Março, Visconde de Itaboraí, Rosário e General Câmara; o do centro seria destinado a *Praça do Comércio* tendo 33 metros de frente para a rua Primeiro de Março, o lateral do sul para a *Caixa de Amortização* e para o *Correio* tendo 40 metros de frente para a citada rua e o lateral norte tendo igualmente, 40 metros de frente para aquela artéria, e era destinado a *bancos e escritórios comerciais*. Todos os três prédios deviam guardar completa harmonia: quanto ao estilo arquitetônico, decorações, dimensões; as estátuas, medalhões e balaustres das janelas dos pavimentos superiores seriam de mármore.

Esse conjunto estava orçado em 4.554:000\$000 o governo concorreria com 1.688:000\$000 e a associação com o restante.

A pedra fundamental do palácio da Caixa de Amortização e Correio Geral foi lançada em 24 de Abril de 1875 com a presença do Imperador que cimentou a pedra com uma colher de prata que tinha gravado o seguinte:

“S.M.; o Imperador o Sr. D. Pedro II aos 24 de Abril de 1875 collocou a primeira pedra do edificio destinado para correio e caixa de amortização nesta côrte.”

Durante as escavações efetuadas para as fundações conta-nos Moreira de Azevedo que foram encontrados 32 objetos de prata de fino lavor pesando 9,572 oitavas e avaliado na época (1875) em 2:083\$840. Provavelmente foram enterrados por moradores durante a invasão de du Guay Trouin em 1711, pois na época a então rua Direita era a principal da cidade, ocupada pelas pessoas abastadas da colônia.

Este prédio, que atualmente é ocupado pela Repartição Geral dos Correios e Telégrafos, possuía três pavimentos, no térreo existem sete portas a central com um frontão ladeada por quatro colunas de granito, a planta é quadrangular o aspecto da construção é maciça, pesada demonstrando solidez e equilíbrio. Este edificio custou 900:000\$000 o estilo é Renascimento; no pavimento térreo a ordem Jônica, no primeiro andar a ordem Coríntia e no sagundo andar a ordem Composita. Foi acrescentando posteriormente mais um pavimento.

No local onde hoje se ergue a *Igreja da Santa Cruz dos Militares*, existiu um antigo fortim denominado Santa Cruz e que foi construído por Martim de Sá em 1605; o mar nessa época atingia o seu paredão. Em 1623 estando em ruínas o forte, foi obtida permissão para a construção no local de uma ermida sob a invocação de *Santa Vera Cruz* e servia de campo santo para os oficiais e soldados da guarnição da cidade.

Esta capela serviu de Sé e Catedral de 1734 à 1737 quando foi abandonada pelo cabido por se achar muito arruinada e ameaçando desabar.

A pedra fundamental da nova igreja foi lançada em 1780 estando o templo concluído em 1811 com a invocação de *Santa Cruz*. É do estilo barroco, porém a sua fachada aproxima-se um pouco do clássico — o pórtico apresenta duas colunas de granito com capitéis de mármore que sustentam uma balaustrada também de mármore; acima uma janela central seguindo-se o frontão reto e a cruz. A torre ergue-se no fundo da igreja do lado da rua do Ouvidor.

A talha que decora o corpo da igreja representa troféus e instrumentos militares e os motivos da capela-mór são relativos aos martírios da paixão e morte de N.S. Jesus Cristo.

Alguns trabalhos externos do templo e toda a talha que se encontra no interior foram feitas pelo grande artista brasileiro Valentim da Fonseca e Silva.

Desde 1608 existia na rua da Misericórdia, esquina da rua São José uma pobre ermida feita de barro e de cobertura singela dedicada pelo povo do Rio de Janeiro ao *Patriarca São José*.

Quanto à sua história, sabemos que essa capela foi reconstruída várias vezes: em 1633, 1641, 1658, através de documentos que embora sendo estranhos ao templo fazem citações sobre o mesmo; esse grande hiato foi devido ao saque efetuado pelos franceses de du Guay Trouin, quando essa casa de orações foi pilhada e os documentos existentes no arquivo, juntamente com as alfaias foram roubados ou destruídos.

Sabemos que de 1725 a 1729 foram feitas diversas obras nessa ermida, porém com o correr dos anos esse pequeno templo come-

çou a esboroar-se e chegou a tal ponto o seu estado precário que ameaçava desabar.

Em 1807 a obra de reedificação de um belo templo foi aprovada, porém só foi concluída em 1842; a falta de recursos foi o principal fator, várias loterias foram concedidas para o andamento da obra.

Apresenta na frente, no corpo central, um pórtico de granito, acima três janelas pertencentes ao côro, segue-se o entablamento. Sobre o mesmo, um quadrado de granito no qual encontra-se um emblema de pedra com as iniciais J.M.J.; sobrepondo o conjunto um frontão curvo e uma cruz. As torres sineiras apresentam os coruchéus de forma piramidal, numa das torres foi montado em 1883 um carrilhão, que executa peças musicais inteiras. Atualmente são efetuados concertos pelo professor Domício Costa que utiliza os acordes dos 14 principais sinos da igreja. A talha interna desta igreja foi executada, pelo artista Semeão José de Nazareth, aluno de Mestre Valentim.

*Avenida Beira Mar no primeiro quartel do século XX*

(Fig. XXXIII)

10\$ — Tesouro Nacional (República) — 14ª Estampa — 4ª Série — Nº 86672 Impressa pelo American Bank Note Company New York —

Estampa com o anverso azul, beije, verde e rosa claros. No medalhão central a efígie do Presidente Manoel Ferraz de Campos Sales. No reverso de côr alaranjada, aparece a Avenida Beira Mar, com parte dos jardins do Passeio Público; num plano mais afastado o Morro da Viúva e mais distante as silhuetas do Morro da Urca e Pão de Açúcar.

A coleção do Museu possui outro exemplar idêntico, variando apenas a côr do reverso que é verde:

10\$ — Tesouro Nacional (República) 17ª Estampa — 57ª Série — Número 095231 — Impressa pelo American Bank Note Company New York.

\* \* \*

Até 1783 o local onde hoje se encontra a *Avenida Beira Mar* era denominado *Lagoa do Boqueirão*, um enorme alagadiço pan-



FIG. XXXIII — Avenida Beira-Mar no primeiro quartel do século XX  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

tanoso repleto de febres e miasmas que se estendia desde a ponta do Calabouço até as proximidades do outeiro da Glória e para o interior até o largo da Lapa. No vice reinado de Luiz de Vasconcelos e Souza, êste pântano foi aterrado e transformado num belo parque. Encarregou-se desta obra o artista Valentim da Fonseca e Silva, confidente e amigo do vice-rei.

Êste parque era circundado por um forte muro de pedra com dois portões de ferro: um fronteiro à rua das Marrecas e outro situado próximo à orla marítima. O muro persistiu até 1835, quando, durante a Regência de Diogo Antonio Feijó, foi substituído por grades de ferro de pequena altura. Em 1862 foi êste gradil frágil substituído por outro de grande resistência que aí permaneceu até a demolição do Morro do Castelo e a conseqüente construção da Praça Paris. Nessa época as ondas chegavam até à muralha onde se encontrava o gradil. Dêsse terraço segundo Ferreira da Rosa: "...a mirada era linda: A barra, as fortalezas, navios em trânsito; Villegaignon isolado; as praias do lado da Guanabara; o casario de Niterói; a vasta superfície do mar espelhando o céu; e as próximas ondas, ora sedosas, ora impetuosas, banhando-lhe a base. À noite, iluminação bastante para que os passeantes se vissem; e notassem a um canto, tentadora cervejaria."

Na administração Passos foi retirado o gradil e suprimido o terraço. A gravura da cédula nos mostra o atêrro por onde corre a Avenida Beira-Mar com o gradil mencionado; o terraço foi suprimido e aterrado para a posterior construção dessa artéria.

No dia 18 de Junho de 1926 foi inaugurado no local do antigo terraço o *Teatro Cassino Beira Mar*. Êsse prédio era constituído na realidade por dois edificios iguais, ligados por uma pérgola (22). A pavimentação do local, não existia em tórno do teatro, sòmente a calçada; num dos edificios o teatro que foi desde a sua inauguração arrendado pela Companhia Jaime Costa que iniciou os espetáculos com a comédia "Sorte Grande" de Bastos Tigre.

---

(22) Atrás dessa pérgola ficava a *Fonte dos Amores* ou *Chafariz dos Jacarés*, construído por Mestre Valentim em 1783. Hoje êsse monumento está bastante valorizado, pois, o local oferece uma bela perspectiva de qualquer ponto observado.

Após os espetáculos, o público passava pela pérgola para o outro edifício onde ficava o Cabaré Florida com o fim de completar a noite regada a "champagne". Alvaro Moreira criou nesse cabaré o denominado "Teatro de Brinquedo", cujos artistas eram intelectuais que brincavam de teatro, daí a designação.

Porém a Light desejando estender os trilhos dos bondes em frente ao Passeio Público com o fim de desafogar o trânsito para aquêle local, fazia-se mistér demolir o Cassino. Com a retirada dêsses coletivos da Galeria Cruzeiro (passagem existente sob o antigo edifício do Hotel Avenida, hoje demolido, para a ereção no local do Edifício de 36 pavimentos denominado Avenida Central); os mesmos passaram a transitar pelo Tabuleiro da Baiana no Largo da Carioca.

A Prefeitura alegou que o edifício não apresentava segurança devido à uma rachadura existente na lage do palco, porém a concessionária recorreu à justiça para evitar a sua demolição. Na véspera da decisão judicial, operários da municipalidade dinamitaram de madrugada os dois edifícios, que apenas ficaram danificados, tendo sido consumado nos dias subseqüentes o seu arrazamento total.

A construção da Avenida Beira Mar foi sugerida a primeira vez pelo engenheiro André Rebouças que desejava galardoar a zona litorânea do Rio de Janeiro com um belo passeio. Nada foi feito porém até 1894, quando o Dr. Vieira Souto, então Diretor Geral das Obras Municipais, reavivou essa idéia, ao prefeito Valladares. Êsse projeto consistia em construir uma avenida com setenta metros de largura que se estenderia desde o antigo Arsenal de Guerra até a fortaleza de São João, pois, nessa época o morro da Urca estava sendo desbastado e contornado por uma superfície firme de cascalho desde a praia da Saudade até o istmo onde assenta aquela fortificação. Contudo ficou apenas em estudos.

Finalmente durante a gestão do Prefeito Pereira Passos foi traçada a Avenida Beira Mar desde o Passeio Público até Botafogo; tendo sido necessário para êsse empreendimento: a construção de um enrocamento ao longo de tôda essa extensão, o atêrro dessa área conquistada ao mar (mais de 400.000 m<sup>3</sup> de entulho),

muralhas e parapeitos. Essa construção foi feita pelos engenheiros Mario Roxo, Latif, Rocha Miranda.

Esta avenida constitui um dos mais belos e atraentes trechos da orla marítima guanabarina, compreendendo arvoredos, muitos gramados, jardins com flores, disseminados sôbre os mesmos muitas estátuas de mármore branco, estatuetas, vasos artísticos, bustos, hermas etc. Havia um aléa com duas séries de árvores utilizadas pelos que se dedicavam ao hipismo.

Ela é conhecida em seus diversos trechos por várias denominações, conforme os nomes dos bairros que atravessa: Lapa, Glória, Russel, Flamengo, Botafogo. Ultrapassando os túneis, ela continua beirando o oceano, tomando porém o nome de Avenida Atlântica no trecho compreendido entre o Leme e Copacabana. A área total dêsse logradouro público, compreendendo sômente os seus jardins, antigos, atinge a uma superfície de 23.366 m<sup>2</sup>.

Na época presente foi feito novo enrocamento com o fim de aumentar a área dessa avenida e possibilitar o escoamento do tráfego para os bairros da orla oceânica principalmente Copacabana, com a construção de pistas de alta velocidade. O trecho compreendendo a praia de Botafogo já está concluído, denominando-se à nova pista que circunda a enseada botafoguense de Avenida das Nações Unidas. Os novos jardins ali edificadas foram feitos no estilo moderno pelo paisagista Burle Marx, produzindo um efeito interessante ao lado dos primitivos ao gôsto francês.

#### *Canal do Mangue e Avenida (Fig. XXXIV)*

50\$ — Banco do Brasil (República) — Lei N<sup>o</sup> 4635 A de 8 de Janeiro de 1923 — 1<sup>a</sup> Estampa — 1<sup>a</sup> Série — Modelo — Impressa pelo American Bank Note Company New York. Perfurações feitas com o fim de evitar uma possível circulação na época, servindo apenas para modelo. Emitida à partir de 1923.

Estampa no anverso com as côres: prêto, rosa, amarelo, azul, alaranjado e verde. À esquerda um medalhão com a efígie do Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, fardado e condecorado. À direita o valor da cédula. O reverso, de côr havana, apresenta o Canal do Mangue, com a sua avenida formando uma bela perspectiva — as duas séries ordenadas de palmeiras reais.



FIG. XXXIV — Canal do Mangue e Avenida  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

O *Mangue* era conhecido desde a época colonial com o nome de *Bacia de São Diogo* constituia a denominada parte da *Cidade Nova* que se estendia desde o Campo de Santana (atual Praça da República) até o Alto da Tijuca, balisado pelos morros do Livramento, da Providência, do Senado e vários contrafortes do Maciço da Carioca. Eram aproximadamente trinta milhões de metros quadrados alagados e sulcados em certos trechos por alguns riachos.

Na época de D. João VI, foi aberto um canal central com o fim de drenar as águas para esse local e secar o pântano. Em 1835 foi aberto outro canal e melhorado o anterior; em 1855 esse canal foi melhorado como escoadouro graças ao Dr. Haddock Lobo.

Finalmente em 1859 Irineu Evangelista de Souza (Barão e Visconde de Mauá) ultimou a obra ficando o *Canal do Mangue* com um quilômetro e cento e cinquenta metros de extensão, desde a Ponte dos Marinheiros até a atual Praça Onze de Junho (antigamente Rossio Pequeno) ficando igualmente saneada esta parte que passou a servir de escoadouro para os resíduos da Fábrica de Gás construída em 1851. Foram gastos com o canal 1.378:000\$000.

Em 1876 efetuou-se a limpeza do Canal, foi colocado um gradil de ferro em ambas as margens e assentado sobre baldrames de alvenaria, construídos dez portões de ferro e arborizadas as suas margens com palmeiras reais; estas obras orçaram em 290:000\$000.

O alagadiço permaneceu na parte compreendida desde a Vila Guarani até a Praia Formosa, ocasionando enchentes nas zonas limítrofes quando dos fortes aguaceiros. A idéia de prolongar o canal até o mar foi atacada e ultimada no governo do Presidente Rodrigues Alves, tendo como Prefeito Pereira Passos. Essa administração construiu um cais acostável, revestiu mais de um quilômetro e meio do Canal, regularizou os pequenos rios que nêle desembocam como o: Comprido, dos Trapicheiros, do Maracanã e Joana e instalou ai quase meia centena de galerias para as águas pluviais. Esta obra foi inaugurada no dia 8 de Novembro de 1906.

As palmeiras reais, que ladeavam numa seqüência impecável o Canal e davam um aspecto majestoso, hoje quase não mais exis-



FIG. XXXV — Avenida Niemeyer  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

tem; muitas desapareceram. Encontramos apenas grandes claros, as mudas plantadas pela Municipalidade feneceram, provavelmente devido aos resíduos venenosos provenientes da Fábrica de Gás que são diariamente lançados no mesmo.

*Avenida Niemeyer* (Fig. XXXV)

100\$ — Banco do Brasil (República) — Lei 4635 A de 8 de Janeiro de 1923 — 1ª Estampa — 1ª Série — Modelo — Impressa pelo American Bank Note Company New York — Emitida à partir de 1923.

Estampa no anverso com as cores: preto, rosa, amarelo, azul, alaranjado e verde; no centro, entre os valores da cédula, um medalhão com a efígie do Padre Diogo Antonio Feijó — Regente do Império. O reverso de cor verde, apresenta à direita um trecho da Avenida Niemeyer; ao longe a silhueta dos Dois Irmãos.

\* \* \*

Até meados do século XIX, esse trecho formado por escarpas que descem diretamente no oceano, estava quase desabitado, pois, devido à sua impraticabilidade e à falta de um fácil acesso, esses locais só eram procurados para passeios e excursões.

A primeira tentativa para abrir uma passagem circundando a rocha, foi efetuada em 1891 por uma empresa que tinha projetado uma via férrea de Botafogo até Angra dos Reis. Foram rasgadas apenas 800 metros do lado do Leblon. Em 1913, o diretor do Colégio Anglo Brasileiro, desejando facilitar o acesso até o seu prédio, melhorou esse trecho abandonado e rasgou mais de 400 metros de estrada.

Em 1915, o Comendador Conrado Jacob Niemeyer, grande proprietário no local, empreendeu à sua custa a abertura dessa passagem, situada 35 metros acima do nível do mar e a seguir ofereceu como logradouro público à Prefeitura. Existe uma placa de mármore comemorando este trabalho com a seguinte inscrição:

“Automovel Club do Brasil. Em 20 de Outubro de 1916. O primeiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem inaugurou esta Avenida denominada ——— Avenida Niemeyer, em homenagem ao Comendador Conrado, Jacob Niemeyer que a concebeu e patrioticamente a



FIG. XXXVI — Avenida Niemeyer  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

custeou. Projectada pelo Dr. Paulo de Frontim, e construída pelo 1º Tenente Engenheiro Alvaro Conrado de Niemeyer.”

De um lado as variadas perspectivas terrestres que aparecem em cada trecho, do outro o céu azul intenso, confundindo-se ao longe com a vastidão do Atlântico, semeado por inúmeras ilhotas e penedos; o contínuo martelar das vagas sôbre os rochosos embaesamentos litorâneos produzindo extensas esteiras de espuma semelhantes a flocos de neve.

Este cenário majestoso chamou a atenção da Municipalidade que em 1920 alargou a estrada, aumentando o raio das curvas, macadamizou os seus 4.700 metros, colocou iluminação e a inaugurou definitivamente por ocasião da visita do rei Alberto da Bélgica.

#### *Avenida Niemeyer (Fig. XXXVI)*

Esta figura representa a imitação da cédula de 100\$ do Banco do Brasil da República, existente na coleção do Museu Histórico Nacional; na outra face encontramos a propaganda do produto farmacêutico — Kola-fosfatada Werneck.

### 5 -- EDIFÍCIOS PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

#### *Paço Imperial de São Cristóvão em fins da Monarquia* (Fig. XXXVII)

50\$ — Tesouro Nacional (Império) — 6ª Estampa — 8ª Série — Letra A Nº 66785 — Fabricado pelo American Bank Note Company New York — Emitida à 29 de Março de 1889.

Estampa no anverso prêto, amarelo e laranja, tendo à esquerda a efígie de D. Pedro II, já encanecido e à paisana; no centro o valor e à direita uma mulher sentada simbolizando a Instrução. O reverso prêto e havana, apresenta um aspecto do Palácio Imperial de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, já com o conjunto arquitetônico definitivo.

\* \* \*

A história dessa veneranda mansão remonta a época do Brasil colonial; passou a fazer parte do patrimônio histórico da nação com



FIG. XXXVII — Paço Imperial de São Cristóvão em fins da Monarquia  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro em 1808. É do padre Perereca o trecho ora transcrito das suas Memórias, na qual refere-se aos primeiros momentos da longa jornada dessa real residência:

“Elias Antônio Lopes, respeitável negociante desta praça do Rio de Janeiro, havia construído, não longe da cidade, no sítio de S. Cristóvão uma grande casa de campo; e como êste honrado e leal vassalo visse que Sua Alteza Real não tinha uma quinta, onde descansasse das fadigas do govêrno, e respirasse ares mais puros, e saudáveis; e conhecesse que a casa de campo, que acabava de edificar, a-pesar-de não ter a grandeza, e magnificência, que a fizesse digna da habitação de um soberano, era contudo a melhor, e a mais ampla de tôdas quantas haviam nos arredores desta nova Côrte, levado dos generosos sentimentos de afeto, e amor para com a real pessoa de seu príncipe, tomou a resolução de ofertar a Sua Alteza Real a sua casa, e quinta a ela anexa; e sendo esta oferta aceita pelo mesmo real senhor com aquelas demonstrações de gratidão, quais merecia um vassalo tão generoso, passou imediatamente a levantar na frente da mencionada casa as armas reais, que descobriu com muitos sinais de alegria, logo que Sua Alteza Real se dignou ir vê-la pela primeira vez. Esta é a chamada *Real Quinta da Boa Vista*, residência ordinária do Príncipe Regente Nosso Senhor, da qual terei lugar de falar muitas vêzes no decurso destas Memórias”

D. João VI preferia a Quinta da Boa Vista por ser mais sossegada, longe do barulho da cidade, no entanto sua espôsa D. Carlota Joaquina ocupava o Paço da Cidade e a Chácara de Botafogo.

Desenrolaram-se nessa mansão fatos marcantes da vida brasileira: a Constituição do Primeiro Reinado, a Abdicação de D. Pedro I em 1831, a menoridade de D. Pedro II que ali foi educado, residência de D. Pedro II até o advento da República em 1889.

Neste palácio reuniu-se a Assembléia Constituinte que votou a Lei Magna de 24 de Fevereiro de 1891 e elegeu o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca para o primeiro Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Em 1892 foi instalado no velho paço imperial o Museu Nacional, que se achava alojado desde 1818 num prédio situado no Campo de Santana.

Êsse prédio sofreu inúmeras reformas tendo sido feito diversos acréscimos que lhe aumentaram a área útil, principalmente após a instalação do Museu Nacional à 25 de Julho de 1892.

Quando visitamos êsse vetusto casarão, tivemos a nossa atenção despertada para a decoração das Salas dos Embaixadores e do Trono. Obtivemos do professor Victor Stawiarski, grande mestre e possuidor de profunda cultura geral em diversos ramos científicos, a seguinte explicação de sua lavra e acurada observação sôbre essas duas salas. Essa explicação jamais foi escrita em nenhum livro sôbre êsse belo edifício sendo assunto até agora inédito. A identificação dos braços, segundo o prof. Victor foi feita pela professora Jenny Dreyfus, Conservador do M.H.N. e conhecida heraldista.

#### *Sala dos Embaixadores*

Foi completada em 1860 por Mário Bragaldi, grande decorador do século XIX. Esta sala é similar à Sala do Trono de Luiz XIV no Palácio de Versailles. Êste palácio constituiu uma das muitas manifestações de uma arte que caracterizou um periodo que foi chamado Renascença e é decididamente um retôrno à arte greco-romana que por fatores vários tinha sido interdita por quinze séculos.

A filosofia que caracteriza os trabalhos da Renascença pode ser compreendida em certos aspectos tais como: a representação dos deuses da mitologia grega que serviram de pretexto para a pintura e escultura de mulheres daquela época.

Na Renascença, além da representação figurativa das entidades da mitologia greco-romana, nota-se a representação simbólica daqueles palácios reais e templos onde moravam deuses e reis. Eram levantados sôbre colunas, assim a coluna passou a ser um símbolo de divindade ou de realeza.

Na Sala do Trono de Luiz XIV, que era conhecido como o Rei Sol, a pintura do centro do teto representa o deus Apolo — o Sol dos gregos numa alegoria de que, assim como lá encima nos céus dominava o deus Sol, na terra, naquele trono se assentava o rei Sol.

Bragaldi procura aproveitar esta idéia, para fazer uma alegoria na qual pudesse ser enquadrado o imperador D. Pedro II. Esta sala que hoje é conhecida como — Sala dos Embaixadores, no plano original do artista figurava como destinada para Sala do Trono.

A pintura do centro do teto representa uma Assembléia dos Deuses da mitología greco-romana no Monte Olimpo junto do Trono de Jupiter. Os deuses dessa assembléia são: Marte, Venus, Cupido, Minerva e Mercúrio. É evidente que a Assembléia dos Deuses citados se referia às Assembléias de Ministros, Diplomatas e Embaixadores com o nosso Imperador D. Pedro II.

Veio a idéia de representar os títulos nobiliárquicos de Pedro II que são representados sob a forma de braços dos seus antecessores. Assim no eixo maior da sala encontramos em cada extremidade o Escudo Português representando a ascendência de Bragança. No eixo menor, em ambas as extremidades: o braço do Primeiro Império — a Esfera Armilar que foi adotada por Pedro II para o Segundo Império. Em cada um dos cantos da sala notamos: o braço de Carlota Joaquina — sua avó, o braço ou escudo da Imperatriz Leopoldina — sua mãe, o de Amélia de Leuchtenberg — sua madrasta e finalmente o de Savóia, do Reino das Duas Sicílias de sua esposa Theresa Cristina.

Ainda nesses cantos do teto, veêm-se quatro mulheres, cada uma representando uma virtude: a primeira é a Justiça, a segunda a Sabedoria, a terceira a Fôrça — três virtudes essenciaes para um governante. Finalmente a quarta, uma bela mulher — Cleópatra como indicando que um imperante deve saber usar a beleza feminina como uma poderosíssima arma política.

Mas o que torna a Sala dos Embaixadores um dos maiores espetáculos artísticos, reside no simbolismo das suas quatro paredes. Mário Bragaldi representou as colunas de um templo grego, entre as quais aparece uma série de ornamentos tendo por motivo central a Corôa Imperial.

Êsse conjunto produz no visitante uma impressão nítida, clara e precisa de um trabalho de alto relêvo quando na realidade trata-se realmente de pintura, só sendo possível descobrir quando chegamos muito perto da parede (25 cm) e olhamos de baixo para cima.

Temos assim no Brasil, na Sala dos Embaixadores do Museu Nacional o mais belo trabalho do mundo, de pintura arquitetônica, isto é, que nos faz imaginar que se trate de um trabalho de escultura ou modelagem quando é na verdade pintura.

Podemos interpretar também como tendo sido pensamento do artista, expressar seus votos de felicidade para o Brasil que sendo um Império, nada melhor que o Império Romano dentro do estilo da Renascença por representar o notável poderio militar e a mais alta expressão cultural do mundo de então. Bragaldi coloca em cada canto de parede dessa sala como que simbolizando as quatro colunas mestras — o Fâscio (feixe de varas) de um lado encimado por um machado (poderio militar) e do outro por uma pira (a cultura, o saber, o fogo sagrado).

### *Sala do Trono*

Igualmente obra de Bragaldi, embora menos impressionante que a Sala dos Embaixadores, tem contudo alguns aspectos extremamente interessantes. Assim podemos notar que todo o painel central da pintura do teto está decorado com motivos ligados ao Comércio como o caduceu e outros. É claro que, a intenção do artista foi de mostrar que a Política é função do Comércio e da Economia. Política é Comércio. Aproveitando a mesma idéia da Sala do Trono de Luiz XIV, já mencionada na Sala dos Embaixadores, vemos que em cada canto do teto figura um canto da Terra.

O artista representou êsses quatro cantos da Terra que são identificáveis pela côr da pele de dois meninos e por um determinado ambiente.

Assim temos: dois meninos e um tigre de Bengala representando a Ásia, dois negrinhos a África, dois meninos vestidos à moda dos nossos indígenas simbolizando a América e finalmente dois meninos da raça branca representando a Europa, continente



FIG. XXXVIII — Fachada da Casa da Moeda em fins do século XIX  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

ao qual pertencia o artista e que por isso mereceu dêle um simbolismo bem mais completo.

Assim o menino que está de pé (de cabelos louros) segura na mão direita um facho de fogo (a Europa ilumina o mundo), a mão esquerda segura o globo terrestre (a Europa tem o mundo nas mãos). O menino sentado ostenta na cabeça o capacete dos Deuses gregos (a Europa é o berço do Classicismo) e finalmente vemos a Tiara do Papa (a Europa é a séde do Cristianismo).

Podemos ainda verificar o gênio de Bragaldi quando ao representar as riquezas minerais brasileiras — safiras, esmeraldas e rubis dá novamente a impressão de relêvo que na realidade é exclusivamente pintura.

Essas duas salas são dignas exclusivamente por ambas de constituírem uma visita especial ao Museu Nacional.

*Fachada da Casa da Moeda em fins do século XIX*

(Fig. XXXVIII)

200\$ — Banco da República dos EEUU do Brasil no Rio de Janeiro — Decreto N<sup>o</sup> 1154 de 7 de Dezembro de 1890 — 1<sup>a</sup> Estampa — 1<sup>a</sup> Série — N<sup>o</sup> 6789 Estampa *falsa*; vemos no anverso o carimbo FALSA e manuscrito à tinta a mesma palavra.

Estampa verde no reverso, tendo um medalhão com a efígie de uma moça e à direita um fuste profusamente decorado. No reverso prêto e verde, destacamos o seguinte: à direita o valor e uma mulher com um capacete emplumado, empunhando um escudo e uma lança; à esquerda uma cabeça feminina voltada à direita e coroada de louros. Abaixo um homem com indumentária de marinheiro de meados do século XIX; finalmente a fachada principal do edificio da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, notando-se o gradil e as palmeiras reais ainda pouco desenvolvidas.

*Casa da Moeda e Deodoro proclamando a República*

(Fig. XXXIX)

5\$ — Tesouro Nacional (República) — Ensaio efetuado na Oficina de Gravura da Casa da Moeda do Rio de Janeiro — Prova de Nota.



FIG. XXXIX — Casa da Moeda e Deodoro proclamando a Republica  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Estampa com o reverso de côr lilás e verde claros profusamente decorado com volutas e elementos da flora, no centro o valor. No anverso marron e verde claro, observamos à direita o momento culminante da Proclamação da República pelo então Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (reproduz a gravura o quadro à óleo de Henrique Bernardelli existente no Ministério da Guerra); no centro o valor da cédula e à esquerda a fachada do edifício da Casa da Moeda apresentando as palmeiras frontais ao prédio bastante desenvolvidas.

\* \* \*

A gravura representativa da Proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, com algumas modificações, achase perpetuada em bronze no jardim da Praça Paris.

Essa imponente estátua equestre, foi inaugurada no dia 15 de Novembro de 1937 na Praça Paris. Êsse majestoso conjunto escultórico da autoria do artista nacional Modestino Kanto, pesa 850 toneladas, sua base é de granito de Petrópolis, a sua altura total atinge a 23 metros.

No alto, isolada, a estátua equestre em bronze do fundador da República, repetindo o memorável gesto do dia 15 de Novembro de 1889.

Na frente do embasamento, a figura em bronze da República simbolizada por uma mulher; ainda nesse embasamento, nos quatro cantos, aparecem grupos escultóricos de bronze, com os vultos da época da Proclamação: jornalistas e republicanos históricos como Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Prudente de Moraes, Saldanha Marinho, Júlio de Castilhos e João Pinheiro; oficiais do exército: marechais Câmara, Floriano Peixoto, major Solon e outros; a marinha representada por: Lorena, Alexandrino de Alencar, Wandenkolk. Muitos outros vultos se acham aí perpetuados no bronze, inclusive a mãe de Deodoro — D. Rosa Paulina da Fonseca, senhora de grandes virtudes morais e cívicas, que embora enlutada, pela perda de seus filhos no campo de batalha paraguaio, dizia com nobre orgulho:

“Prefiro não vêr mais meus filhos! Que fiquem antes todos sepultados no Paraguay, com morte gloriósa no cam-

po de batalha, do que enlameados por uma paz vergonhosa para a nossa Pátria."

*Fachada principal da Casa da Moeda* (Fig. XL)

100\$ — Tesouro Nacional (República) — Ensaio efetuado na Oficina de Gravura da Casa da Moeda — Prova de Nota.

Estampa com o anverso prêto, apresentando à esquerda uma mulher sentada, no colo um livro aberto, uma criança desnuda ao seu lado e um pouco reclinada com a mão direita apoiada numa âncora. No centro o valor e em letras maiúsculas vermelhas a expressão: PROVA DE NOTA; à direita, num medalhão artistico, a efígie de José Bonifácio de Andrada e Silva com a insígnia de Comendador da Ordem Militar de N. S. Jesus Cristo.

O reverso de côr preta repete em tamanho maior o motivo da cédula anterior: a fachada principal da Casa da Moeda.

\* \* \*

A *Casa da Moeda do Rio de Janeiro*, teve a sua origem, estranho que pareça, na Casa da Moeda da Bahia. Esta casa da Bahia surgiu a 8 de Março de 1694 e era destinada à cunhagem do sistema provincial de ouro e prata, fixando dêsse modo a moeda que até então era desviada para a Europa.

A casa da Bahia lavrou até 1698, sendo então transferida para o Rio de Janeiro em 1699; em 1700 foi transferida para Pernambuco, onde permaneceu até 1702. Nesses dois últimos lugares foram também lavradas as novas moedas provinciais do Brasil.

Em seguida, por Órdem Régia de 9 de Março de 1702, é fechada a casa de Pernambuco. Isso trouxe grandes prejuizos. A obra de Pizarro e Araujo, referindo-se a essa medida, diz na pág. 156 o seguinte:

"Conhecido o lavor pelos lugares mais principais do Brasil, se fecharam as casas moedais; mostrando porém a experiência, que da falta do cunho nesta cidade se seguia prejuizo notável à Coroa, em consequência do ouro descoberto nas novas Minas Gerais, que fâcilmente desaparecia; para evitá-lo, mandou a C. R. (\*) de 18 de ja-

---

(\*) C.R. significa Carta Régia.



FIG. XL — Fachada principal da Casa da Moeda  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

neiro de 1701, que nas cidades da Bahia e do Rio de Janeiro se estabelecessem de novo as casas sobreditas. Transladada então a fábrica moedal de Parnambuco para esta cidade, como ordenara a C.R. de 31 de janeiro de 1702, principiou o seu exercício no ano seguinte,...

Como observamos desde 1703 existiu em caráter permanente a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que à principio estava localizada no edifício da *Junta do Comércio*. A Carta Régia de 20 de Setembro de 1703 ordenava a construção de um prédio para o fabrico da moeda, porém essa ordem real não foi cumprida. Moreira de Azevedo, diz o seguinte na pág. 255 sobre o prédio da casa da moeda: "Desejando construir uma casa decente e digna dos governadores da capitania, levantou Gomes Freire de Andrade seu palácio junto do edifício da moeda; transformado esse palacio em residencia real passarão as officinas monetarias para o pavimento terreo; mas tendo-se resolvido construir uma casa que servisse de erario e cunho da moeda, determinou-se concluir para esse duplo fim o edificio que o vice-rei Vasconcellos principiara com o fim de servir de museu de história natural."

Portanto a casa moedal nessa época *encontrava-se na então Praça do Carmo*; em 1814 foi transferida juntamente com o Real Erário para a casa já construída, na então *rua do Sacramento*, no terreno onde o vice-rei Luiz de Vasconcellos escolhera para o seu museu de história natural.

Funcionavam as oficinas da moeda, na ala esquerda do edificio: no primeiro pavimento — a sala da provedoria (onde se achava um painel de Santa Ana protetora dos moedeiros), as oficinas de fundição, laminação, cunho e casa forte; no segundo pavimento — as oficinas de ensaio e gravura. A outra ala era occupada pelo Real Erário e Tesouraria.

Dois incêndios ameaçaram esse prédio: um no dia 10 de Agosto de 1825 originado na casa de fundição que foi prontamente debelado; outro manifestou-se à 1º de Outubro de 1836, durando das quatro horas da tarde até a meia noite; foi necessário retirar os objetos e o material de fácil combustão para a Igreja do Sacramento até ser extinto o fogo.

Êsses inconvenientes como: a exiguidade das instalações, ameaça de incêndios, etc. promoveram a mudança do prédio para outro local.

Em 16 de Março de 1858 ordenou o Ministro da Fazenda, Visconde de Itaboraí a construção de um edifício próprio para êsse mistêr cujo custo, calculado à princípio em 980:000\$000, importou em quase o dôbro quando do seu término.

A Casa da Moeda passou então para o *Campo de Santana* em 1868. As novas oficinas foram construídas no local onde atualmente se encontram, na *Praça da República* (antes *Campo da Aclamação* por ter sido aclamado o 1º imperador do Brasil; *Campo de Santana* é o seu nome tradicional, vindo da época colonial e imperial; *Campo da Honra* de duração efêmera depois do 7 de Abril de 1831) (23)

A fachada principal do edifício só foi erguida em 1874 segundo uma planta feita muitos anos antes pelo grande arquiteto francês Grandjean de Montigny. A parte central da fachada, tôda em cantaria, avança sôbre as duas alas laterais, com um peristilo em colunas dóricas ao qual se tem acesso por uma ampla escadaria de granito lavrado. Consta o prédio de dois pavimentos; no salão nobre encontramos uma mobília artisticamente esculpida onde vemos reproduções de moedas coloniais e dos primórdios do Brasil independente.

O museu da Casa da Moeda, ainda em organização, proporcionará aos visitantes um conjunto de ensaios monetários e pro-

---

(23) A Praça da República compreende o parque aí existente com a denominação de Júlio Furtado, como uma homenagem ao antigo diretor dos jardins públicos. É o maior jardim público da zona urbana. Ocupava uma área de 147.000 m<sup>2</sup> (14,7 hectares) hoje reduzido devido à construção da Avenida Getúlio Vargas; seus lagos artificiais ocupam uma área de 17.020 m<sup>2</sup>; o lago mais extenso tem cêrca de 600 m de comprimento. O parque tem a forma de um enorme pentágono, o seu acesso faz-se por quatro portões; um fronteiro à rua Buenos Aires, outro para a rua Moncorvo Filho, outro para a atual praça Duque de Caxias e o último fronteiro ao quartel general do Corpo de Bombeiros.

Êsse parque era cercado por um artístico gradil, que foi há pouco tempo retirado, ficando apenas a base de cantaria e os quatro portões. Possuía mais de 6.000 exemplares vegetais indígenas e exóticos. A idéia da sua criação partiu do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, então Ministro do Interior e Chefe do Governo. Foi construído, segundo o projeto do grande arquiteto paisagista francês Dr. A. Glaziou, de 1873 à 1880 e inaugurado no dia 7 de Setembro dêste último ano.

vas de cunho dos mais completos existentes em todo mundo. As suas oficinas dispõem de instalações para: a impressão a talho forte e doce, xilografia, tipografia, litografia para estampilhas, selos, papel selado, apólices, letras de câmbio etc. Muitos facsimíes de cédulas do Tesouro Nacional, dos quais o Museu Histórico Nacional possui variados exemplares na sua coleção, foram impressos na Oficina de Gravura dessa casa.

Possuem instalações para a fundição e laminação de metais, preparo de ligas, cunhagem de moedas e medalhas, bem como fundição e cinzelagem artística.

O aparelhamento da Casa da Moeda é completado com: o atelier artístico (incumbido dos desenhos, modelagens e projetos iniciais de cada trabalho) o laboratório químico para ensaios e análises, seção de titulação do ouro e avaliação legal das pedras preciosas.

#### *Edifício da Caixa de Amortização (Fig. XLI)*

20\$ — Caixa de Conversão — Lei 1575 de 6 de Dezembro de 1906 — República — 1ª Estampa — Série A — Nº 0007147 — Impressa por Waterlow e Sons Ld. Londres, Inglaterra.

Estampa no reverso de cor azul cujo motivo central representa um trem a vapor e dos lados os valores. No anverso azul, à esquerda, a efígie do Presidente Afonso Augusto Moreira Pena; no centro legendas e valor da cédula; à direita em cima as Armas da República, abaixo o prédio da Caixa de Amortização.

A coleção do Museu possui ainda várias cédulas onde aparece este prédio: 1) 10\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série A — Nº 0009699.

2) 50\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série A — Nº 140979.

3) 10\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série A — Nº 0007240 (Com carimbo: FALSA).

4) 10\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série A — Nº 0007717 (Com carimbo: FALSA).

5) 20\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série D — Nº 0025284 (Com carimbo: FALSA).



Fig. XLI — Edifício da Caixa de Amortização  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

6) 20\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série B — Nº 0141536 (Picotada).

7) 50\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série A — Nº 000427 (Manuscrito: FALSA).

8) 50\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série A — Nº 004545 (Manuscrito: FALSA).

9) 50\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série A — Nº 004967 (Com carimbo: FALSA).

10) 100\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série A — Nº 0058620 (Picotada).

11) 500\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série 034ª — Nº 0337011 (Picotada).

12) 1:000\$ — Caixa de Conversão (República) — 1ª Estampa — Série 002ª — Nº 0019080.

13) 10\$ — Tesouro Nacional (República) — 11ª Estampa — Série 9ª — Nº 12629 — (Picotada).

14) 10\$ — Tesouro Nacional (República) — 11ª Estampa — Série 10ª — Nº 24269 — (Manuscrito: FALSA).

\* \* \*

A *Caixa de Conversão* teve por fim a estabilidade do câmbio; o limite máximo dos depósitos ao câmbio de 16 seria de 40.000.000 de esterlinas. A afluência do ouro valorizaria o papel moeda, desafogando a indústria e o comércio, com a certeza de obter ouro à uma taxa fixa para pagamentos no estrangeiro. Devido ao câmbio de 16 dinheiros por mil réis, houve grande afluência de ouro, tendo recebido no primeiro dia 6 contos de réis em moeda nacional; 54229 libras esterlinas; 14240 francos; 4590 dólares; 24.000 marcos; liras e pesetas, tudo em ouro.

*Edifício da Caixa de Amortização e Avenida Central*

(Fig. XLII).

500\$ — Tesouro Nacional (República) — 11ª Estampa — 2ª Série — Número 028795 — Impresso por Cartiere P. Miliani, Fabriano — Itália. Estampa picotada com a expressão: SEM VALOR.

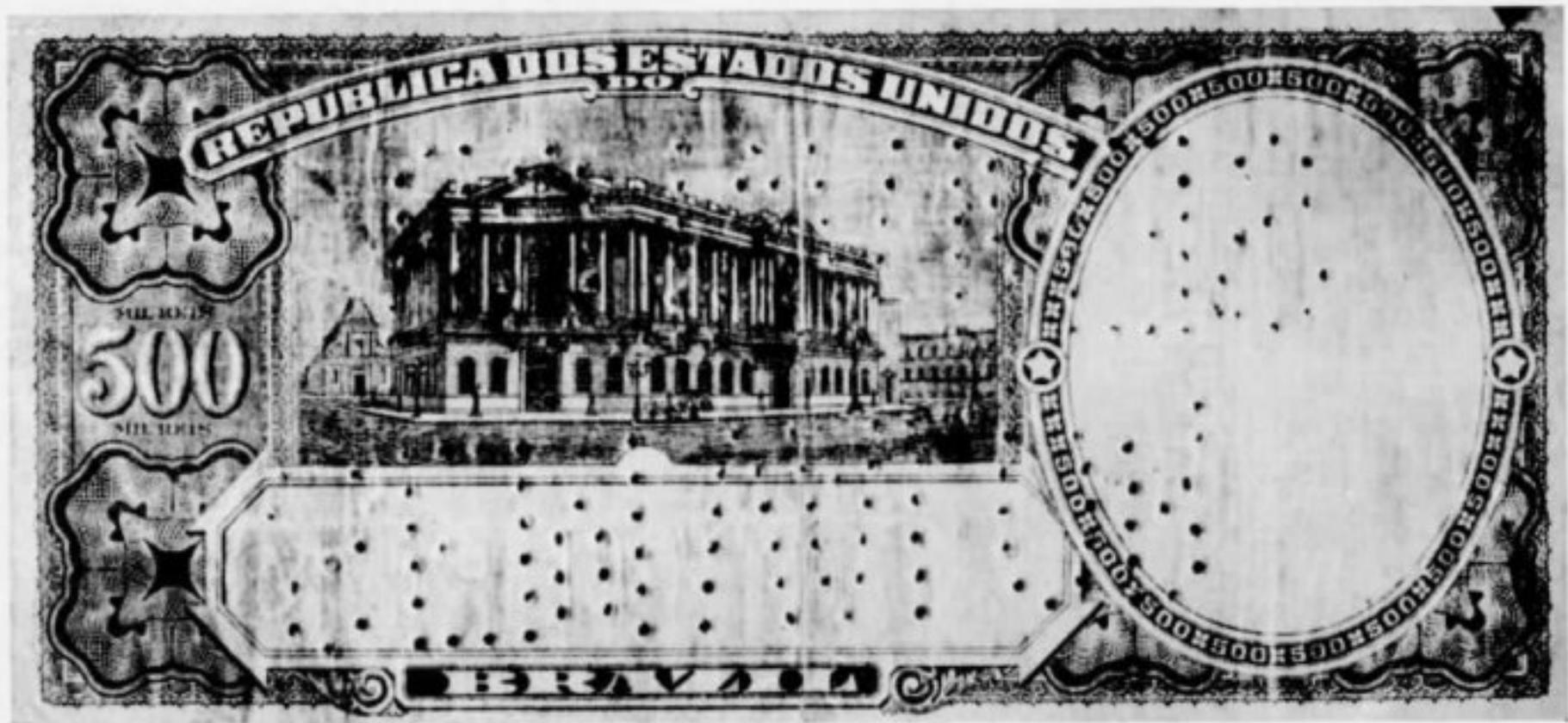


FIG. XLII — Edifício da Caixa de Amortização e Avenida Central  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

O anverso com as côres preto, verde, azul e amarelo apresenta à esquerda um medalhão oval com a figura muito pouco visível de uma personalidade brasileira; no centro as legendas e o valor da cédula; à direita as armas republicanas. No reverso, de côr verde, aparecem as três fachadas do prédio da Caixa de Amortização, voltadas respectivamente para a rua Visconde de Inhaúma e Avenida Central (atual Av. Rio Branco). Nota-se nessa gravura os antigos postes de iluminação no centro da então Avenida Central; na calçada do prédio observa-se pequenas árvores plantadas recentemente; nota-se igualmente um pequeno canteiro no centro da avenida onde se encontram palmeiras de diversas espécies. Um prédio de três pavimentos segue-se ao da Caixa de Amortização.

*Edifício da Caixa de Amortização (Fig. XLIII)*

10\$ — Tesouro Nacional (República) 11ª Estampa — 7ª Série — Nº 27171 Impresso pelo American Bank Note Company New York.

Estampa com o anverso preto, vermelho e verde; à esquerda uma figura de mulher reclinada sobre um leão deitado, tendo na mão direita um ramo de árvore, em frente vários livros num dos quais a palavra: LEX; à direita o valor. A gravura reproduz os aspectos da cédula anterior, com exceção do sobrado da Avenida Central já retirado.

*Edifício da Caixa de Amortização (Fig. XLIV)*

100\$ — Caixa de Estabilização (República) — Lei Nº 5108 de 18 de Dezembro de 1926 — 1ª Estampa — 1ª Série — Modelo — Impresso pelo American Bank Note Company New York. Perfurada na própria Caixa de Estabilização com o fim de evitar uma possível circulação.

Estampa no anverso com as côres preto, verde, rosa e amarelo; no centro entre os valores uma linda figura de mulher; reverso de côr verde.

Nessa estampa nota-se as árvores bem desenvolvidas, o canteiro central da Avenida já retirado.



FIG. XLIII — Edifício da Caixa de Amortização  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)



FIG. XLIV — Edifício da Caixa de Amortização  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

O prédio da Caixa de Amortização foi mandado construir pelo Ministro Leopoldo Bulhões e inaugurado a 14 de Novembro de 1906; tem 40 metros de frente pela então Avenida Central, 25 metros na rua Visconde de Inhauma, 22 metros na travessa de Santa Rita; ocupa uma área de 1.580 m<sup>2</sup>, construído em arquitetura rigorosamente clássica, cujos projetos, desenhos e material foram feitos pelo Escritório Técnico da Comissão Construtora da Avenida. Essa Comissão Construtora tinha como chefe o Dr. André Gustavo Paulo de Frontin na gestão do Prefeito Pereira Passos.

A Caixa de Amortização foi instituída pelo Decreto Imperial de 15 de Novembro de 1827 e referendado pelo Ministro da Fazenda Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, por ocasião do estabelecimento do Livro da Dívida Pública do Brasil. A primeira ata que traz a assinatura do Marquês de Abrantes data de 27 de Fevereiro de 1828.

Este prédio tem 21 metros de altura, três pavimentos: o primeiro em cantaria de granito, o segundo e terceiro pavimentos são circundados por 34 colunas coríntias de mármore de Carrara. Os dados e o entablamento são de mármore vermelho de Verona; os capitéis, as bases e molduras da arquitrave são de bronze dourado.

#### *A Ilha Fiscal (Fig. XLV)*

5\$ — Tesouro Nacional (República) — 13<sup>a</sup> Estampa — 20<sup>a</sup> Série — Número 19629 — Impressa pelo American Bank Note Company New York.

Estampa no anverso com as cores preto, azul, havana e vermelho, onde encontra-se uma mulher sentada segurando na mão esquerda uma Vitória; no chão uma corôa de louros; o reverso alaranjado apresenta a Ilha Fiscal.

Outro exemplar idêntico encontra-se na coleção do Museu:

5\$ — Tesouro Nacional (República) — 13<sup>a</sup> Estampa — 19<sup>a</sup> Série — Número 2650 — (Manuscrito: FALSA).

\* \* \*

*A Ilha Fiscal* denominava-se antigamente *Ilha dos Ratos*, não passando de uma simples formação rochosa desabitada. Após 1850,



FIG. XLV — A Ilha Fiscal  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

com o término das obras do Cais da Alfândega e da Praia de D. Manoel, o entulho resultante das mesmas, para ela foi transportado. Com a pedra existente no local, foi construída uma muralha; nesse recinto eram depositados o entulho e o lodo. A sua área inicial de 4.400 m<sup>2</sup> passou a ser de 5.200 m<sup>2</sup>. À partir de 1881 foi iniciada a construção do palácio da ilha para quartel dos guardas e remadores, com o fim de substituir as barcas de vigia, ora existentes, “tornando a fiscalização externa mais completa e melhor” (Relatório de 10 de Janeiro de 1882 do Ministro José Antonio Saraiva). “Essa obra se está fundando na ilha outrora dos Ratos e que dora em diante se denominará Ilha Fiscal” (Relatório citado)

Em 1883 já estavam prontos os alicerces. É pedida uma verba com o fim de aumentar a área da ilha; foi inaugurado o palácio à 27 de Abril de 1889. Estende-se o edifício por uma área de 1000 m<sup>2</sup>; a fachada consta de um corpo central com três pavimentos e dois laterais de somente um. No salão do primeiro andar encontramos soberbos vitrais com as efígies de D. Pedro II e da Princesa Imperial D. Isabel, bem como brasões da Casa Imperial Brasileira, Casa da Saxônia e Casa de Orleans.

Com o advento da República foi respeitada toda a decoração simbólica da construção vinculada ao império brasileiro. Em 1890 fêz-se o calçamento a paralelepípedos e cobriu-se todo o cais com cantaria. O edifício foi duramente atingido por ocasião da Revolta de 1893; suas paredes foram crivadas de balas, os vidros das janelas partidos, todo o armamento que guarnecia a praça d'armas foi roubado, assim como camas, louças, colchões, utensílios etc.

No ano de 1913 passou a Ilha Fiscal para o Ministério da Marinha, sendo ali então instalada a atual *Superintendência de Navegação*, que tem a seu cargo os serviços hidrográficos brasileiros; hoje a ilha acha-se tombada no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

#### *Pavilhão ou Palácio Monroe (Fig. XLVI)*

200\$ — Tesouro Nacional (República) — 16<sup>a</sup> Estampa — 1<sup>a</sup> Série — Modelo — Fabricado pelo American Bank Note Company New York.



FIG. XLVI — Pavilhão ou Palácio Monroe  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Estampa com anverso azul, lilás e verde, destacando-se no centro a efígie do Presidente da República Prudente José de Moraes e Barros. O reverso haviana apresenta o Pavilhão Monroe.

\* \* \*

Este edifício de linhas majestosas, concluído em 1906, era uma réplica arquitetônica do Pavilhão do Brasil na Luisiana Purchase Exposition.

O Ministro Lauro Müller resolveu que o Brasil deveria figurar na Exposição Comemorativa da Compra da Luisiana (24) (Luisiana Purchase Exposition) à realizar-se nos Estados Unidos em 1903.

Foi confiada a chefia da nossa representação ao então Coronel Francisco Marcellino de Souza Aguiar. Graças à competência deste ilustre militar e dos demais membros dessa comissão pôde o Brasil aparecer brilhantemente nesse certamen onde figuravam a maioria dos Estados da República norteamericana e mais de cinquenta países de diferentes partes do mundo.

O edifício construído no extremo sul da então Avenida Central, foi obra do mesmo Coronel Souza Aguiar e erigido rapidamente com o objetivo de ali abrigar a 3ª Conferência Pan Americana inaugurada solenemente à 23 de Julho de 1906.

O Barão do Rio Branco pronunciou o discurso de abertura da reunião, tendo sido eleito para presidí-lo o Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araujo, então embaixador do Brasil em Washington. Por proposta do Barão do Rio Branco no término da Conferência, foi dado ao edifício o nome de *Monroe* (25).

O prédio ocupa uma área de 1.700 m<sup>2</sup>; possui dois pavimentos e um mezanino, lateralmente dois terraços circulares ou loggias (esses terraços foram atualmente envidraçados e transformados em áreas úteis para os serviços do Senado Federal).

---

(24) Era a comemoração do 1º centenário da compra efetuada pelos EE.UU à França de Napoleão em 1803, do território da Luisiana (que representa 1/3 da atual superfície da União norteamericana) pela importância de quinze milhões de dólares.

(25) Em homenagem a James Monroe, presidente dos Estados Unidos durante dois quadriênios (1817-1825) que elaborou em 1823 a célebre declaração ao Congresso, que ficou conhecida como "Doutrina de Monroe".

Em 27 de Abril de 1925 foi o *Palácio Monroe* solenemente entregue à *Mesa do Senado Federal*.

As obras de adaptação do edificio foram executadas pelo Dr. João Luiz Alves então Ministro da Justiça; a entrega do prédio foi feita pelo novo Ministro Dr. Afonso Penna Junior. Custaram mais de mil contos essas obras: no segundo pavimento ficavam o recinto das sessões, as salas de leitura, de lunch e palestra, igualmente os gabinetes do presidente, vice-presidente e secretários. No primeiro pavimento: sala dos taquígrafos, biblioteca, sala de espera, salas das diversas comissões, diversos gabinetes e o grande salão de recepções; finalmente no andar térreo: o arquivo, correios e telégrafos e os banheiros modernos.

Atualmente, como o edificio está se tornando muito exíguo para o número do pessoal existente, foram feitas pequenas construções sôbre o segundo pavimento, porém sem quebrar a harmonia arquitetônica do conjunto. Com a próxima mudança da Capital do Brasil, para Brasília, foi abandonado o plano da construção de um edificio de grandes proporções em substituição ao existente, o que certamente iria prejudicar o conjunto paisagístico local, um dos mais belos da Avenida Rio Branco.

*Escola Naval na Ilha de Villegagnon (Fig. XLVII)*

1\$ — Tesouro Nacional (República) — Estampa (não traz a numeração porém é a 1ª da Série Cruzeiro) — 320ª Série — Nº 046254 — Impressa pelo American Bank Note Company New York.

No reverso de côr lilás, azul, laranja e verde claro, destaca-se no centro a figura de Joaquim Marques Lisboa — Marquês de Tamandaré, fardado e condecorado. O reverso azul, apresenta o conjunto de edificios da Escola Naval do Rio de Janeiro, que se ergue na Ilha de Villegagnon.

\* \* \*

A história da *Ilha de Villegagnon* remonta aos primórdios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em 1555 aportava a Guanabara o grande marinheiro francês Nicolau Durand de Villegagnon para tomar posse da mesma em nome da corôa de



FIG. XLVII — Escola Naval na Ilha de Villegagnon  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

França. Procurou imediatamente uma posição que garantisse a sua permanência aqui; o local escolhido foi a ilha denominada de *Serigipe* onde ergueram um fortim.

Durante cinco anos os franceses ocuparam essa posição, tendo Villegagnon denominado o *fortim de Coligny*, como uma homenagem e reconhecimento ao Conde de Coligny (Almirante Gaspar de Chatillon) que o indicara para dirigir aquela empresa (a fundação de uma imaginária França Antártica) ao rei Henrique II de França.

As dissenções entre católicos e calvinistas e a má administração da nascente colônia desgostaram Villegagnon que retirou-se para a Europa quando da chegada do seu sobrinho Bois-le-Comte com maiores reforços e que assumiu o comando da praça.

Em 21 de Fevereiro de 1560, Mem de Sá, Governador Geral do Brasil à frente de 2.000 soldados e indígenas ataca o baluarte francês sòlidamente chantado nas formações rochosas da ilha e defendido por 120 soldados e 1.500 tamoios seus aliados, sendo repellido. Resolveu um desembarque na fortaleza; durante dois dias (15 e 16 de Março de 1560) foi o reduto bombardeado do litoral e o desembarque da tropa na ilha foi efetuado, os defensores sobreviventes internaram-se pelas matas circundantes da Guanabara. Mem de Sá retirou-se para a cidade do Salvador, mandando antes, arrazar o fortim.

Não havendo povoamento no local, voltaram os franceses a ocupar a ilha novamente, só sendo arrazadas as suas posições em 1567, após a expulsão definitiva dos mesmos do Rio de Janeiro por Estácio de Sá.

Em 1695 a fortaleza de Villegagnon, que já era vulgarmente conhecida como do *Vergalhão*, foi reconstruída. Para essas obras e as do forte Gravatá (Grauatá, Caruatá e Gragoatá) foi feita uma subscrição popular no total de 8.000 cruzados.

Durante a invasão de du Guay Trouin, ela estava armada com 20 canhões; existia ainda uma *bateria* construída durante o governo de Sebastião de Castro Caldas que foi destruída durante o combate que sustentou com os navios franceses.

Essas fortalezas que protegem a barra do Rio de Janeiro, inclusive a de Villegagnon mais para o centro da baía, causaram

grandes estragos nas tropas francesas (mais de 300 homens fóra de combate) que se achavam nos navios, graças ao fogo cruzado das suas baterias.

As próprias palavras do famoso corsário insertas nas suas “Memórias” revelam a preocupação em inutilizar êsses fortes já quase no fim da resistência da cidade, diz êle na pg. 210:

“Le vingt-trois, j’envoyai sommer le Fort de Sainte-Croix, qui se sendit. M. de Beauville, Aide-Major général, en prit possession, ainsi que des Forts de Saint-Jean, e de Villegagnon, e des autres de l’entrée. Il fit, par mon ordre, enclouer tous les canons des batteries qui n’étaient pas fermées.”

Temendo uma represália só abandonou essas posições após ter recebido o saque e zarpado com a esquadra — pg. 217:

“Le quatre Novembre les Ennemis ayant achevé leur dernier payement, je leur remis la Ville e fis embarquer les troupes, gardant seulement le Fort de l’Isle de Chévres, e celui de Villegagnon, ainsi que ceux de l’entrée, afin d’assurer notre départ.”

Gomes Freire de Andrade, notável governador do Brasil colonial, iniciou a construção no local onde se erguia o Morro das Palmeiras (por êle mandado arrazar, aumentando com isso a área da ilha) da fortaleza ou forte denominado São Francisco Xavier, daí ter êsse bastião ficado conhecido como:

*Fortaleza de São Francisco Xavier de Villegagnon.*

Nas Consultas do Conselho Ultramarino de Lisboa sôbre o Brasil 1755-1766 — Encontramos essa pretensão do Conde de Bobadela com a data de 31 de Outubro de 1761 e que foi autorizada por Sua Magestade à 27 de Novembro de 1761. Reza o seguinte o documento:

“Sobre a conta que dá a Sua Magestade  
o Governador Conde de Bobadella  
da providencia de que uzou, e uza para melhor  
defeza do Porto do Rio de Janeiro,  
pedindo a approvação do mesmo Senhor.”

“O Conde de Bobadella em carta de vinte de Fevereiro d’este anno representa a Vossa Magestade por este conselho que a Ilha de Villa ganhon que fica na Bahia d’aquella Cidade do Rio de Janeiro, e em tal pozição que se faz muito precizo para a boa defensa d’aquelle porto continuar n’ella em circulo a bateria que mostrão as repetidas plantas, que elle Governador tem remettido; os tiros, feita a obra se cruzam com os de todas as fortalezas; e que ao prezente a bateria que tem não defende o desembarque se ententar na Ilha por ficar incoberta com a volta do monte.

Que sendo esta demolida e continuando-se, como diz a bateria em roda ficará não só o desembarque na dita Ilha bem defendida mas se (armarão) os tiros digo se crusarão os tiros com as mais Fortalezas.

Que quando chegara da expedição aquella Cidade, vendo não haverem obras de Vossa Magestade em que se occupasse o crescido numero de galés que existem, pois a da Sé se acha prezentemente parada, os applicava ao trabalho de demolir o dito monte (pensamento que há muito o acompanhara) e ao prezente se acha a maior parte desmontada.

Que se Vossa Magestade for servida declara-lo assim mandará continuar a muralha ou para perto qtº for bastante para fechar a Fortaleza, e como esta obra será de grande utilidade para defensa daquelle Porto, faz elle Governador o desmonte: pedindo à Vossa Magestade seja servido declarar-lhe se é do seu Real agrado se execute o que propõe.

Etc.....Etc.....

Essa fortaleza foi melhorada durante o govêrno do Marquês do Lavradio; em 1838 seu armamento constava de 34 peças; já em 1880 era guarnecida pelo Corpo dos Imperiais Marinheiros possuindo 54 peças.

À partir de 1895 foi subordinada ao Ministério da Marinha.

Em 11 de Junho de 1938 foi inaugurada a nova Escola Naval, (que estava instalada na Ilha das Enxadas, servindo hoje para Escola de Aprendizes Marinheiros), construída sôbre os escombros da veneranda e heróica fortificação; suas velhas peças coloniais e imperiais ornamentam as praias da ilha.



FIG. XLVIII — Martirio de São Sebastião  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Esta ilha foi ligada ao continente por uma restinga artificial de areia, com enrocamento de granito e por uma ponte.

6 — MONUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*Martírio de São Sebastião* (Fig. XLVIII)

25\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — Série A — N° 30310 Fabricada no American Bank Note Company New York — Emitida até o ano de 1866 quando o govêrno pela Lei de 12 de Setembro dêsse ano tirou ao Banco do Brasil a faculdade de emitir.

Estampa tendo o reverso tijolo e o número 25, indicativo do valor.

No anverso, prêto e vermelho, destaca-se à esquerda uma vista do Cais onde aparecem navios e marujos em repouso; à direita um medalhão com uma efígie; no centro, acima das legendas, uma interessante vinheta tendo à esquerda um navio misto (a vapor e a vela) e à direita uma composição a vapor; no centro um medalhão representando o martírio de São Sebastião, tendo por baixo uma faixa com a legenda: *Rio de Janeiro*.

\* \* \*

Descoberto a 1° de Janeiro de 1509 pela expedição exploradora comandada por André Gonçalves ou Gaspar de Lemos, que na entrada da baía denominada pelos indigenas de: *Guanabara* (braço de mar ou seio do mar), supuseram tratar-se do um braço de rio que desaguava no oceano e lhe deram o nome de: *Rio de Janeiro*.

A escolha de *São Sebastião* para "Padroeiro da Cidade" funda-se no seguinte fato. Chegou Estácio de Sá ao Rio de Janeiro em fins de 1564 com o duplo objetivo: fundar a cidade e expulsar definitivamente os franceses, que embora derrotados no dia 15 de Março de 1560 pelo seu tio Mem de Sá, voltaram a se estabelecer na Guanabara, fortificando-se no atual outeiro da Glória, ilha do Governador e praia do Flamengo, após a retirada dos portugueses.

Junto ao istmo que liga o morro Cara de Cão ao Pão de Açúcar, lançou Estácio de Sá, no dia 1° de Março de 1565, os primei-

ros fundamentos da cidade, protegida por uma forte cêrca de madeira e um profundo fosso.

Resolveu dar à cidade recém fundada o nome de *São Sebastião*, em homenagem ao rei D. Sebastião — o Desejado (26), ainda criança, e ao santo mártir do mesmo nome, que elegera para padroeiro da cidade. Estácio de Sá mandou erigir uma rústica capela, nela expondo à veneração dos fiéis a imagem de São Sebastião (esta imagem histórica e primitiva, talhada em madeira, pode ser vista ainda hoje na nova Igreja de São Sebastião, na rua Haddock Lôbo, numa peanha à direita do altar-mór tendo abaixo a seguinte legenda:

“Imagem trazida de Portugal por Estácio de Sá fundador da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.”

Passou a se denominar à partir de 1565 — *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*.

À 6 de Junho de 1647 D. João IV, rei de Portugal, em reconhecimento ao apoio dado pela população da cidade durante a revolução restauradora de 1640 em Portugal e que pôs fim ao domínio espanhol, outorgou-lhe o título de *Leal*. Daí passou a aparecer nos documentos com o título de: *leal cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*; *mui leal cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*.

À 9 de Janeiro de 1823, D. Pedro I, por ocasião do primeiro aniversário do — Dia do Fico; na Carta Imperial daquela data, dizia ao referir-se à cidade: “muito leal e heróica”. Passou então a aparecer nos documentos da época e nos que se seguiram o extenso título: “*Muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*.”

Segundo a tradição, data de 1565 o braço de armas da cidade. Varnhagen sôbre êsse fato diz o seguinte: “Por armas lhe concedeu Estácio de Sá um molho de setas alusivas às que haviam servido de suplicio ao Santo invocado e quem sabe

---

(26) O rei D. Sebastião era neto de D. João III; desapareceu na batalha da Alcácer Quibir, em Marrocos no ano de 1578, juntamente com outros valerosos guerreiros representantes da mais fina nobreza lusitana da época.

Criou-se então a lenda do retôrno do jovem rei algum dia à Portugal, após o cativo imposto pelos infiéis; daí ter passado à história com a alcunha de — o Desejado.

se as apreensões que teria dos que, começando por êle próprio, viriam a cair vítimas de flexadas — até o final do triunfo da civilização nesta terra.”

Existe uma versão de que essas setas aludem à morte de Estácio de Sá. Joaquim Norberto dá a versão de que nas armas do Rio de Janeiro foram colocadas as três setas de São Sebastião.

Esta última parece ser a mais acertada; embora a primitiva imagem do padroeiro apresente quatro flechas (uma no braço direito, outra na parte superior do tronco à direita, uma terceira ainda no tronco mais abaixo e do lado esquerdo e finalmente a quarta cravada na coxa direita); sabemos que os antigos santeiros, quer portugueses, quer brasileiros davam um toque peculiar às suas criações artísticas variando detalhes da peça. Possuimos em madeira, uma imagem de S. Sebastião proveniente de Pernambuco onde aparecem cinco orifícios de setas a saber: uma no braço direito, outra na altura da cintura no lado direito, uma terceira na coxa direita, uma quarta na articulação do braço com o tronco e finalmente a quinta na perna esquerda — como podemos constatar diferem das outras imagens as posições d'esses orifícios aí colocados apenas por um capricho do artista.

Em todos os braços da cidade, em diferentes épocas, figuram essas três setas alusivas ao martirológio do santo protetor. Caso se referisse ao fundador da cidade deveria figurar apenas uma seta simbolizando o ferimento produzido na sua face durante o combate de 20 de Janeiro de 1567 e que lhe causaria a morte por gangrena trinta dias após.

A própria imagem do padroeiro que se acha no altar-mor da nova igreja de São Sebastião apresenta as três setas (uma no braço direito, outra na coxa direita e uma terceira no tronco à esquerda), foi ela esculpida em madeira na Itália e benta pelo Papa Pio IX (que reinou de 1846 á 1878).

Procurando corrigir os êrros que permaneceram em todos os braços da cidade, principalmente quanto às regras da heráldica, foi aprovado pela Câmara Municipal o projeto de Lei nº 323/1956 que manda retificar o Brazão de Armas da Cidade de acôrdo com os cânones da heráldica segundo o projeto de Alberto Lima:



FIG. XLIX — São Sebastião — Protetor da cidade do Rio de Janeiro  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

“Art. 1º — As armas da Cidade do Rio de Janeiro constarão do antigo emblema, conservando os golfinhos, símbolo de cidade marítima, tendo a da direita um ramo de louro e a da esquerda um ramo de carvalho representando a vitória e a fôrça, com as seguintes alterações: No escudo português, em campo azul, símbolo da lealdade, a esfera armilar manuelina, combina com as *três setas que supliciaram S. Sebastião, o padroeiro da Cidade* e definindo a condição de capital de país, a corôa mural de ouro, com cinco tórres, tudo de acôrdo com as côres naturais constantes do modelo “c” anexo a êste diploma.”

*São Sebastião — Protetor da Cidade do Rio de Janeiro*

(Fig. XLIX)

30\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — Série A — Nº 35056 — Fabricado pela Companhia Americana de Bilhetes de Banco Nueva York — Emitida até o ano de 1866.

Estampa tendo o reverso marron e o número — 30 — em cada lado da mesma e indicativo do valor. No anverso prêto e havana vemos à direita uma mulher sentada apoiando o braço direito numa roda; no centro um cavalo correndo; à esquerda um medalhão idêntico ao da cédula anterior, porem um pouco maior, representando o martírio de São Sebastião.

Nota-se embaixo da figura feminina a inscrição: American Bank Note Co. New York.

A coleção do Museu Histórico Nacional possui outras cédulas nas quais o motivo do martírio de S. Sebastião não se modifica embora outros elementos decorativos das mesmas estejam alterados:

50\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — Série C — Nº 136764.

100\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — Série A — Nº 123175.

200\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — 4ª Série A — Nº 12759.

50\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz — Série C — Nº 23494. (Manuscrito: FALSA);



Fig. L — Estátua equestre de D. Pedro I  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

200\$ — Banco do Brasil (Império) — Caixa Matriz 4ª Série A — Nº 11823 (Manuscrito: SEM VALOR).

Segundo Julio Meili, havia ainda em fins de Dezembro de 1900 em circulação, os valores de 25\$ — 30\$ — 100\$ — 200\$ — e 500\$ todos dessas Séries A, B, C (Banco do Brasil) sem a assinatura de chancela de Antonio Arnaldo Vieira da Costa.

Pelo Decreto de 8 de Março de 1890 foi autorizada nova Emissão de base metálica desses tipos antigos, porém com a chancela de Antonio Arnaldo Vieira da Costa. Foram emitidos os valores de 100\$ — 200\$ — e 500\$ com os mesmos tipos e respectivos valores da antiga emissão A, B, C.

Todos os exemplares dessas Séries que figuram na coleção do M.H.N. pertencem à emissão anterior ao Decreto de 12 de Setembro de 1866 que cassou ao Banco, do Brasil a faculdade de emitir notas.

*Estátua equestre de D. Pedro I (Fig. L)*

1\$ — Tesouro Nacional (Império) — 7ª Estampa — 1ª Série — Letra A — Nº 34267 — Impresso pelo American Bank Note Company New York. Emitida à 1º de Maio de 1889.

Estampa prêta e verde; no anverso à esquerda uma vista do Palácio Imperial de Petrópolis, embaixo as Armas imperiais, no centro legendas e o valor da cédula, à direita a efígie do Imperador D. Pedro II à paisana e encanecido. O reverso no centro apresenta parte da estátua equestre de D. Pedro I, ereta no centro da Praça Tiradentes.

A coleção do Museu possui outros exemplares onde figura essa estátua: 1\$ — Tesouro Nacional (República) 7ª Estampa — Série 176A — Nº 13924 idêntica à do Império no reverso, mudando apenas a legenda — Império do Brasil — por — República dos Estados Unidos do Brasil —

1\$ — Tesouro Nacional (República) — 8ª Estampa — 2ª Série — Nº 1 — apenas a coloração dessa estampa no reverso é diferente da anterior, que é alaranjada invés de verde.



FIG. LI — Conjunto total do monumento ao Fundador do Império Brasileiro  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

Foi o primeiro monumento inaugurado no Rio de Janeiro no dia 30 de Março de 1862, terminando com uma velha aspiração e preito de reconhecimento do povo brasileiro e do carioca em particular ao Construtor do Império Brasileiro. Desde 1825 o Senado da Câmara com o assentimento de D. Pedro I aprovara essa medida.

A estátua equestre representa o monarca fardado de general com o braço direito erguido, apresentando o documento da Independência brasileira.

Êsse conjunto equestre de bronze pesa doze toneladas e mede seis metros de altura.

Na parte superior do pedestal, em sua face frontal, aparecem as Armas imperiais com a legenda: "A D. Pedro Primeiro, Gratidão dos Brasileiros" nas faces laterais as Armas dos Braganças, ladeadas pelos dois dragões heráldicos dourados dessa família. No friso do pedestal — vinte escudos simbolizando as vinte Províncias do Império Brasileiro. Nas quatro faces do pedestal, quatro alegorias com figuras de indígenas e elementos da fauna brasileira representando os rios Amazonas, Madeira, São Francisco e Paraná. O conjunto pedestal e alegorias é totalmente de bronze pesando quarenta e três toneladas e medindo seis metros e quarenta centímetros de altura.

O monumento completo de bronze pesa cinquenta e cinco toneladas, cujo modelo foi obra do artista nacional João Maximiano Mafra, tendo sido encarregado o estatuário francês Louis Rochet de fundir o bronze em França.

*Conjunto total do monumento ao Fundador do Império Brasileiro*

Fig. LI)

A Independência (Sociedade Mútua de Economia Popular) — Reclamo de Companhia de Mutualismo, côr havana. Nessa gravura aparece o conjunto total da estátua, com o gradil de ferro circundante imitando bronze, de forma octogonal, tendo em cada ângulo uma coluna sustentando um lampião com uma corôa imperial.



FIG. LII — Estátua equestre do General Manuel Luiz Osório  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

A *Praça Tiradentes* em cujo centro ergue-se o monumento de D. Pedro I era até fins do século XVIII considerada zona do sertão, fora dos limites urbanos da cidade conhecida como: *Rossio Grande*. Nesse local acampavam soldados que se exercitavam em manobras militares, inclusive a artilharia que visava alvos dispostos nas barrancas do morro de Santo Antonio.

Em 1791 essa vasta área, em parte pantanosa, foi demarcada e aterrada, iniciando-se o povoamento pela periferia. O grande espaço retangular livre no centro, o qual corresponde mais ou menos à atual praça passou a ser conhecido como *Campo dos Ciganos*, que nesse local armavam as suas barracas.

A 2 de Março de 1822 uma portaria de José Bonifácio de Andrada e Silva mudava a sua denominação para *Praça da Constituição*, em homenagem ao juramento prévio por D. João VI da Carta Constitucional para a Nação portuguesa e seus domínios inclusive o Brasil) e que seria redigida em Lisboa.

No ano da inauguração do monumento a D. Pedro I em 1862 foi tãda a praça embelezada: ajardinada e cercada por um gradil que foi retirado durante a administração do Prefeito Pereira Passos em 1902 e atualmente serve de parapeito a rua da Glória.

Por Edital da Municipalidade, datado de 21 de Fevereiro de 1890, a essa praça foi outorgado o nome de *Praça Tiradentes* em homenagem ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, enforcado nas imediações, em 21 de Abril de 1792 (há controvérsias: alguns autores admitem o local da execução como o campo da Lampadosa, outros o campo de São Diogo).

Em Agosto de 1950 teve a sua denominação mudada para *Praça da Independência*, porém o povo carioca não recebeu favoravelmente essa mudança referindo-se sempre à antiga denominação. Em 1953 foi restabelecido o nome primitivo desse logradouro: *Praça Tiradentes*.

*Estátua equestre do General Manuel Luiz Osório* (Fig. LII)

100\$ — Tesouro Nacional (República) — 7ª Estampa — 4ª Série — Letra B — Nº 72318 — Impresso pelo American Bank Note Co New York — Emitida em Junho de 1897.

A coleção do Museu possui outro exemplar semelhante:

100\$ — Tesouro Nacional (República) — 7ª Estampa — 3ª Série — Nº 28133 (Manuscrito: FALSA).

Estampa prêta e verde azulada; no anverso, à esquerda o valor e as legendas; à direita uma mulher sentada, tendo um remo apoiado no seu braço esquerdo, a mão direita segurando numa espada, do lado direito um globo terrestre e um rôlo de papel; aos pés da figura feminina um anjinho.

O reverso nos apresenta a estátua equestre do General Manuel Luiz Osório e parte do seu pedestal erecta na *Praça Quinze de Novembro* (antigo Largo do Paço).

\* \* \*

Osório que foi cognominado pelo povo e por seus soldados de — Legendário — nasceu a 10 de Maio de 1808 no Rio Grande do Sul. Sua atuação na Guerra da Tríplice Aliança foi marcante e decisiva; só as duas vitoriosas batalhas do Passo da Pátria e Tuiuti (esta a maior batalha campal da América do Sul) consagrariam para a posteridade um chefe militar, mas sua atuação na vida civil quer como deputado ou senador, foi igualmente um exemplo de atitudes harmoniosas, sadias, ilibadas que sempre nortearam a sua personalidade de homem franco e simples.

Ao falecer no Rio a 4 de Outubro de 1879, os brasileiros, num preito de gratidão, resolveram erigir um monumento à sua memória. O custo da obra foi de 160 contos de réis na época e por subscrição popular, não podendo cada um dar além de quinhentos réis.

Foi o monumento da autoria de Rodolfo Bernardelli, inaugurado no dia 12 de Novembro de 1894. O bronze foi fundido nas oficinas Thibaut, na França. A estátua equestre de bronze pesando 5.700 quilos representa o Marquês do Herval em farda de campanha, com a espada em punho e sem as botas de cavalaria.

Esse detalhe foi corrigido no “modelo” mais tarde por Bernardelli, ao ouvir de uma das suas filhas a razão pela qual o “Legendário” não usava botas: durante a batalha do Passo da Pátria após 24 horas de combate, Osório encharcado pela chuva

torrencial que caía, não conseguiu retirar as botas e foi necessário cortá-las a faca. Lutou o resto do combate sem botas; só mais tarde em Pelotas foi submeter ao tratamento médico as pernas inchadas, porém as sanguessugas aplicadas deixaram duas feridas que jamais cicatrizaram.

O pedestal de granito alpino apresenta dois baixos relêvos nas faces laterais: um representa a batalha de Tuiuti (24 de Maio de 1866) e o outro a do Passo da Pátria; em ambos vê-se Osório comandando os seus bravos. Na face frontal, uma corôa de carvalho circundando a legenda: "A Osório, o povo 1894", na face posterior: "Nasceu a 10 de Maio de 1808, na ex-Provincia do Rio Grande do Sul".

Esse monumento é também o seu mausoleu, pois, os seus despojos repousam nos alicerces do mesmo desde o dia 21 de Julho de 1892, quando foram, trasladados do Asilo dos Inválidos da Pátria, onde se encontravam desde o seu passamento.

*Detalhe do monumento ao Quarto Centenário da Descoberta do Brasil (Fig. LIII)*

200\$ — Tesouro Nacional (República) — Trabalho efetuado na Oficina de Gravura da Casa da Moeda do Rio de Janeiro — Próva de Nota.

Estampa prêta com o reverso apresentando uma bela gravura alusiva à Descoberta do Brasil. No anverso observamos à direita o valor, as legendas e em letras vermelhas maiúsculas a expressão: PROVA DE NOTA; à esquerda o ponto mais elevado do monumento à Pedro Alvares Cabral, no qual aparece o Almirante quando pisava a terra brasileira tomando posse da mesma em nome de el-rei D. Manuel.

\* \* \*

Este monumento, que se erguia no Largo da Glória (27) foi inaugurado à 3 de Maio de 1900 por ocasião dos festejos comemorativos do Quarto Centenário da Descoberta do Brasil.

---

(27) Em 1948 com o fim de facilitar o escoamento do crescente tráfego no local, foi o monumento removido para o centro do ajardinado existente no Largo da Glória, realçando-o ainda mais.



FIG. LIII — Detalhe do monumento ao Quarto Centenário da Descoberta do Brasil

(Das coleções do Museu Histórico Nacional)

É da autoria de Rodolfo Bernardelli e representa em grupo os três maiores vultos do acontecimento: Pedro Alvares Cabral, o comandante da frota portuguesa, Pero Vaz Caminha, o escrivão de bordo cuja carta a D. Manuel constitui a primeira página da nossa história escrita em terras brasileiras e Frei Henrique de Coimbra, capelão de bordo, protagonista do primeiro ato de fé cristã na nova terra. Essas duas figuras se acham atrás de Cabral e não são vistas na gravura. Esse conjunto repousa sobre uma base elevada de granito nacional em forma de hexágono, em cujas faces encontram-se várias inscrições:

“Qual a palmeira que domina ufana  
Os altos topos da floresta espessa,  
Tal bem presto há de ser no Mundo Novo  
O Brasil bem fadado.”

(José Bonifácio — Ode aos baianos)

“A terra... em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo...” — (Pero Vaz Caminha — Carta)

“Goza de tanto bem terra bendita, e da Cruz do Senhor teu nome seja.”

(Durão — “Caramuru”, VI — 59)

Em duas faces as datas: “1500” e “1900” e noutra a legenda seguinte: “A Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil mandou erigir este monumento.”

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Moreira — *O Rio de Janeiro* — Volume I e II — B. L. Garnier  
Rio 1877.
- Almanaques Laemmert para os anos de 1857 e 1862.
- Anais do Museu Histórico Nacional — Volume II — 1941 — Otavia Corrêa de  
Oliveira — O Baile da Ilha Fiscal.
- Anais do Museu Histórico Nacional — Volume III — 1942 — Nilza Botelho  
— Evocações de Botafogo Antigo.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de — *Artistas Coloniais* — Cadernos de  
Cultura.
- Arquivo do Distrito Federal — 4º ano — Agosto 1897 — Rio de Janeiro.
- Artigos de jornais sobre o Rio Antigo coligidos pelo autor deste trabalho em  
cinco volumes.
- BARRETO, Anibal cel. — Fortificações do Brasil — Bibliotéca do Exército —  
Editora — 1958.
- BOUGAINVILLE — *Voyage autour du monde*, 1767.
- BUNBURY, Henry C. J. — Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao  
Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835) — in *Anais da Bibliotéca Na-  
cional* — Volume LXII — 1940.
- CARDIM, Fernão (Padre) — *Cartas*.
- CASTRO, Borja — Relatório sobre as obras da Companhia da Doca da Al-  
fandega do Rio de Janeiro em 15 de Janeiro de 1873 — Rio de Janeiro —  
1875.
- CASTRO, Borja — Descrição do Porto do Rio de Janeiro e das Obras da  
Doca da Alfandega — Rio de Janeiro — Imperial Instituto Artístico —  
Rua D'Ajuda 61 1877.
- Centenário do Banco do Brasil (1854-1954) — Catálogo da Exposição Come-  
morativa realizada na Bibliotéca Nacional do Rio de Janeiro de 5 a 15 de  
Abril.
- COLOMBIER, Pierre du — *Historia da Arte* — Porto — 1947.
- DU GUAY TROUIN, Monsieur — *Memoires* — A Amsterdam, Chez Pierre  
Mortier — 1746.
- DUMANS, Adolpho — A Idéia da Criação do Museu Histórico Nacional —  
Gráfica Olimpica — 1947.
- FAZENDA, José Vieira Dr. — *Diversos Assuntos* — Tomo 88 da Revista do  
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1920.
- FAZENDA, José Vieira Dr. — *Ruas Antigas* — Tomo 95 da Revista do Ins-  
tituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1920.

- FAUSTO DE SOUZA, Augusto — *A Baía do Rio de Janeiro* — Tomo 44 — Parte II da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1881.
- GRAHAM, Maria — *Diário de uma Viagem ao Brasil nos anos de 1821, 1822 e 1823.*
- GUIA REX — *Indicador Geral do Rio de Janeiro* — 1949.
- GUIMARÃES, A. C. D'Araujo — *A Côrte no Brasil* — Figuras e Aspectos — Livraria Globo — 1936.
- Versão por um padre da missão (Padre Boss) — *Imitação de Christo* — Colégio da Imaculada Conceição — Rio de Janeiro — 1904.
- Jubileu Episcopal de D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1911-1936) — Rio 1936.
- Jubileu de 1925 — *O Ano Santo* — Publicação do Jornal do Comércio — s/data.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro — *Folha do Rio de Janeiro* — Boletim 126 — Divisão de Geologia e Mineralogia — Rio 1948.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro — *Escarpas do Rio de Janeiro* — Boletim 93 — Divisão de Geologia e Mineralogia — Rio 1938.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro — *A Geologia de Niterói na Tectônica da Guanabara* — Boletim 115 — Divisão de Geologia e Mineralogia — Rio 1945.
- LISBOA, Baltazar — *Anais do Rio de Janeiro* — Sete volumes.
- MAURÍCIO, Augusto — *Monumentos da Cidade* — Diário de Notícias S.A. — 1946.
- MAURÍCIO, Augusto — *O Que Ficou do Passado* — Bibliotéca do Exército — Editora — 1954.
- MEILI, Julio — *O Meio Circulante no Brazil* — Parte III — A Moeda Fiduciária no Brasil — 1771 ate 1900 — Zurich 1903.
- MORAES, Mello — *Cronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brasil.* Museu Histórico Nacional — Guia do Visitante. 1957.
- PERKINS, Bacon e Co. — *Specimens of Engraving* — London — 1860.
- PIZARRO e ARAUJO, José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — 7º Volume — Imprensa Nacional — Rio — 1948.
- POMBO, Rocha — *História do Brasil* — Edições Melhoramentos de São Paulo — 1948.
- Prospectiva da Cidade do Rio de Janeiro, etc. etc. Elevada p'Ordem do Illmo. e Exmo Senhor Conde de Bobadella aquem ad. Cide. deve a mayor pte. da sua prente Grand<sup>za</sup> e Magn<sup>cia</sup>.
- Publicação Comemorativa do Primeiro Centenário do Imaculada Conceição — 1854-1954.
- Rio de Janeiro e Arredores — *Os Guias Verdes do Brasil* — Rio — 1939.
- RODRIGUES, José Carlos — *Éco Americano* de 6 de Janeiro de 1872.
- ROSA, Ferreira da — *Rio de Janeiro* — Edição do Anuário do Brasil — s/data.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca) — *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — Tomo I e II — Livraria Editora Zelio Valverde — Rio — 1943.
- SUZANNET, Conde de — *O Brasil em 1845* — Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil — Rio 1954.

- TAUNAY, Afonso de Escagnole — *A Missão Artística de 1816* — Publicação Nº 18 do D.P.H.A.N. — 1956.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de — *História do Brasil* 4ª Edição — Rio — s/data.
- VARZEA, Affonso — *Geografia do Distrito Federal* — Volume I — Coleção Cidade do Rio de Janeiro — s/data.
- VIANNA, Helio — *História do Brasil Colonial* — Companhia Editora Nacional — 1945.
- VIANNA, Helio — *História do Brasil Independente* — Companhia Editora Nacional — 1853.

## AS COMEMORAÇÕES DO SETUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO FUNDADOR DO M. H. N.

NAIR DE MORAIS CARVALHO

Conservadora classe K; Coordenadora e Professora do Curso de Museus

Revestiram-se do maior brilho e imponência as comemorações do setuagésimo aniversário do Dr. Gustavo Barroso, diretor e fundador do Museu Histórico Nacional. O programa das mesmas foi organizado e dirigido por uma comissão composta dos funcionários, Professores do Museu Histórico e dos Srs. Austregésilo de Ataíde, Diretor dos Diários Associados, Carlos Ribeiro, editor, Dr. Deolindo Couto, Vice-Reitor da Universidade do Brasil, Dr. Elmano Cardim, Presidente da Academia Brasileira de Letras, Capitão-de-Mar-e-Guerra Dr. Heriberto Paiva, Dr. Ivolino de Vasconcelos, Presidente da Sociedade Brasileira de História da Medicina, Dr. Josué Montelo, da Academia Brasileira de Letras, Professora Maria Barreto, do Ministério da Educação e Cultura, General Dr. Osvaldo dos Santos Dias, do Colégio de Armas e Consulta Heráldica do Brasil, Paulo Tacla, Dr. Pedro Calmon, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Dr. Pizarro Loureiro, da "Voz de Portugal", e Coronel Umberto Peregrino, Diretor da Biblioteca do Exército.

No dia 29 de dezembro de 1958, data natalícia do Dr. Gustavo Barroso, celebrou-se uma missa solene de ação de graças na Igreja de Nossa Senhora do Rosário à qual compareceram os funcionários do Museu Histórico, muitos membros da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e do Corpo Diplomático, as pessoas da família do homenageado e os seus amigos de tôdas as classes sociais. O templo encontrava-se completamente cheio. Ao terminar a cerimônia litúrgica, o sacerdote celebrante dirigiu uma bela e sentida saudação ao Dr. Gustavo Barroso.

As 16 horas, com grande comparecimento de homens de letras e pessoas gradas, inaugurou-se na Livraria São José uma vitrina com um grande retrato do escritor e tôdas as suas obras encadernadas, formando uma bellissima composição que foi muito admirada. O sr. Carlos Ribeiro pronunciou o discurso de inauguração, salientando o valor literário do homenageado, legítima glória das letras nacionais a cujo serviço dedicou a sua vida. Falou, em seguida, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ex-Ministro das Relações Exteriores, declarando que muito maior do que o talento literário de Gustavo Barroso era o seu coração de amigo e de patriota, inteiramente devotado às coisas do Brasil. Teceu um caloroso elogio às virtudes e qualidades pessoais do seu dileto colega na Academia Brasileira de Letras e brilhante companheiro em missão no Chile, recentemente. O Dr. Gustavo Barroso agradeceu com palavras repassadas de emoção tanto a homenagem que Carlos Ribeiro prestava à sua obra quanto a que o Chanceler Macedo Soares prestava à sua alma. Entristecia-o, porém, disse, que a eterna destruição a que estão sujeitas tôdas as manifestações do pensamento o levassem a olhar com dúvida e melancolia as perspectivas do futuro, nas quais talvez se apagassem de todo as idéias que pusera nos seus livros. Essa meditação tinha a grande utilidade de o tornar humilde diante da glória daquelas palavras elogiosas, crente de que só a posteridade friamente poderia dizer se, de fato, fizera alguma coisa aproveitável no domínio das letras. Para não se tornar vaidoso, preferia antes crer que o coração dos amigos, muito maior do que o seu, apesar das afirmações de Macedo Soares, era o responsável pela homenagem que estava recebendo.

O orador passou, depois, a autografar livros da sua autoria, a fim de satisfazer as inúmeras pessoas que esperavam o momento de possuir um volume com o seu autógrafo.

A principal cerimônia do programa realizou-se às 20 horas e meia no Museu Histórico Nacional. O pátio do Portão da Minerva que lhe dá acesso apresentava um aspecto na verdade deslumbrante com as suas sóbrias linhas arquitetônicas do século XVIII iluminadas por poderosos refletores. Das janelas das suas três fachadas pendiam colchas e colgaduras antigas adamascadas e bordadas. Nas portas e escadarias formavam aos pares em grande unifor-

me, com suas lanças perfiladas, os Dragões da Independência, 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, ao qual o Dr. Gustavo Barroso, quando Deputado, propôs que fôsse dado o brilhante fardamento da Guarda de Honra de D. Pedro I e o título que ostenta. A banda de música do Corpo de Bombeiros e a charanga dos Dragões executavam peças do seu repertório. Ao fundo do pátio junto à arcada principal, estava coberto por um véu o busto de bronze do escritor, que devia ser inaugurado.

Reunidas tôdas as pessoas presentes junto ao mesmo, teve início a notável solenidade com o discurso pronunciado pela Coordenadora do Curso de Museus, Prof. Nair de Moraes Carvalho:

“Sr. Representante do Exmo. Sr. Presidente da República, Sr. Ministro da Marinha, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Orozimbo Nonato, Sr. Representante do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Sr. Embaixador de Portugal, Srs. Representantes de altas autoridades, minhas senhoras e meus senhores:

O busto que estamos inaugurando tem uma significação especial. Como nenhum outro poderá ter. Ele não representa sômente a concretização de uma homenagem de funcionários que admiram, prezam e estimam o seu chefe pela sua capacidade e espírito de justiça; recorda também a gratidão pessoal de um dêles, que ao mesmo chefe deveu a sua feliz recuperação; e, ainda, simboliza o modo de proceder do Diretor que durante 36 anos geriu os destinos do Museu, por êle fundado, formou, instruiu e encaminhou os seus colaboradores.

A história dêste busto merece ser contada como invulgar episódio do serviço público. Vai para alguns anos, veio, transferido para esta Casa de outra Repartição, onde se tornara indesejável pelo seu espírito de indisciplina, o servente Manuel Ferreira Gomes, apelidado Calabar. Citamos seu nome com respeito, pois se acha aposentado e enfêrmo, e porque o que se passou sômente pode honrar a sua pessoa. Investido nas suas humildes funções começou a criar casos. Contra êle representou o chefe da seção onde fôra lotado, por 3 vêzes. Da primeira, o Diretor admoestou-o pessoalmente; da segunda, repreendeu-o em Portaria; da terceira, teria que suspendê-lo.

A suspensão é uma pena que o Diretor do Museu somente aplica quando não tem outro remédio. Todos os que com êle trabalham sabem do seu ponto de vista: o de que esse castigo transcende do culpado, sobretudo quando em cargo subalterno e de exíguo ordenado, como é o caso dos serventes, para atingir-lhe a família pela perturbação econômica que acarreta. Por isso, antes de suspender o Sr. Manuel, mandou chamá-lo ao seu gabinete, fê-lo sentar-se, reclamou com calma e brandura contra o seu procedimento rebelde, estranhando afinal que um homem na sua idade não se emendasse e tomasse outro caminho.

— Por que procede assim? — perguntou-lhe.

O servente, então, emocionado, explicou que outrora tivera algumas posses, cursara a Escola de Belas Artes como aluno de escultura e, ocorrendo circunstâncias que lhe empobreceram a família, teve de abandonar os estudos. Forçado a empregos humildes por não ter protetores, encahara no de servente. A sua alma de artista, porém, continuava viva e ardente. Não se resignava às duras condições que o destino lhe impunha. Sentindo-se capaz de criar formas e de gozar a beleza das linhas e das cores, repugnava-lhe lavar vidraças, varrer salões, espanar vitrinas e encerar soalhos. Daí a sua desobediência, a sua revolta.

O Diretor compreendeu o que se passava naquela alma. Transferiu imediatamente o Sr. Manuel para a oficina de restauração, dando-lhe a incumbência de recompor esculturas. Da noite para o dia, outro foi o Sr. Manuel. Vestido com uma bata, de posse dos instrumentos da sua arte, livre dos entraves disciplinares da limpeza da casa, tornou-se acessível, risonho, delicado, obediente, feliz! De início prestou relevante serviço às coleções do Museu, restaurando um busto em gesso do Barão de Mamoré, que se partira em dezenas de pedaços, e um mármore do Conde de Pôrto Alegre, cuja cabeça fôra decepada. Fêz dois trabalhos notáveis. Passou a modelar em gesso e a dourar ramagens, florões, mascarões e ornamentos partidos de molduras. Trabalhava com imenso prazer, com exemplar dedicação. Tornou-se um dos mais distintos, preciosos e queridos funcionários da casa. Dentro em pouco, expunha no Salão de Belas Artes um busto do Presidente Dutra, recebendo Menção Honrosa. Era de ver a sua satisfação quando

se tornou laureado por aquêlê Salão e os jornais imprimiram o seu nome. Infelizmente, êste ótímo colaborador do Museu já não está em serviço. Funcionário relapso e tangido de outros serviços o Diretor dera-lhe, com o seu espírito de compreensão e humanidade, uma oportunidade de redenção, uma ressurreição, uma nova vida. Para mostrar a sua gratidão ao chefe que o compreendera e nobilitara, Manuel Ferreira Gomes fêz o seu busto, que é êste, diante do qual todos os que o conhecemos e estimamos agora evocamos saudosamente.

Não poderia deixar de contar semelhante história, exemplo da maneira como, respeitando tendências, estimulando inclinações, cultivando a liberdade das almas, dando mais fôrça ao espírito que vivifica do que à lei que mata, segundo a frase célebre, o nosso Diretor, repetindo o que fêz com êsse servente várias vêzes, tem sabido criar em volta de si um corpo de colaboradores eficientes e devotados, que neste momento traduzem os seus sentimentos na homenagem dêste bronze de significação tão peculiar.

Bastaria o que aí fica dito para eternizar no Museu a memória de Gustavo Barroso. Todavia como deixar de lembrar que pela idéia da sua criação se bateu na imprensa desde 1911 até 1922, quando o benemérito Presidente Epitácio Pessoa a concretizou e em boa hora lhe confiou a execução do Decreto presidencial. Nomeado em agosto de 1922, em outubro inaugurava a Repartição que de então por diante veio num crescendo admirável. Espantoso mesmo, tanto do ponto de vista material, como mostruário de reliquias preciosas, quando não únicas, quanto do ponto de vista espiritual, como escola de civismo, incentivo de cultura, foco de culto à tradição, documentário vivo e palpitante da História, dinamo propulsor de variados estudos. O Museu acabou immortalizando-se nas criações diretas que tem realizado e nas indiretas de que tem sido a viva sugestão. Entre as primeiras, o Curso de Museus, hoje de mandato universitário, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, simples desdobramento da sua antiga, modesta e eficiente Inspetoria de Monumentos Nacionais. Entre as segundas, outros museus, outros cursos e o amor que se vai espalhando pelas nossas coisas do passado.

Seria longo enumerar a obra de brasilidade a que dedicou meio século da sua existência o Dr. Gustavo Barroso, como es-

critor ficcionista, como historiador, filólogo, sociólogo, poeta, folclorista, ensaísta, desde as páginas escaldantes de mocidade de "Terra de Sol" até aos capítulos ponderados e documentados dos "Segredos e Revelações da História do Brasil". O seu coroamento, que devemos assinalar, diante desta memória de bronze cinzelada pela mão dum servidor humilde que êle salvou numa encruzilhada dos seus caminhos, é o Museu Histórico Nacional. Idealizou-o, fundou-o, criou-o pedaço por pedaço, ultimou-o deu à Nação êste presente régio, transmitiu à posteridade as mensagens do nosso passado. Nascido pobre no ensolado Ceará, o Dr. Gustavo Barroso abriu o seu caminho vida afora só e sem protetores. Trabalhou com talento e afinco, caminhou honestamente por entre espinhos e escolhos, venceu as ingratidões e as incompreensões, deixa uma obra que só com a distância do tempo será devidamente avaliada.

Neste bronze, *aes perennis*, põem os seus colaboradores no Museu, onde vive há 36 anos, os votos para que pelo tempo além se conserve a sua memória. Êste bronze guarda em si a alma desta casa, onde o trabalho eleva e dignifica por todos os títulos.

Terminando, faço, em nome dos funcionários do Museu Histórico, dos amigos e admiradores de Gustavo Barroso um veemente apêlo ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura e ao Exmo. Sr. Presidente da República para que, depois de aposentado, conservem o Diretor desta Casa do Brasil, em comissão, de acôrdo com a lei, no cargo que tanto tem dignificado. O seu caso é único nos anais da nossa Administração Pública: um chefe de serviço, que idealizou a sua Repartição, fundou, organizou e dirigiu por espaço de 36 anos, renunciando a posições políticas e diplomáticas para a ela tão-sòmente dedicar tòda a sua atividade. Estamos todos certos de que o Exmo. Sr. Presidente da República atenderá ao memorial que a respeito lhe foi entregue.

O criador não poderá ser afastado da sua criação.

Resta-me sòmente dizer ao Dr. Gustavo Barroso em nome de todos os seus colaboradores que esperamos se sinta hoje tão feliz recebendo esta justa homenagem como felizes nos sentimos por cumprirmos o nosso dever de gratidão."

Cessados os aplausos a essa oração, o Major José Edson Perpétuo, Representante do Exmo. Sr. Presidente da República,



Foto I — Homenagem da Livraria São José — 29.XII.58

descerrou o busto oferecido pelos funcionários do Museu, sob uma salva de palmas, enquanto a banda de música do Corpo de Bombeiros executava o Hino de Fortaleza, composição do maestro cearense Antônio Gondim com versos de Gustavo Barroso.

Em seguida, o Almirante Matoso Maia, Ministro da Marinha condecorou o Dr. Gustavo Barroso com a placa de Grande Oficial do Mérito Naval, o maior grau da Ordem que pode ser concedido, pronunciando as seguintes palavras, muito aplaudidas:

“Estava planejado e estabelecido que V. Exa., no dia 13 do corrente, Dia do Marinheiro, seria promovido a Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, pelos relevantes serviços que continuou prestando à Marinha depois de admitido como Comendador. Entretanto, falhas que ocorrem em tôda a parte não transformaram esta decisão em realidade. Bendigo estas falhas que vieram permitir que, com maior relêvo, o Govêrno pudesse, através da Marinha, por mim representada, associar-se às homenagens que, no momento, os seus amigos e admiradores lhe prestam. Receba, pois, Sr. Gustavo Barroso, a sua promoção a Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, como sincero reconhecimento da Marinha de Guerra do Brasil, pelo muito que V. Exa., fêz e, estou certo, continuará a fazer por ela”.

O Dr. Gustavo Barroso agradeceu vivamente, de improviso, aquela “verdadeira glorificação”, dizendo que era de todo avêso a manifestações de tal natureza e só tinha consentido em receber aquela por se tratar da homenagem dum funcionário humilde, que se tornara, devido às circunstâncias narradas no discurso da Prof<sup>a</sup> Nair de Carvalho, seu amigo fiel. Entendera que poderia aceitar a inauguração daquele busto não como um preito pessoal, mas como um verdadeiro símbolo do espírito que sempre reinara ali, na Casa do Brasil, de compreensão e de amor, não só ao culto do passado, das tradições da Pátria, mas entre os que a tão abnegada tarefa se dedicam com nobreza. O busto lembraria mais, no seu modo de pensar, o funcionário que o fizera para exprimir o seu sentimento, do que a figura do Diretor que o amparara e lhe dera uma nova vida. O Diretor, simples barro humano, passará com a sombra da morte, o Museu e o seu espírito continuarão vivos ao serviço do Brasil. Fôra a êsse serviço que também se dedicara



Foto II — No Pátio de Minerva, no Museu Histórico Nacional. 29.XII.58

a batalhar pelas glórias da nossa Marinha de Guerra, que agora, pelo gesto do Almirante Matoso Maia, o recompensava ao cêntuplo com ilimitada generosidade.

Finda, assim, a inauguração do busto, dirigiram-se todos os presentes à sala de conferências do Museu, Sala das Américas, profusamente decorada com flores e dominada pelo retrato em tamanho natural do Presidente Epitácio Pessoa, criador da instituição, pelo grande pintor português Carlos Reis. Teve, então, início a sessão solene da formatura dos alunos do Curso de Museus, dedicada ao Dr. Gustavo Barroso, paraninfo da mesma. Este sentou-se à mesa tôda coberta de flores naturais, ladeado pelo Representante do Exmo. Sr. Presidente da República, Major José Edson Perpétuo, Embaixador de Portugal, Dr. Manuel Rocheta, Dr. Afrânio Coutinho, Representante do Ministro da Educação, D. Hélder Câmara, Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, representando o Cardeal D. Jaime Câmara, Dr. Pedro Calmon, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Capitão Hiran de Faria, Representante do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, Dr. Austregésilo de Ataíde, Secretário Geral da Academia Brasileira de Letras e Coronel Acir da Rocha Nóbrega, Diretor do Arquivo do Exército. A sala estava literalmente cheia de pessoas representativas de tôdas as classes sociais, funcionários e ex-alunos do Curso de Museus.

Abrindo a sessão, o Dr. Gustavo Barroso, como Diretor do Museu Histórico Nacional, deu a palavra ao representante da turma de 13 museologistas que ia receber os diplomas de terminação do curso, Dr. Paulo Berger, o qual, depois de enaltecer os ensinamentos recebidos na Casa do Brasil e os professores que os ministraram, mostrando o valor de cada um e das matérias professadas, propôs que o atual Curso de Museus, de mandato universitário, em memória do seu criador e diretor, passasse a ser denominado Curso Gustavo Barroso, do mesmo modo que no Itamarati se designou o curso de diplomacia com o nome aureolado de Rio Branco. Esta peroração foi demoradamente aplaudida pela assistência.

Após a chamada dos diplomandos e entrega dos respectivos diplomas, falou o Magnífico Reitor Dr. Pedro Calmon. O seu discurso foi constantemente interrompido por salvas de palmas.

Relembrou o tempo feliz e cheio de esperanças em que iniciara a sua carreira na Capital da República, lutando com dificuldades. Encontrara generosa acolhida no Museu Histórico Nacional, em cujo ambiente de sossêgo e amizade, estudara e se preparara para grandes lutas. Gustavo Barroso, de quem fôra secretário no Museu por mais de dez anos, servira-lhe de mestre e conselheiro. Essa amizade caminhará pelo tempo, tornando-se cada vez maior. Êle recebeu-o triunfalmente na Academia Brasileira. Assim, naquela noite festiva estava ali jubiloso, a recordar com orgulho os seus primeiros passos na Casa do Brasil, que Gustavo Barroso fundara e durante mais de sete lustros defendera, engrandecera e dignificara. As suas palavras eram um preito de estima, admiração e gratidão ao ilustre brasileiro que envelhecera na defesa da alma do Brasil, que é a sua História.

Com a palavra a Professôra Maria Barreto, antiga aluna do Curso de Museus, disse da sua alegria em tomar parte naquela celebração do seu antigo mestre e amigo. Queria ressaltar de público que, em matéria de museus e defesa do patrimônio histórico do País, o Dr. Gustavo Barroso tinha sido o precursor e o mestre. Tudo quanto a respeito se tem feito e se está fazendo se origina do seu impulso inicial. Completando êle 70 anos de idade, dos quais 45 dedicados ao serviço público e 35 ao Museu Histórico, honrava-se em reconhecer, públicamente, o seu valor e o seu sacrifício, solidária com tôdas as homenagens que lhe estavam sendo prestadas.

Cessados os aplausos ao discurso da Professôra D. Maria Barreto, inaugurou-se na Sala das Américas uma placa de bronze, oferecida pelos alunos do Curso de Museus, comemorativa da sua atuação como professor de Técnica de Museus e de História do Brasil. Na mesma ocasião, a turma dos museologistas formada em 1954, entregou ao Dr. Gustavo Barroso um artístico cartão de prata gravado à mão como lembrança de alunos que permanecem seus amigos fiéis. Foi lido o seguinte memorial em pergaminho, assinado por centenas de alunos, ex-alunos, funcionários, Deputados, Ministros, intelectuais e amigos do homenageado, ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Dgmo. Presidente da República:

“Os Amigos, alunos e ex-alunos do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, admiradores do Professor Gustavo Barroso, que completa no dia 29 de dezembro 70 anos de idade, vêm respeitosamente pedir a V. Exa. que o mesmo seja mantido no cargo de Diretor daquele instituto por êle fundado e dirigido desde 1922. Estão certos os mesmos de solicitar do elevado espírito de compreensão de V. Exa. um ato de plena justiça.

O caso do Professor Gustavo Barroso, com mais de 45 anos de serviço é único na Administração Pública. Por êle foi ideada, regulamentada, organizada, fundada e dirigida no espaço de 36 anos a Repartição, a que dedicou mais da metade da sua existência consagrando-lhe tôda a sua grande atividade, tornando-a um tesouro de inestimáveis reliquias e um modelo digno de imitação. A sua capacidade funcional para o exercício do cargo, como notável historiador, mestre de folclore, técnico abalizado em museologia, emérito conhecedor das nossas épocas, costumes, armas, arquiteturas, indumentárias e objetos, é hoje reconhecida pela opinião pública de todo o País e do estrangeiro. Êle tornou o Museu Histórico Nacional uma fonte de irradiação de cultura e patriotismo, criando em 1932, como serviço dêle dependente, a Inspeção de Monumentos Nacionais, que iniciou a restauração das nossas obras de arte e se tornou em poucos anos tão importante que passou a constituir o atual Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o Curso de Museus, formador de museologistas para os serviços federais, estaduais e municipais do Brasil, disseminador da necessidade dos museus como estabelecimentos de estudo e ensino, animador do culto pela grandeza da Pátria. Além da sua obra literária, de grande vulto e repercussão, escreveu o Professor Gustavo Barroso dois volumes hoje considerados clássicos sôbre museologia, para a cadeira técnica por êle criada no referido curso, “Introdução à Técnica de Museus”, e fundou e dirige a magnífica publicação que são os *Anais do Museu Histórico Nacional*.

O pedido que ora fazemos, *data venia*, a V. Exa. Sr. Presidente da República, encontra amparo legal no art. 191 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952 que diz o seguinte: “Salvo o caso de aposentadoria por invalidez, é permitido ao funcionário aposentado



Foto III — O Dr. Gustavo Barroso agradece a homenagem prestada no  
Pátio de Minerva

*exercer cargo em comissão e participar de órgão de deliberação coletiva, desde que seja julgado apto em inspeção de saúde que precedera sua posse...*”

Diante do exposto, os abaixo assinados, confiantes no alto espírito de justiça de V. Exa., estão certos de que o Governo da República, associando-se às entidades nacionais e estrangeiras que festivamente comemoram o setuagésimo aniversário do fecundo escritor, ilustre acadêmico, notável funcionário e dedicado professor, que é o Dr. Gustavo Barroso, o aposentará no cargo de Diretor do Museu Histórico Nacional e o nomeará para exercer o mesmo cargo em comissão, mantendo na direção da Casa do Brasil aquêle que a fundou na mocidade e a dirigiu durante 36 anos, envelhecendo ao seu serviço.

Apresentamos a V. Exa. Sr. Presidente da República, os testemunhos do nosso maior respeito e da nossa mais elevada estima.”

Com a palavra o Coronel Acir Rocha da Nóbrega, Diretor do Arquivo do Exército, fêz o mesmo entrega ao Dr. Gustavo Barroso do diploma e da medalha comemorativa do sesquicentário daquela instituição, salientando o fato de ser o homenageado o primeiro civil a receber essa distinção e pronunciando as seguintes palavras:

“Não carece de justificativas a razão porque o Arquivo do Exército se associa às manifestações que se fazem hoje ao maior culto civil das nossas tradições militares; ao historiador honesto que sabe ser nos Arquivos que a História tem o seu encontro com a verdade e que nêles tem encontrado o argumento para enriquecer, com tanto brilho, as letras pátrias; ao soldado de alma e coração, civil porque não veste farda, mas que, como afirma — “apesar de não ser militar, são militares os pendores do seu espírito que seguiu, contrariado pelas circunstâncias, rumos diversos dos que almejava” e ao brasileiro de verdade que, “desde a sua mocidade, se entrega à patriótica e muitas vêzes incompreendida tarefa de restaurar o brilho das nossas esquecidas glórias e tradições militares”.

Não falarei ao acadêmico, ao homem de letras. Não lhe farei o elogio que, com autoridade, outros já o fizeram. O uso indevido

da autoridade é punido pelos códigos e pela ética. Não incorrerei nas suas sanções.

Relembrarei e respigarei as suas próprias palavras, inclusive, as que possam parecer uma auto-apreciação, porque, ainda essas, exprimem o pensamento de quantos conhecem e admiram a sua obra, para dizer que o Arquivo do Exército, depositário de grande parte do patrimônio documental histórico-militar da Nação, em cujos escrínios vivem e palpitam belas e gloriosas tradições legadas pelos nossos soldados de antanho, não podia deixar de homenagear o grande idealizador e fundador do Museu Histórico Nacional que, à semelhança daquele Arquivo, é, também, um templo sagrado das nossas relíquias do passado, cenáculo onde as gerações presentes têm a sua escola viva de patriotismo — vendo, admirando e reverenciando os troféus que nêle se encontram e que “recordam episódios e homens e confirmam as suas gloriosas ações”.

“Como sabem todos que estudam as coisas militares, a tradição é a alma dos Exércitos” e “não se cria uma mística militar sem invocar a tradição”. E, por isso mesmo, reconhecemos o valor e somos gratos àquele que, “desde a sua mocidade, se dedicou ao estudo e ao comentário dos nossos fastos guerreiros, em todos ou em quase todos os seus aspectos”.

Discordo, Dr. Gustavo Barroso, da afirmação que, certa vez, amargurado pela incompreensão de alguns, chegou a fazer: — “Estou hoje esquecido”. Não. Não estêve, não está, nem estará.

“Quando galhardamente desfilam pelas avenidas, sob os aplausos da multidão entusiasmada, os regimentos engalanados de faulhantes uniformes tradicionais, sobretudo os já famosos “Dragões da Independência”, esteja certo de que não apenas nós os militares, mas todos os que amam e se orgulham das nobres tradições dêste País, recordam as tremendas lutas que teve de enfrentar o “jovem Deputado idealista que lançara essa idéia no seio dum Parlamento dominado pela politicagem”.

Prestou, revivendo as nossas tradições militares, um grande serviço ao Exército e à Nação. Portanto, Dr. Gustavo Barroso, ambos, Exército e Nação, reconhecem-lhe o direito de sentir-se, como confessa, “orgulhoso e vastamente recompensado por êsse sentimento de nobre, sadio e varonil orgulho”.

Longo, muito longo eu seria, se me atrevesse a enumerar os seus relevantes serviços e as suas grandiosas obras de caráter militar. São por demais conhecidas e apreciadas.

O seu *Álbum de Uniformes Militares*, desde o tempo colonial até 1922, desenhado pelo saudoso pintor tradicionalista Washé Rodrigues, com texto da sua lavra, não é apenas uma obra para bibliotecas, é, pelo escrúpulo com que foi organizado e pelas fontes consultadas, a melhor documentação, sôbre o assunto, de que dispõe o Arquivo do Exército.

Os seus preciosos livros sôbre — “episódios marcantes das nossas guerras estrangeiras, algumas quase esquecidas”, — despertou o interêsse pelas justas e gloriosas campanhas militares do Brasil, que já se iam deslembradas, “como se a geração de agora se envergonhasse da bravura dos soldados de Taquarembó, de Índia-Muerta, do Passo do Rosário e de Caseros”.

No seu “*Brasil em face do Prata*”, foi feita a melhor defesa de “nossas Fôrças Armadas das incompreensões, das acusações injustas, das calúnias mesmo e até, forçoso é dizê-lo, dos insultos de alguns escritores hispano-americanos, sobretudo platinos, em páginas de história ou de ficção, contra nossos soldados e marinheiros”. As “retaliações de monta nos jornais de Buenos Aires e Montevidéu”, não o atingiram, não perturbaram o seu ânimo de patriota intransigente na defesa das honrosas tradições e das glórias de nossas armas, “destruindo um a um êsses falsos testemunhos”, com a documentação que nos arquivos buscou. Assim, ficaram confundidos, pulverizados, nas suas patranhas, os Oleary, os Galvez, os Pereyra e outros.

Os que se esquecem de fazer história fundamentada em documentos, fazem-na ao sabor das suas conclusões apressadas, bem ou mal-intencionadas, mas a deturpam quase sempre com flagrante menosprêzo pela realidade dos fatos, tornando-se historiôgrafos repetidores ou fantasiosos, mas nunca historiadores da sua têmpera, Dr. Gustavo Barroso, que nos Arquivos procura e encontra sempre a Verdade.

A esquematização da História Militar do Brasil que planejou, para ser uma verdadeira Enciclopédia do Exército Brasileiro, “obra necessária para o Brasil conhecer os feitos da sua gente e a ação



Foto IV — Fala o Reitor Calmon, na sessão solene do dia 29, do M.H.N.

continuada do glorioso Exército Nacional, compreendendo-se de modo lato sob essa designação integralizadora tôdas as Fôrças Armadas oficialmente pelo Poder Público para defesa da Ordem e das Instituições no interior, para defesa da Integridade Territorial e da Soberania no exterior”, está em plena realização pela Biblioteca do Exército.

Como vê, Dr. Gustavo Barroso, o Exército não o esquece. As suas idéias e sugestões vingam sempre, porque soube “amá-lo através de tôda a sua acidentada e gloriosa história” e sempre se bateu para que êle “represente uma muralha de sustentamento e uma garantia dos princípios vitais que asseguram a continuidade da vida Nacional”, enfim, para que o Exército seja “o guarda vigilante da Eternidade do Brasil”.

O Exército muito lhe deve e há de se lembrar sempre daquele que, à paisana, integra as suas fileiras espirituais e delas jamais se afastou desde quando, adolescente, por vocação, pensou em envergar o uniforme de cadete que o faria um militar fardado.

Podéria, talvez, ter dito melhor. Não disse muito, mas creio ter dito o bastante para justificar a modesta homenagem que lhe presta o Arquivo do Exército, escolhendo-o para ser o primeiro civil a receber a Medalha Comemorativa do seu Sesquicentenário.”

O Dr. Gustavo Barroso encerrou a sessão, falando de improviso para agradecer essas generosas manifestações que tanto o emocionaram. Relembrou a sua infância no Ceará numa casa, numa família e numa convivência em que continuamente se exaltava o Brasil e o seu passado. Essa formação espiritual era a responsável pelos pendores do seu espírito que o tinham levado a defender pela palavra e pela pena as sagradas tradições do Brasil. Desde que essa era a feição peculiar do seu espírito não via razões para os elogios que lhe eram feitos senão na generosidade dos seus amigos e subordinados, pois não encontrava méritos no que era natural e espontâneo. Contou, em seguida, a história da criação do Museu Histórico pelo saudoso e grande Presidente Epitácio Pessoa, a quem servira como secretário na Conferência da Paz em Versalhes, em 1918, e em viagens oficiais a vários países. A idéia fôra por êle pregada no “Jornal do Comércio” em 1911. O Presidente Epitácio Pessoa realizou-a em 1922 e nomeou-o primeiro

diretor da Repartição criada. Em 36 anos de exercício no cargo, através de mil tropeços, nada mais fizera do que procurar ser digno do mandato que lhe confiara o grande brasileiro desaparecido. O seu escôpo fôra tornar o Museu uma escola de civismo, de amor às nossas tradições e à nossa História. Traçou o perfil de alguns servidores da casa, aposentados ou mortos, que foram bons companheiros das horas difíceis. O Museu, afirmou, não era obra sòmente sua, mas de todos os que, no decurso de sete lustros, o tinham ajudado, alguns com o seu esforço anônimo, mas nem por isso menos valioso, como guardas, artífices, serventes, dos quais relembrou alguns nomes. Recordou episódios interessantes da existência do Museu e acrescentou: "Os antigos aztecas, nos seus grandes festejos anuais, reunidos em vasta planície, assistiam a uma cena espantosa: no alto dum *teocalli*, o grão-sacerdote da sua religião sanguinária, abria o peito dum moço com uma faca de pedra, retirava dêle o coração e oferecia-o palpitante numa patena de ouro ao Sol que nascia. Para mim o Sol não nasce, mas desce no crepúsculo. Aqui estais todos reunidos, fazendo-me esta ovação que me perturba e emociona, que me surpreende e me esmaga. Para agradecer-vos, se me fôsse possível, subiria ao alto duma pirâmide e lá em cima, mandando abrir o meu peito, vos ofereceria o coração ainda palpitante dum velho!".

Terminou com estas frases: "Reza a lenda que o Doutor Fausto vendeu a alma ao diabo com a condição de vir buscá-lo no momento em que êle, deliciado pelo prazer da vida, dissesse ao momento que passa: — Pára! Pois estou tão inebriado pela vossa generosidade nesta hora que, mesmo desafiando o poder de Mefistófeles, diria ao tempo: — Pára! Não caminhes mais!"

As palavras do Dr. Gustavo Barroso foram cobertas por demoradas e seguidas salvas de palmas. Após a sessão, na sala da Biblioteca do Museu Histórico, foi servida aos presentes uma taça de champanha, tendo o Dr. Gustavo Barroso partido o grande bôlo comemorativo do seu aniversário, em forma de livro com os títulos de tôdas as suas obras.

As comemorações do setuagésimo aniversário do Dr. Gustavo Barroso prosseguiram no dia 30 de dezembro. Às 10,45 horas, houve na Reitoria da Universidade do Brasil uma sessão solene.

em que o Diretor da Museu Histórico Nacional foi saudado pelo Vice-Reitor Dr. Deolindo Couto que falou sôbre a vida e a obra do grande historiador, acadêmico, folclorista e pesquisador incansável, explicando o significado da justa homenagem que lhe prestava a Universidade do Brasil.

Ao terminar, pediu a palavra o Professor Eremildo Viana, Diretor da Faculdade de Filosofia, que disse não estar inscrito para falar, mas não podia deixar de trazer a sua solidariedade a um escritor e historiador que desde muito tempo admirava e aplaudia. Teceu as mais elogiosas referências ao Dr. Gustavo Barroso como professor, literato e homem público. Mostrou o seu exemplo para servir de incentivo à mocidade e acabou felicitando a Reitoria da Universidade do Brasil por ter tido a feliz idéia de glorificar um mestre da nossa historiografia no momento da sua aposentadoria compulsória, lamentando que a mesma privasse a cátedra dum curso universitário de tão provecto professor.

Na sua resposta de agradecimento, o Dr. Gustavo Barroso recordou sentidamente a memória dos seus professôres no Colégio Parténon, no Liceu e na Faculdade de Direito do Ceará, que modelaram o seu espírito e pelo seu saber e experiência lhe transmitiam mais do que os ensinamentos científicos, os ensinamentos morais. Citou-lhes os nomes, fêz de cada um resumida biografia, rendeu-lhes o culto da sua gratidão. E pediu permissão para que aquela homenagem que generosamente lhe prestava a Universidade do Brasil e que profundamente agradecia, fôsse transferida àqueles mestres a quem tudo devia.

Às 17 horas do mesmo dia, no auditório do Ministério da Educação e Cultura, houve a sessão magna da Casa do Ceará sob a presidência do Dr. Deoclécio Dantas, que pronunciou o discurso de abertura, declarando que a sociedade por êle presidida se associara jubilosa às homenagens prestadas não só ao intelectual ilustre, mas sobretudo a um dos representantes da intelectualidade cearense. O orador oficial da solenidade Acadêmico Austregésilo de Ataíde disse que ia prestar um depoimento que há 44 anos esperava ser pôsto em letra de fôrma e no qual rememorava a primeira vez que lhe fôra dado conhecer de vista e admirar de longe Gustavo Barroso, que, então usava o pseudônimo tornado famoso

pela publicação de "Terra de Sol", João do Norte. Foi esta a sua bellissima oração:

"Conheceis todos a simples e encantadora história de crianças que registam na lembrança o encontro que tiveram com grandes homens e depois descrevem na idade madura a impressão subjugadora que receberam.

Esperei quase meio século pela oportunidade de dizer de público como vi Gustavo Barroso pela primeira vez e de como a presença majestosa daquele cavaleiro baralhando num formoso alazão nas praias de Fortaleza, entre a Ponte Metálica e o Mucuripe feriu a imaginação de um pequeno seminarista que, com os seus companheiros, fazia naqueles sítios o passeio semanal da comunidade.

Quem nunca viu as praias nordestinas não pode formar nenhuma idéia da alvura da areia nem como se elevam em dunas e menos ainda dos panoramas que oferecem na tarde crepuscular, quando sopram as últimas virações, aliviando a natureza dos calores do dia. Naquele tempo não havia o hábito de freqüentá-las nos arredores de Fortaleza e, por serem desertas, eram o local preferido para os passeios dos seminaristas. Por ali nos espalhávamos aos bandos, com as nossas batinas negras recebendo a areia fina que o vento trazia e conversávamos a respeito dos pequenos problemas da nossa vida, reminiscências de casa, saudades dos parentes, as competições escolares e os mais assuntos inocentes que a nossa existência mística de preparação para o sacerdócio inspirava.

Pois foi numa dessas tardes de quarta-feira que se deu a aparição. De súbito, vimos surgir o cavaleiro impetuoso, metido em vestes elegantes que só conhecíamos em fotografia, garboso no seu corcel, no esplendor dos vinte e cinco anos. Foi um espanto geral e logo um dentre nós exclamou: "João do Norte!" Sim, ali estava, em pessoa, ao alcance dos nossos olhos deslumbrados, o jovem triunfante que escrevera "Terra de Sol" e "Balata" e que, pouco depois publicaria "Praias e Várzeas", cujas narrativas ainda guardo de memória.

Exercia então as funções de secretário do Interior e da Justiça, cargo que nos parecia de suma importância e que ganhava

de expressão sendo exercido por um jovem escritor que se asse-  
nhoreara das nossas admirações.

O cavaleiro passou rápido e rápido desapareceu, arrebatado  
numa nuvem de pó redourada pela derradeira luz, mas os que o  
viram atônitos nunca mais esqueceram a cena. Dissemos uns aos  
outros. "Vimos hoje na praia o João do Norte" e foi como se essa  
simples vista já houvesse estabelecido alguma forma de comuni-  
cação e intimidade com o grande escritor.

Quando abri "Terra de Sol", vendo aquela apresentação de  
relêvo geográfico do Ceará, das praias para o sertão, feita em  
estilo amplo e cantante, confesso que foi como se tudo aquilo  
fôra da pena de Euclides da Cunha. Mas a impressão dura pouco  
e logo vem a originalidade de um prosador que não pode ser con-  
fundido com qualquer outro da nossa língua, que, no curso dos  
anos, conservou, através de dezenas de livros escritos sôbre os  
mais variados assuntos, a mesma graça, a mesma jovialidade dos  
dias do seu aparecimento triunfal nas letras brasileiras.

"Terra de Sol" mostrou ao Brasil um Ceará que era desco-  
nhecido pela grande maioria, nos seus contrastes profundos das  
sêcas desoladoras e dos invernos dadivosos. Nunca se viu trans-  
formação tão grande e tão pronta nos panoramas físicos de uma  
imensa região, como a que se verifica no Ceará, quando, depois  
das longas estiadas, a chuva volta a abençoar as terras ressequidas.  
Impõe-se o pensamento de que tudo se produz em virtude de uma  
fôrça miraculosa.

Gustavo Barroso pinta êsses quadros diferentes com a fideli-  
dade de quem os viu muitas vêzes e possui na pena as mágicas  
qualidades do pincel, e o que o ajuda no realismo dos quadros é  
a moção com que o compõe, vindo do fundo do seu amor pela  
terra. Amor que o faz não conceber que o seu repouso possa ter  
cutro leito e não deseje para a eternidade senão o carinho das  
brisas cearenses, donde viveu afastado mas de que, na verdade,  
jamais se ausentou.

"Terra de Sol" não poderá ser apontado como precursor de  
outros livros de sociologia e de interpretação da vida local nordes-  
tina que vieram mais tarde? Os estudos do homem, como os pas-  
sadores de gado, os cangaceiros e curandeiros, os sertanejos, fa-



Foto V — O agradecimento do Dr. Gustavo Barroso, na sessão solene do M.H.N.

zendeiros e vaqueiros, podem e devem figurar entre as melhores páginas de investigação psicológica escritas no Brasil e não vi quem as excedesse no traçado da psicologia típica do povo cearense.

Não creio que haja muitos que conheçam o Ceará, a sua história, os seus costumes, os lances da alma popular, as lendas e fábulas, sobretudo o imenso anedotário que fixa tão bem o caráter da gente, de que êsse João do Norte que, apesar de estar há quase cinqüenta anos no Sul, nunca deixou de ser do Norte e tem vivido sempre na atmosfera moral da sua terra.

Vejam o seu livro de memórias denominado "Coração de Menino"; com que ternura relembra a sua infância, os pequeninos fatos que a marcaram, episódios nos quais se acham as fontes de muitos contornos de caráter e da vida do homem feito. Assim vivíamos, as crianças daquele tempo, na severidade e na inocência e as nossas traquinices eram feitas sem maldade, os nossos mestres eram como os de Gustavo Barroso e não eram diferentes os métodos e maneiras de educação da família.

Tudo de tanta autenticidade que o livro, contendo apenas doze meses de escola, é um epítome da vida infantil na sua época, na Capital como no interior, pois Fortaleza, no fim do século passado, apesar do bonde de burro, dos combustores de iluminação pública e das novidades da Praça do Ferreira, não ia muito adiante das cidades de mais prestígio que conheci melhor, na minha meninice.

Gustavo Barroso andou pelas terras mais civilizadas do mundo, como turista e em missões diplomáticas que lhe permitiram os mais elevados contactos nos círculos sociais. Mas quem disse que tais andanças alteraram uma linha que fôsse na figura moral do menino cearense que frequentou o Colégio Parténon do velho Lino da Encarnação, ou sequer o aturdiram a ponto de perder por um instante que fôsse o *tónus* vivificador da sua origem nordestina?

Aí está a sua obra imensa servindo de prova. Nada menos de cento e seis livros figuram na sua biblioteca e isso é apenas uma parte da sua produção, pois se publicasse, como certamente o fará, um dia, as conferências que às dezenas pronuncia todos os anos e com as quais ilustra, dignifica e encanta as tribunas de associações literárias e cultas no Brasil e no exterior, e os artigos



Foto VI — O bôlo de aniversário representava um livro

com que enriquece as páginas de jornais e revistas, era bem possível duplicar êsse número.

Pois bem, nessa obra tão vasta, abrangendo Ficção, História, Sociologia, Folclore, Política e na qual o erudito, o investigador, o filósofo, o primoroso estilista compõe uma das mais singulares e fecundas figuras do pensamento brasileiro, o Norte está sempre presente, alteia-se nas suas fôrças criadoras e o Ceará pompeia e exulta, para repetir aqui a expressão de Bilac, impregnando as mais profundas raízes do seu espirito.

E' difficil a quem haja nascido naquelas regiões esquecê-las, por mais breve que seja o esquecimento. Confesso que, estando a tantas décadas ausente e disperso, a trama psíquica do nordestino jamais me largou, estou firme nos hábitos, gostando de tudo quanto vem de lá, pessoas e coisas, amando tudo quanto relembre a terra, adorando as suas frutas, doces e comedorias. Sonhando com o dia de reencontrar e rever, e até tenho medo da emoção dêsse encontro.

O serviço que Gustavo Barroso presta ao Norte é constante e extraordinário: o serviço de manter as tradições da sua preponderância intelectual no Brasil, de apresentar constantemente as regiões mais ricas e prósperas aos meios mais cultos e civilizados, fiéis retratos da vida e do povo nordestino. O seu grande amor ao Brasil é um grande e terno amor pelo Nordeste, no qual todos sabemos que se acham as raízes mais puras e fiéis de nosso destino nacional. Nesse particular somos o melhor sal da terra.

A Casa do Ceará poderia encontrar outro intérprete para esta solenidade, muito mais credenciado pela vinculação do nascimento e pelos méritos da posição intelectual. Mas duvido que qualquer outro tivesse apreciado tanto a honra e o prazer que me foram dados de falar pela terra onde hauri os primeiros conhecimentos, os mais fortes ideais cívicos, as mais seguras lições de energia e donde são filhos e originários os Rodrigues Lima e os Feitosas, gente honrada e destemerosa da zona do Sobral e dos Inhamuns, e a cujo sangue pertenço com desvanecimento.

No Ceará lida há sessenta anos êsse varão sábio e íntegro de esplêndida vitalidade e renitente idealismo, o velho Desembargador Ataíde, marchando vigoroso e sólido para a casa dos oitenta e cinco, que espero em Deus seja ultrapassada de mais quinze ou

vinte, com a rizeza do corpo e alma que fazem dêle o orgulho dos filhos, netos e bisnetos, em número de família patriarcal.

Falo, assim, pela Casa do Ceará com títulos legítimos.

Gustavo Barroso é, como vistes, um dos meus amigos mais admirados e queridos. Membro da Academia, desde 1923, a Casa de Machado não tem entre os seus imortais nenhum que lhe dê mais lustre, prestígio e motivo de respeito. Está lá há trinta e cinco anos e isso é a metade da sua vida, trabalhada e profícua.

A sua glória literária assenta sôbre um monumento imperecível e a essa glória ajunta-se uma não menor nem menos considerável: a de ter fundado o Museu Histórico Nacional. Fundou-o e construiu-o, em trinta e seis anos de labor sem interrupção ou reticência, com a fé que transporta montanhas e pode tirar a vida do nada.

Os seus setenta anos alcançam tôdas as plenitudes. Ainda é o guapo rapagão, cuja formosura a idade torna mais dignificante e majestosa. O espírito jorra a mesma luz da juventude, mais enobrecida pelo maior saber e mais firme pela maior experiência. O Brasil tem-no entre os seus maiores filhos; e o seu renome na América é consagrado pelo interêsse de que deu testemunho pelas cartas que, como diretor-secretário da revista "O Cruzeiro", tenho recebido incessantemente, comentando os seus artigos e pedindo o seu pronunciamento a respeito de assuntos pertinentes à História Continental. Na Europa, é dos brasileiros mais queridos e estimados intelectualmente. Portugal, a Espanha, a França e a Itália contam-no como Membro de muitas das suas Associações de Literatura ou História e o número de Comendas, títulos honoríficos e homenagens que lhe têm sido tributados consagram serviços efetivos prestados por êle à causa da cultura, do bom entendimento e das relações amistosas do Brasil com tôdas as nações cultas do mundo.

As festas com que celebramos os seus setenta anos representam um tributo merecido. Os círculos intelectuais mais ilustres, aqui e nos Estados, o Govêrno, a Imprensa e o Povo juntam-se nos aplausos ao escritor, ao homem público, ao cidadão, e o Ceará, por nosso intermédio, nesta reunião de conterrâneos e irmãos, abraça-o agradecido pelo muito que lhe deve e orgulhoso de tê-lo como dos primeiros, na linhagem dos seus grandes filhos."

Aplausos vibrantes e persistentes saudaram o consagrado homem de letras e Acadêmico.

Falaram em seguida o Professor Aduino de Alencar Fernandes, que relembrou os troncos cearenses familiares de Gustavo Barroso, sobretudo a figura de seu pai, falecido aos 102 anos de idade, cearense de fortaleza e fibra excepcionais. Pelo espírito e pelo coração, o filho um digno descendente dessa progênie ilustre e pelos serviços intelectuais prestados ao Ceará e ao Brasil se tornara merecedor das maiores glorificações. O Professor Aduino de Alencar Fernandes foi muito aplaudido. Com a palavra o Desembargador Carlos de Oliveira Ramos fez uma oração modelar, estudando a obra e a pessoa de Gustavo Barroso a quem rendia naquele momento consagratório o preito da sua admiração. Mereceu o Desembargador Oliveira Fernandes reiterados aplausos.

Verdadeiramente emocionado, o Dr. Gustavo Barroso agradeceu a todos aquelas manifestações de admiração e aprêço, que estava longe de acreditar pudesse merecer. Referiu-se aos 21 anos da sua vida até à primeira mocidade passados no Ceará e aos 49 outros decorridos longe da sua terra natal, mostrando que, no fundo da sua alma, sem que pudesse dar uma explicação plausível, aquêles 21 valiam tanto mais que êsses 49 que até parece desapareciam, se apagavam êstes diante daqueles. E' que nos primeiros dominava — afirmou — o amor da terra, das coisas, das côres, das luzes, dos cheiros, dos gostos de tudo o que, desde muito pequenino, fôra descobrindo e amalhando como um tesouro. Na infância e na adolescência, descobrira e amara a vida, vestindo-a com todos os véus da fantasia. Na mocidade, na maturidade e na velhice, as decepções e a experiência tinham assassinado a fantasia. As paisagens das almas e das terras, não eram, pois, as mesmas, não possuíam mais aquêlê encanto do passado. Daí as saudades que constantemente o alanceavam ao lembrar-se do Ceará, as quais, às vêzes, até lhe doíam fisicamente. Daí o arrependimento de ter deixado a terra natal para uma audaciosa aventura que as comemorações do seu aniversário estavam coroando de louros, louros que êle trocava de bom grado pela inocência feliz de outrora na pequena e singela Fortaleza da sua meninice. Por isso, mais do que tôdas as outras homenagens recebidas, lhe tocavam mais fundamente o coração aquela que nessa hora lhe prestavam os

cearenses reunidos na Casa do Ceará, Aduino de Alencar Fernandes e Carlos de Oliveira Ramos, todos seus queridos amigos.

No almoço mensal da Ordem dos Velhos Jornalistas na Associação Brasileira de Imprensa, a 31 de dezembro de 1958, estava programada uma manifestação especial ao Dr. Gustavo Barroso, membro da mesma. Devia falar o ex-Senador Mozart Lago, oferecendo-lhe uma lembrança alusiva à data dos seus 70 anos, em nome de todos os companheiros. Infelizmente, circunstâncias imprevistas impediram que o homenageado comparecesse àquela festiva reunião. O Dr. Mozart Lago enviou-lhe a referida lembrança acompanhada de uma carta e o Dr. Gustavo Barroso agradeceu a tocante homenagem numa página escrita, lembrando os laços de velha amizade entre êle e o colega encarregado de o saudar.

No dia 5 de janeiro de 1959, realizou a Biblioteca do Exército uma bela cerimônia destinada a comemorar os 76 anos de existência da instituição, com distribuição dos prêmios anuais, e o setuagésimo aniversário do escritor militar Gustavo Barroso. Inaugurou-se antes da sessão solene, com a presença de convidados civis e altas patentes do Exército, uma grande exposição com vitrinas em que figuravam as obras, as condecorações, lembranças pessoais e cartas de grandes escritores portugueses, franceses, espanhóis, ingleses, italianos, sul e norte-americanos do festejado homem de letras cearense. Presidiu a inauguração o ilustre Embaixador da Espanha, Tomás Suñer Ferrer. Pronunciou o seguinte discurso o General João Batista de Matos, que foi entusiasticamente aplaudido:

*"Digno Dr. Gustavo Barroso*

*Labor omnia vincit*

— Cabe-me, por delegação mui honrosa da Biblioteca do Exército, dizer dos motivos desta cerimônia, última do programa de homenagens públicas, que, ao ensejo do vosso 70º aniversário vos vem sendo tributadas.

Aqui não há lugar para repetirmos referências sobre vossa atuação como escritor em geral, homem público, professor, amigo de editores e livreiros, pois já o fizeram, com proficiência, amigos

e oradores em solenidades precedentes, sempre complementadas com vossa própria cooperação nas preleções de agradecimento.

Consideraremos apenas como presentes as palavras pronunciadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Marinha e pelo Arquivo do Exército, por ocasião das solenidades no Museu Histórico, em que vos concederam as medalhas do Mérito Naval e Comemorativa do sesquicentenário do Arquivo, palavras essas em que foram bem ressaltados os vossos serviços às fôrças Armadas.

Senhor Gustavo Barroso, procuraremos demonstrar porque as Fôrças Armadas não poderiam estar ausentes e porque nunca se omitirão, sempre que se tratar daquele que, devendo ser um dos nossos por vocação, tornou-se o homem público brasileiro, a quem as mesmas devem reais e importantes serviços.

Personalidade embasada numa juventude a que não faltaram dificuldades e contrastes, sempre vencidos com galhardia e saldos, e, orientada no propósito de estabelecer idéias e princípios, pregá-los, defendê-los com alma e coração, nos vossos escritos, em conferências, no Parlamento, e assim nortear-se por êles, vossas ações de escritor, de um homem público, de politico, de museógrafo constituem um todo e uma linha de ação incomum em nosso meio e um exemplo para os que exercem ou aspiram a qualquer espécie de liderança.

Estas características, que julgo marcantes na vossa personalidade, se por um lado confirma o conceito de que sem sofrimentos não se sente a vida e nem se define uma personalidade, por outro infirma o do renomado Padre Antônio Tomás, vosso conterrâneo, pois a vossa permanência na missão prèviamente traçada, deixa bem claro que para vós as esperanças continuam à frente e os desenganos ficaram sempre atrás.

A justificativa do que acima afirmamos consta da introdução à História Militar do Brasil de vossa autoria, sob o título "Vestíbulo" assim escrito, em 1935:

"Êste livro é o resultado duma campanha nacionalista que iniciei há vinte e quatro anos, em 1911, pelo "Jornal do Comércio", quando lancei a idéia da fundação de um Museu Histórico de caráter militar. Não me arrefeceram o entusiasmo, com o correr dos anos, a indiferença geral, a baba dos despeitados, as injusti-



Foto VII — Sessão magna da Casa do Ceará, no Ministério da Educação e Cultura — 30-XII-58.

ças do Poder Público e os ataques mesquinhos de alguns positivistas. Continuei-a ininterruptamente pela imprensa, onde quer que escrevesse. Fiz conferências no Clube Militar e nas Academias. Levei-a para o seio do Congresso Nacional. Publiquei cinco livros sobre os episódios das nossas guerras estrangeiras e um sobre as nossas tradições militares, justificando a minha idéia da criação dos Dragões da Independência; organizei, nomeado pelo Presidente Epitácio Pessoa, o Museu Histórico Nacional, desenvolvi-o, maugrado os obstáculos, e tornei-o, felizmente, uma instituição digna do nosso passado; comemorei o centenário da nossa emancipação política com uma obra sobre os nossos uniformes e organizações militares, em colaboração com o pintor J. Washt Rodrigues; e, no curso de museografia do Museu Histórico, procurei ensinar aos moços o amor das nossas glórias.

O resumo histórico das nossas campanhas contido neste volume foi constituído com a série de lições sobre História Militar do Brasil, dadas no Curso de Extensão Universitária do mesmo Museu em 1933, que repeti em 1934 na Escola de Oficiais da Milícia Integralista do Distrito Federal. Preencho, outrossim, sensível falha da nossa bibliografia. A única História Militar do Brasil existente foi escrita, em 1762, por José de Mirales!

Foi essa, sem falsa modéstia, a pequena contribuição que pude prestar ao meu País em prol da restauração do culto de seu glorioso passado. Se lhe falta ciência, não lhe falta, estou certo, consciência, que esta se mostra a cada passo na sinceridade dos propósitos e, sobretudo, no meu amor pelo Brasil”.

À lista dos livros aí referida deve-se acrescentar os referentes a Caxias, Osório e Tamandaré.

A vossa campanha nacionalista, ao contrário da que ora se ensina e se apregoa sem denominador comum, mas com fins demagógicos, eleitoreiros, ou mesmo ocultos ou sem finalidade alguma, baseava-se em dar ao Brasil consciência do seu valor, fruto do árduo trabalho dos seus filhos e, em particular, fundamentar o aprimoramento profissional das suas Fôrças Armadas, como consequência dos exemplos herdados do passado.

Tôda a vossa obra no campo militar é prenehe de ensinamentos destinados a estimular a prática das virtudes militares.



Foto VIII — O Acadêmico Austregésilo de Ataíde na homenagem da Casa do Ceará

Os fatores negativos à consecução de tal *desideratum*, foram sempre relegados a plano secundário.

Neste particular os vossos serviços superam os do Barão do Rio Branco, enquanto êste num momento dado, com o prestígio do cargo e da sua autoridade, proporcionou às Fôrças Armadas, modernização imediata e notável poderio material, a vossa atividade visou a parte moral, equacionando o problema do patrimônio indestrutível das mesmas, bem como, torná-las conhecidas da Nação quanto no seu acervo de realizações e naquilo que deve constituir a sua finalidade precípua.

Essa tarefa que não poderia ser levada a têrmo por profissional das armas, sem incorrer em suspeitas de ser procurador em causa própria, encontrou na vossa pessoa o executor perfeito.

Diante dos vossos serviços às Fôrças Armadas, esta cerimônia representa uma das muitas provas de reconhecimento do Exército à vossa notável e construtiva obra.

Explicados os motivos da cerimônia, devo à assistência e ao próprio homenageado, explicar porque aceitei a incumbência de saudá-lo, quando no Exército existem vultos com muito maiores credenciais de cultura, capacidade e de intimidade do homenageado.

E' que se me apresentava a oportunidade de externar em público agradecimentos de alguém em quem despertastes o gôsto pelo estudo aprofundado da nossa História Militar.

Durante o curso de extensão universitária sôbre História Militar, dado no Museu Histórico Nacional em 1933, entre os assíduos assistentes encontravam-se o saudoso General Otávio de Azevedo Coutinho, sempre numa das cadeiras da primeira fileira, e o orador, então Capitão, numa das últimas fileiras.

O nosso estudo simultâneo de guerras napoelônicas e das campanhas nacionais, deixavam-nos empolgados e sempre mais atentos a tudo que versava sôbre o grande curso e em plano secundário o que nos importava conhecer como profissionais brasileiros.

Aquelas lições de estudo teórico-prático, sempre acompanhadas dumã apresentação do armamento, do fardamento e de tudo mais que desse vida ao assunto, empolgaram-me, tendo-me mesmo surpreendido por serem ministradas por um civil.



Foto IX — O Dr. Gustavo Barroso agradecendo a homenagem da Casa do Ceará.

Sois, pois, o culpado de ser hoje vosso confrade nos Institutos de História e Geografia Militar e do Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro.

Lembro-me também da emoção causada pelas vossas palavras na recepção pelo Museu da espada de Floriano Peixoto, então entregue pelo Grêmio Floriano Peixoto, do qual faço parte. E ainda como prova de firmeza na missão é de ressaltar, ultimamente, a vossa decisiva intervenção com relação ao quépi de Solano Lopez, que, pôsto em leilão, interessados pretendiam adquirir e ofertar ao representante diplomático do País amigo para retôrno e conseqüente desfalque do nosso patrimônio histórico, que só por ato do Poder Público poderá ser desfalcado.

Finalmente senhores é oportuno, ao concluir, ressaltar os ensinamentos da obra de Gustavo Barroso às Fôrças Armadas, diante da Conjuntura atual.

Para os homens de responsabilidade política ou não:

— criar ambiente de permanente compreensão das suas tarefas, para que constituam corporações depositárias legítimas das virtudes que nortearam as suas atuações no passado;

— não as arrastar a campanhas políticas divisionárias e geradoras de paixões e ressentimentos;

— não as interessar em nacionalismos demagógicos e criadores de antagonismos;

— não se prenderem a pessoas, mas a idéias que permanecem;

— lembrar que o Brasil ainda precisa da abnegação e despreendimento das suas Fôrças Armadas para solução da sua total integração, com árduos trabalhos nas fronteiras, Norte e Nordeste

Para os profissionais:

— um contínuo e consciente estudo das nossas campanhas, de biografias dos chefes, para que as virtudes militares sejam aprimoradas, praticadas e corrigidos os próprios defeitos.

— Senhor Dr. Gustavo Barroso, é certo que *labor omnia vincit*, mas, quando é conduzido com objetivo nobre e patriótico como o vosso, não só vence, mas convence e eterniza-se."

O Dr. Gustavo Barroso agradeceu ao General Batista de Matos êsse depoimento sôbre a sua atuação, como civil, na de-



Foto X — Homenagem na Biblioteca do Exército — 5-1-59.

fesa das nossas Fôrças Armadas, compreendendo-as como sustentáculos da tradição e dos destinos nacionais. Afirmou que não poderia haver maior título de glória para um simples paisano do que ouvir, como acabava de ouvir, um dos mais nobres e cultos Generais do Exército Nacional confessar de público ter frequentado as suas aulas de História Militar. Nenhuma homenagem maior e mais comovente poderia receber. É verdade que muitas vêzes se sentira magoado pelos espinhos da incompreensão; mas aquelas palavras do General Batista de Matos tinham o condão de curar tôdas as suas feridas, de apagar tôdas as suas dores. Com legítimo orgulho as tinha escutado. Com o coração a transbordar de emoção as agradecia. Simples paisano, sem nenhuma graduação na milícia, impossibilitado de seguir a carreira das Armas para que fôra talhado, por circunstâncias independentes de sua vontade, sentia-se depois daquele discurso generoso promovido aos mais altos escalões da hierarquia.

O ilustre sr. Tomás Suñer Ferrer, Embaixador da Espanha, associou-se calorosamente aos festejos comemorativos do setuagésimo aniversário do Dr. Gustavo Barroso, oferecendo-lhe um jantar a 10 de janeiro de 1959, na sede da embaixada, no qual tomaram parte os Embaixadores da Argentina, do Chile, do Peru, da Colômbia, da Venezuela, do México, do Panamá, de Costa Rica e de São Domingos. Ao champanha, o eminente anfitrião levantou um brinde cordial ao seu hóspede de honra, dizendo da sua satisfação em poder concorrer também às homenagens prestadas a um grande e fiel amigo de seu país, Presidente do Conselho de Honra do Instituto de Cultura Hispânica. Havia convidado para aquêle jantar, acrescentou, todos os Embaixadores dos países ibero-americanos, não tendo alguns podido comparecer por se acharem ausentes do Rio de Janeiro, porque pelos serviços que o Dr. Gustavo Barroso de longa data vinha prestando ao intercâmbio cultural e à aproximação espiritual das nações do Continente podia ser proclamado, como se orgulhava de o fazer, Cidadão das Américas.

O Dr. Gustavo Barroso respondeu externando o seu vivo reconhecimento por essas generosas palavras e assinalando os motivos pelos quais, sem deixar de ser brasileiro cento por cento,

se considerava americano, seguindo o exemplo de Bolívar, nome tutelar do Continente em que a Espanha para sempre gravara a marca solar do seu gênio, as expressões do seu pensamento em projeção para o futuro. Imortalidade do espírito da velha e gloriosa Espanha, em honra da qual erguia com entusiasmo a sua taça.

A 2 de abril de 1959, o Governo espanhol, tendo em vista os serviços prestados pelo Dr. Gustavo Barroso, Presidente do Conselho de Honra do Instituto de Cultura Hispânica do Rio de Janeiro, membro correspondente da Real Academia Espanhola da Língua e da Real Academia Espanhola de História, publicou um Decreto, concedendo ao mesmo, em homenagem ao seu setuagésimo aniversário, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Civil. O Dr. Gustavo Barroso já era desde alguns anos possuidor da Grã-Cruz da Ordem de Cisneros.

A 5 de abril, como criador do uniforme e do título do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, Dragões da Independência, recebeu o Dr. Gustavo Barroso, no quartel do mesmo, na Avenida Pedro Ivo uma expressiva homenagem. Chegando ali, às 14 horas, foi recebido pela Guarda formada, que lhe apresentou armas como Comendador da Ordem do Mérito Militar. Presidiu o desfile e o concurso com que se inaugurou a temporada hípica de 1959, depois de haver, acompanhado pelo General Rolim, hasteado a bandeira ao som do Hino Nacional. Terminadas as provas de salto, reunida a oficialidade, altas patentes e convidados no salão nobre, fêz-se a distribuição de prêmios, sendo o Dr. Gustavo Barroso considerado vencedor de honra. O Comandante do Regimento, Coronel João Batista da Costa, dirigiu-lhe, então, a palavra, saudando-o e dizendo-lhe que aquêle era o momento oportuno para o Regimento pagar a sua dívida para com quem tanto o distinguira. Fôra o Deputado Gustavo Barroso que apresentara e defendera o projeto dando-lhe o nome e a farda de que se orgulhava. Ele, certo de exprimir o pensamento de todos os oficiais e praças, de todo o Exército mesmo, proclamava ali o Dr. Gustavo Barroso o 1º Dragão, oferecendo-lhe o distintivo do tradicional e glorioso Corpo, a fim de que o usasse com as suas condecorações e a miniatura bordada a ouro do estandarte do mais que centenário Regimento de Cavalaria.

O Dr. Gustavo Barroso agradeceu a homenagem, recordando o tempo em que defendeu contra muitos a idéia daquela criação, que fazia parte do plano a realizar da ressurreição das nossas tradições militares. Exaltou o valor das mesmas e mostrou a necessidade de sua defesa. Era o seu amor ao Brasil na sua peculiaridade e na sua eternidade que o tinham sempre tornado extremo defensor das suas Fôrças Armadas. O destino não lhe permitira defender a Pátria com a espada. Êle tinha procurado defendê-la pela pena. Naquele momento recebia emocionado um dos maiores galardões dos seus esforços no seio do Regimento que considerava seu, isto é, do seu coração. E em nome dêste pronunciava essas palavras de agradecimento.

Os deputados federais Danton Coelho, Fonseca e Silva, Luís Compagnoni, Loureiro Júnior, Ponciano Santos, Plínio Lemos e Mendonça Braga, a 23 de outubro de 1958, antecipando-se às comemorações do setuagésimo aniversário do Dr. Gustavo Barroso apresentaram ao Congresso Nacional o seguinte projeto, seguido da respectiva justificação:

Art. 1º — São concedidas ao historiador Gustavo Dodt Barroso as honras de General-de-Brigada.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

O historiador Gustavo Barroso, um dos membros mais conspícuos da Academia Brasileira de Letras, escritor brilhante e antigo jornalista, cujo renome de há muito transpôs as fronteiras nacionais vem desde a sua mocidade dedicando-se à História Militar brasileira e é hoje, incontestavelmente, uma das maiores autoridades neste ramo da História do Brasil.

Autor de vários livros que patenteiam amor ao dito ramo da nossa História, acuidade nas pesquisas e fidelidade na narração, o historiador Gustavo Barroso é, também, conforme todos sabemos, biógrafo de imortais Cabos-de-guerra do Brasil, como Caxias — Patrono do Exército Nacional — e foi ao tempo em que representou o Estado do Ceará, na Câmara dos Deputados,



Foto XI — Exposição na Biblioteca do Exército — 5.1.59.

o autor do projeto que se convertera na lei que criou o atual Regimento de Dragões da Independência.

Enlevado, desde moço, no seu grande entusiasmo pelo Exército e as coisas militares do País, manteve sempre em destaque, desde o início do Museu Histórico Nacional, criado há mais de trinta anos por sua inspiração, a parte atinente a assuntos militares, principalmente do Exército, revelando também, assim, o seu nunca esmorecido amor à nossa História Militar.

Por tudo isto consideramos justa concessão das honras de General a êsse ilustre varão, tantas vêzes condecorado pelo Governo da República e por inúmeros países estrangeiros, a êsse grande entusiasta da nossa História Militar e dos nossos grandes Cabos-de-guerra, honras que o comoverão, às vésperas dos setenta anos de idade, mas que sabemos irão constituir a sua justa glória, e a excelsa recompensa à sua perseverante dedicação às causas de interêsse do Exército nacional.

Êste projeto submetido à Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados foi relatado pelo Deputado Teixeira Gueiros, o qual deu o parecer que se segue:

O nobre Deputado Sr. Danton Coelho apresentou à Câmara o Projeto nº 4 660 com o propósito de conceder ao historiador Gustavo Dodt Barroso as honras de General-de-Brigada.

O eminente autor do projeto justifica-se em rápidas palavras, mas que são suficientes para nos dar uma idéia viva da produtividade literária dêsse notável artista da pena, especialmente da sua atuação no campo da História Militar do País, apresentando obras como "O Brasil em Face do Prata", em que o eminente polígrafo destaca a bravura e o valor das Fôrças Armadas do Brasil nos encontros militares com os países limítrofes da Nação Brasileira, especialmente o Paraguai.

A Constituição (art. 182 § 1º) estabelece que os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar..." Entretanto, no projeto trata-se, apenas de uma honraria, ou reconhecimento de trabalho de um homem que tem dedicado parte do seu talento no engrandecimento das Fôrças Armadas da Nação, especialmente o Exército, quando discute lutas armadas em que êste deu provas de sua intrepidez e bravura.



Foto XII — O Dr. Gustavo Barroso hasteando a bandeira no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, Dragões da Independência — 5-IV-59.

E na História republicana já existe o precedente de homens públicos que foram contemplados com honras dêsse gênero através de lei especial.

Haja vista o que ocorre com o nosso ínclito colega General Flores da Cunha, assim cumulado de honras militares por atos do Govêrno.

Considero, pois, a proposição constitucional e jurídica, e formulada dentro da técnica legislativa.

É o parecer.

Sala Afrânio de Melo Franco, em 2 de dezembro de 1958.

A Comissão de Justiça, presidida pelo Deputado Oliveira Brito, aprovou o parecer do Deputado Teixeira Gueiros por unanimidade.

Sôbre o referido projeto o Coronel Umberto Peregrino, Diretor da Biblioteca do Exército, escreveu no "Boletim" da mesma o belo artigo que vai aqui transcrito.

### GENERAL, AINDA SEM FARDA

Os 70 anos de GUSTAVO BARROSO tiveram comemoração expressiva e afetuosa. Mas particularmente expressivo foi, sem dúvida, o Memorial, copiosamente subscrito, com que se pedia a permanência do criador do Museu Histórico à frente da sua obra, apesar de transposta a idade limite para o exercício da função.

Outra homenagem inteiramente justa foi aquela consubstanciada num Projeto de Lei que manda conferir a Gustavo Barroso a patente de General Honorário. Ora, mais do que General, Marechal seria o autor de "O Brasil em face do Prata" se o destino não lhe tivesse torcido a vocação que era, confessadamente, para a carreira das armas. Por duas vêzes tentou o ingresso na Escola Militar. Da primeira adoeceu, não pôde prestar exames; na segunda vez uma revolução frustrou os exames de admissão. Quando a Escola reabriu já havia o candidato ultrapassado a idade limite.

E, como declara o próprio Gustavo Barroso, "Talvez seja êsse grande desejo irrealizado o responsável pela sua tendência de historiador".



\*Foto XIII — Homenagem ao Dr. Gustavo Barroso no 1º Regimento de  
Cavalaria de Guardas — 5.IV.59.

De fato, grande parte da obra de Gustavo Barroso está vinculada ao estudo do nosso passado militar. Fêz-se biógrafo de Osório, estudou os nossos uniformes, as nossas armas, as campanhas do Sul, escreveu mesmo uma História Militar do Brasil que continua a ser obra de grande valia, no gênero. Ninguém melhor conhecedor das nossas jornadas de glória, ninguém mais arduamente consagrado à defesa dos nossos feitos guerreiros, ninguém mais afeiçoado às nossas tradições militares!

O Exército, reconhece-lhe tudo isso e só pode ser franca e calorosamente solidário com as homenagens que ora lhe prestam por êsses 70 anos de vida limpa, laboriosa, ilustre e vitoriosa.

No dia 18 de maio de 1959, no salão nobre do Liceu Literário Português, realizou-se a lição de abertura do curso do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, tradicionalmente a cargo do Dr. Gustavo Barroso, que versou sobre o tema "A Viagem de Vasco da Gama e o Brasil".

A diretoria do Liceu Literário Português aproveitou o ensejo para prestar ao Dr. Gustavo Barroso uma homenagem pela passagem do seu setuagésimo aniversário. A sessão foi presidida pelo Embaixador de Portugal, Dr. Manuel Rocheta compondo-se a mesa, com as seguintes pessoas: Comendador José Rainho da Silva Carneiro, presidente do Liceu; Coronel Alfredo Pereira da Conceição, Adido militar, naval e aeronáutico à Embaixada; General Jaguaribe de Matos; Comendador Antônio Alves Sarda, presidente da Federação das Associações Portuguesas; Almirante Mário França e Comandante Brás da Silva.

Falou em nome da diretoria o Comendador José Rainho da Silva Carneiro, que proferiu as seguintes palavras:

"Em 29 de dezembro de 1958 completou setenta primaveras o eminente Acadêmico, Doutor Gustavo Barroso. Os meios culturais do Brasil consagraram então a vida e a obra do ilustre cearense, que tem dedicado a sua vida às belas-lettras e à investigação da História. O seu comprovado amor a Portugal tornou-o credor da gratidão dos portugueses e conseqüentemente do Liceu Literário Português e do Instituto de Estudos Portugueses, em cuja cátedra nos tem maravilhado com as suas lições. O nosso douto Instituto consagra-lhe hoje esta sessão, no momento preciso em



Foto XIV — O Dr. Gustavo Barroso agradece a homenagem — 5.IV.59

que, na forma habitual dos anos anteriores, nos vai dar os seus ensinamentos em primeira aula-conferência do presente ano letivo.

A palavra do Instituto pertence por direito e brilhante conquista ao seu ilustre Diretor, Magnífico Reitor Pedro Calmon, muito digno par do homenageado na Casa dos Imortais. A palavra do Liceu tem de ser minha — e o é com gratidão d'alma, pela honra com que nos tem distinguido através dos anos, colaborando com esta instituição filantrópica de ensino e cultura, elevando-a no conceito público e realçando-lhe o prestígio. Quando se falar do Doutor Gustavo Barroso, não se poderá dizer somente que êle é um acendrado lusófilo. Mais do que isso, êle é e continua sendo um varão assinalado da Pátria das Cinco Quinas, um lusíada dos mais preclaros, que comunga com os portugueses nas glórias e nos pesares da Pátria de Além-Mar.

O Liceu Literário Português aqui manifesta a sua admiração e gratidão ao grande escritor e historiador brasileiro pela contribuição espiritual com que nos tem enriquecido, solidarizando-se com tôdas as homenagens nacionais que lhe têm sido tributadas. Quem tiver que lhe fazer a biografia e a bibliografia, encontrará dois mundos. Bem poucos brasileiros terão uma tão vasta e brilhante lista de atividades. Entre êstes para honra nossa, encontra-se o ilustre baiano, Dr. Pedro Calmon, que mais uma vez nos vai arrebatrar com a sua palavra eloqüente e colorida de imagens.

Na aula de hoje, vai o Doutor Gustavo Barroso falar-nos da "Viagem de Vasco da Gama e o Brasil". Nunca como agora foi tão oportuno êsse tema, que tem despertado o maior interêsse. Ao homenagear o mestre eminente, vamos ouvi-lo e aplaudi-lo, juntando as nossas palmas quentes, sinceras, à consagração nacional que lhe prestam as duas grandes e gloriosas Pátrias: — Brasil e Portugal".

O Dr. Gustavo Barroso agradeceu as calorosas palavras do seu eminente amigo Comendador José Rainho da Silva Carneiro e passou, depois, a falar sôbre "A Viagem de Vasco da Gama e o Brasil".

Em seguida falou como presidente do Instituto de Estudos Portugêses Afrânio Peixoto o Magnífico Reitor da Universidade do Brasil Dr. Pedro Calmon:

"A aula de hoje não foi um trabalho de rotina. Homenageia-se um ilustre e grande brasileiro. Logo de entrada, a Diretoria do Liceu consagrou Gustavo Barroso na sua habitual primeira aula do ano letivo. Falou José Rainho pelo Liceu em comovida homenagem. Gustavo Barroso pertence ao nosso Instituto como professor honorário. Tem um grande coração de cearense, tão grande que nêle cabem o Brasil e Portugal. Dizem que no ano passado estêve doente. Até muito doente. Lembro a propósito a lenda sertaneja do teiú que brigava com a cobra e, a cada dentada desta, corria para o mato a comer certa batata que servia de antídoto, voltando mais forte à luta. Mestre Barroso é como o teiú: desafia a cobra e volta mais forte. Somos amigos desde há muitos anos. Encontrei-me com o querido mestre na grande casa que é o Museu Histórico Nacional. Fui seu aluno e seu secretário. Sinto-me, portanto, hoje feliz em o homenagear nesta sessão do Liceu. Não conheço mais privilegiada memória. É um grego das areias brancas da praia de Iracema. É um sertanejo erudito e glorioso. Prodigiosa capacidade! Grande e esplêndido Barroso. O que desejo é que, sempre que tiver de brigar com a cobra, volte vencedor, como aí o temos agora. Agradeço ao nobre Embaixador de Portugal a sua presença que tanto brilho deu à presidência desta bela homenagem. Esta é uma sessão que ficará nos nossos corações. Mestre Barroso fêz magistral conferência num hino a Portugal e ao Brasil."

Segundo noticiou a "Voz de Portugal", a assistência aplaudiu de pé, nessa sessão das mais brilhantes do douto Instituto de Estudos Portuguezes Afrânio Peixoto.

No dia 27 de maio, ainda em comemoração ao setuagésimo aniversário de Gustavo Barroso, o Embaixador da Espanha, D. Tomás Suñer, ofereceu nos salões da Embaixada, na Avenida Atlântica, uma recepção para a entrega solene ao Diretor do Museu Histórico Nacional da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Civil com que o Governo espanhol o distinguiu, associando-se aos festejos daquela data. Na mesma ocasião foram entregues as comendas dessa Ordem aos ilustres vereadores Hugo Ramos Filho e Levi Neves. Ao condecorar o Dr. Gustavo Barroso, o Embaixador Suñer pronunciou um bellissimo discurso, ressaltando as suas altas qualidades de homem público, as suas grandes virtudes na

vida particular e a sua elevada posição na vida cultural do País. A Espanha, disse, não distinguia no momento somente o amigo fiel e de longa data, nem o intelectual dedicado à aproximação dos dois povos filhos da mesma estirpe, mas sobretudo o escritor e historiador, cujo nome já ultrapassara as fronteiras de sua Pátria, no momento em que completava setenta anos.

O Dr. Gustavo Barroso agradeceu em seu nome e no dos outros agraciados as altas distinções recebidas. Disse da sua emoção e de seu júbilo ao contar com três Grã-Cruzes espanholas: a de Cisneros, de alto significado ideológico, que lhe fôra dada havia anos; a do Mérito Civil, de elevada significação espiritual, concedida ao ensejo de seu setuagésimo aniversário; e a da *Ordem de Suñer*, pois considerava uma nova grã-cruz o elogio recebido de um homem da altitude mental e moral do Embaixador da Espanha. Rememorou todos os laços e raízes históricos, sociais, morais e efetivos que unem a Espanha e o Brasil. Mostrou o papel da Espanha — eterna cruzada do Cristianismo — através dos séculos. Descreveu o seu martírio, a sua grandeza e a sua glória. Evocou, afinal, a inauguração recentemente feita pelo Generalíssimo Franco da grande cruz fincada na serra de Guadarrama para sepultar os mortos da guerra civil à sombra dos seus braços e fêz as mais ardentes votos para que êsse símbolo de Fé permaneça de pé até à consumação dos séculos, a fim de que diante dêle se ajoelhem os amigos da Espanha e rezem pela sua gloriosa imortalidade!

A 2 de setembro de 1959, achando-se o dr. Gustavo Barroso em Fortaleza, a ilustre escritora dr<sup>a</sup>. Henriqueta Galeno promoveu na Casa de Juvenal Galeno uma grande homenagem ao ilustre escritor, à qual compareceram as altas autoridades e personalidades do Estado e numerosa e escolhida assistência. Da mesma participaram os mais notáveis intelectuais cearenses, sendo pronunciados os seguintes discursos:

*DISCURSO DO DR. DENIZARD MACEDO*

*GUSTAVO BARROSO, ESCRITOR MILITAR*

O nosso ilustre conterrâneo Gustavo Barroso vê a passagem nesse ano da graça de 1958 do seu setuagésimo aniversário, cheio de vida e de espírito, mercê de Deus, porque poucos cearenses

souberam tão alto elevar o nome da sua terra e da sua gente como êsse patricio que, distante da sua provincia, continua a amá-la enternecida e comoventemente, nessa época de desamor e desapêgo às coisas que nobilitam o berço e a grei a que temos a ventura de pertencer.

A vida e a obra do historiador e escritor alencarino estão repassadas de um largo sôpro cearense, trazendo-nos o perfume agreste das praias e várzeas, dos sertões e serras da gleba natal, ou a vivida saudade do seu povo e dos seus costumes e tradições, constituindo êsse sadio e autêntico regionalismo um traço marcante da sua produção intelectual, inteiramente impregnada do Ceará em tudo por tudo.

Não o regionalismo que divide a Pátria comum ou o separatismo malsão, o que há de mais antagônico ao espirito e à literatura do Gustavo, mas aquêle que, "em vez de vir comprometendo a idéia ou o sentimento de unidade nacional, ao contrário, vem concorrendo para dar a essa idéia ou sentimento melhores fundamentos" na lição de GILBERTO FREIRE. Lembremo-nos que o nacionalismo de Mistral, Maurras e Barrés, três cumiadas do patriotismo francês, ganhavam em força e expressão pelo entranhado apêgo à Provença ou à Lorena.

Observa *Tristão de Ataíde*, tratando de Machado de Assis, que uma obra pode ser "extremamente local e extremamente universal", ou, como informa JERZY ZBROZEK sôbre Mickiewicz, nêle "batia o coração do Mundo", mas por tudo que o prendia à Pátria e à Nação, essa mesma Nação de Mickiewicz censurava o desprêzo em Lamennais, no liberalismo e no socialismo. E' que uma obra pode atingir o universal pelo nacional, assim também o nacional poderá ser atingido pelo regional, pois o sentimento amoroso da comunidade e da provincia conduzem seguramente ao verdadeiro nacionalismo, cultural e tradicionalista, humano e renovador, que não se confunde com as caricaturas que por aí andam, mascarando ideologias suspeitas e antinacionais.

O saudável regionalismo encontrado em Gustavo Barroso fronteira com outro traço relevante de sua obra literária e histórica, a sua profunda e arraigada brasilidade, o estremecido e entranhado sentimento por tudo que é autênticamente brasileiro, lidimamente

nosso, realidade tão viva no seu pensar que o conduz à comovida estima do berço do Brasil por sua fervorosa admiração ao velho Portugal e às terras hispânicas.

Os que o lêem, ao dobrar de cada página, sentem o perpassar vigoroso e belo de uma alta substância brasílica, do doce perfume que se evola das coisas pátrias, no seu passado glorioso e exemplar, a lição magnífica de civismo ímpar. É isto que explica em Gustavo Barroso a essência dos seus escritos, o conteúdo das suas páginas históricas, a sua vida política e a sua condição de guardião de uma larga parcela do patrimônio histórico brasileiro, como Diretor do Museu Histórico Nacional, seu fundador também, pois que d'ele partiu a sua iniciativa legal.

Devo-lhe, e confesso que o momento é propício para êsse testemunho, muito da minha formação intelectual e cívica, bebida em seus livros, quando na escola primária, como adolescente ginasião, na mocidade e nessa maturidade que já descamba para o outro aclave da vida, especialmente o sentido carinho pelas nossas tradições e o gosto pelos assuntos militares da nossa História, que terminaram por me fazer um singelo repetidor de aulas sôbre as coisas do Brasil.

A rajada nacionalista, o largo e saudável sôpro de brasilidade encontrado no Mestre Gustavo, cristalizam-se na sua forma mais nobre e elevada, o culto à tradição e às glórias militares do Brasil, que nos faz recordar o ALFRED DE VIGNY de *Grandeur et servitude militaires*, como tantos outros mestres da literatura castrense.

Nesse plano é singular entre os escritores civis do nosso tempo a produção literária do nosso coestaduano. Ela permite ombreá-lo com os melhores parceiros que temos tido no gênero, a saber o Visconde de Taunay e o Barão do Rio Branco, modelares no estilo e ricos no colorido, constituindo a trindade dos nossos melhores escritores militares, daqueles que fizeram girar as suas letras ao redor das armas.

É certo que não é apenas o escritor, o artista da palavra explorando os temas da militância, mas há também o historiador militar, que trabalhou em profundidade, êsse rico filão do nosso passado, continuando a seqüência dos historiadores militares, ini-

ciada em 1762 pelo Tenente-Coronel JOSÉ DE MIRALES, continuada modernamente por civis como Rio Branco ou Gustavo Barroso, militares como Sousa Doca, Mário Barreto e Tasso Fragoso, Dionísio Cerqueira e Paula Cidade.

O gênero militar, quer histórico ou literário, tem proporcionado obras de valor à humanidade, como essa formosa biografia de TURENNE, escrita pelo General WEYGAND, mas não constitui domínio privado dos profissionais, vedado ao estudioso civil. A essa possível objeção, Gustavo Barroso responde em 1930 que “seria fazer da técnica militar uma muralha da China para os paisanos, intransponível, esquecendo que as melhores obras sobre as campanhas napoleônicas de 1806, 1814 e 1815 são dum civil, HENRI HOUSSAYE, para não citar outros, às dezenas”. Poderia, acrescentando-se, citar o espantoso caso de JOMINI, que de mero paisano diletante em assunto de guerra, teve o seu ingresso por isto nos exércitos de Napoleão, morrendo como general russo e com a reputação de um dos mais brilhantes teóricos da ciência da guerra, que só encontra rival no prussiano CLAUSEWITZ, no século XIX.

As tendências literárias para o tema militar devem ser buscadas nos albôres da sua formação familiar e espiritual, naquela Fortaleza do começo do século XX que êle evoca nas suas “Memórias”, abrangendo “Coração de Menino”, “Liceu do Ceará” e “Consulado da China”, tão repassados de saudade, tão humanos no seu conteúdo e tão leves e agradáveis na sua leitura deliciosa.

O ambiente doméstico favorecia as aspirações e o gosto pelas coisas militares. As “Memórias” testemunham em múltiplas oportunidades o desejo de seguir a carreira das armas, de preferência o oficialato naval, esperança frustrada por circunstâncias várias, inclusive a oposição familiar que, fiel ao nosso tradicional bacharelismo, julgava mais consentâneo ao rebento o canudo e o anel de uma graduação universitária.

Em casa, o pai do escritor fôra oficial da Guarda Nacional e reformara-se como Coronel da Polícia, comandando-a em algum tempo. As reminiscências avoengas conduziam aos antepassados, todos oficiais das Milícias ou das Ordenanças coloniais, ou da Guarda Nacional do Império. O primo Francisco Seifert fôra Voluntário da Pátria e prisioneiro na Guerra do Paraguai, deixando

uma narrativa dos seus sofrimentos nas prisões inimigas. A amizade do General Tibúrcio era carinhosamente guardada e lembrada nos serões familiares. A cidade conservava muito próxima a lembrança dos turbulentos cadetes da primeira Escola Militar do Ceará, avivando a fantasia da infância.

O ambiente social de Fortaleza, ainda no comêço dessa centúria, estava imbuído de gloriosas recordações militares, pela presença de quantos veteranos da Guerra do Paraguai, “de que me falavam desde que abrira os olhos para o mundo, imensa tragédia cujos personagens ainda se moviam na minha presença, personagens humildes, letras miúdas dos gloriosos capítulos, cujas maiúsculas haviam sido Caxias e Osório, Tamandaré e Pôrto Alegre, Barroso e Inhaúma, Sampaio e Tibúrcio” (“Coração de Menino” — pág. 34).

O padrinho de batismo do escritor, a quem muito se ligara por amizade e estima, foi o Capitão Antônio Leal de Miranda, veterano do Paraguai, ferido em Itororó condecorado com as Ordens Imperiais de Cristo, do Cruzeiro da Rosa, por serviços de guerra, que lhe enchia “os ouvidos de episódios da luta em que tomara parte”.

As narrativas da campanha gloriosa chegavam ao menino pelo depoimento vivo dos velhos soldados, como o Major Viana, que comandara a nossa Polícia na segunda batalha de Tuiuti. “Senta-me uma vez por outra sôbre os joelhos, curva para mim a cabeça branca e conta-me episódios em que sempre figura o vulto do Conde de Pôrto Alegre com seu uniforme alcachofrado de ouro”, narrará o escritor quase meio século após. O guarda nacional Teodoro Nunes é outro que lhe evoca a campanha heróica em desenhos a lápis, despertando-lhe o gôsto pela pintura militar, manifestado mais tarde pela admiração a Horácio Vernet, Meissonier, o Barão Gross, “todos quantos haviam fixado em grandes telas históricas os brilhantes uniformes dos vencedores da Europa”. Por essas e outras razões é que Gustavo Barroso pôde escrever que na infância sua vida fôra “povoada de recordações militares”.

A contextura das origens espirituais e familiares, do clima social, forneceriam os elementos para o aparecimento do escritor

militar, cujas obras nesse terreno enchem um vasto capítulo da nossa história literária. Além dos trabalhos esparsos, como alguns contos em "A Ronda dos Séculos", aí estão "Tradições Militares", volume esgotado, única das suas obras no gênero que não tive o prazer de ler; a preconizada bibliografia dos "Uniformes do Exército", em colaboração com J. WASHT RODRIGUES; a excelente "História Militar do Brasil", na Série Brasileira; os volumes sobre as guerras do Lopez, do Flores, do Rosas, do Vidéu, do Artigas, episódios das nossas campanhas platinas; a tradução do "Liautey", de André Maurois; as páginas polêmicas de "O Brasil em face do Prata", vigorosa e erudita réplica aos nossos adversários extra-fronteira e aos incautos positivistas que remanesciam dos primórdios republicanos; e, sobretudo, o desvelado labor no Museu Histórico Nacional, que dêle faz mais um museu militar que de caráter geral, além das magníficas e entusiásticas biografias de Osório e Tamandaré.

E' de inteira justiça, pois, que no transcurso do 70º aniversário de Gustavo Barroso, inegavelmente a mais alta expressão viva da intelectualidade cearense, recordar os valorosos serviços prestados pelo escritor à causa relevante das nossas tradições militares, patrimônio sagrado do Brasil e das suas Fôrças Armadas.

#### *DISCURSO DA DRA. HENRIQUETA GALENO*

O Ceará não podia ficar indiferente à passagem da magna data dos 70 anos de Gustavo Barroso, nobre filho dessa terra que êle tanto honra e enaltece, filho que é incontestavelmente além de uma das legítimas glórias do Ceará, um nome que se alteia na galeria dos grandes vultos do Brasil.

Gustavo Barroso, com o seu talento multiforme, tem representado várias vêzes, com grande brilho e dignidade, o nosso País em comissões importantísimas, não só nos países sul-americanos, como nos mais exigentes centros culturais europeus tendo por sua cultura e fidalgo trato diplomático, erguido a nossa terra e os foros de gente civilizada, concorrendo extraordinariamente para desfazer impressões às vêzes pouco favoráveis à nossa cultura.

O Ceará envaidece-se muito com êsse seu digno e grande filho.

A sua obra literária é vasta e valiosa. Adelmar Tavares já disse que Gustavo tem mais livros do que anos de idade. Realmente é uma bagagem considerável, onde se encontram admiráveis livros sôbre a nossa História, Folclore e Literatura nas suas diversas modalidades.

Para nada faltar deu-nos um presente cativante com um volume de belos versos. Como poeta aliás já sobejamente se havia demonstrado soberano, musical, de coloridos lindos e impressionantes, no seu grande livro "Terra de Sol" no qual êle, não obstante a pouca idade com que o escreveu, já tomava posição de escritor de pena segura e brilhante.

Com que aprumo de linguagem, e emoção filial êle descreveu a terra natal, nos capítulos referentes ao Meio, ao Homem, aos Animais, à Arte, e à Lenda. "Terra de Sol" é um livro que deve ser lido por todo o cearense que se interessa pelo seu torrão.

Gustavo Barroso é um filho amantíssimo do Ceará: nem as injustiças que sofreu, nem as incompreensões e insinceridades que o feriram estenderam em seu coração leal e sensível o indiferentismo e o esquecimento para o seu berço natal, "sua obra é o mais autêntico testemunho de que, afirmo, tôda ela está voltada para o seu Ceará, com a saudade e a ternura do filho extremoso". Nesse sentido assim se expressa o grande poeta Adelmar Tavares, membro da Academia Brasileira de Letras: "Gustavo:

Estás nos teus livros, porque nêles está sempre o teu Ceará. Nunca a sua paisagem, suas aves, suas flores, seus céus, suas umarizeiras e catandubas, seus jucás, e mulungus, seus angicos e suas umburanas, deixaram de fazer sombra de saudade nas tuas páginas. As praias morenas do Mucuripe e do Meireles, nunca deixaram os teus olhos, como nunca se fecharam no espelho do teu coração os lugares dos primeiros dias a cada passo lembrados — de Jaçanan, de Siqueira, de Tucunduba, de Taquara, e daquela fazenda dos teus primos, daquela AGUA BOA que guarda ainda por seus campos, que as flores roxas das gitiranas atapetam, o eco das tuas risadas infantis, e o velho rio, o retrato do menino traquinas que riscava, como um fenício aventureiro, a tristeza das suas margens na ponta da embaúba das suas jangadas...

Não pode haver cearense ou nordestino, que te leia sem uma lágrima. És um fiel e constante evocativo".

Realmente, compulsemos a obra valiosa de Gustavo Barroso e nela sempre encontramos o Ceará, numa oblata do filho amoroso, e grande nas letras do País.

E com que ternura êle fala da sua terra: "Rememoro as silenciosas matas das serras catedrais de esmeralda dentro das quais chove a luz em moedas de ouro. E no tôpo do sêro atapetado de relva, a ampla casa hospitaleira dos meus parentes, com a sua varanda festivamente embandeirada de rêdes. Lá vai o gado a mugir, na tarde mística, em busca do curral. Lá vai a cabocla, que cheira a mangericão, rumo da palhoça, com o pote de água da ipueira à cabeça. Lá vai... E tenho vontade de gritar:

— Tragam meu cavalo de campo para eu galopar pelo meu sertão!...

Mas o meu sertão está longe e o meu cavalo de campo morreu..."

Gustavo Barroso fêz também poesia, e poesia de forma heraldica e rica de coloridos emotivos.

No livro "AS SETE VOZES DO ESPÍRITO" êle enfeixa versos de sugestiva beleza, como êste delicado quatorzeto:

### AUSENTE

A minha vida em certa paz fluía,  
Quando tua presença a iluminava.  
Das dores do passado me esquecia  
Na ternura com que te contemplava.

Nunca pensei que a ausência poderia  
Tornar uma alma de saudade escrava,  
As flores arrancando da alegria,  
Enchendo-a de ervas e de mata brava.

Não me deixa um instante o pensamento  
De que por outro podes me esquecer,  
Procuro dominar o sofrimento

Com fôrça de vontade, podes crer;  
Mas dá dor mergulhado no tormento,  
Basta os olhos fechar para te ver!

E revivendo a beleza fidalga das côrtes feudais, encerrada em castelos inexpugnáveis, êle a assemelha à sua alma, na nobreza dos seus sentimentos indevassáveis pelos curiosos e indiferentes. E num alto vôo de inspiração, êle nos dá delicada filigrana:

### RECOLHIMENTO

Minha alma é uma Infanta de Castela  
Esquecida num velho Escorial,  
Que poucas vêzes abandona a cela  
Da grande solidão conventual.  
Taful, contudo, como uma donzela  
Em frente dum espelho de cristal,  
Procura sempre se tornar mais bela  
Alheada do mundo, guarda aquela  
Nobreza que a tornou original.  
Em graves pensamentos se abroquela  
No amor de Deus, para vencer o mal,  
Parecendo orgulhosa, é bem singela;  
Mas despreza o que seja trivial.  
Aos outros é difícil entendê-la  
Na sua muda profundez total.  
A mocidade já passou por ela  
Com todos os cortejos do ideal.  
Na intimidade, só a mim revela  
O que a vida lhe serve de fanal.  
Não costuma abrir nunca a janela  
Para falar com qualquer um mortal.  
Minha alma é uma Infanta de Castela,  
Esquecida num velho Escorial.

Gustavo Barroso glória legítima da nossa terra recebe nessa hora em que comemoramos o transcurso dos teus 70 anos de vida tão preciosa para as nossas letras, a homenagem da alta admiração e da maior estima da CASA DE JUVENAL GALENO.

*DISCURSO DO DR. JOSÉ TEIXEIRA DE FREITAS*  
SAUDANDO GUSTAVO BARROSO

Felizes os que passam sem a mancha do tempo;  
os que não tingem a túnica no pó da fraqueza humana;  
os que não desfiguram o ideal no sem-sabor do ceticismo!  
Só os lagos situados em altitudes, conservam a limpidez  
[das águas.

O sol pode eriçar-lhes a superfície em verberações de ouro;  
as árvores refletirem suas frondes insultuosas;  
e os glaciares seus cumes deslumbrantes;  
mas, até nas profundezas se vislumbram os cascalhos  
[brancos e polidos!

Sr. Gustavo Barroso!

Pertenceis a uma geração de aristocratas da Cultura, a uma linhagem de nobreza, que guarda, carinhosamente, o culto do Pensamento.

Cultivais o Humanismo que se dobra diante das antigas idades, de onde brotaram a etimologia dos sentimentos e a evolução espiritual da espécie.

Humanismo redentor, que se embala na litania de um passado que ainda ecoa na Acrópole, no Capitólio e nas ruínas da Sagrada Jerusalém.

Os que semeiam pensamentos abrem sulcos na consciência de sua época.

Como escritor sois o grande unificador de corações, reacendendo nos novos a chama poderosa da compreensão espiritual.

Nas noites escuras, até os incrédulos se orientam pela marcha dos astros!

Concebestes como grande povo somente aquêle que, ao desaparecer materialmente no tempo, deixa vibrando, para sempre, a melodia do espírito, fazendo-a persistir na posteridade como seu legado imperecedouro, qual — segundo Carlyle — uma nova e divina porção da súpula das coisas!

A Helena invocada, no poema de Goethe, do reino da noite torna a descer ao horto sombrio, deixando a Fausto sua túnica e seu véu: — estas vestes não são a própria deidade, mas participam de sua divina beleza.

O povo só é grande se tem algo para dizer a seu tempo, se renova a cultura de que faz parte, se a enriquece, se, por seu gênio, é capaz de criar algo que pertença à eternidade.

Das pedras que compuseram Cartago, não ficou uma só partícula transfigurada em espírito ou em luz.

A pátina do tempo já apagara na memória dos homens a imensidade da Babilônia e de Nínive.

Grande só será a cidade cujos arrabaldes do espírito se estendam para além dos cumes e dos mares, e só será forte quando, dentre as luzes que se acendem à noite, esteja a lâmpada que nos acompanha na solidão da vigília, e onde se guarde a idéia que surgirá ao sol do outro dia, convertida na fôrça condutora das almas.

Quando Edgard Poe idealizou "Ligèia", a mais misteriosa e adorável das suas criaturas, simbolizou na inapagável luz do seu olhar o hino triunfal do Amor sôbre a Morte.

E' ao vosso amor à Cultura e à Inteligência que saudamos nesta noite.

Muito ao contrário do viajor lendário, que não fôra mais reconhecido, ao voltar, após dezenas de anos, à aldeia nativa, o Ceará sempre reconhecerá no seu grande filho o portador do ouro do espírito e das pérolas do pensamento.

Quase impossível saber o que mais destacar no cristal de mil faces da vossa cultura: —

se o esteta da forma escrita ou falada;

se o cronista maravilhoso de todos os ângulos da vida brasi-  
[leira;

se o filólogo da forma clássica;

se o etimologista dos dicionários;

se o analista e sociólogo de "Terra de Sol";

se o pensador político de mais de dez volumes;

se o idealista do "Quarto Império";

se o folclorista que garimpa na ganga das lendas nacionais  
[o ouro da alma popular;

e, acima de tudo, se o historiador da história secreta ou da  
[história expressa.

Aqui, neste domínio, se lhe agiganta o porte hercúleo. Sois a maior autoridade no Brasil em assuntos ligados à nossa história militar, especialmente, à nossa história platina.

Analisar vossa obra seria repassar centenas de volumes. O escritor mais fértil da nacionalidade. Pois o vosso saber é o saber de várias gerações, em vários séculos.

Deixando de lado a obra, preferimos lembrar o homem, nesta noite em que vos recebemos como um símbolo do esforço intelectual e da vida vitoriosa.

Da vida do espírito, que é imortal, criando a cultura que é eterna, porque é revelação renovadora do espírito.

O homem de Chesterton. O homem eterno; alma e coração, sensibilidade e inteligência; centelha criadora.

O homem de ontem e de hoje; e, para nós, o homem de amanhã.

Peregrino de remotas civilizações, joalheiro de esplendores extintos, aprendestes a descobrir e a cultivar o elo espiritual que pereniza a vida dos povos.

Estudioso das nossas origens, possuís a etiologia das nossas forças emocionais e espirituais.

Escrevestes que o importante e substancial na história são as projeções dos homens e dos acontecimentos no espelho das épocas, os ideais de cada século, seu espírito, seu gênio próprio. São as mudanças dos aspectos intelectuais do mundo que transformam o critério dos homens.

Repugnais todo o materialismo e todo o mecanicismo histórico. Por isso, esclarecestes que, para a história deixar de ser estéril, um rol de fórmulas mnemônicas, é necessário iluminá-la com o esplendor solar das idéias, com a luz maravilhosa da vida espiritual.

“Assim, a história se reflete melhor na obra dos pensadores, dos escritores, poetas, dramaturgos e críticos, do que na enumeração dos governantes, na série das batalhas ou nos salões dos congressos diplomáticos”.

“A verdadeira história é a revelação da vida espiritual dos homens”.

Homem de sensibilidade, todos os vossos pensamentos são evocações e são estímulos. E para nós, da taba sagrada, são remi-

niscências sentidas ou cantadas pelas vozes das tradições que nos são caras.

Como o peregrino oriental, vós vos alongastes dos pagos natais, mas os levastes, também, no coração.

E cada vez que vindes, cada vez que voltais ao altar dos vossos maiores, repisando os caminhos da infância, da adolescência e da mocidade, reavivando, na tela da memória e da imaginação, figuras e episódios, sabemos que vindes beber nas fontes das vossas origens o bálsamo que vitaliza a vossa escalada.

O sentimento de amor à terra do berço é quase uma religião para vós.

Como Mistral — que tinha na alma, permanentemente, a terra da Provença — tendes, também, no ser a “Terra de Sol”.

“Envolvido no seu feitiço e aquecido no seu calor”, deixastes em tôda a vossa obra o perfume da terra-mártir.

Qual a concha que guarda o ruído marinho das suas origens, tendes, igualmente, ressoando na harpa do vosso ser tôdas as paisagens emotivas, levadas da terra-mãe.

Vós mesmo o dissestes, que elas estão convosco: — na voz muda das coisas, no rosto dos avós, na água que chora e ri, no sol que brilha, na lembrança do chão e das árvores, nas canções e nas festas, e até, no rápido traço de luz com que a estrela cadente riscou o céu do sertão, clareando um momento, o vulto negro das serranias acocoradas no horizonte.

Tôda a Fortaleza de antanho está guardada na vossa retentiva mental. De nada esqueceste. Até o vosso primeiro mestre-escola recebe todo o afeto do vosso “Coração de Menino”.

Em vossa memória se perfumam, como em ressurreição, tôdas as coisas que pareciam mortas.

Escrevestes que a saudade é a maior testemunha da verdade.

Bendita a saudade que vos traz sempre presente em vossa terra.

A terra de sol, “gleba requeimada e fecunda, esplendidamente iluminada pelos clarões do espírito e do ideal.”

Êsse ideal que flutua à superfície dos nossos sofrimentos — como na nave gótica a vasta rosácea que arde de luz, sôbre a austeridade dos muros sombrios.



Foto XV — Na Embaixada da Espanha, o Dr. Gustavo Barroso é condecorado

## DISCURSO DE JOÃO JACQUES

### CORAÇÃO DE MENINO

De um escritor é natural que se analise, preferencialmente, a obra, revolvendo-a sob as lentes da crítica filosófica ou simplesmente literária.

Não sei se mais fácil êsse trabalho, que é feito à vista do palpável, tendo em mãos o produto do que o de investigar o produtor, que é ressalvada a distância teológica, um criador de mundos e de humanidades.

Propendo para cá, ou seja, para dizer que a tarefa de estudar e de entender as causas é bem mais profunda, embaraçosa e problemática do que a de aquilatar os efeitos.

O homem é um pequenino deus a sondar-lhe os mistérios de aquilatar os efeitos.

Em havendo que externar algo sôbre um homem do porte intelectual de Gustavo Barroso, quando vem de comemorar o seu jubiloso e jubilar ingresso no mais avançado quartel da existência — setenta janeiros bem vividos — nem me abalanço a discorrer sôbre seus livros, que já montam a mais de uma centena, nem sôbre o seu espírito prôpriamente dito de cintilâncias raras e de arcanos inacessíveis.

O modesto e coerente, no meu caso, é cingir-me ao trivial ou a informações de bôlso sôbre o autor de "Terra de Sol". Nada como falar sôbre o que se sente, sem forçar grandes vôos com asas de Ícaro.

O testemunho consciente, o depoimento espontâneo, a opinião em ato reflexo, para não dizer em reação instintiva, vale muito de qualquer modo, e de sua teia, entrelaçada a outras, é que se urde o pano de fidelíssimas biografias ou se trama a verônica dos idealistas e dos estetas...

Gustavo Barroso deverá ser mais conhecido na intimidade para melhor compreenderem-se sua obra e seus sentimentos.

Não ousaríamos afirmar, no terreno da psicologia aplicada que o insigne historiador tenha duas personalidades distintas, uma delas, como geralmente ocorre, passível de terapêutica anulatória.

Mas a verdade é que nêle coexistem dois estados de alma ou duas atitudes individualizantes, sem bifrontismos: a do cultor do passado e a do eterno poeta; a do pontífice das letras nacionais, que se impõe as vestes talaras para o rito solene e a da criança ou jovem que, mesmo na languidez da grande tarde, não perde avivacidade, o calor benéfico das auroras, a fôrça, o ímpeto e o idealismo dos primeiros anos, dos primeiros espantos, da primeira embriaguez, do noivado com a vida...

Gustavo Barroso escreveu bastante e ainda continua escrevendo. Mas não perdeu aquêlê jeito de colegial que regressa das férias, sangrando de saudade e entra em aula doido por que voe o tempo letivo. Pelo seu gôsto estaria brincando no sítio Juru-cutuoca. Se pudesse escolher de novo, renunciaria à Academia Brasileira de Letras em favor de Fortaleza de antanho, irrigada pelo Pajeú e cheia das sombras dos mangueirais nativos.

E' de vê-lo como se derrama em detalhes preciosos, comentando fatos e referindo-se a gente de sua geração. Nesses instantes, êle se transfigura e perde aquêlê ar pontifical do historiador cioso do que relata. Hipnotizado por si mesmo, autosugestionado, entra em verdadeiro transe, transportando-se a idos que, através do aprumo e simplicidade de sua palavra, ganham fâcilmente nitidez de contornos, tomam côres tão vivas que se suspeita tenham passado por um prisma de cristal.

A metrópole não conseguiu sofisticá-lo. Os países por onde andou numa peregrinação diplomática ou num turismo de inteligência sedenta de horizontes, não o desfiguraram em nada. Pelo contrário, vacinaram-no contra a varíola do orgulho e o tornaram, não um cosmopolita ou cidadão do mundo, mas um cearense cada dia mais típico, mais apegado ao chão, mais carinhoso para com sua terra e seus conterrâneos. A universalidade de suas idéias não lhe roubou a concentração das pupilas sôbre o ponto geográfico em que nasceu.

Conversai com êle e tocai no Ceará!

Os olhos marejam lágrimas. A voz se humedece também. O coração vem à tona. A rede nervosa se torna tôda antenas para captar o que dela dizem e irradiar o que dela conhece.

E' preciso conhecer de perto a Gustavo Barroso para entender-lhe a pelúcia do estôfo. Seria talvez de bom alvitre acompanhá-lo nas suas sortidas do Rio para Fortaleza, onde se aninha no fundo de uma rêde altas horas, aquecendo moços e velhos na lareira sempre espevitada de sua memória. Aqui, êle se sente como na sua casa, o solar antigo, a mansão das doces reminiscências...

Anda a pé, contando passadas diante de cada prédio respeitado pela iconoclastia moderna. Come garopa cosida com caju azêdo. Mexe paneladas em terreiros. Descalça-se para fazer fio-de-terra e descarregar a estática das alturas. Colhe pitombas na árvore. Troca palavra minutos sem conta com os Zé Ninguém de seu tempo, que são para si genuínos Zé-Tudo. Assiste fandangos e bumba-meu-boi. Tira sonecas em alpendres de casa de comboeiros. Vive e sonha no enleio epitalâmico de um poeta exilado que se permite comungar de quando em vez a sua própria terra, nessa geofagia sentimental ou consubstanciação do homem com o solo, de que advém, como exemplo, o amor de pátria, o patriotismo.

Quanto mais lhe põem comendas no peito e o cingem de fitas sobremodo honrosas, mais acessível fica. O porte de gigante é a sombra exageradamente oblíqua do liliputiano em que naturalmente se torna para que, ombreado com os demais, não exija medidas ou imponha esforços de conversação.

Vive em Copacabana. Mas como adora as fruteiras de Messajana

Gustavo Barroso é um Pequeno Príncipe. Dêem-lhe a mão, num gesto de companheirismo e cedo entrarão com êle no reino encantado de Saint Exupéry.

### *DISCURSO DE CRUZ FILHO*

Como escritor de alçada estatura e polifórmica feição, não coube Gustavo Barroso dentro do pequeno âmbito provinciano do Ceará, sua terra natal, porquanto o seu renome de homem de letras se alongou a todo o Brasil e até a países estrangeiros, com entusiástico acatamento.

Como cearense, faz êle parte integrante da constelação dos grandes filhos dêste Estado que tão preeminentemente enaltecem

o nome dêste trecho do território brasileiro, como sejam José de Alencar, Capistrano de Abreu, Farias Brito, Clóvis Bevilacqua, Juvenal Galeno, Araripe Júnior, Heráclito Graça, Rocha Lima, Franklin Távora, Barão de Studart, Domingos Olímpio, Oto de Alencar, Adolfo Caminha e Antônio Sales, em diversos ramos de altas atividades intelectuais.

O obra de Gustavo Barroso condensada radiosamente numa centena de livros e na sua assídua colaboração em revistas e jornais, começou por "Terra de Sol", em que se revê "amor da pátria, não movido por prêmio vil, mas alto e quase eterno", segundo a expressão do soberano poeta, e dali se alteou, em ascensão sempre crescente e ininterrupta, às alturas da história nacional, à literatura de ficção, ao teatro e à poesia, sem ter deixado de também descer à crônica provinciana, ao folclore e às tradições brasileiras.

Fazem-se valer ainda, em tudo isso, a diretriz segura, a expressão do espírito arguto e altaneiro do prosador, a justa interpretação dos homens e dos fatos, a amplitude dos conhecimentos revelados, o estilo fácil, brilhante e persuasivo, recursos com que desenhou, em quadros de fortes relevos artísticos, os fatos grandes e pequenos, da nossa história.

Assim o sertão nordestino, na complexidade dos seus aspectos, foi por êle tratado e interpretado nas obras "Terra de Sol", "Heróis e Bandidos" e "Almas de Lama e de Aço", a história pátria, n"O Brasil em Face do Prata", nas "Tradições Militares", n"O Quarto Império", na História do Palácio Itamarati" e na "História Secreta do Brasil; a biografia em "Osório, o Centauro dos Pampas" e "Tamandaré, o Nelson Brasileiro"; o romance e o conto, n"O Santo do Brejo", "Tição do Inferno", "A Senhora de Pangim", Pergaminhos", "A Ronda dos Séculos", "Praias e Várzeas", "Alma Sertaneja", "Mapirunga", "Mula sem Cabeça", "O Bracelete de Safiras", "Livro dos Milagres", "Mulheres de Paris" e alguns mais; o ensaio, em "Idéias e Palavras", "Inteligência das Coisas", "A Balata", "Inscrições Primitivas no Interior do Brasil" e "Coração da Europa"; a literatura histórica, na série das "Guerras" de Lopes, Flores, Rosas, Artigas e Vidéu e ainda no "Livro dos Enforcados"; a erudição, em "Aquém da Atlântida", "Luz e Pó etc.; o folclore, nas obras "Ao Som da Viola", "O Sertão e o Mundo", "Casa de Marimbondos", "As Colunas do Templo", "Através dos

Folclores"; ao teatro nacional levou a sua contribuição com a peça "D. Pedro II" e com a tradução do "Fausto", de Goethe; e à literatura de memórias, trouxe-nos as sugestivas obras "Consulado da China", "Coração de Menino" e "Liceu do Ceará".

A atividade literária do infatigável escritor estendeu-se ainda às literaturas didáticas e infantil, às traduções de numerosas obras estrangeiras, às finanças e à política. Como poeta, deu-nos mais recentemente "As Sete Vozes do Espírito", que teve um prefácio de Olegário Mariano.

Em tôda essa complexa obra a individualidade de Gustavo Barroso retrata-se com extrema fidelidade, seja no relêvo do estilo, na segurança e firmeza dos conceitos e na arte da composição da frase seja no lastro da erudição que serve de alicerce a grande parte dela.

E' de mister notar ainda que em todos os seus livros, bem assim nas crônicas publicadas em revistas e jornais e nas substanciais e sugestivas conferências que há proferido, se percebe o intento íntimo de escrever obras PARA FICAREM, e não páginas efêmeras para recreio de leitores eventuais.

Pena é que Gustavo Barroso haja florescido nesta fase de "apagada e vil tristeza", característica da literatura brasileira contemporânea — talvez reflexo do apregoado declínio da civilização do Ocidente (Spengler) ou da crise transitória da "cultura sensitiva" (Sorokin), manifesta em todo o âmbito do nosso país, com visível tendência para se agravar e generalizar cada vez mais.

A voz dos nossos raros prosadores e poetas está a perder-se no vazio dêste deserto, onde domina a soberania do analfabetismo crônico, ainda mais nocivo do que o primeiro.

Nestas minhas palavras, em que não seria possível a expressão de um juízo crítico bem fundamentado, sòmente emitivel por escritor idôneo e com a releitura metódica de todos os livros de Gustavo Barroso, deixo fixada apenas a impressão geral que me ficou da obra e da personalidade literária do magnífico polígrafo que tão fulgurantemente nobilita, não sòmente a intelectualidade do torrão natal, mas as letras brasileiras, que jamais possuíram escritor mais operoso e fecundo do que êle.

Gustavo Barroso agradecendo emocionado essas manifestações, pronunciou uma oração em que mostrou que a Amizade, para qualquer homem, é mais consoladora do que a glória e felicitou-se por ter, na idade que alcançou, a fortuna da amizade a rodeá-lo de carinho e admiração na terra onde nasceu.

No Dia do Soldado — 25 de agosto — foi promovido ao grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar.

O Conselho Universitário da Universidade do Ceará na sessão de 29 de setembro resolveu conferir ao eminente escritor o diploma de Doutor *Honoris Causa*.

O Govêrno dos Estados Unidos da Venezuela associando-se às comemorações do setuagésimo aniversário do notável escritor Dr. Gustavo Barroso promoveu o mesmo ao Grau de Grã-Cruz da Ordem do Libertador Simon Bolívar, a mais alta condecoração daquele país e, a propósito, o Sr. Andrés Paúl, Encarregado de Negócios da Venezuela no Brasil, enviou-lhe o seguinte ofício:

“EMBAIXADA DE VENEZUELA

Nº 1347

Rio de Janeiro, 16 de octubre de 1959

Excelentísimo Señor Embajador:

Tengo el agrado de participar-le que el Gobierno de Venezuela le confirió, por ascenso, la Condecoración de la “Orden del Libertador” en el Grado de Gran Cordón. De esta manera, mi Gobierno le expresa la simpatía y reconocimiento por la labor de Vuestra Excelencia en las letras y en la diplomacia brasileña, así como por su valiosísimo aporte en la difusión de la obra y pensamiento del Libertador Simón Bolívar.

Reitero a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más distinguida consideración y aprecio.

*Andrés Paúl*

Encargado de Negocios a. i.

Al Excelentísimo Señor  
Embajador Gustavo Barroso  
*Rio de Janeiro*

**S E D E G R A**  
**SOCIEDADE EDITORA E GRÁFICA LTDA.**  
Rua Matipó, 115 — Rio de Janeiro